

Diogo Ramos

**GÊNESE E ESTRUTURA DE
*ORIGENS DO TOTALITARISMO***

Tese submetida ao Programa de
Filosofia da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do
Grau de Doutor em Filosofia
Orientador: Prof. Dr. Selvino José
Assmann

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ramos, Diogo
Gênese e estrutura de Origens do Totalitarismo / Diogo
Ramos ; orientador, Selvino José Assmann - Florianópolis,
SC, 2015.
198 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui referências

1. Filosofia. 2. Hannah Arendt. 3. Totalitarismo. 4.
Imperialismo. 5. Antissemitismo. I. Assmann, Selvino José.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Filosofia. III. Título.

Diogo Ramos

**GÊNESE E ESTRUTURA DE
*ORIGENS DO TOTALITARISMO***

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 9 de março de 2015.

Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Selvino José Assmann - UFSC
Orientador

Prof. Dr. Adriano Correia Silva - UFG

Profa. Dra. Yara Adario Frateschi - UNICAMP

Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz - UFSC

Profa. Dra. Marta Rios Nunes da Costa - UFSC

Prof. Dr. Alessandro Pinzani - UFSC

McCLURE'S MAGAZINE.

VOL. XII.

FEBRUARY, 1899.

No. 4.

THE WHITE MAN'S BURDEN.

BY RUDYARD KIPLING.

Take up the White Man's burden—
Send forth the best ye breed—
Go, bind your sons to exile
To serve your captives' need;
To wait, in heavy harness,
On fluttered folk and wild—
Your new-caught sullen peoples,
Half devil and half child.

Take up the White Man's burden—
In patience to abide,
To veil the threat of terror
And check the show of pride;
By open speech and simple,
An hundred times made plain,
To seek another's profit
And work another's gain.

Take up the White Man's burden—
The savage wars of peace—
Fill full the mouth of Famine,
And bid the sickness cease;
And when your goal is nearest
(The end for others sought)
Watch sloth and heathen folly
Bring all your hope to nought.

Take up the White Man's burden—
No iron rule of kings,
But toil of serf and sweeper—
The tale of common things.
The ports ye shall not enter,
The roads ye shall not tread,
Go, make them with your living
And mark them with your dead.

Take up the White Man's burden,
And reap his old reward—
The blame of those ye better
The hate of those ye guard—
The cry of hosts ye humour
(Ah, slowly!) toward the light:—
“Why brought ye us from bondage,
Our loved Egyptian night?”

Take up the White Man's burden—
Ye dare not stoop to less—
Nor call too loud on Freedom
To cloke your weariness.
By all ye will or whisper,
By all ye leave or do,
The silent sullen peoples
Shall weigh your God and you.

Take up the White Man's burden!
Have done with childish days—
The lightly-proffered laurel,
The easy ungrudged praise:
Comes now, to search your manhood
Through all the thankless years,
Cold, edged with dear-bought wisdom,
The judgment of your peers.

Copyright, 1899, by Rudyard Kipling.
All rights reserved.

RESUMO

No presente trabalho apresentamos uma visão geral da obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt, a partir de uma “leitura genética” que defende ser sua complexidade o resultado da evolução do pensamento da autora durante sua escrita, já que envolve ao menos duas teorias fundamentalmente diferentes: uma teoria inicial sobre o “imperialismo racial”, tema original ao qual o livro era destinado, e uma teoria do “totalitarismo”, elaborada quando Arendt estava por finalizar seu projeto anterior. Como resultado, *Origens* acabou por incorporar temáticas e teses de ambas as teorias.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Totalitarismo; Imperialismo; Antissemitismo.

ABSTRACT

We present an overview of Hannah Arendt's *The Origins of Totalitarianism* from a “genetic” point of view, according to which the complexity of this book is a result of the transformation of Hannah Arendt's thought during its writing, since it involves at least two fundamentally different theories: an initial theory about “race imperialism”, main theme of Arendt's original project, and a theory of “totalitarianism”, which started to be developed by the author when she was already finishing her earlier project. As result, *Origins* incorporates thematics and theses from both these theories.

Keywords: Hannah Arendt; Totalitarianism; Imperialism; Antisemitism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 AS TEORIAS ECONÔMICAS DO IMPERIALISMO	5
1.1 A perversão liberal de John Stuart Mill	6
1.2 O liberalismo renovado de John A. Hobson	11
1.3 As teorias marxistas do imperialismo	15
1.4 Franz Neumann e a destruição nazi do Estado	24
2 A TEORIA DO IMPERIALISMO RACIAL	39
2.1 A emancipação política da burguesia	41
2.2 O pensamento racial antes do racismo	49
2.3 Raça e burocracia	52
2.4 O imperialismo continental	61
2.5 O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem	65
2.6 O nazismo como imperialismo racial	71
3 A TEORIA DO ANTISSEMITISMO MODERNO	75
3.1 Os judeus e o Estado nacional	77
3.2 Os judeus e a sociedade	87
3.3 O Caso Dreyfus	96
4 A TEORIA DO TOTALITARISMO	105
4.1 Uma sociedade sem classes	109
4.2 O movimento totalitário	114
4.3 O totalitarismo no poder	122
4.4 Ideologia e terror	134
4.5 Concluding remarks	140
5 O ENIGMA RUSSO: ARENDT E A REVOLUÇÃO RUSSA	147
5.1 Destinos do totalitarismo	149
5.2 Origens do totalitarismo	152
5.3 A revolução traída	161
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

Há décadas que Hannah Arendt tem gozado de uma imensa popularidade acadêmica, principalmente devido à sua filosofia política madura, de obras como **A Condição Humana** e **Sobre a Revolução**, de modo a ter se tornado uma importante referência nas discussões contemporâneas sobre teoria da democracia e da política. Contudo, apesar da grande popularidade da autora nos últimos anos, há ainda uma grande gama de temas e aspectos de suas obras relativamente pouco explorados. Testemunha disto é a inexistência de comentários compreensivos sobre **Origens**, primeiro livro de reconhecimento público da autora e um de seus principais, além de rica obra em intuições e sugestões sobre a história política destes últimos séculos.

Há várias razões para esta relativa pouca atenção a **Origens** entre seus leitores e intérpretes. Uma delas é a relativa pouca conexão de suas teses e conceitos fundamentais com a filosofia política madura de Arendt (já que esta foi elaborada apenas ao longo da década de 1950, após a publicação de **Origens**). Outra é o caráter enigmático de sua estrutura, que, aliado à grande quantidade de material abordado, dificulta significativamente uma compreensão mais segura de suas principais teses. Por estas razões os leitores e intérpretes tendem a fazer uma leitura seletiva, a partir de um olhar retrospectivo, à luz das ideias e temáticas trabalhadas por Arendt em obras posteriores, tendendo a deixar de lado as duas primeiras partes do livro, que, como pretendemos mostrar em nosso trabalho, faziam parte de um projeto anterior da autora, de índole muito diferente daquele presente na sua obra posterior. Em particular, a parte final sobre o totalitarismo acaba sendo o trecho mais comentado, principalmente naqueles seus aspectos mais próximos da filosofia política “madura” da autora.

Tal tendência de leitura seletiva é decorrente da própria constituição do texto e do pensamento de Arendt, e por isso de forma alguma consiste num equívoco contingente e justamente descartável. Porém, devido exatamente a esta evolução, uma compreensão mais rica da teoria arendtiana requer uma abordagem diferente, sensível às diferenças que seus diversos momentos apresentam. Por isto, em vez de tratar os textos e o pensamento arendtiano (deste e de outros períodos) como um “monobloco” imutável (como se a autora tivesse um único projeto e uma única teoria exposta ao longo de todos os seus textos,

desde a juventude até os últimos anos de vida), deve-se levar em consideração as transformações pelas quais passou o seu pensamento a fim de lidar mais adequadamente com sua complexidade; quer dizer, é necessário fazer uma interpretação “genética” sua.

A intuição fundamental de nosso trabalho provém da interpretação sugerida por Roy Tsao,¹ de acordo com a qual houve três grandes fases na teoria arendtiana do totalitarismo, todas salientemente visíveis na obra publicada: o primeiro período data até em torno de 1947, quando Arendt ainda não tinha adotado o conceito de totalitarismo e ainda dedicava o seu livro ao tema do imperialismo, dedicando apenas um capítulo final especificamente ao regime nazista, então compreendido basicamente como uma forma de “imperialismo racial” (razão pela qual a autora dedicava as duas primeiras partes do seu livro ao antissemitismo e ao imperialismo); o segundo período diz respeito à teoria tal como publicada na primeira edição do livro (de 1951); e finalmente o terceiro diz respeito às alterações feitas para a primeira edição alemã (de 1955) e segunda edição inglesa (de 1958), nas quais substituiu o capítulo final da primeira edição pelo ensaio **Ideologia e Terror: uma nova forma de governo**, escrito em 1952 durante uma pesquisa sobre os “elementos totalitários do marxismo”. Tsao utiliza uma interessante metáfora geológica para explicar a perplexidade e dificuldade de compreensão geradas pelo livro: é como se todos os três períodos estivessem presentes como camadas sobrepostas, mas visíveis, que foram se depositando ao longo do tempo e acrescentando novas ideias, de modo a constituir boa parte da sua complexidade. Estas “camadas” deveriam ser distinguidas para desfazer a perplexidade e confusão que a obra provoca.

Apesar de nosso objetivo aqui ser apenas apresentar as discussões de Arendt, sem avaliar nem o quão bem sucedidas são em descrever os períodos por ela discutidos (o que exigiria investigar os melhores estudos atualmente disponíveis sobre, por exemplo, o nazismo e o estalinismo, para assim poder averiguar em que medida as teorias e explicações arendtianas se sustentam frente à documentação e rica histórica de debates acerca destes assuntos), nem o quão pertinentes e profícuas suas teorias possam ser para pensar nossa situação contemporânea (o que exigiria mostrar como Arendt pode nos ajudar a lidar com problemas atuais como, por exemplo, uma suposta decrepitude do Estado, a situação na Palestina, o antissemitismo etc.), os principais conceitos aqui tematizados — antissemitismo, imperialismo e totalitarismo — foram ideias que marcaram profundamente todo o século vinte (chegando a desempenhar papéis centrais nas propagandas soviética e americana durante a Guerra Fria), e ainda têm alguma vigência política e acadêmica, de modo a serem importantes elementos no entendimento deste último século. Por isso nosso trabalho pode

¹ TSAO, “The Three Phases of Arendt’s Theory of Totalitarianism”.

interessar tanto a quem tenha algum interesse geral pela obra de Arendt, quanto a quem de alguma forma se interessar pelos temas do antissemitismo, do imperialismo ou do totalitarismo.

Se, por um lado, os historiadores contemporâneos dos regimes soviético e nazista tendem não só a descartar a teoria específica de Arendt a respeito do totalitarismo, como mesmo evitar o próprio conceito de totalitarismo, **tout court** (apesar do interesse renovado pelo período estalinista emergido com a abertura de parte dos arquivos soviéticos ao longo das duas últimas décadas); por outro lado, tem surgido nos últimos anos, especialmente entre alguns historiadores europeus, um interesse crescente pelas relações do nazismo com o colonialismo no continente africano, de modo que a teoria arendtiana do imperialismo tem finalmente despertado algum interesse.² Aliado a isso, o fato do regime americano ter assumido aberta e exarcebadamente nos últimos anos uma política externa beligerante também fez ressurgir um interesse pela ideia do imperialismo em sua conotação econômica, que há anos, devido ao descrédito do marxismo após a queda soviética, tinha pouco desenvolvimento. Aí também a teoria de Arendt marca alguma presença.³

Por esta razão em nosso trabalho não só damos especial atenção à teoria arendtiana do imperialismo, esta que é a parte mais negligenciada de sua obra, mas também começamos no primeiro capítulo com um breve sobrevoo pelas “teorias econômicas do imperialismo” antecessoras a Arendt, que muito a influenciaram e servem para contextualizar sua teoria. No segundo capítulo de nosso trabalho apresentamos sua teoria do “imperialismo racial”, tal qual a autora a concebia antes de ter adotado o conceito de totalitarismo. No terceiro capítulo apresentamos sua compreensão do antissemitismo moderno e o papel que desempenha na sua teoria do imperialismo racial. Somente no quarto capítulo começamos a lidar com sua teoria do totalitarismo, este que é o último e mais comentado terço de **Origens**.

Justamente por seguirmos a proposta de uma “leitura genética”, não tratamos toda a evolução de sua teoria como se fosse um processo pré-determinado e visível desde o início. Consequentemente, tentamos entender cada parte de suas teorias em seus próprios termos, evitando fazer alusão a teses e ideias desenvolvidas em obras posteriores, como **A Condição Humana** e **Sobre a Revolução**. A principal exceção a isto é nosso último capítulo, que apresenta a compreensão geral da autora a respeito da situação política na Rússia; algo que tanto nos permite apresentar certas alterações e reconsiderações feitas por Arendt nas décadas seguintes à publicação original de **Origens**, quanto

²Ver GERWARTH e MALINOWSKI, “Hannah Arendt’s Ghosts”; GROSSE, “From colonialism to National Socialism to postcolonialism”.

³Especialmente em HARVEY, **O Novo Imperialismo**.

Sumário

tematizar mais profundamente suas críticas à tradição marxista (especialmente na versão leninista), tentando esclarecer suas relações com a temática do totalitarismo. Assim, no último capítulo abordaremos textos posteriores, como **Sobre a Revolução**, além de duas conferências pouco conhecidas, uma de 1966 e outra 1972, anos avançados na vida intelectual da autora.

Também por isso, a proposta de uma leitura genética serve de chave de leitura não só para a compreensão da estrutura peculiar de **Origens**, como também da evolução dos textos de Arendt em geral (e talvez mesmo de outros filósofos). Não é nosso objetivo aqui, mas ao longo do nosso trabalho e principalmente na conclusão tematizaremos certas mudanças de disposição pelas quais Arendt passou neste período em torno de 1950, em particular seu crescente afastamento do radicalismo de esquerda, ao qual até então era simpática, e seu reestabelecimento da amizade com Martin Heidegger e a aparição de certos aspectos de seu pensamento nos textos arendtianos da década de 1950.

Nosso objetivo fundamental aqui, entretanto, insistimos, é modesto: apesar de crermos serem frutíferas e instigantes as teses arendtianas da segunda metade da década de 1940, pretendemos apenas expô-las de forma clara e sucinta, já que, a despeito do seu valor, elas vêm sendo negligenciadas pelos seus próprios intérpretes e leitores, devido às dificuldades de compreensão decorrentes das transformações pelas quais passou seu pensamento. Tal juízo sobre sua valia, contudo, deixamos a cargo do leitor. Se o leitor sair desta leitura instigado em investigar mais a fundo estas ideias arendtianas e em utilizá-las em debates sobre assuntos contemporâneos, teremos sido bem sucedidos em nosso trabalho de divulgação.

1 AS TEORIAS ECONÔMICAS DO IMPERIALISMO

Apesar de impérios e imperadores existirem desde a antiguidade, o último quartel do século dezenove viu surgir uma quantidade de expansões imperiais muito peculiar. Se a ascensão da burguesia e do livre comércio prometia um fim aos domínios políticos e coloniais — odiosas práticas mercantilistas das odiosas monarquias absolutistas — o fim do oitocentos viu a própria burguesia se entusiasmar com as aventuras coloniais. Há muito que a supremacia econômica dos países capitalistas não tinha qualquer concorrente, mas até então não houvera qualquer tentativa sistemática de transformá-la numa conquista ou administração de territórios estrangeiros pela força das armas; quando isto ocorreu no final do século dezenove, boa parte do mundo foi formalmente dividida sob governos ou domínios diretos de algumas poucas potências.

Com isto o próprio significado do termo “imperialismo” sofreu uma profunda alteração, dado que até então ele meramente descrevia a política de imperadores como Napoleão ou Dom Pedro, mas a partir de então passou a fazer parte do vocabulário político e adquiriu a polêmica conotação econômica que viria a ser objeto de intensos debates ao longo do século vinte. Como diz Hobsbawm:

Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava — para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J. A. Hobson — “na boca de todo mundo e era usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental”. Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o “imperialismo”, a que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo.¹

¹HOBBSAWM, *A Era dos Impérios, 1875–1914*, p. 92.

A característica marcante da nova conotação do termo “imperialismo”, i.e., a ideia de que os Estados modernos foram impelidos a se aventurar em expansões imperiais fundamentalmente por uma necessidade econômica decorrente da própria evolução do capitalismo, viria a ser objeto de intensa disputa ao longo do século vinte, primeiramente por historiadores britânicos, que questionavam sua real capacidade explicativa para a compreensão das empresas imperiais britânicas, mas posteriormente por boa parte da academia ocidental, após a formação da Guerra Fria e adoção do termo pela propaganda soviética para atacar os países capitalistas. Durante a Guerra Fria esta conotação do termo manteve-se viva apenas nas teorias da dependência e da descolonização por teóricos latino-americanos, africanos e asiáticos; enquanto na academia dos chamados países desenvolvidos ela se perdeu (apesar de às vezes reaparecer nas discussões políticas, como na crítica da nova esquerda à Guerra do Vietnã). Somente com a ascensão de George W. Bush filho à presidência norte-americana e sua conseqüente política externa abertamente beligerante, recusando a suposta predileção da era Clinton pelo chamado **soft power**, é que a conotação econômica voltou a ganhar voga nas discussões acadêmicas do primeiro mundo.²

De todo modo, antes de lidar com as teorias econômicas clássicas do imperialismo, apresentaremos brevemente a defesa do Império Britânico por J. S. Mill, que, apesar de ainda não usar o termo neste sentido, não podendo ser considerado propriamente um expoente da teoria econômica do imperialismo, foi um pensador muito influente sobre o debate público britânico, país central nas empreitadas imperialistas e com larga história de discussão sobre o assunto. Esta discussão nos permite contextualizar a discussão das teorias econômicas, realçando como elas próprias frequentemente tematizam a relação do liberalismo com as empresas coloniais e imperiais, inserindo-se na larga história de discussão sobre o assunto.

1.1 A PERVERSÃO LIBERAL DE JOHN STUART MILL

Apesar de originalmente os liberais britânicos fazerem oposição à expansão colonial e imperial britânica, foi John Stuart Mill quem mais contribuiu para a justificação liberal do Império no seu país. Não é nosso objetivo aqui fazer uma exposição e avaliação abrangente ou detalhada da sua obra, mas apenas mostrar os argumentos do autor em prol do Império, que muito influenciaram

²Três importantes estudos americanos nesta linha são HARVEY, *O Novo Imperialismo*; FOSTER, *Naked Imperialism*; JOHNSON, *Nemesis*.

o debate britânico em torno das colônias e domínios, possivelmente sendo um dos fatores a contribuir para a acomodação dos liberais ao imperialismo britânico na segunda metade do século dezanove.³

Esta tradição,⁴ contudo, até meados do oitocentos, era fundamentalmente anticolonial e anti-imperial. Autores como Adam Smith, Jeremy Bentham e James Mill se opunham à expansão colonial britânica por meio de vários argumentos, mas basicamente questionando seus benefícios, tanto econômicos quanto políticos. O alvo primário de suas críticas eram as práticas mercantilistas que procuravam estabelecer colônias para monopolizar seus comércios, mas que, diziam os liberais, apesar de garantir um grande lucro para aqueles diretamente envolvidos, custavam mais do que beneficiavam à nação como um todo, minando sua competitividade no comércio internacional e desperdiçando quantidades significativas de capital que seriam mais bem aproveitadas na economia doméstica britânica.

Contra esta crítica liberal, ao longo do século dezanove se fortaleceu, para justificar os investimentos nas colônias, o argumento sobre uma suposta existência de um excesso de capital e/ou de população na Inglaterra, cujo escoamento seria não só um melhor aproveitamento seu, como também um alívio para a pressão sobre a então crônica tendência de queda de rentabilidade e dos salários na metrópole. Segundo este raciocínio, com a exportação de capital e de mão de obra, reduzir-se-iam suas ofertas, e conseqüentemente se elevariam suas rentabilidades e valores. Contudo, alguns liberais, como James Mill, apesar de chegarem a aceitar a existência do excesso populacional capaz de ser amenizado pela sua exportação, ainda assim questionavam a eficácia dos projetos de colonização então em voga, apelando à “lei dos mercados” de Say (de que, como popularmente conhecida, “a oferta cria sua própria demanda”) para com isto insistir que o capital investido nestes empreendimentos seria um verdadeiro desperdício para as metrópoles, e conseqüentemente para o emprego de suas populações. De acordo com James Mill, estes empreendimentos só poderiam compensar caso requeressem pouco investimento de capital e pudessem escoar uma parcela significativa do excesso populacional, o que via de regra só seria possível em colônias próximas. Como todas as colônias britânicas eram muito distantes, James Mill recomendava cessar os planos de colonização. Além desta questão mais propriamente econômica, os liberais também criticavam o aspecto político das colônias, por elas serem fortes motivos de guerra e requererem uma constante proteção e tutela, sem necessariamente contribuir para o poder político do país. A recomendação desta tradição liberal

³Ou talvez seja mais adequado dizer que Mill é mais um exemplo da equívoca relação do liberalismo com o imperialismo; ver PITTS, *A Turn to Empire*.

⁴Sigo nesta seção basicamente SULLIVAN, “Liberalism and Imperialism”.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

era assim que a Inglaterra se desfizesse de suas colônias. Suas desvantagens eram tantas e tão óbvias que apenas a corrupção e os interesses escusos da minoria privilegiada dominante explicavam a insistência do governo em mantê-las.

Contudo, o caso do domínio inglês sobre a Irlanda e a Índia logo passou a ser aceito pelos próprios liberais como exceção; pois, enquanto Adam Smith argumentava que a Inglaterra deveria apenas manter postos militares, principalmente na costa africana e na Índia, com o objetivo único de proteger o livre comércio internacional, Bentham e James Mill já pensavam que o domínio inglês muito beneficiava os irlandeses e indianos devido ao desenvolvimento por ele trazido, de forma a aceitarem o argumento moral para sua manutenção.⁵ Na verdade, Adam Smith nem sequer tinha uma posição bem estabelecida sobre o nível civilizacional dos indianos, já que às vezes os descrevia como bárbaros, outras como altamente cultivados. O que em Adam Smith, porém, se reduz a uma necessidade econômica de pura preservação do comércio internacional, em Jeremy Bentham e James Mill acabou adquirindo uma conotação política e moral: ambos argumentavam que, apesar de ter sido deplorável que o governo inglês tivesse se aventurado na conquista política da Índia e da Irlanda, dada a situação existente seria um mal pior abandoná-las à própria sorte. Quaisquer proveitos econômicos obtidos pela Inglaterra com o domínio sobre a Índia eram compensados pelos custos da dominação; por outro lado, apesar destes custos para a Inglaterra, os indianos muito se beneficiavam com tal domínio, devido ao desenvolvimento trazido. Assim, já aparece em James Mill o argumento de que os ingleses deveriam governar a Índia pelo bem dos próprios indianos, já que a incapacidade provocada pelo atraso histórico daquele povo bárbaro não os permitia fazer isto espontaneamente. A Inglaterra era assim compelida a permanecer nestes lugares apenas por razões políticas e/ou humanitárias, em todo caso sem vantagens econômicas diretas significativas.

Mas isto que nestes autores aparece como exceção, em John Stuart Mill é transformado no próprio ideal a ser seguido, pois é neste autor onde aparecem plenamente desenvolvidos os argumentos de que não só os interesses das colônias, como também os da própria Inglaterra seriam mais bem atendidos com a dominação inglesa.

J. S. Mill descrevia o Império Britânico como uma mistura de colônias compostas por imigrantes britânicos em terras largamente desabitadas, juntamente com dependências políticas compostas em grande medida por populações nativas na Ásia, África e na Irlanda, devendo serem governadas de acordo com seu grau civilizacional e com o tipo de arranjos políticos estabelecidos.⁶ Enquanto

⁵Cf. SULLIVAN, "Liberalism and Imperialism", pp. 601ss.

⁶Cf. *ibid.*, pp. 605ss.

as colônias do Canadá e da Austrália tinham populações de origem europeia capazes de se governar autonomamente, devendo ser sujeitas à Inglaterra apenas em questões de política externa, os povos da Ásia e da África, por outro lado, não eram civilizados o suficiente para ter autonomia. Nestes casos, o governo inglês deveria estabelecer um “despotismo benevolente” baseado em funcionários especialistas contratados por empresas como a Companhia Britânica das Índias Orientais.

Vários são os argumentos de Mill em prol da manutenção e expansão do Império, mas os principais eram que o seu investimento seria vantajoso tanto econômica quanto moral e politicamente. Do ponto de vista econômico,⁷ assim como outros da época, o autor acreditava haver um excesso de população e de capital incapaz de ser investido rentavelmente em casa; contudo, por defender a lei dos mercados de Say, dizia que o problema deste excesso não era tanto a falta de um mercado para comerciá-lo, mas a pressão resultante sobre queda tendencial da taxa de lucro, que, segundo alegava, poderia levar a economia inglesa a um estado estacionário prematuro. Somente num futuro distante, quando houvesse um controle adequado do crescimento populacional e uma distribuição adequada de riqueza, o fim do desenvolvimento econômico seria desejável; mas até lá, uma economia estacionária era prejudicial à maioria das pessoas e deveria ser evitada. O recurso disponível ao governo inglês para atrasar este processo de queda de rentabilidade era incentivar o comércio internacional, e, particularmente, financiar os planos de colonização. Tais planos eram muito promissores: reduziriam o excesso de população e a oferta de mão de obra, e conseqüentemente aumentariam os salários; o investimento no estabelecimento dos emigrantes, além de tirar capital do mercado doméstico e conseqüentemente estabilizar e aumentar o lucro na economia doméstica, poderia criar condições atrativas para ulteriores investimentos privados nas colônias, potencialmente criando e desenvolvendo um novo mercado; as colônias logo poderiam exportar para a Inglaterra uma quantidade significativa e barata de produtos agrícolas e matérias primas, reduzindo ainda mais na metrópole os preços e aumentando a rentabilidade; por sua vez, neste processo elas próprias se enriqueceriam e desenvolveriam uma economia própria.

O problema deste apelo aos planos de colonização é que eles serviam praticamente apenas para as colônias de imigrantes ingleses em terras relativamente desabitadas (ou que tiveram suas populações originais em grande medida exterminadas), como o Canadá e a Austrália, e o fato era que não só a Inglaterra dominava significativas populações nativas na África e na Ásia, além da Irlanda, como também os próprios investidores privados pareciam preferir se aventurar nestas regiões instáveis, em vez de se limitar à segurança das colônias brancas.

⁷Cf. *ibid.*, pp. 607ss.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

Mas, de qualquer modo, tais domínios propiciavam à Inglaterra um mercado próprio para investimentos e para o fornecimento de matérias primas e produtos agrícolas, e, frente à constante ameaça de protecionismo por países como a França e os Estados Unidos, estes domínios serviam de garantia à Inglaterra no infeliz caso de um bloqueio político do comércio internacional: quer dizer, a Inglaterra devia manter o Império exatamente para proteger o livre comércio, não para obstruí-lo, como na época do mercantilismo.

Além da contribuição direta ao desenvolvimento econômico tanto da Inglaterra quanto das colônias, havia ainda um benefício para a política internacional,⁸ pois o poder e prestígio adquirido com a expansão imperial permitiria à Coroa ter mais força nas negociações com outros países civilizados, utilizando de sua influência para defender a moralidade e a liberdade no mundo. A Inglaterra poderia usar do seu prestígio para difundir e proteger o liberalismo entre as nações civilizadas, em particular das ameaças provindas das monarquias absolutistas da Áustria e da Rússia, criando e liderando uma aliança para proteger as nações injustiçadas, como no caso dos poloneses contra os russos (mas obviamente não no dos irlandeses).

De todo modo, segundo Mill, um tal domínio sobre os povos bárbaros era vantajoso não só aos ingleses, como também aos próprios nativos, pois não só as colônias brancas tinham uma grande carência de mão de obra e capital, como os povos bárbaros careciam de segurança e investimentos para se desenvolverem.⁹ A índole lânguida e pouco empreendedora dos bárbaros (inclusive os irlandeses) não lhes permitia progredir por conta própria, de modo a necessitarem ser governados pelos ingleses para assim tirar proveito de suas próprias capacidades. Também por isso, este governo não deveria ser democrático mas sim um “despotismo benevolente”, que não deveria ver com bons olhos quaisquer sentimentos emancipatórios dos povos dominados. Ainda mais, as regras usuais da lei internacional e da moralidade não deveriam ser plenamente respeitadas. Aliás, John Stuart Mill, ele próprio funcionário por quase metade de sua vida da Companhia Britânica das Índias Orientais, lutou por muito tempo para impedir um controle parlamentar e público sobre ela; e, após ter fracassado nesta disputa, passou a defender que o parlamento apenas indicasse um comitê de especialistas para administrá-la e não a tentasse fiscalizar diretamente. O governo indiano deveria ser assim composto puramente de funcionários técnico-administrativos sem qualquer representatividade popular.¹⁰

Sua defesa do Império assim se sustentava na ideia de que ele iria contribuir à causa da liberdade e da prosperidade tanto na Inglaterra quanto no mundo,

⁸Cf. SULLIVAN, “Liberalism and Imperialism”, pp. 611ss.

⁹Cf. *ibid.*, p. 610.

¹⁰Cf. *ibid.*, pp. 613ss.

tanto nos países civilizados quanto nos bárbaros. A razão da submissão dos bárbaros não se devia a alguma incapacidade natural sua, como frequentemente alegariam as teorias racistas, mas ao estado inculto e infantil, pouco consciencioso e empreendedor de suas culturas. Por isso alguns comentadores ainda hoje tentam defender Mill, argumentando que, apesar de ser verdade que ele era um imperialista, ao menos ele foi um imperialista **humanitário**, um imperialista **tolerante**.¹¹

1.2 O LIBERALISMO RENOVADO DE JOHN A. HOBSON

Apesar da justificação do Império por J. S. Mill, este permaneceu um assunto polêmico entre os liberais por todo o restante do século dezenove. Enquanto muitos acabaram se conciliando com a política externa britânica, outros liberais, ditos “radicais”, permaneceram a criticá-la com base nos ideais liberais tradicionais. Ao final do século surgia, principalmente na Inglaterra, mas também em outros países como a Alemanha, uma vertente de liberais que pretendiam formular um “novo liberalismo”, mais atento às questões sociais e preocupado com os rumos que não só a economia, mas também a política e a cultura dos países industrializados tendiam assumir. Na Inglaterra, os escritos de Samuelson, Hobhouse e Hobson, na Alemanha, os de Friedrich Naumann e Theodor Barth¹² tentavam compensar os ideais de *laissez faire* com programas abrangentes de reformas sociopolíticas para corrigir o que consideravam ser uma indevida concentração de riqueza e de poder político nas mãos das elites dominantes, e que seria a causa não só da crescente tensão e protecionismo internacionais, mas também de uma degradação do espírito propriamente cívico, da democracia e das liberdades civis no interior destes países.

John Atkinson Hobson se tornou o mais famoso destes liberais, em larga medida devido ao seu livro **Imperialismo: um estudo**, obra inaugural da chamada teoria econômica do imperialismo, que veio a muito influenciar diversos estudos posteriores. Nele, o autor apresenta várias críticas ao Império Britânico, em boa medida assentadas na acusação de que sua conquista e manutenção pouco ou nada contribuíram para aumentar a riqueza da nação como um todo; em vez, teriam se beneficiado apenas alguns poucos mais diretamente envolvidos, enquanto o restante do povo apenas arcou com os imensos dispêndios governamentais, tanto diretamente nas colônias quanto na manutenção das forças armadas e dos conflitos dos quais o país participava — enquanto o povo teria

¹¹TUNICK, “Tolerant Imperialism”.

¹²Cf. MOMMSEN, *Das Zeitalter des Imperialismus*, p. 20.

sido ludibriado com a argumentação de que tais investimentos protegiam interesses estratégicos britânicos e ajudavam a difundir a civilização, o cristianismo e as instituições liberais pelo mundo. Sua lista de “parasitas econômicos do imperialismo” envolve soldados, marinheiros, administradores, engenheiros, missionários, imigrantes e mesmo parte da aristocracia que procurava carreiras para os filhos no serviço militar. Mas segundo Hobson eram particularmente influentes nas políticas externas dos países europeus os grupos de investidores financeiros — “homens de uma única e peculiar raça, dotados de muitos séculos de experiência financeira, eles estão numa posição única para manipular a política das nações . . . Quem supõe seriamente que uma grande guerra possa ser levada a cabo, por qualquer Estado europeu, ou um grande empréstimo estatal ser feito, caso a casa dos Rothschild e seu afiliados se lhes opuser?”¹³ —, além de alguns setores industriais mais diretamente ligados à indústria armamentista, que tinham na guerra um bom negócio.

Nossa análise econômica mostrou que são somente os interesses de cliques de empresários em competição — investidores, prestadores de serviço ao governo [contractors], exportadores e certas classes profissionais — que são belicosas; e estas cliques, usurpando a autoridade e voz do povo, usam os recursos públicos para perseguir seus interesses privados, e gastam o sangue e o dinheiro do povo neste vasto e desastroso jogo militar, forjando antagonismos nacionais que não têm qualquer base na realidade. Não é do interesse do povo inglês, seja como produtor de riqueza, seja como pagador de impostos, arriscar uma guerra com a Rússia e a França para se aliar ao Japão na tentativa de prevenir a Rússia de dominar a Coreia; mas pode servir aos interesses de um grupo de políticos comerciais promover esta política perigosa. A guerra sul-africana [contra os bôeres], abertamente fomentada por especuladores de ouro para propósitos privados, ficará para a história como um dos maiores casos desta usurpação do nacionalismo.

A guerra, porém, representa não o sucesso, mas o fracasso desta política; seu fruto normal e mais perigoso não é a guerra, mas o militarismo. Enquanto esta expansão competitiva por território e mercados externos for deixada se disfarçar como “política nacional”, o antagonismo de interesses parecerá real, e os povos terão de suar e sangrar e sofrer para manter uma maquinaria de guerra cada vez mais dispendiosa.¹⁴

Contudo, além desta crítica liberal mais usual ao imperialismo, Hobson acrescenta um diagnóstico sobre os crescentes militarismo e tensão entre os países industrializados como resultados de uma “raiz primária” econômica (**economic taproot**, em inglês) derivada de uma crescente concentração de renda que prejudicava o bom funcionamento dos mercados domésticos, ao muito reduzir

¹³HOBSON, *Imperialism*, p. 57.

¹⁴*Ibid.*, p. 127.

a capacidade de consumo da população e assim produzir uma quantidade significativa de capital supérfluo, com poucas oportunidades de investimento nas economias domésticas, de modo a pressionar os governos dos países industrializados a conquistar e proteger mercados externos. As consequências deste processo teriam se refletido nos mais diversos níveis das sociedades industriais, pois, não só o livre comércio dava crescentemente lugar ao protecionismo e ao monopólio, como também tais governos e elites procuravam inflamar um patriotismo exacerbado entre a população, pressionando por formas cada vez mais autocráticas de governo.

Isto, que o autor às vezes chama de um “novo imperialismo”, teria se formado primeiramente na Europa continental e nos Estados Unidos, mas dava sinais claros de se apoderar também da Inglaterra — foram particularmente marcantes para Hobson o chamado **Jameson Raid** (um assalto fracassado a uma das repúblicas sul-africanas em 1895–96 por mercenários contratados por um industrial inglês aliado de Cecil Rhodes, quando os dois almejavam provocar uma insurreição entre os colonos) e a subsequente Segunda Guerra Anglo-Boer em 1899–1902 (da qual Hobson fez uma extensa cobertura jornalística), além da proposta de Chamberlain em 1903 (quando o autor revisava sua obra) de estabelecer em todo o Império uma forte tarifa protecionista sobre capitais e produtos de outras nacionalidades. De qualquer forma, o caso mais dramático era a situação dos Estados Unidos, que tradicionalmente mantinha uma política internacional “isolacionista”, mas nos últimos anos começava a se aventurar na expansão imperialista — particularmente na tentativa de se apoderar das colônias espanholas no Caribe e no Pacífico (Porto Rico, Cuba, Guam e Filipinas) e do Reino do Havaí — e onde era perceptível a formação de significativos trustes e carteis, resultantes, segundo o autor, da diferença entre a crescente capacidade produtiva e o poder de consumo estagnado da população. Por meio da sua associação, os grandes industriais conseguiam impor preços vantajosos e reduzir a competição entre si, assim evitando a falência das usinas menos eficientes. O resultado, contudo, era o surgimento de uma situação de “subconsumo” pela população e um “excesso de poupança” (**over-saving**) incapaz de ser investido no mercado doméstico. Numa tal situação, a lei dos mercados de Say seria bloqueada¹⁵ e os magnatas só teriam como saída a tentativa de despejar seus produtos e capitais em mercados externos; o que, dadas as tarifas protecionistas de boa parte dos países industrializados, exigiria a participação ativa dos governos para conquistar e protegê-los.

Este argumento ligando os trustes e as tarifas protecionistas à política externa agressiva não foi tanto uma invenção de Hobson (e nem sequer correspondia bem à situação econômica britânica, ainda em grande medida dominada por

¹⁵Cf. CAIN, *Hobson and Imperialism*, p. 73.

firmas de pequeno porte), mas fazia parte do debate corrente, principalmente nos próprios Estados Unidos, onde era comum o argumento sobre o excesso de capital no mercado doméstico para justificar a política imperialista. Ao que parece,¹⁶ Hobson emprestou sua análise do “socialista milionário” americano H. G. Wilshire, que pretendia provar aos seus colegas empresários que a formação dos trustes era um desenvolvimento tanto inevitável quanto transitório do capitalismo, dado que seria uma tentativa de lidar com os problemas da sobreprodução e de uma possível saturação de capital incapaz de ser absorvida pela economia doméstica. Nesta situação, o grande capital não teria alternativa a não ser atacar e incorporar o pequeno, e procurar investimentos no exterior. Wilshire defendia haver apenas dois modos de amenizar estes problemas: ou reformas sociais, como o estabelecimento da jornada de oito horas e a aposentadoria, ou a competição e eventual guerra entre as grandes potências. Hobson, assim como outros críticos liberais do imperialismo, seguia esta linha de raciocínio apostando nas reformas sociais para elevar o poder de compra dos consumidores, expandir o mercado doméstico e diminuir a concentração de capital, e talvez mesmo desmantelar as cliques aristocráticas tradicionais e suas funestas influências sobre a política britânica.

Hobson defende que o Império não era e nem tinha como ser governado democraticamente, de modo que, ao contrário do que alegava sua defesa tradicional, não difundia as instituições liberais — “onde o governo britânico é real, ele não trouxe liberdade ou autogoverno; onde ele trouxe um pouco de liberdade e autogoverno, ele não é real. Nem cinco por cento da população do nosso Império possui qualquer quantidade apreciável das liberdades políticas e civis que são a base da civilização britânica”.¹⁷ O que o Império em vez fazia era difundir formas de despotismo e militarismo que ameaçavam deturpar o próprio caráter liberal britânico, já que não só os soldados, mas mesmo os administradores e demais profissionais coloniais adquiriam nas colônias hábitos e mentalidades que, ao retornarem para casa, ameaçavam as “virtudes cívicas e industriais” dos cidadãos ingleses, “cujas obras conduzem à preservação dos colegas humanos [fellow-men]”,¹⁸ em contraposição à virtude militar do soldado, dedicada ao extermínio de outrem. Mas não só militarismo e despotismo, além de monopólios, tarifas protecionistas e expansões territoriais, eram consequências do imperialismo, como também um investimento armamentista sem igual: de acordo com o autor, mais de dois terços do orçamento governamental britânico estavam sendo usados em gastos navais e militares.¹⁹ Por isso, Hobson temia que o pior ainda estava por vir, e via como uma possibilidade crescente a guerra

¹⁶Cf. ETHERINGTON, “Reconsidering Theories of Imperialism”, p. 19.

¹⁷HOBSON, *Imperialism*, p. 116.

¹⁸Ibid., p. 133.

¹⁹Ibid., p. 95.

entre as potências industriais pela repartição do globo. Uma tal guerra repetiria os “horrores da nossa luta setecentista com a França na América do Norte e na Índia . . . numa escala gigantesca . . . envolvendo como consequência uma degradação dos Estados ocidentais e um possível colapso da civilização ocidental”.²⁰

O que já está presente na teoria de Hobson, mas que as teorias marxistas viriam a enfatizar, é que o imperialismo diz respeito primariamente à participação ativa do Estado com seu uso da força ou de ameaças para não só proteger, mas também fomentar vantagens econômicas privadas, explícita e positivamente, ao contrário das formas liberais tradicionais de comércio exterior, nas quais a atividade estatal se justificava apenas como uma necessidade fundamentalmente negativa de proteção. Enquanto os apóstolos liberais do livre comércio, tão eloquentes durante boa parte do século dezenove, apregoavam o livre comércio, a paz e o desarmamento, as últimas décadas oitocentistas viram um entusiasmo crescente entre os próprios capitalistas e investidores pela participação armada do Estado nos seus investimentos estrangeiros. A exportação de capital, a utilização de mão de obra barata ou mesmo a simples e patente espoliação de terras e populações remotas até que poderiam ser consideradas **business as usual**, caso se ignorasse o apelo e entusiasmo dos próprios capitalistas pela intervenção militar. Aliado à crescente formação de monopólios e carteis nas economias industrializadas, isto parecia indicar um novo e significativo estágio do capitalismo, carente de ser teorizado e explicado.

1.3 AS TEORIAS MARXISTAS DO IMPERIALISMO

Duas características centrais destas críticas de Hobson e dos demais “novos liberais” ao imperialismo foram adotadas por muitos teóricos marxistas. Primeiro, a ideia de que ele tinha uma base econômica derivada de uma crescente competição por investimentos lucrativos. Esta, contudo, era uma ideia largamente difundida entre mesmo aqueles que procuravam justificar a sua manutenção:²¹ Wilshire, por exemplo, citava frequentemente a **United States Investor**, uma das principais revistas econômicas de então; enquanto Hobson abre seu capítulo sobre a “raiz primária” do imperialismo com uma citação fictícia sobre uma suposta necessidade econômica do imperialismo, muito similar aos jornais da época; do mesmo modo que os textos de Bukharin e Lenin citam frequentemente jornais financeiros e estatísticos. Porém, enquanto as defesas capitalistas

²⁰Ibid., p. 138.

²¹Cf. ETHERINGTON, “Reconsidering Theories of Imperialism”, p. 26.

sobre a inevitabilidade do imperialismo desapareceram logo que o supostamente inevitável “excesso de capital” deixou de existir, a tradição marxista preservou e deu continuidade a esta explicação por longo tempo (algo semelhante ao que aconteceu com a ideia, hoje mantida praticamente apenas por marxistas, de que o capitalismo teria uma tendência inerente de queda da taxa de lucro, de modo a se tornar cada vez mais inviável). Mas outro aspecto herdado das críticas liberais é a acusação contra o caráter agressivo, inumano e destrutivo do imperialismo, antípoda dos ideais progressistas tidos como fundamentos das sociedades industriais. Como veremos, o caráter bárbaro e anticivilizacional do imperialismo é um tema comum em todas estas teorias.

Já nos escritos de Kautsky antes da virada do século a questão da expansão colonial e imperial estava presente, porém foi apenas o social democrata austríaco Rudolf Hilferding quem primeiro formulou uma teoria marxista bem desenvolvida do imperialismo, em seu livro **O Capital Financeiro** (publicado apenas em 1910, mas aparentemente já esboçado em 1906). Nele, Hilferding tentou dar uma explicação para a retomada do crescimento econômico europeu, depois de décadas de estagnação no século dezenove — um objeto de disputa entre os próprios marxistas, especialmente entre Kautsky e Bernstein, por contrariar a expectativa de uma crise capitalista derradeira. Ao contrário da tese “revisionista” que alegava haver uma capacidade crescente da economia capitalista de controlar e compensar as crises, Hilferding no seu livro defende que elas apenas estariam sendo obscurecidas devido à concentração de capital e eliminação da competição pelo crescimento das corporações e bancos, que teriam capacidades maiores para se organizar e precaver contra as crises produtivas, sem, contudo, saná-las. Por isso, têm lugar central na sua obra as então recentes mudanças econômicas no sistema monetário e de crédito, mas especialmente o fortalecimento das sociedades anônimas, que tinham sido abordadas apenas muito brevemente por Marx em **O Capital**, e que, segundo Hilferding, fomentavam a concentração de capital e o crescimento de grandes corporações, a formação de carteis e trustes e o fortalecimento do papel dos bancos na economia. Enquanto no capitalismo anterior o mercado surpreendia constantemente os investidores e produtores, a construção destas novas mega companhias, emergidas do próprio processo competitivo no qual o mais forte aniquilava ou incorporava o mais fraco, significava que elas seriam menos vulneráveis às turbulências do mercado e teriam um maior controle seu. Além disso, com este crescimento das corporações os próprios capitalistas se distanciavam da função de empreendedores industriais engajados diretamente na gerência produtiva, tornando-se cada vez mais puros agentes financeiros, enquanto a gerência produtiva industrial e comercial passava a ser atribuída a uma crescente classe média composta de técnicos assalariados alinhados ao grande capital e à política do imperialismo. Números menores de pessoas

adquiriam quantidades cada vez maiores de companhias, facilitando não só o estabelecimento de relações pessoais para a formação de carteis e trustes, como também a pressão por políticas protecionistas para restringir ou eliminar a competição estrangeira no mercado doméstico. Quanto maiores as companhias, não só maiores suas capacidades de organizar e controlar a economia, como também suas conexões com os Estados; de modo a formar o que posteriormente Hilferding veio a chamar de um “capitalismo organizado”. Entretanto, a prática de preços monopolistas inflacionados por estes mesmos grandes grupos teria o efeito de reduzir ainda mais o consumo doméstico e conseqüentemente aumentar a necessidade de mercados externos para escoar a produção cada vez maior, donde também a necessidade do Estado intervir para adquirir e proteger o controle de novos mercados contra outras nações.

Ainda mais, de acordo com o autor isto levava não só às políticas expansionistas e à intensificação dos conflitos entres os principais Estados, com a formação de grandes blocos de capitais nacionais, como também a uma transformação da visão de mundo burguesa, anteriormente anti-Estatal e humanista e agora crescentemente estatista e militarista. O próprio nacionalismo, originalmente ligado à ideia de independência e autonomia nacional, com o imperialismo se transformava numa ideologia da dominação mundial, e com ele o próprio racismo emergia como ideologia:

O postulado de uma política expansionista, porém, revoluciona também toda a concepção de mundo da burguesia. Deixa de ser pacífica e humanitária. Os antigos livre-comerciantes acreditavam no livre-comércio não somente como a mais correta política econômica, mas também como ponto de partida para uma era de paz. O capital financeiro perdeu há muito tempo esta crença. Não acredita na harmonia dos interesses capitalistas; sabe, porém, que a luta de concorrência torna-se cada vez mais uma luta pelo poder político. O ideal da paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal do poder e da força do Estado. O Estado moderno teve sua origem no esforço das nações pela realização de sua unidade. A aspiração nacional, que encontrou seu limite natural na constituição da nação como fundamento do Estado — já que reconhecia o direito de todas as nações à sua forma própria de Estado e, com isso, via as fronteiras do Estado nas fronteiras naturais da nação — se transformou agora na aspiração de a própria nação dominar as demais. O ideal agora é assegurar para a própria nação o domínio do mundo, uma ambição tão ilimitada quanto a ambição do capital por conseguir lucro, que lhe dá origem . . . a preferência econômica pelo monopólio reflete-se na posição preferencial que deve vir ao encontro da própria nação. Esta se apresenta como a eleita ante todas as demais. Como a submissão de nações estrangeiras ocorre pela força e, portanto, de modos muitos naturais, à nação dominadora parece que sua dominação se deve às suas próprias qualidades naturais especiais, isto é,

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

às suas características raciais. Na ideologia racial surge assim disfarçado sob vestes científicas um fundamento para a ambição de poder do capital financeiro que justifica dessa maneira o condicionamento e a necessidade naturais de seus atos. No lugar do ideal democrático de igualdade aparece o ideal oligárquico de dominação.²²

Hilferding associa assim todo o ideário racista e militarista à natureza do capitalismo financeiro, com sua crescente monopolização e derrocada do liberalismo. Esta associação de Hilferding entre capitalismo financeiro e imperialismo foi muito influente sobre o pensamento marxista posterior, especialmente sobre Bukharin e Lenin, que a mais bem esquematizaram e delinearão.

Porém, nestes anos em torno de 1910 parte considerável dos partidos social democratas tendia a se moderar, abandonando a agitação revolucionária em prol de uma política reformista e de aproximação com outros partidos progressistas. Havia por isso uma tendência nestas alas reformistas de amenizar o tom denunciatório e elaborar uma visão mais ambivalente do capitalismo. Kautsky e Bernstein, dois importantes intelectuais nesta direção, defendiam a tese de que o imperialismo não era um produto necessário do capitalismo, mas simplesmente uma política externa incentivada fundamentalmente por certos grupos pequenos mas poderosos, principalmente bancos e industriais armamentistas, da qual a própria classe capitalista como um todo iria cada vez mais querer se livrar. Longe do expansionismo e militarismo beneficiar a classe capitalista como um todo, os gastos destas políticas reduziam consideravelmente o capital disponível para investimento em outros setores. Como argumentava Kautsky em **Ultraimperialismo**, publicado alguns meses antes do estopim da guerra em 1914, a tendência era dos carteis se expandirem de modo a levar os próprios Estados a se associarem, deixando de lado a rivalidade para investirem conjuntamente nos países agrários. Por isso a corrida armamentista seria uma anomalia que poderia ser desfeita através de acordos e negociações entre os vários países, caso houvesse suficiente pressão popular para corrigir a tensão entre seus dirigentes.

É em grande medida em contraposição a esta tendência “revisionista” que Luxemburgo, Bukharin e Lenin formularam suas teorias sobre o imperialismo. Rosa Luxemburgo em 1913 publicou **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**, questionando o “esquema de reprodução ampliada” (i.e., de manutenção da economia com acúmulo de capital) do segundo volume de **O Capital**, por pensar que a acumulação não teria como se realizar no esquema elaborado por Marx de uma sociedade capitalista

²²HILFERDING, *O Capital Financeiro*, pp. 314–15.

pura e isolada, abstraída não só do comércio exterior como mesmo da interação no seu interior com a produção e com atores sociais não capitalistas. Na verdade, o capitalismo sempre teria criado uma quantidade de capital incapaz de ser reinvestido no seu interior, necessitando constantemente de expandir-se por setores ainda não “capitalizados”. Destarte, a autora alega que a extração de mais valia tinha um “vínculo orgânico” com a difusão do capitalismo pelo mundo afora:

a acumulação capitalista tem . . . dois aspectos distintos. De um lado, tem lugar nos lugares de produção da mais valia — na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias. Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que em ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências. Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas, e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe.

O outro aspecto da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina. Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômico nessa confusão de atos políticos de violência, nesse confronto de forças.

. . . Os dois aspectos da acumulação do capital acham-se ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital, e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital.²³

Assim as “raízes econômicas” do imperialismo residiam nas próprias leis de acumulação do capital, e não consistiriam em nada mais do que “um método de acumulação”. O próprio militarismo tinha função importante não só na lucrativa produção armamentista para manutenção do Estado e conquista de territórios e mercados estrangeiros, como também na justificação da taxaço e integração das populações em geral e a conseqüente necessidade de abandono da economia de subsistência. E como o capitalismo estava “desde o primeiro até o último dia, num meio de formações précapitalistas da mais variada espécie . . ., estabelecendo também com as mesmas um intercâmbio econômico permanente”, não se poderia descrever apropriadamente seu desenvolvimento por meio de “uma ficção teórica morta, para a qual não existem

²³LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, p. 398.

aquele meio ambiente, aquela luta, nem aquele intercâmbio” que tanto marcam seu desenvolvimento histórico.²⁴ Por isso a chamada “acumulação primitiva” de Marx não deveria ser vista como um fenômeno restrito a estágios iniciais do capitalismo, mas como um processo de constante expropriação das “economias naturais”, um verdadeiro método de “acumulação via expropriação”, como recentemente chamou David Harvey,²⁵ inerente ao funcionamento do capitalismo e que o levaria a um eventual esgotamento de suas condições de existência:

Quanto mais violentamente o militarismo extermine, tanto no exterior como no interior, as camadas não capitalistas, e quanto piores as condições de vida das camadas trabalhadoras, tanto mais a história cotidiana da acumulação no mundo se transforma numa série de catástrofes e de convulsões, que, acrescentadas ainda às crises econômicas periódicas, tornarão impossível a continuação da acumulação e necessária a rebelião da classe operária internacional contra a dominação imperialista, antes mesmo que ela tropece economicamente na barreira natural colocada por ela mesma. O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica viva. Seu movimento de acumulação é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. A certo grau de desenvolvimento, essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo, isto é, de uma forma econômica que é, por definição, uma forma mundial, um sistema harmonioso em si mesmo, baseado não sobre a acumulação, mas sobre a satisfação das necessidades da humanidade trabalhadora e na expansão de todas as forças produtivas da terra.²⁶

Publicada em 1913, **A Acumulação do Capital** era, do mesmo como as futuras obras de Bukharin e Lenin sobre o imperialismo, em boa medida uma tentativa de se contrapor à tendência crescente dos partidos social democratas europeus de se ajustarem aos regimes políticos estabelecidos, particularmente suas crescentes aceitações do nacionalismo. Enquanto antes do estopim da Primeira Guerra Mundial o movimento socialista internacional prometia greves, protestos e rebeliões maciças em caso de guerra, muito rapidamente seus grupos constituintes praticamente capitularam e passaram a apoiar seus países de

²⁴LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, p. 432.

²⁵HARVEY, *O Novo Imperialismo*, pp. 115ss.

²⁶LUXEMBURG, *A Acumulação do Capital*, pp. 411–12.

origem. Particularmente marcante para Luxemburgo foi o voto do Partido Social Democrata Alemão em favor dos créditos de guerra sob a justificativa de que se tratava de uma guerra de emancipação nacional da Alemanha contra a opressão russa; e que levou a autora a escrever seu emblemático **Panfleto Junius** contra a guerra. Os setores do movimento socialista que se opuseram a esta capitulação, contudo, não chegaram a organizar uma frente coerente com uma estratégia unida: alguns, como a União Internacional da Juventude Socialista, insistiam apenas em criticar a guerra em nome da paz, enquanto outros, como Lenin, criticavam mesmo este pacifismo e argumentavam ser necessário transformar a guerra internacional numa guerra civil capaz de derrubar o capitalismo.

Foi neste contexto que Bukharin e Lenin escreveram suas obras sobre o imperialismo. Bukharin, em **A Economia Mundial e o Imperialismo** (escrito em 1915, mas publicado apenas em 1917), adota basicamente a teoria de Hilferding sobre o capitalismo financeiro, apesar de numa forma mais dogmática e profética, em grande medida para se contrapor a esta tendência social democrata de se acomodar às estruturas políticas estabelecidas. Enquanto os social democratas viam no imperialismo e na guerra consequências de uma política externa desastrosa mas desnecessária, Bukharin enfatizava que “o imperialismo é não só um sistema intimamente ligado ao capitalismo moderno: é o seu elemento essencial” e que com o início da Primeira Grande Guerra Mundial “o mundo estava entrando numa era de conflitos extremamente violentos”.²⁷ O autor insistia que o desenvolvimento capitalista não permitia mais tratar as economias nacionais como sistemas isolados, como costumava fazer a economia política, pois naquela época já se formava uma verdadeira “economia mundial”, um entrelaçamento das economias domésticas que repetia numa escala global o sistema de divisão do trabalho anteriormente em larga medida restrito nos seus interiores. Mas, se a economia mundial se encontrava num estado anárquico e competitivo tal qual as antigas economias domésticas, estas por sua vez se encontravam num estado de crescente monopolização, naturalmente resultante do próprio desenvolvimento econômico capitalista, especialmente do crescimento corporativo e da financeirização da economia:

O processo de organização dos monopólios capitalistas é a sequência lógica e histórica do processo de concentração e centralização. Assim como sobre os destroços do monopólio feudal nasceu a livre concorrência dos artesãos, que levaria ao monopólio da classe capitalista sobre os meios de produção, também no interior da classe dos capitalistas a livre concorrência cede lugar, cada vez mais, à limitação da concorrência e à formação de gigantescas economias que monopolizam a totalidade do mercado nacional.

²⁷BUKHARIN, *A Economia Mundial e o Imperialismo*, pp. 133, 151.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

Essas economias não poderiam ser encaradas, de forma alguma, como fenômenos “anormais” ou “artificiais”, produtos de estímulos do Estado — como, por exemplo, os direitos aduaneiros, as tarifas ferroviárias, os prêmios, as encomendas ou subsídios governamentais etc. Sem dúvida, todas essas “causas” contribuíram para acelerar o processo, mas não constituíram — e muito menos constituem — sua condição necessária. Na realidade, é certo grau de concentração no domínio da indústria que se configura, nesse quadro, como a condição *sine qua non*. Com efeito, quanto mais desenvolvidas são as forças produtivas de um país tanto mais poderosos são os monopólios. Papel especial desempenhou, nesse sentido, o sistema de sociedades anônimas — que facilitou o investimento de capital na produção e fez surgir empresas de amplitude sem precedentes. Fica, assim, mais fácil compreender por que o movimento de “cartelização” tem à sua dianteira os dois países — Estados Unidos e Alemanha — que, com uma celeridade febril, ocuparam os primeiros lugares no mercado mundial.²⁸

Estes grandes grupos nacionais por sua vez entravam crescentemente em competição uns com os outros no âmbito internacional, na medida em que se reduzia a quantidade de “mercados livres” capazes de escoar lucrativamente as produções. A necessidade de manter a rentabilidade fazia com que o apelo ao domínio militar e às tarifas protecionistas se tornava crescentemente necessário e os ânimos cada vez mais belicosos.

O autor acrescenta a isto a tese de que a eliminação dos competidores fracos e de outras formas de propriedade tendia a transformar as economias nacionais “em uma única empresa combinada, por meio de um vínculo organizacional que entrelaça a totalidade dos ramos da produção”.²⁹ Com esta formação do capitalismo monopolista no nível doméstico, passavam a fundir-se os interesses industriais e financeiros com o próprio poder estatal, formando o que Bukharin chamava de “capitalismo de Estado”. Em grande medida devido à crescente mobilização para as guerras, os governos cada vez mais interviam na economia, deixando de ser meros instrumentos políticos nas mãos das classes dominantes, e árbitros neutros nas suas disputas internas, para se tornarem, por meio da agência do capital financeiro, organizadores ou mesmo proprietários econômicos: “sendo ele próprio o principal acionista do truste capitalista nacional, o Estado moderno é sua mais alta instância organizada em escala universal. Daí, sua potência formidável, quase monstruosa”.³⁰ Nesta situação, a economia não tinha mais o caráter liberal de *laissez faire* e se transformava num “capitalismo coletivo”, cuja oligarquia financeira conduzia seus negócios

²⁸BUKHARIN, *A Economia Mundial e o Imperialismo*, p. 58.

²⁹Ibid., p. 64.

³⁰Ibid., p. 121.

diretamente por meio da ação estatal. Com esta fusão das funções políticas e econômicas, a própria separação entre Estado e sociedade era sistematicamente destruída e todas as áreas da vida social passavam cada vez mais a serem regimentadas. Bukharin, muito impressionado com a distopia de Jack London em *O Tacão de Ferro* (livro muito influente também sobre outros socialistas, como George Orwell com sua visão do futuro como uma “bota esmagando uma face humana — para sempre”), antecipava deste modo as futuras teorias sobre o “Estado totalitário” e a agonia dos socialistas das décadas seguintes sobre a possibilidade da emergência de um novo e tenebroso tipo de sistema, nem propriamente capitalista nem socialista, mas capaz de se perpetuar indefinidamente por meio da regimentação social. A esperança de Bukharin era, porém, que os conflitos no âmbito internacional pudessem provocar um colapso do imperialismo e levar às revoluções socialistas nos diversos países. Insistindo que a expansão do capital tinha criado um genuíno sistema capitalista mundial, ele projetou a imagem do capitalismo “desorganizado” de Marx numa escala internacional, passando a ver nas guerras as formas finais e mais avançadas da competição econômica capitalista.

Lenin leu e usou amplamente o manuscrito de Bukharin em seu **Imperialismo: fase superior do capitalismo** (escrito em 1916 e publicado no ano seguinte), seguindo basicamente a mesma explicação da expansão capitalista e a conclusão sobre a inevitabilidade da guerra e da revolução; sem, contudo, partilhar da sua teoria mais sombria sobre o “capitalismo de Estado”. Em vez, Lenin rejeitava veementemente a tendência, muito comum entre não só os defensores do imperialismo como também os “kautkistas” e “revisionistas”, de ver no capitalismo monopolista uma supressão das crises e conflitos capitalistas; ao contrário, segundo Lenin, “o monopólio que se cria em **certos** ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de **todo** o sistema da produção capitalista em seu conjunto” (grifos do autor) e forma um “fenômeno de transição, que representa uma mistura da livre concorrência com o monopólio”,³¹ provocando um estado de “parasitismo e decomposição”, dominado por uma oligarquia financeira ociosa, que, longe de abafar os conflitos decorrentes do capitalismo, apenas os acentua e leva ao extremo.³²

Contudo, o próprio nacionalismo se exacerbava não só no interior dos países industrializados para justificar o imperialismo, como também entre as próprias populações nativas dos territórios dominados, inspirando sua resistência:

O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade . . . Intensifica-se também particularmente a opressão nacional

³¹ LENIN, *O Imperialismo*, pp. 29, 39–40.

³² *Ibid.*, pp. 99ss.

e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação) . . . [Como já dizia Hilferding], destrói-se o isolamento agrário milenar das nações à margem da história, que se veem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que em outros tempos foi o mais elevado entre as nações europeias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural. Este movimento pela independência ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas, que prometem perspectivas mais brilhantes, e o capital europeu só pode manter a dominação aumentando continuamente as suas forças militares.³³

Enquanto Bukharin mantinha o foco da sua análise na estrutura nacional do capitalismo e, assim como a maioria dos socialistas, achava que o capitalismo tornava crescentemente anacrônico e reacionário o nacionalismo, Lenin tinha uma expectativa maior quanto à possibilidade dos levantes por emancipação nacional (tanto nas colônias quanto no interior da Europa) serem um dos fatores a preparar caminho para a queda do imperialismo. Esta foi uma posição muito polêmica dentro do movimento socialista, mas tinha particular importância no contexto russo, cujo regime czarista há séculos dominava um largo número de nacionalidades, e seguramente foi um importante elemento a contribuir para sua política de estabelecimento de repúblicas e oblasts administrativa e culturalmente autônomas para as várias nacionalidades na União Soviética.

1.4 FRANZ NEUMANN E A DESTRUIÇÃO NAZI DO ESTADO

Há ainda o importante estudo de Franz Leopold Neumann, **Behemoth: estrutura e prática do nacional-socialismo**; publicado já em 1942, foi primeiro tratado sistemático sobre o nazismo e logo se tornou influente obra tanto sobre as discussões da década de 1940 quanto sobre os estudos posteriores acerca do assunto; e que deu continuidade às teorias marxistas sobre o imperialismo, ao ver no expansionismo nazi a consequência da estrutura socioeconômica alemã, especialmente da capacidade produtiva da sua indústria pesada que então não conseguia ser empregada, além da luta das elites alemãs contra a perspectiva do socialismo. De acordo com Neumann, o mais forte elo de ligação do nazismo com a história ocidental era o capitalismo em sua versão monopolista, que

³³LENIN, *O Imperialismo*, p. 120–21.

aniquilava o caráter progressista da tradição liberal. Como veremos, assim como os marxistas do início do século vinte, Neumann via na ascensão da ideologia fascista e militarista a consequência de uma nova etapa da evolução do capitalismo, particularmente na sua nova forma monopolista.

Sua obra sobre o nazismo está, entretanto, intimamente relacionada aos seus estudos sobre o direito moderno, seus debates com os demais membros da chamada Escola de Frankfurt (da qual era membro, tendo uma amizade muito próxima com Herbert Marcuse e Max Horkheimer) e suas atividades políticas no Partido Social Democrata Alemão durante a República de Weimar, de modo a preservar, como em nenhuma das investigações posteriores sobre o assunto, muito vivo o leque de discussões daquele período. É visível a influência de Weber, Kelsen e Schmitt, do marxismo revolucionário e da social democracia entre o grande número de autores e temas aos quais Neumann se refere neste e noutros textos seus. Por isso seu livro não se limita a um simples tratado historiográfico sobre o regime nazista, mas carrega toda uma teoria filosófica sobre a natureza do Estado e do direito em suas múltiplas relações com a sociedade moderna, conseguindo com isto ser ao mesmo tempo contemporâneo e especulativo.

O autor, que tinha sua formação primária em direito e defendera enquanto esteve exilado em Londres na década de 1930 uma segunda tese de doutorado em ciência política sobre a história da ideia do *Rechtsstaat*, elaborou toda uma análise própria sobre o desenvolvimento do Estado e do direito modernos, defendendo estar ocorrendo com o nazismo um colapso não só do liberalismo, como também do próprio Estado. A tese fundamental de *Behemoth* é a de que não havia um Estado propriamente dito na Alemanha nazista. Longe do nazismo promover um Leviatã hobbesiano, a nova besta nazi correspondia muito mais ao seu Beemote, seu estado de caos e anarquia.

Por isso, apesar de Neumann seguir a tendência marxista de associar o Estado com o capitalismo, defendendo que a ascensão do Estado e do direito modernos estava intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo, persistia entretanto em defendê-los contra os ataques antiliberais, por, segundo alegava, o Estado e o direito terem também o potencial real não só de proteção da liberdade como também de instrumento de justiça social, de modo que seria mais proveitoso combater as forças que promoviam seus usos contrários. Além disto, sua análise do nazismo tentava mostrar não ser necessário o comprometimento entre direito e capitalismo, já que um podia se tornar independente do outro. Por um lado seria possível uma abolição ou regulamentação da propriedade privada dos meios de produção;³⁴ por outro, de fato a ascensão do nazismo estava consolidando uma nova forma do capitalismo, agora capaz de dispensar

³⁴NEUMANN, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, pp. 159, 203-4.

o **Rechtsstaat**. Dada esta complexidade sua, antes de entrarmos no modo como o autor compreende o nazismo especificamente, apresentaremos rapidamente sua teoria do direito e do Estado modernos mais gerais.

De qualquer forma, segundo o autor, a formação do direito liberal estava intimamente ligada ao surgimento do capitalismo, em sua forma clássica, quer dizer, competitiva ou liberal.³⁵ Próximo à doutrina weberiana, Neumann defende ser a peculiaridade do capitalismo clássico, e pressuposição do direito liberal, a existência de uma pluralidade de agentes independentes, mas em relativa situação de igualdade, de modo a ser necessária para suas coexistências uma estrutura legal na qual pudessem se justificar as expectativas do cumprimento dos mútuos acordos. O autor cita Hegel quando este dizia que o contrato é o meio pelo qual “eu possa ser proprietário não somente por meio de algo e de minha vontade subjetiva, como também por meio do desejo de outrem, e portanto de comum acordo”,³⁶ sendo destarte essencial para a existência da propriedade.³⁷ Por sua vez, para o contrato existir é necessário todo um sistema jurídico que torne previsíveis as ações dos participantes e assim lhes dê segurança de seu cumprimento. Mas para que isto ocorra o Estado e o direito têm de ter um caráter bem específico:

A tarefa primária do Estado é criar um sistema legal que garanta a satisfação dos contratos. A expectativa de que os contratos serão satisfeitos deve ser calculável. Quando há muitos competidores de força aproximadamente igual, as leis gerais são necessárias para a previsibilidade. Estas leis devem ser suficientemente específicas nas suas abstrações para limitar o arbítrio do juiz tanto quanto possível. O juiz não deve depender de princípios vagos [*Generalklauseln*]. Quando o Estado interfere com a liberdade e propriedade, a interferência deve ser calculável. Não pode ser retroativa, pois senão ela anularia expectativas já existentes. O Estado não deve interferir sem lei, senão a interferência não seria previsível. A interferência por meio de medidas individuais é intolerável por destruir a igualdade básica dos competidores. Finalmente, o juiz deve ele mesmo ser independente, quer dizer, os vários poderes no Estado devem ser completamente separados.³⁸

Idealmente, tal Estado tem de ser aquilo que Lassalle certa vez chamou de um “Estado guarda-noturno”: ele “deve funcionar de maneira imperceptível e deve ser realmente negativo”; ele não deve “agir” propriamente ou ter iniciativa, mas apenas aplicar as leis a fim de garantir o cumprimento dos contratos, que nesta perspectiva liberal são considerados as atividades e relações sociais básicas. Quem age e tem iniciativa são as pessoas, seja ao contratar entre si, seja ao

³⁵NEUMANN, *Behemoth*, p. 100.

³⁶HEGEL, *Elements of the Philosophy of Right*, ¶71.

³⁷NEUMANN, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, pp. 40–1.

³⁸NEUMANN, *Behemoth*, p. 443.

participar na formulação das leis que regerão seus contratos. A política liberal é destarte fundamentalmente a atividade legislativa (quicá parlamentar), de formulação do arcabouço geral no qual ocorre a atividade social.

De todo modo, com o desenvolvimento da economia nos séculos dezanove e vinte o direito liberal começou a se flexibilizar. Enquanto as doutrinas liberais clássicas do direito (Selden, Blackstone, Kant) rejeitavam veementemente a “equidade (no sentido aristotélico: como um corretivo para um direito geral rígido)”, com a crescente concentração de poder resultante do fortalecimento corporativo ela paulatinamente se inseriu nos sistemas jurídicos liberais. O conceito de “conspiração” da jurisprudência inglesa, o de “razoabilidade” da norte-americana e o de “boa moral” da alemã mostram como o direito geral “funciona melhor quando regula o comportamento de um grande número de competidores com forças aproximadamente iguais. Se tiver que tratar de concentrações de poder será substituído por medidas individuais clandestinas”.³⁹ Neumann interpreta o princípio da igualdade formal do pensamento liberal clássico como o ideal de dar condições legais equilibradas aos agentes sociais já em relativa posição de igualdade social.

Esta flexibilização baseada na equidade, quando realmente visava compensar as concentrações de poder oriundas das desigualdades econômicas existentes, era talvez o único aspecto positivo deste processo de informalização do direito. Ao contrário de Weber que identificava o processo de racionalização do direito e da sociedade com o desenvolvimento do capitalismo — identificando como reacionários e antirracionais todos os movimentos anticapitalistas —, Neumann pretende mostrar como o próprio desenvolvimento do capitalismo fez reverter seu sentido. Com a formação de monopólios o Estado se vê crescentemente confrontado com casos únicos, diante dos quais leis gerais não têm sentido:

Ambas as teorias e práticas legais passam por uma mudança significativa no período do capitalismo monopolista. O império da lei geral não é mais possível. Quando o Estado está confrontado com apenas um partido, um monopólio, não faz sentido estabelecer uma norma geral. A medida individual se torna a única expressão apropriada para o soberano. Ela não destrói o princípio de igualdade diante da lei, pois o legislador se encontra diante apenas de uma situação individual.⁴⁰

Atos administrativos se tornam crescentemente necessários devido à própria situação econômica. A falência de uma única grande empresa pode desestabilizar todo o mercado, de modo a ser necessária a intervenção estatal para a própria manutenção do sistema. Por outro lado, estas grandes corporações

³⁹NEUMANN, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, pp. 190–1.

⁴⁰NEUMANN, *Behemoth*, p. 445.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

assumem poder suficiente para influenciar a política em prol de seus interesses particulares, por exemplo, por meio de **lobbies**. Política e economia se mesclam crescentemente, contrariando ainda mais o modelo contratualista liberal. Ainda mais, os monopólios se tornam suficientemente fortes para dispensar o direito formal, procurando, em vez, promover sua informalização e assim se livrar da necessidade de reciprocidade.

A norma individual é calculável para o monopolista porque ele é suficientemente forte para dispensar a racionalidade formal. Não só a lei racional é desnecessária para ele, ela é muitas vezes um peso para o desenvolvimento pleno de sua força produtiva, ou mais frequentemente, para as limitações que ele pode desejar; a lei racional, afinal, serve também para proteger o fraco. O monopolista pode dispensar a ajuda das cortes já que seu poder de comando é um substituto satisfatório. Seu poder econômico lhe permite impor seus desejos aos consumidores e trabalhadores mesmo dentro da forma contratual. Os contratos monopolísticos típicos transferem todos os riscos concebíveis ao consumidor, que devem arcar com todas as obrigações da lei.⁴¹

O capitalismo nesta forma monopolista se torna o coveiro do liberalismo.

É a partir desta perspectiva que o autor elaborou sua análise do nazismo, tentando mostrar como o seu mais forte elo de ligação com a história ocidental era o capitalismo, em suas tendências monopolistas e imperialistas, que efetivamente aniquilavam o que havia de progressista na tradição liberal. Destarte, o imperialismo é tomado pelo autor como a chave de explicação para a compreensão do regime:

A dominação do mundo pode não ser o objetivo consciente do nacional socialismo, mas antagonismos econômicos e sociais o impulsionarão a estender seu reino muito além da Europa... Atrás de uma massa irrelevante de jargões, banalidades, distorções e meias verdades, podemos discernir o tema central, relevante e decisivo da ideologia: de que todas as doutrinas e valores tradicionais devem ser rejeitados, não importa se provenham do racionalismo francês ou do idealismo alemão, do empirismo inglês ou do pragmatismo americano, sejam liberais ou absolutistas, democráticos ou socialistas. Eles são todos hostis ao objetivo fundamental do nacional socialismo: a resolução pela guerra imperialista da discrepância entre as potencialidades do aparato industrial alemão e a efetividade que existia e continua a existir.⁴²

A seguir, enfim, apresentaremos os traços gerais da sua descrição do regime nacional socialista, e os motivos pelos quais julgava ser apropriado descrevê-lo

⁴¹NEUMANN, *Behemoth*, pp. 446-7.

⁴²*Ibid.*, pp. 37-8.

como uma espécie de neobarbarismo ascendente, que contrariava boa parte dos ideais políticos modernos. Primeiro mostraremos o modo como o autor pensava ser a relação da ideologia nazi com o imperialismo e sua transformação do pensamento em propaganda, que em conjunto com o terror seriam as bases sobre as quais o regime se sustentava, para finalmente apresentar sua tese sobre a inexistência de um Estado, ou mesmo do direito, naquele regime.

Quanto ao racismo, Neumann pensava que o caso da ideologia americana do “fardo do homem branco” era típico, já que, num país forjado sob os auspícios do liberalismo, no momento em que se entretinha com guerras coloniais, surgiu exatamente para justificar a superioridade de seu povo frente as populações conquistadas. “É manifesto”, dizia Josiah Strong, “que os anglo-saxões mantêm em suas mãos os destinos da humanidade, e é evidente que os Estados Unidos devem se tornar o lar desta raça, o assento principal desta força”. O que é manifesto ou evidente, entretanto, para Neumann (provavelmente sob alguma influência de Hilferding), é que tal apelo racista era um substituto à ideia liberal de nação, pois esta se assentava na igualdade fundamental de todos os homens, e deste modo não tinha como justificar qualquer domínio sobre o estrangeiro. No modo como o autor compreende, a ideia nacional era um importante elemento do Estado moderno, por o contrato social baseado exclusivamente no interesse próprio, tal como formulado por Hobbes, não ser capaz de “tornar concreta a vontade geral” e manter unidas e distintas as sociedades entre si. O nacionalismo liberal por isso tomava o Estado como o próprio elemento de fundação sobre o qual a nação se assenta. Em contraposição, sua versão étnica e racial, popular na Alemanha, possuía um caráter antiliberal:

A ideia nacional usualmente anda de mãos dadas com o princípio democrático e com a soberania popular, e ambos eram extremamente desagradáveis aos teóricos e políticos alemães. A desunião alemã e as rivalidades entre os vários Estados e seus príncipes pode ter muito a ver com este desgosto. Em qualquer caso, sempre que os teóricos e políticos alemães falaram da nação, eles a divorciaram de quaisquer implicações jacobinas, democráticas ou políticas, isto é, de qualquer doutrina de soberania popular . . . A ênfase na soberania da nação como tal equaliza todas as nações e constitui uma barreira contra a asserção da superioridade nacional. Se a nação se funda na decisão livre de homens livres, nenhuma nação é superior a qualquer outra. A soberania nacional restringe a expansão imperialista. De fato, sempre que Estados democráticos apelam a tal expansão, eles quase que invariavelmente abandonam o conceito nacional e glorificam atributos raciais e biológicos que supostamente os tornam superiores aos conquistados.⁴³

⁴³Ibid., p. 103.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

Por outro lado, o apelo racial tinha também frequentemente a função doméstica de combater as ideias socialistas, que vinham se fortalecendo ao longo do século dezenove. Como exemplo, Neumann cita Friedrich List e Adolph Wagner, que tentaram se “contrapor às teorias socialistas da luta de classes por meio do repúdio do pensamento político liberal e da elaboração de um esquema de capitalismo de Estado que pudesse ‘incorporar’ as classes trabalhadoras e embeber o povo inteiro com o espírito de sua superioridade racial”. Wagner dizia explicitamente que o conceito de nação era perigoso por conferir às classes trabalhadoras igual direito, entregando-lhes o destino da nação e do Estado; enquanto List, “o primeiro nacional socialista articulado”, já defendia uma aliança com a Inglaterra para “conduzir os negócios do mundo, civilizar os países bárbaros selvagens, popular os ainda desabitados”, deste modo fortalecendo a Alemanha e combatendo a ameaça socialista. A proposta dos autores era simples e clara: por o liberalismo ser incapaz de combater o socialismo — e para Neumann isto significa: por o liberalismo não ser incompatível com o socialismo —, dever-se-ia promover uma regimentação estatal de modo a fomentar a economia e assim enfraquecer o poder político do proletariado.

Quanto ao antissemitismo, Neumann defendia que ele tinha uma longa história dentro e fora da Alemanha, mas sua associação com as teorias raciais oitocentistas tinha se mostrado uma panaceia fanática e incapaz de ser levada a sério senão por aqueles já por ela convencidos. O tema recorrente nos escritos antissemitas era a teoria da conspiração mundial dos Sábios de Sião, segundo a qual alguns judeus teriam sido eleitos para conduzir o capitalismo mundial, enquanto outros para conduzir os movimentos socialistas, podendo assim maquinar conjuntamente para destruição do “arianismo”. A teoria era tão mirabolante e o fanatismo de seus defensores tão extremo que poucos a levaram a sério, excetuando uma pequena parte da classe média, que lhe parecia ter especial predileção. Como mostraremos a seguir, Neumann pensava por isso que o antissemitismo era usado conscientemente pelas elites alemãs durante o regime nazi como instrumento de pura propaganda e engodo para a manipulação das massas; ou, como ele chama, um **arcanum dominationis**, uma técnica de manutenção do poder. No modo como o autor compreende, a ideologia nazi era basicamente propaganda, por mais genuína que tenha sido a crença dos líderes nazistas nela.

A mixórdia de ideias heterogêneas, a constante adaptação às situações cambiantes, o apelo ao irracionalismo, os argumentos capciosos, o estilo abominável e inconsistente dos seus ideólogos, tudo indicava a existência de uma razão oculta do regime. Neumann chega a sugerir que o nacional socialismo como que retornou ao século quatorze, nos primórdios do Estado moderno, período da “indulgência estatal, quando a ‘teoria’ não era nada mais do que um **arcanum**

dominationis, uma técnica fora do certo e do errado, uma mera soma de dispositivos para manter o poder”. De **arcanis rerum publicarum**, publicado em 1605 por Arnold Clapmar, apresentava “similaridades impressionantes com o nacional socialismo na transformação do pensamento em técnicas de propaganda”. Aliás, Hitler teria um precursor bem expressivo em Cola di Rienzi, o demagogo romano do século quatorze (imortalizado na ópera homônima de Wagner, predileta de Hitler) fundador de um regime profascista, quando Roma passava por uma aguda crise econômica oriunda da transferência do poder papal para Avignon; regime este “marcado pela mesma mistura de astúcia e paixão que observamos na história recente da Alemanha”.

[Nestas situações] somos confrontados com massas cuja posição se tornou insuportável. Estas massas mostram tendências revolucionárias, seu ressentimento contra seus governantes aumenta na medida em que tomam consciência da sua frustração. O líder fascista moderno canaliza a inquietação de modo a deixar intocados os fundamentos materiais da sociedade. Em nosso tempo, isto só pode ser feito pela substituição do pensamento por celebrações mágicas, não só em cerimônias públicas mas também na vida cotidiana. Para alcançar este objetivo, o isolamento do indivíduo, característica da sociedade moderna, é intensificado ao máximo com a ajuda de uma imensa rede de organizações burocráticas e uma ideologia oportunista, infinitamente elástica.⁴⁴

De acordo com Neumann, os nazistas só puderam chegar ao poder e lá se manter com o apoio dos estratos mais reacionários da sociedade alemã. Ainda mais, o autor destaca bem ao longo de seu livro o fato do regime nazi não ser homogêneo, mas caracterizado pelas disputas entre partido, exército, serviço civil e grande indústria, todos com objetivos próprios mas mutuamente dependentes, de modo a necessitarem comprometer-se uns com os outros. A ascensão do partido nazi provocou relativas poucas mudanças no exército, na burocracia estatal e na indústria monopolista, muito os beneficiando e promovendo uma situação de maior segurança do que tinham no período de Weimar. Frente à situação anteriormente existente, era visível a saída a todos conveniente: a expansão imperialista.

De acordo com o autor, a propaganda seria um dos principais instrumentos do regime, pois quando não está no poder, o movimento nacional socialista “aproveita-se dos pontos fracos [soft spots] no corpo social”, utilizando qualquer teoria que se mostre útil (seja capitalista ou anticapitalista, autoritária ou antiautoritária, em defesa das minorias ou contra, pela reforma agrária ou contra, pela propriedade privada ou contra, pelo idealismo ou contra); no poder a propaganda assumia outra função, vital para a sustentação do regime:

⁴⁴NEUMANN, *Behemoth*, p. 467.

manter as massas num constante estado de tensão, insistindo no ativismo sem pensamento, de modo a “fazer a ação de um aparato autoritário parecer a atividade espontânea das massas”. Neumann destaca cinco princípios de organização seus:⁴⁵ 1) Por temer que corpos sociais minimamente autônomos se tornem focos de descontentamento e resistência, o nacional socialismo os incorpora e transforma em agências administrativas. 2) Ele promove a atomização do indivíduo pela destruição de todas as formas de solidariedade e espontaneidade que podem emergir das organizações sociais independentes. “A estrutura natural da sociedade é dissolvida e substituída pela ‘comunidade popular’ abstrata, que esconde a completa despersonalização das relações humanas e o isolamento entre os homens”, surgindo como resultado um indivíduo de tipo sadomasoquista, que “se regozija do poder e da glória do meio do qual se tornou parte”. 3) Para que essa massa indiferenciada possa ser controlada é criado artificialmente um novo tipo de diferenciação interna: as elites, que recebem toda sorte de privilégios e agem como “ponta de lança” dentro da massa amorfa. 4) Por sua vez, a propaganda “previne as massas de pensar . . . A ideologia é um processo incessante de mudança e adaptação ao sentimento prevalecente das massas”. 5) Finalmente, o terror tem de estar constantemente presente, pois a propaganda se “desgasta” e precisa ser complementada com a violência física. A propaganda, que nada mais é do que “violência contra a alma”, tem de ser compreendida juntamente com o terror “como dois aspectos de um desenvolvimento único: a transformação do homem na vítima passiva de uma força omni-inclusiva que o bajula e o aterroriza, que o aviva e o envia a campos de concentração”.⁴⁶

Ainda mais, segundo Neumann esta ideologia da comunidade popular tinha de ser complementada com o racismo antisemita para justificar a causa imperialista. A teoria de Schmitt sobre a necessidade de um inimigo para manter a unidade popular “é verdadeira se a sociedade é agressiva. O novo inimigo é o judeu. Ao jogar todo o ódio, todo o ressentimento, toda a miséria sobre um inimigo que pode ser facilmente exterminado, mas não pode resistir, a sociedade ariana pode ser integrada num todo”.⁴⁷ Neumann defendia que os judeus assumiam perfeitamente a posição de bodes expiatórios, pois o “inimigo” tinha de ter alguma presença política para poder ser visto pelo povo como a causa dos seus males, mas não devia ser capaz de reagir e se defender; esta era uma das principais razões para a Igreja Católica não ter sido eleita. Sob o ponto de vista da política exterior, o antisemitismo servia para justificar a invasão dos países imediatamente a leste, com população de cultura alemã e minorias judias. Para além destes países, o apelo a outras armas ideológicas fez-se necessário: a

⁴⁵Cf. NEUMANN, *Behemoth*, pp. 400–3.

⁴⁶Ibid., p. 221.

⁴⁷Ibid., p. 125.

ideia tradicional e romântica do **grossdeutsche Reich** (donde provém a ideia do Terceiro Reich; que, contudo, na concepção de Stephan George, seu criador, tinha um sentido estritamente cultural, de acordo com a tradição humanista mais antiga da qual se origina) e a escola geopolítica com seu conceito de “espaço vital”. O modo como os nazistas as usavam mostra-nos como “distorceram e alteraram doutrinas já existentes para encaixá-las em seu próprio esquema de ideias e ações. Eles não inventaram mais a geopolítica do que inventaram a ideia de um **grossdeutsche Reich**. O que fizeram foi explorá-las muito melhor que os imperialistas alemães anteriores”.⁴⁸

Esta ênfase na função propagandística da ideologia, mesclada ao terror como instrumentos de dominação, está intimamente ligada ao modo como o autor compreendia a organização da cúpula do regime, pois, longe de aceitar a auto-proclamação do regime como objetivamente fundado sobre o poder carismático todo-poderoso de Hitler, o autor tendia a vê-lo mais como um “agente de compromisso” entre os vários grupos dominantes, com a difícil tarefa de mantê-los suficientemente coesos e assim impedir sua derrocada. Que os plutocratas preferiam os autocratas é inegável, mas que a razão de ser do regime nacional socialista fosse a promoção dos interesses plutocráticos, eis uma tese mais polêmica de Neumann.

Mas isto significava que tinham desaparecido a própria soberania e o império da lei, elementos constitutivos da concepção moderna do Estado. No regime nazi a mediação política não se dava mais pela via legal e constitucional, vinculada à racionalidade formal do direito liberal, mas por um personalismo justificado num obtuso carisma, que acabava por aniquilar não só a segurança da sociedade como também a própria soberania estatal. O regime nazi não era um governo legal, mas se assemelhava muito mais a uma “clique”, a um gangsterismo, composto de grupos ligados por nada mais que violência e interesses exclusivos.

Por isso, em contraste com o fascismo italiano, que manteve até o fim do seu regime muito fortemente a ideologia do Estado totalitário, o regime nacional socialista apenas apelou a tal doutrina durante os primeiros anos do governo de Hitler. A razão de na Itália a apologia do Estado ter sido tão forte se devia às agudas diferenças regionais e tumultuada história, de modo a haver uma necessidade objetiva de fortalecê-lo:

O fascismo exaltou o Estado porque ao longo da história italiana o Estado sempre foi fraco. A unificação da Itália, que ocorreu mais ou menos no mesmo tempo da unificação da Alemanha, não levou à criação de um poder estatal forte. A Itália permaneceu um país dividido por agudos

⁴⁸Ibid., pp. 137-8.

1 As Teorias Econômicas do Imperialismo

antagonismos geográficos, econômicos e sociais . . . Uma Itália democrática teria a mesma necessidade, apesar de que teria empregado diferentes métodos e agido por motivos diferentes. Tudo isto, porém, explica porque os apologistas do Estado são tão centrais na ideologia fascista.⁴⁹

Neumann destaca três motivos fundamentais para o discurso sobre o Estado totalitário ter tido certa aceitação nos primeiros anos do governo de Hitler:⁵⁰ 1) até a tomada de poder, o movimento nazi não tinha se distinguido adequadamente do fascismo italiano, destarte ainda tomava muito como referência seu jargão e objetivos, de modo que a expectativa dos estratos mais reacionários da população (“professores universitários, burocratas, oficiais do exército e grande industriais”), apoiadores do regime, era a de que Hitler restaurasse a dignidade perdida do velho Estado. 2) Ele também servia às necessidades do momento, pois muitos membros do movimento procuraram “agarrar todos os espólios e ofícios que conseguiam”, sendo necessário refreá-los para manter o apoio do exército, da burocracia e da grande indústria. Hitler sabia que precisava do apoio destes setores, por isso teve inclusive de expurgar o grupo de Röhm, que vinha exigindo uma “segunda revolução” com a nacionalização da grande indústria e abolição da **Reichswehr** e da burocracia. 3) Um terceiro motivo está no fato da teoria do Estado totalitário ter servido de “instrumento para coordenar todas as atividades públicas. O controle absoluto de cima — a famosa **Gleichschaltung** (sincronização) das atividades federais, estaduais, provinciais e municipais — foi justificado com a doutrina do direito e poder total do Estado”. Foi com este processo de “sincronização” que Hitler conseguiu justificar o desmantelamento dos mecanismos legais que regulavam seu poder — com a aprovação da **Ermächtigungsgesetz** (lei habilitante) de 1933 —, assegurando seu completo domínio sobre a Alemanha.

Porém, quase no mesmo momento a ideia do Estado totalitário começou a ser atacada. Já em janeiro de 1934, Alfred Rosenberg denunciou que “o Estado totalitário, ou ‘abstrato’, pertencia ao período do liberalismo”, durante o qual ele estava acima da nação e seus representantes alegavam preeminência sobre os cidadãos. Mas não mais, pois a partir de então o Estado se tornaria uma “ferramenta da filosofia nacional socialista”, sob condução do partido. “Rosenberg indicou claramente as razões pelas quais ele denunciou a supremacia do Estado. A idealização do Estado, disse ele, implica a glorificação dos seus oficiais à custa do movimento. Ele recomendou descontinuar o discurso sobre o Estado totalitário e enfatizar a totalidade da visão de vida nacional socialista”.⁵¹ Tal atitude está de pleno acordo não só com seu livro, **O Mito do Século Vinte**,

⁴⁹ NEUMANN, *Behemoth*, pp. 76–7.

⁵⁰ Cf. *ibid.*, pp. 49–51.

⁵¹ *Ibid.*, p. 63.

“no qual denunciou o Estado, recusando-se a ‘ajoelhar no pó’ diante dele, e atacou Hegel”, como também com **Mein Kampf**, no qual Hitler expressa semelhante desprezo e alega que o Estado “não é um conceito moral ou a realização de uma ideia absoluta, mas é o servo do povo racial” (motivo pelo qual chega a defender o direito de resistência). O mito do século vinte referido por Rosenberg em seu livro não é o Estado, mas a raça.⁵² Também é expressivo o texto de Schmitt, **Estado, Movimento, Povo**, no qual o autor defende uma equivalente inversão entre “movimento” (i.e., partido) e Estado — apesar de, para sua infelicidade, Schmitt ter mantido o povo numa posição subalterna, o que provocou muitos protestos apaixonados. De acordo com Neumann, esta “revolta do partido” obrigou Hitler a abandonar a “arma ideológica” da doutrina do Estado totalitário.

De um modo geral, a situação resultante foi a formação de “quatro grupos sólidos e centralizados, cada um operando sob o princípio de liderança, cada com um poder legislativo, administrativo e jurídico próprio”,⁵³ pois, apesar da reivindicação de monopólio ideológico, o partido não conseguiu penetrar nas burocracias ministeriais, industriais e militares, tendo grande parte seus antigos integrantes permanecido em seus postos. O partido tinha se tornado soberano no que concerne a polícia e a juventude, e seus membros não deviam obediência aos oficiais ou tribunais civis, de modo que ele não mais podia ser tido como uma “corporação pública”. Ainda segundo o autor, tinha havido uma verdadeira autonomização dos vários aparelhos burocráticos, já que o Estado, seu antigo laço de união, tinha sido “abolido ideologicamente e em certa medida mesmo na realidade”. Ainda mais, o substituto oferecido, a adoração carismática do Líder, não seria adequado, pois ia “se esvaziar completamente assim que ele não prove seu valor, isto é, não seja bem sucedido”.

⁵²Neumann tem uma interessante resenha do livro de Ernst Cassirer, **O Mito do Estado**, na qual questiona a ideia de que o movimento nazi vivia sob um tal mito, chamando atenção para o fato de que duas das três fontes ideológicas destacadas por Cassirer (Carlyle e Gobineau) nem sequer terem formulado uma teoria do Estado. Carlyle tinha uma espécie de adoração do heroísmo político, enquanto Gobineau defendia um racismo basicamente reacionário, voltado para a política interna, com objetivo de restaurar os privilégios perdidos da aristocracia. A filosofia racionalista de Hegel, a suposta terceira fonte ideológica do nazismo, de forma alguma pode ser dita formular um mito, além de ser “impalatável para o ‘dinamismo’ nacional socialista”, como o próprio Cassirer reconhece. Aliás, como fica explícito nesta resenha, para Neumann não só o liberalismo tem uma visão instrumental do Estado, como também o nazismo: “Para o liberalismo, o Estado é um meio de promoção dos direitos dos indivíduos; para a democracia, o agente que guarda os interesses da nação; para o bolchevismo, o aparato para realizar a ditadura do proletariado sob a condução de sua vanguarda; para o nazismo, um entre os vários instrumentos para o bem-estar do povo racial sob a liderança do partido” (NEUMANN, “The Myth of the State, de Ernst Cassirer”, p. 435).

⁵³NEUMANN, **Behemoth**, p. 468.

Nada resta senão lucro, poder, prestígio e, acima de tudo, medo. Desprovidos de qualquer lealdade comum e preocupados somente com a preservação de seus próprios interesses, os grupos dominantes romperão tão logo o Líder milagreiro encontre um oponente de valor. No presente, cada seção precisa das outras. O exército precisa do partido porque a guerra é totalitária. O exército não pode organizar a sociedade “totalmente”; isto é tarefa do partido. O partido, por outro lado, precisa do exército para vencer a guerra e assim estabilizar e mesmo ampliar seu próprio poder. Ambos precisam da indústria monopolista para garantir a expansão contínua. E todos os três precisam da burocracia para alcançar a racionalidade técnica sem a qual o sistema não consegue operar. Cada grupo é soberano e autoritário; cada é equipado com poderes legislativos, administrativos e jurídicos próprios; cada um é assim capaz de conduzir hábil e inescrupulosamente os compromissos necessários aos quatro.⁵⁴

Dado que a lei geral não era necessária para sua integração, suas decisões não precisavam ser formalizadas, nem sua constituição ter qualquer estrutura formal. Em contraste com a situação italiana, na qual “o Grande Conselho do Fascismo e a Monarquia eram instituições bem separadas e distintas em relação ao Duce, . . . é impossível apontar o dedo para qualquer instituição nazi e designá-la como a agência na qual as decisões políticas são tomadas”,⁵⁵ o que permitia a Hitler evitar qualquer tomada de poder simplesmente pela ocupação de alguma instituição em particular; somente em coordenação elas tinham poder.

Behemoth se tornou um clássico rico em intuições que viriam a ser muito debatidas pela historiografia nas décadas seguintes, tornando-se importante fonte de inspiração não só dos autores da chamada corrente de pesquisa funcionalista em sua disputa com a dita corrente intencionalista para a explicação da “solução final”, mas incluso sobre a tese de doutorado de Raul Hilberg, publicada em 1961 como **A Destruição dos Judeus Europeus**, obra inaugural dos chamados estudos sobre o holocausto.

Seu livro, porém, data de 1942. Ainda em plena guerra e sem o conhecimento da extensão dos campos de concentração e extermínio, o autor acabou por não dar a devida importância à ideologia, em especial ao antisemitismo, na condução da política nazi, ao vê-la fundamentalmente como um **arcanum dominationis**, um mero instrumento de manipulação da população para a justificação da

⁵⁴NEUMANN, *Behemoth*, pp. 397–8.

⁵⁵*Ibid.*, p. 522.

política imperialista. Tal negligência se deve à sua compreensão do regime como marcado pela divisão entre quatro grandes grupos (partido, burocracia civil, forças armadas e grande indústria), com interesses diferentes mas mutuamente dependentes, de modo que, por mais genuína e fanática que tenha sido a crença da cúpula partidária na ideologia, o mesmo não podia ser dito dos outros grupos: para Neumann tais convicções ideológicas tinham de disputar lugar no jogo de forças daquela coligação. Contudo, o grau e extensão da destruição e violência do regime viria mostrar que, se é verdade que houve um cálculo de interesse das elites em participar daquele regime, de todo modo o fanatismo ideológico conseguiu dominar a condução de sua política.

Mas esta relativa pouca importância dada por Neumann à ideologia seria em alguma medida corrigida após a guerra, quando o autor, apesar de não ter chegado a elaborar um novo estudo aprofundado sobre o tema do nazismo, passou a se dedicar aos temas da ditadura e da psicologia política. Há em especial uma resenha sua de 1946 sobre o livro *Ditadura e Polícia Política* de Ernst Kohn-Bramstedt, na qual Neumann enfatiza o caráter insólito do terror nazi frente às suas formas tradicionais:

A repressão dos napoleões, dos czares, dos soviets e do OVRA, apesar de não serem defensáveis, pelo menos são racionais. Em cada um desses casos, a polícia ponderou as relações entre meios e fins. Sob o sistema nazi testemunhamos algo bem diferente. Vimos o treinamento deliberado na prática do terror pelo próprio terror. O fim não mais justificava os meios, mas os meios enquanto tais eram justificados, desde que fossem suficientemente aterrorizadores. As medidas adotadas pelo Escritório Central de Segurança contra judeus, poloneses, russos e outras nacionalidades não eram de nenhum modo adotadas para aterrorizar a população para submetê-la, pois elas eram cuidadosamente escondidas, e o povo tinha só uma suspeita de que tais monstruosidades estavam sendo cometidas. É este terror que separa o nazismo de todas as outras formas de ditadura. Seu objetivo era a liquidação de nações inteiras — para criar espaço para a raça mestre — e a criação de uma elite de terroristas unidos pela prática do terror . . . A tarefa principal deveria ser explicar em termos psicológicos e socioeconômicos a natureza peculiar do sistema nazi.⁵⁶

Por mais influentes que possam ter sido as elites alemãs na ascensão do nazismo, não há como explicar o grau extremo a que chegou seu terror simplesmente pelos interesses destes grupos conservadores. Por isso, como reconhece Neumann em sua resenha, uma explicação socioeconômica sua tem de ser complementada com psicologia sociopolítica. É neste sentido que Hannah Arendt desenvolveu sua teoria do imperialismo.

⁵⁶NEUMANN, "Dictatorship and Political Police, de Ernst Kohn-Bramstedt", pp. 452-53.

2 A TEORIA DO IMPERIALISMO RACIAL

Apresentaremos neste e no próximo capítulos a teoria arendtiana do “imperialismo racial”, desenvolvida pela autora em meados da década de 1940, e muito claramente apresentada em alguns esboços e resumos enviados pela autora à editora Houghton Mifflin em 1946, nos quais discute a publicação de um livro sobre o imperialismo.¹

Como revela sua correspondência com o editor, Arendt planejava terminar de escrever sua obra até o final de 1947. Contudo, ao longo daquele ano, ao que parece, a autora acabou adotando o conceito de “totalitarismo”, no lugar da concepção até então adotada do nazismo como uma forma de “imperialismo racial”, motivo pelo qual alterou significativamente seu projeto e passou a utilizar (apesar da diferença fundamental entre estas duas concepções) boa parte das suas ideias e textos na versão que seria finalmente publicada em 1951 como **Origens do Totalitarismo**. O resultado é que o livro publicado mistura textos e ideias relativas a estas duas formas de compreender o nazismo. Por isso, no que se segue, apresentaremos a teoria arendtiana acerca do imperialismo, utilizando os capítulos pertinentes da segunda parte de **Origens**, na medida do possível indicando também os textos fontes (i.e., os artigos publicados ao longo da década de 1940), sem fazer referência à ideia de totalitarismo, cujas poucas ocorrências nesta e na primeira parte do livro são sempre alterações e acréscimos inexistentes nos artigos originais. De qualquer forma, deixaremos para apresentar sua compreensão do antissemitismo moderno apenas no próximo capítulo, devido à extensão do texto, apesar de ser parte integrante de sua explicação do nazismo como uma forma de imperialismo racial.

A autora elaborava seu projeto já nos termos que posteriormente utilizaria para descrever sua teoria do totalitarismo: pretendia mostrar os vários “elementos” que se “cristalizaram” no “amálgama” do nazismo, sem pretender com isto mostrar o período histórico como um todo, ou tratá-lo como um processo inexorável e contínuo:

¹Ver ARENDT, “Publishers, 1944-1975, n.d. — Houghton Mifflin — 1946-1949”, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

Esta abordagem faz uso da história mas não produz um estudo histórico no sentido estrito da ciência histórica. Primeiro porque seu material — a história do antissemitismo, do imperialismo, do racismo — pertence àquelas correntes subterrâneas da história ocidental que apenas agora vieram à tona; segundo porque ela não tem como usar os métodos da escrita histórica, já que estes pressupõem um fluxo contínuo e uma tradição estabelecida. Na opinião da autora, este fluxo contínuo da história ocidental foi interrompido pelas correntes diabólicas que finalmente foram drenadas conjuntamente pelo movimento fascista. A tarefa estilística principal deste estudo, assim, é evitar a lei inerente de toda historiografia que é a preservação e justificação e elogio; e apresentar o seu resultado de tal modo que sirva ao propósito oposto e intrinsecamente a-histórico de destruição. Os elementos que devem ser eliminados da tradição e pensamento ocidentais são preparados na forma de seções transversais históricas. A autora nunca pretende apresentar a história como um todo.²

Seu projeto era assim o de expor uma confluência de vários fatores que resultaram no nazismo como “a primeira organização bem planejada de um povo como uma raça . . . baseada na aliança entre capital e ralé, objetivando uma expansão ilimitada (conquista mundial) e antecipando de bom grado a destruição de tudo o que não podia possuir”.³ Arendt tendia a ver no nazismo o simples amálgama do antissemitismo com as políticas e mentalidades imperialistas e racistas, numa forma extremada que consumaria certa tendência suicida inerente ao imperialismo.

Como mostraremos a seguir, a autora subscrevia às teorias econômicas do imperialismo, vendo nele o resultado do crescente interesse em investimentos externos da burguesia de modo a pressionar os Estados nacionais a se aventurarem ao redor do globo numa disputa pelo maior número de territórios. Contudo, o objetivo econômico original, de acumulação de capital, teria sido superado com o papel que a ralé (a população “supérflua” da sociedade) teria assumido nos países colonizados, principalmente na África do Sul. A partir de então, uma pura procura por expansão teria se tornado o objetivo fundamental da política imperialista, com todo seu caráter destrutivo e violento.

Foi como resultado deste tipo de domínio que se estabeleceram como formas de governo o racismo e a burocracia, vindo a ter um “efeito bumerangue” no interior da Europa, principalmente sobre os movimentos pan-nacionalistas, com suas ideologias antissemitas e antiestatais. Arendt associa os movimentos pan-nacionalistas à tentativa de emulação da política imperialista no interior europeu, de modo que, longe de serem a simples continuação do nacionalismo tradicional, ligada à “trindade Estado-povo-território” e tendente a fixar-se em

²ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 4.

³Ibid., p. 14.

Estados nacionais, tais movimentos teriam tendências a um expansionismo ilimitado, de modo a se tornarem avessos a toda estrutura estatal.

Segundo a autora, o racismo teria servido ao nazismo como forma de desligar o povo da sua vinculação ao território e ao Estado, trocando a “terra natal pela pertença a um grupo que se sinta em casa em qualquer lugar onde possa dominar”, de modo a assim perseguir a ambição expansionista do imperialismo. Os judeus passaram a ser vistos como um modelo de povo já organizado racialmente, capaz de manter sua identidade e senso de importância (com a pretensão de ser um povo escolhido, **chooseness, Auserwähltheit**) mesmo sem um território ou Estado próprio. Nos **Protocolos dos Sábios de Sião** estariam expostos os “princípios sólidos da política racial”. A rale teria tido uma facilidade especial em adotar o racismo no lugar do nacionalismo tradicional, por não ter qualquer posição ou interesse estabelecidos dentro da sociedade, constituindo parte essencial na liderança nazista. Ainda mais, o nazismo teria realizado a primeira tentativa consistente e radical de organização do povo como raça, com sua política expansiva que não se contentaria com nada menos que a dominação global ou a destruição total.

Mas, como ficará visível na discussão, um tema ubíquo na sua teoria é a importância do Estado e da cidadania para uma vida humana digna. De acordo com Arendt, a Europa das primeiras décadas do século XX encontrava-se numa profunda crise do seu sistema de Estados nacionais, e com ela surgira uma massa de pessoas na mais completa exclusão de todo o direito. O nazismo, mais uma vez, aparece como uma destruição completa deste modelo político, oferecendo a organização racial como uma alternativa perversa e bárbara, uma verdadeira “queda do ocidente”, uma “decadência da humanidade”.

Esta é em linhas gerais sua compreensão do nazismo como imperialismo racial. Vejamos a seguir em detalhes como a autora elabora sua teoria.

2.1 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA BURGUESIA

O Imperialismo, que entrou em cena pela primeira vez no final do último século, hoje se tornou o fenômeno político dominante. Uma guerra combatida numa escala apocalíptica revelou as tendências suicidas inerentes em toda política consistentemente imperialista. Ainda assim os três impulsos fundamentais do imperialismo — poder pelo poder, expansão pela expansão e o racismo — continuam a dominar o globo. A política não parece mais ser tratada como a arte de viver conjuntamente: ela

2 A Teoria do Imperialismo Racial

rapidamente está se desenvolvendo numa técnica bem complicada de destruição mútua.⁴

Nestes termos Arendt abria em 1946 seu ensaio **Imperialismo: caminho para o suicídio**.

E nestes o concluía:

O Estado nacional até agora tem sido a mais forte defesa contra a ilimitada sede de poder criada pela sociedade burguesa; ele sobreviveu à tomada de poder pela ralé e à integração das políticas imperialistas na estrutura dos Estados ocidentais. Mas a soberania do Estado, que antes supostamente expressava a soberania do povo, é hoje ameaçada por todos os lados. A genuína hostilidade da ralé ao Estado se equipara à desconfiança não menos genuína do povo ele próprio, que não mais sente o Estado como um representante seu ou como uma garantia à sua sobrevivência. Com a incapacidade de emergir qualquer ideal humano mais abrangente, este sentimento fundamental de insegurança foi o aliado mais forte que Hitler encontrou na Europa no início da guerra, e ele não irá desaparecer meramente com a queda de Hitler ou da Alemanha.⁵

Estas (além da questão judaica) eram as preocupações fundamentais de Arendt naqueles anos. A ascensão do imperialismo era por ela vista juntamente a uma grave crise do sistema europeu de Estados nacionais, que não mais demonstravam força e legitimidade para organizar a vida dos povos e conter os impulsos destrutivos da sociedade burguesa. Naquela altura, Arendt não pensava ainda o totalitarismo, e nem por isso tratava a Alemanha nazista como o equivalente da Rússia estalinista. Em vez, o nazismo era para ela “o primeiro caso de uma política completamente imperialista”. Numa clara influência de **A Acumulação do Capital** de Rosa Luxemburgo, Arendt alegava que “a maquinaria de acumulação de poder construída pelo imperialismo só pode ir engolindo mais e mais território, destruindo mais e mais povos, escravizando e envolvendo mais e mais seres humanos — até que termine por se devorar a si mesma”.⁶

Mas se Luxemburgo podia manter-se esperançosa ao apostar na alternativa entre “socialismo ou barbárie”, Arendt apenas expressava o embaraço de ter visto a barbárie vingar contra uma resistência desajeitada e mal elaborada tanto do movimento operário quanto dos melhores estadistas europeus, aquelas que foram “as duas grandes forças que no início pareciam opor-se às ambições” imperialistas. Grandes estadistas como Robespierre, Bismarck e Clemenceau

⁴ ARENDT, “Imperialism”, p. 27.

⁵ *Ibid.*, p. 34.

⁶ *Ibid.*, p. 35.

— “homens que pensavam primariamente em termos do território nacional estabelecido” — “sentiam uma suspeita instintiva da política colonial”, sem, porém, compreender o quão incompatível era a pressão expansionista burguesa com os princípios elementares do Estado nacional. Por seu turno, o movimento socialista infelizmente também acabou por negligenciar o imperialismo, pois

a despeito de todas as suas “Internacionais”, a preocupação dos movimentos da classe operária europeia com a política doméstica limitou tanto suas visões que eles subestimaram cronicamente os partidos imperialistas. Advertências ocasionais contra o lumpemproletariado e os possíveis subornos de seções da classe trabalhadora com migalhas da mesa imperialista não levaram a um entendimento mais profundo das novas forças políticas por parte dos socialistas; pois, de acordo com o marxismo, uma aliança entre a ralé e o capital seria anormal — violaria a doutrina da luta de classes. Apesar de teóricos socialistas como Hobson, Hilferding e Lenin serem os primeiros a expor os motivos puramente econômicos do imperialismo, suas análises penetrantes (exceto no caso de Rosa Luxemburgo) serviram para ocultar, em vez de revelar, o padrão político do imperialismo — [isto é] sua tentativa de dividir a humanidade em raças mestres e escravas, em estirpes altas e baixas, em povos de cor e homens brancos, em **citoyens** e uma **force noire** a protegê-los, sua tentativa de organizar nações sob o padrão de tribos selvagens, e ao mesmo tempo de equipá-las com as realizações técnicas de uma civilização científica.⁷

Era este, então, o projeto fundamental arendtiano: entender como o “padrão político” formado com o imperialismo e negligenciado pelos teóricos anteriores pôde vingar apesar da sua incompatibilidade com o sistema europeu de Estados nacionais. Como ela diz, “hoje vemos que a maior ameaça é a estrutura política da máquina imperialista, [e] que o principal problema é como destruir as ideologias que induzem as pessoas a ajudar e servi-la”.

Arendt então subscrescia às teorias econômicas do imperialismo, especialmente as de Hobson e Luxemburgo, ao ver na corrida expansionista das últimas décadas do oitocentos uma tentativa de escoar o capital supérfluo dos mercados nacionais europeus e assim preservar a dinâmica de acumulação capitalista:

De modo bastante inocente, a expansão afigurava-se inicialmente como a válvula de escape para a produção excessiva de capital e oferecia um remédio: a exportação de capital. A riqueza tremendamente ampliada, resultante da produção capitalista num sistema social baseado na má distribuição, havia resultado num “excesso de poupança” — isto é, no acúmulo de um capital que estava condenado à ociosidade dentro da capacidade nacional existente de produção e consumo. Esse dinheiro era

⁷Ibid., p. 29.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

realmente supérfluo; ninguém necessitava dele, embora pertencesse a uma classe crescente. As crises e depressões que sobrevieram nas décadas que precederam a era do imperialismo haviam convencido os capitalistas de que todo o seu sistema econômico de produção dependia de uma oferta e procura que, de agora em diante, tinha de vir de “fora da sociedade capitalista”. Essa oferta e essa procura vinham de dentro da nação enquanto o sistema capitalista não controlasse todas as classes juntamente com toda a sua capacidade produtiva. Mas, quando o capitalismo havia permeado toda a estrutura econômica, e todas as camadas sociais haviam entrado na órbita do seu sistema de produção e consumo, os capitalistas tinham claramente de decidir entre assistir ao colapso de todo o sistema ou procurar novos mercados, isto é, penetrar em outros países que ainda não estivessem sujeitos ao capitalismo e, portanto, pudessem proporcionar uma nova oferta-e-procura de características não-capitalistas.

As depressões dos anos 60 e 80, que deram início à era do imperialismo, forçaram a burguesia a compreender pela primeira vez que o pecado original do roubo, que séculos antes tornara possível a “acumulação original de capital” (Marx) e gerara todas as acumulações posteriores, teria eventualmente de ser repetido, a fim de evitar que o motor da acumulação parasse de súbito. Diante de tal perigo, que ameaçava a nação inteira com um colapso catastrófico da produção, os produtores capitalistas compreenderam que as formas e leis do seu sistema de produção “havam desde o início sido previstas para toda a terra”.⁸

Contudo, mesmo ao fazer isto, Arendt acabou por qualificar o papel da motivação estritamente econômica de procura por lucro, ao ver nela apenas um impulso original, mas que com o decorrer do tempo teria sido transformada numa procura pela expansão por si mesma. Com a liderança assumida pela chamada “ralé” (**mob**, no inglês) na condução da política imperialista, teriam sido rompidos os limites ao expansionismo que a rentabilidade originalmente impunha, e a partir de então a afirmação de Cecil Rhodes de que “a expansão é tudo” passou a constituir “o princípio motor da nova era imperialista”.⁹

Arendt descrevia a ralé como os *déclassés*, o “rejeito de todas as classes”, não constituindo propriamente o “povo” ou mesmo a classe trabalhadora; em vez, ela constituía “não só um rejeito mas também um subproduto da sociedade, diretamente por ela produzida, e assim nunca completamente dela separável”. Sendo um produto indesejável da sociedade capitalista, ela foi exportada juntamente com o capital supérfluo para os países colonizados e acabou conduzindo a política imperialista. Mas, diz Arendt, ao tornar a expansão pela expansão um princípio fundamental da política imperialista, a

⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 177–78.

⁹ ARENDT, *The Origins of Totalitarianism*, p. 124.

ralé teria apenas trazido à tona o caráter profundamente “niilista” da própria burguesia, que se mantinha oculto desde sua ascensão na modernidade devido a uma “abençoada falta de coragem — conhecida em nossa literatura como ‘hipocrisia burguesa’ — devido à força da tradição cristã e ocidental. A diferença principal entre a ralé e a burguesia é que a primeira não tem tais inibições”, quer dizer, a ralé fez abertamente o que a burguesia por muito tempo tinha vergonha de fazer.¹⁰

De acordo com a autora, enquanto tradicionalmente a burguesia se mantinha contente em perseguir suas ambições econômicas, desde que o Estado não as restringisse demasiadamente, com o surgimento das limitações na economia doméstica, a própria burguesia teria começado a se interessar pelo Estado e pela política:

O principal evento intraeuropeu do período imperialista foi a emancipação política da burguesia, a primeira classe na história a ganhar a proeminência econômica sem aspirar ao domínio político. A burguesia havia crescido dentro, e junto, do Estado-nação, que, quase por definição, governava uma sociedade dividida em classes, colocando-se acima e além delas. Mesmo quando a burguesia já se havia estabelecido como classe dominante, delegara ao Estado todas as decisões políticas. Só quando ficou patente que o Estado-nação não se prestava como estrutura para maior crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o Estado e a burguesia se transformou em luta aberta pelo poder. Durante o período imperialista, nem o Estado nem a burguesia conquistaram uma vitória definitiva.¹¹

A consequência foi a formação de uma “política do poder” (**power-politics**), que não buscava nada mais do que a acumulação de sempre mais poder, mas

¹⁰Parece claro que a referência fundamental de Arendt para esta sua descrição do caráter burguês é sua experiência na Alemanha da República de Weimar e o tipo de ideias e discussões corriqueiras de então — como fica visível em sua descrição da recepção da *Ópera dos Três Vinténs* de Brecht: “A peça mostrava bandidos como respeitáveis negociantes e respeitáveis negociantes como bandidos. A ironia não atingiu o alvo, pois os respeitáveis negociantes da plateia enxergaram naquilo uma visão profunda das coisas do mundo, e a ralé tomou a peça como a aprovação artística do banditismo. O tema musical da peça, *Erst kommt das Fressen, dann kommt die Moral* [Antes vem a comida, depois vem a moral], recebeu o aplauso delirante de todos, embora de cada um por motivos diferentes. A ralé aplaudiu porque levou a sério a afirmação; a burguesia aplaudiu porque fora lograda durante tanto tempo por sua própria hipocrisia que se cansara do esforço e via profunda sabedoria na expressão da banalidade da sua vida; a elite [intelectual] aplaudia porque desmascarar a hipocrisia era um elevado e maravilhoso divertimento. O efeito da obra foi exatamente o oposto do que Brecht pretendia. A burguesia já não se chocava com coisa alguma; acolhia com prazer a denúncia da sua filosofia, cuja popularidade provava que sempre estivera certa, de sorte que o único resultado político da ‘revolução’ de Brecht foi encorajar todo o mundo a arrancar a máscara incômoda da hipocrisia e aceitar abertamente os padrões da ralé” (ARENDR, *Origens do Totalitarismo*, p. 385).

¹¹*Ibid.*, pp. 153–54.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

cujo impulso fundamental teria estado presente desde o início da sociedade burguesa:

A ocasião — o capital supérfluo criado pela sobreacumulação, que precisava da ajuda da ralé para encontrar investimentos seguros e rentáveis — pôs em marcha uma força que sempre esteve contida na estrutura básica da sociedade burguesa, apesar de escondida por tradições mais nobres. Ao mesmo tempo, a completamente inescrupulosa política do poder [the **completely unprincipled power-politics**] não podia ser praticada até que estivesse disponível uma massa de pessoas livres de todos os escrúpulos e tão numerosa que o Estado e a sociedade não pudessem mais lidar com elas.¹²

Naquela época Arendt ainda não tinha elaborado a distinção que posteriormente viria a fazer (em **Sobre a Revolução**) entre violência, força e poder (político, propriamente dito),¹³ de modo que descrevia a tendência expansionista imperialista como uma incessante “acumulação de poder”. De acordo com a autora, a obra de Thomas Hobbes seria a expressão filosófica paradigmática da política burguesa, e seu Estado, apesar de se justificar como uma tentativa de fazer cessar a competição desenfreada entre os indivíduos no estado de natureza, por meio do estabelecimento da ordem e estabilidade social, estaria ele próprio numa situação de estado de natureza para com os outros os Estados, e só poderia manter sua estabilidade enquanto expandisse seu poder no exterior:

A insistência de Hobbes quanto ao poder como motor de todas as coisas humanas e divinas (até o reino de Deus sobre os homens “não provém de tê-los criado . . . mas do Poder Irresistível”) se devia à proposição, teoricamente indiscutível, de que o infindável acúmulo de propriedade deve basear-se no infindável acúmulo de poder. O correlativo filosófico da instabilidade inerente de uma comunidade baseada no poder é a imagem de um processo histórico infindável que, para ser consistente com o constante aumento de poder, envolve inexoravelmente os indivíduos, os povos e, finalmente, toda a humanidade. O processo ilimitado de acúmulo de capital necessita de uma estrutura política de “poder tão ilimitado” que possa proteger a propriedade crescente, tornando-a cada vez mais poderosa. Dado o fundamental dinamismo da nova classe social, é perfeitamente verdadeiro que “ela não pode garantir o poder e os meios de viver bem, que alcança num determinado instante, sem adquirir mais”. A coerência dessa conclusão não é absolutamente afetada pelo fato de que, durante cerca de

¹² ARENDT, “Imperialism”, p. 34.

¹³ Esta distinção ainda não aparece em **Origens** (nem mesmo nas edições posteriores a **Sobre a Revolução**), de modo que Arendt utiliza sempre o termo inglês “power” ao se referir a esta política burguesa do poder. A tradução brasileira por Roberto Raposo infelizmente não se apercebeu disto e, no capítulo **A Emancipação Política da Burguesia**, verte o original “power” ora por “força”, ora por “poder”.

2.1 A emancipação política da burguesia

trezentos anos, não houve um soberano que “convertesse esta verdade especulativa em utilidade prática”, nem uma burguesia com suficiente consciência política e maturidade econômica para adotar abertamente a filosofia do poder de Hobbes.¹⁴

Esta filosofia política burguesa veria assim o Estado como um puro monopólio do poder que, para se manter, teria de se impelir constantemente para o exterior, num processo interminável de expansão e competição com outros Estados; o que, entretanto, seria incompatível com tido de organização política baseada no Estado-nação existente na Europa:

De todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados. Nenhum Estado-nação pode, em sã consciência, tentar conquistar povos estrangeiros, a não ser que essa consciência advenha da convicção que a nação conquistadora tem de estar impondo uma lei superior — a sua — a um povo de bárbaros. A nação, porém, concebe as leis como produto da sua substância nacional que é única, e não é válida além dos limites do seu próprio território, não correspondendo aos valores e anseios dos outros povos.

Sempre que o Estado-nação surgia como conquistador, despertava a consciência nacional e o desejo de soberania no povo conquistado, criando com esse ato um obstáculo para a execução da sua tentativa de construir um império.¹⁵

De todo modo, este processo infundável de acumulação seria expresso também na compreensão burguesa de progresso, de acordo com a qual a história rumava num “progresso que atinge inexoravelmente indivíduos, povos e finalmente toda a humanidade, independentemente do bem-estar humano”. Tal noção burguesa de progresso, apesar de muito popular no século dezenove, era fundamentalmente diversa da compreensão iluminista anterior, pois “para o homem do século dezoito, o progresso deveria culminar na emancipação do homem. Ele implicava a liberdade e autonomia do indivíduo, que deveria ser livre de todas as compulsões visíveis de modo a poder se governar de acordo com uma lei moral inerente em cada ser humano”. Em contraposição, na compreensão burguesa, o progresso é

um processo ilimitado que nenhum esforço humano pode parar, precisamente porque o indivíduo humano cedeu seu próprio poder ao Estado

¹⁴ARENDT, “Expansion and the Philosophy of Power”, p. 612, **Origens do Totalitarismo**, p. 172.

¹⁵ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, pp. 156–57; variação de ARENDT, “Expansion and the Philosophy of Power”, pp. 602–03.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

acumulador de poder [**to the power-accumulating state**] em prol de segurança e sobrevivência. Em contrapartida, o indivíduo é convidado a entrar no veículo do progresso e se tornar parte de uma cega máquina de poder que não estabelece limites à sua acumulação de capital, à sua carreira enquanto **self-made man**.¹⁶

Contudo, em **Imperialismo: caminho para o suicídio**, Arendt defendia ainda a tese que esta procura ilimitada de acumulação acabaria por redundar não só num rastro de destruição, como também, finalmente, no próprio suicídio do imperialismo, e mesmo da humanidade, já que um “sistema social baseado essencialmente na propriedade não pode produzir possivelmente nada mais que a destruição final de toda a propriedade; pois uma pessoa só possui definitivamente e para o sempre algo que ela própria destrói”. Na destrutibilidade nazi estaria manifesto o “impulso oculto para o suicídio” do imperialismo, no qual os princípios “Tudo ou Nada” e “Vitória ou Morte” estavam entrelaçados de tal modo que “o Tudo inevitavelmente se reverte no Nada, e mesmo a Vitória não pode senão terminar na Morte”. Como diz a autora:

Ao seguir sua própria lei, a maquinaria de acumulação de poder construída pelo imperialismo só pode continuar ao engolir mais e mais território, destruir mais e mais povos, escravizar e envolver mais e mais seres humanos — até que finalmente termine por se devorar a si mesma.

Esta lei interior do imperialismo, seu impulso oculto ao suicídio, sua fascinação insana com a morte enquanto tal, foi revelada durante esta guerra no massacre em massa dos judeus. Não importa qual possa ser a razão, real ou alegada, para o antissemitismo, a construção de fábricas de morte, o deslocamento de muitos milhões de pessoas na maquinaria do massacre em massa, não fazia qualquer sentido compreensível numa situação de guerra onde todas as forças disponíveis eram necessárias para o combate. Nada poderia provar mais conclusivamente que este massacre o quão profunda e intimamente Vitória e Morte estavam entrelaçadas. A destruição global e o suicídio da humanidade não foram meros resultados acidentais de erros políticos ou da guerra, capazes de serem evitados por um planejamento mais cuidadoso. Eles são inerentes ao **ethos** do imperialismo.¹⁷

A autora acabou deixando completamente de lado esta tese do “impulso oculto ao suicídio” do imperialismo em **Origens**, apesar de vir a realçar de outras formas seu caráter bárbaro e destrutivo.

De qualquer forma, pelo modo como a autora desenvolve sua teoria, o impulso burguês de acumulação acaba sendo juntamente com a crise do sistema europeu

¹⁶ ARENDT, “Imperialism”, p. 32.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 34–35.

de Estados nacionais dois dos elementos principais para a origem e formação do nazismo como forma de imperialismo racial. O elemento propriamente burguês, contudo, teria dado ocasião à formação de apenas alguns dos outros elementos (como a organização propriamente racial na África), precisando da concorrência de outros elementos surgidos e formados independentemente (principalmente a crise do sistema europeu de Estados nacionais), para vir a se “cristalizar” no nazismo.

Vejamos a seguir a formação destes outros elementos.

2.2 O PENSAMENTO RACIAL ANTES DO RACISMO

Apesar de Arendt ver o surgimento do racismo enquanto organização política propriamente dita somente na África, a autora apresenta o surgimento da ideia racial nos países europeus, por intelectuais que se opunham ao tipo de nacionalismo francês (de cunho universalista e republicano), por ter sido útil como justificação teórica do tipo de degeneração tribalista que viria a surgir com as experiências imperialistas no continente africano. O conceito racial, assim, apesar de originalmente não passar de “uma opinião irresponsável”, teria uma importância fundamental para a justificação do imperialismo.

Sua origem, porém, tem uma relação íntima mas problemática com o Estado-nação e o nacionalismo, dependendo do contexto político no qual era formulado. Na França do início do século XVIII, por causa da ascensão do “Terceiro Estado”, o conde de Boulainvilliers cunhou a noção de raça para justificar o domínio e os privilégios da aristocracia e combater o crescente igualitarismo. Por isso, Boulainvilliers

interpretava a história da França como a história de duas nações diferentes, das quais uma, de origem germânica, havia conquistado os habitantes mais antigos, os gauleses, impondo-lhes suas leis, tomando suas terras e estabelecendo-se como classe governante, a “nobreza”, cujos direitos supremos se baseavam no “direito da conquista” e na “necessidade da obediência que sempre é devida ao mais forte”.¹⁸

Alvo também de seu ataque era a monarquia, por ela não pretender mais “representar a nobreza como **primus inter pares**, e sim a nação como um todo”. Por isso Boulainvilliers era “antinacional numa época em que a ideia de nação era tomada por nova e revolucionária; a Revolução Francesa demonstraria quão intimamente era aparentada a uma forma democrática de governo”. Assim,

¹⁸ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, p. 43, *Origens do Totalitarismo*, p. 192.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

Boulainvilliers negava existir uma única nação francesa e que os homens tivessem alguma conexão natural com o território, defendendo em vez o privilégio baseado no direito de conquista dos descendentes dos conquistadores frente aos habitantes nativos da França.

É um fato bastante curioso que, desde o momento em que os nobres franceses, em sua luta de classe contra a burguesia, descobriram pertencer a uma outra nação, descender de outra origem genealógica e estar mais intimamente ligados a uma casta internacional do que ao solo da França, todas as teorias raciais francesas tenham apoiado o germanismo ou, pelo menos, a suposta superioridade dos povos nórdicos em relação aos seus próprios compatriotas. Assim, os homens da Revolução Francesa se identificavam mentalmente com Roma, não porque combatiam o “germanismo” da nobreza francesa opondo-lhe o “latinismo” do **Tiers Etat**, mas porque se sentiam como herdeiros espirituais dos republicanos romanos. Essa pretensão histórica, em contraste com a identificação tribal da nobreza, pode ter sido uma das causas que impediram o “latinismo” de surgir como doutrina racial. De qualquer modo, por mais paradoxal que seja, o fato é que foram os franceses a insistirem, antes dos alemães e dos ingleses, nessa *idée fixe* de superioridade germânica.¹⁹

Por outro lado, se o racismo na França teve fundamentalmente um papel de divisão nacional, na Inglaterra e na Alemanha fortaleceu-se intimamente mesclado aos seus nacionalismos. Na Inglaterra, por seu sistema nobiliárquico não ter mantido uma separação muito forte entre a nobreza e as classes inferiores — “de forma que, às vezes, até mesmo o homem comum podia atingir a posição de um lord”, o que “permitiu eliminar grande dose da habitual arrogância dos nobres, criando considerável senso de responsabilidade pela nação como um todo” —, muitos traços feudais foram preservados na sua jurisprudência e mentalidade política da população. “Assim, o conceito de herança foi aceito quase sem contestação e aplicado a toda a ‘estirpe’ britânica. Resultou dessa assimilação de valores por todas as classes a preocupação quase obsessiva da ideologia racial inglesa com as teorias de hereditariedade e com o seu equivalente moderno, a eugenia”.²⁰ De acordo com Arendt, a ideia racial teve origem na Inglaterra com Edmund Burke, que considerava a Revolução Francesa “a mais espantosa (crise) que jamais ocorreu no mundo”, para combater a fundamentação francesa do direito em princípios gerais e abstratos (nos direitos do “homem”) e justificar este caráter semifeudal do direito britânico.

O principal argumento de Burke contra os “princípios abstratos” da Revolução Francesa está contido na seguinte frase: “A constante política da

¹⁹ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, p. 46, *Origens do Totalitarismo*, pp. 194–95.

²⁰ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, p. 62, *Origens do Totalitarismo*, pp. 206–07.

nossa constituição consiste em afirmar e assegurar as nossas liberdades como herança vinculada, que recebemos dos nossos antepassados e que devemos transmitir à nossa posteridade; como um patrimônio pertencente especialmente ao povo deste reino, sem qualquer referência a outros direitos mais genéricos e anteriores”. O conceito de herança, aplicado à natureza da liberdade, foi a base ideológica da qual o nacionalismo inglês recebeu um curioso toque de sentimentos raciais desde a Revolução Francesa. Formulado por um escritor da classe média, significava a aceitação do conceito feudal de liberdade, vista como soma de privilégios herdados juntamente com o título e a terra sem infringir os direitos da classe privilegiada dentro da nação inglesa, Burke estendeu o princípio desses privilégios a todo o povo inglês, elevando-o, como todo, ao nível de nobreza entre as nações. Daí o seu desprezo por aqueles que davam à liberdade o nome de “direitos do homem”, quando esses direitos, em sua opinião, só tinham sentido como os “direitos dos ingleses”.²¹

Por seu turno, na Alemanha a ideia de raça se desenvolveu como uma alternativa à inexistente emancipação nacional. Unificada apenas em 1871, a Alemanha viu surgir desde as Guerras Napoleônicas um movimento nacionalista que apelava a uma suposta origem comum do povo alemão para combater a cosmopolita aristocracia lá existente, com sua divisão da Alemanha em vários reinados, e ao mesmo tempo despertar o interesse da população pela unidade alemã. E, contra os títulos nobiliárquicos da nobreza, também ganhou voga entre os intelectuais românticos alemães, via de regra membros da classe média, a ideia de “nobreza inatada” de certos indivíduos, que pelo seu próprio caráter deveriam assumir a liderança na sociedade. De acordo com Arendt, o resultado acabou sendo a formação de duas ideias que, um vez fundidas, “constituíram a própria base do racismo como ideologia plenamente desenvolvida”: do apelo aos “instintos tribais” surgiu a concepção orgânica da história, “segundo a qual cada raça é um todo separado e completo”, e da doutrina da natureza inata surgiu a ideia de “super-homem, com o destino ‘natural’ de dominar o mundo”.²²

A fusão destas ideias, contudo, não foi feita primeiramente na Alemanha, mas sim na França pelo conde de Gobineau, que, em seu **Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas** de 1853, pretendia explicar o declínio das civilizações como resultado de uma “degenerescência” provocada pela mistura de raças. A partir desta obsessão com a decadência (um lugar-comum entre as teorias racistas), Gobineau formulou uma verdadeira ideologia, ao pretender ter encontrado na raça a chave de explicação de toda a evolução histórica, com a ascensão e declínio dos povos.

²¹ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, p. 61, **Origens do Totalitarismo**, p. 206.

²² ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, pp. 48, 54, **Origens do Totalitarismo**, pp. 196, 200.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

Por isso, Gobineau rechaçava a igualdade e universalismo constituintes do Estado-nação francês, defendendo sua substituição pela criação de uma nova elite racial ariana, para com ela governar e reverter a degeneração da sociedade europeia.

Seguindo o exemplo de seus precursores, isto é, dos nobres franceses exilados, Gobineau viu nessa elite racial não apenas um baluarte contra a democracia, mas também contra a “monstruosidade canaanita” do patriotismo. E, como sucedia que a França era a “*patrie*” *par excellence*, pois o seu governo — fosse reino, império ou república — baseava-se sempre na igualdade essencial dos homens, e como, pior ainda, a França era o único país de sua época onde mesmo gente de cor preta gozava de direitos civis, era natural que Gobineau declarasse sua lealdade não ao povo francês, mas ao inglês e, mais tarde, após a derrota francesa de 1871, aos alemães.²³

Este tipo de ideologia reacionária, contudo, de acordo com Arendt não teria tido uma importância significativa, caso não fosse o papel fundamental que viria a desempenhar no imperialismo. Como ela diz:

O racismo [enquanto efetiva organização política] surgiu de experiências e constelações políticas que eram desconhecidas e teriam sido completamente estranhas, até mesmo para ardorosos defensores da “raça” como Gobineau e Disraeli. Entre homens de idéias brilhantes e ágeis e homens de ações brutais e bestiais, existe um abismo que nenhuma explicação intelectual pode transpor. É provável que esse racismo [de intelectuais europeus] tivesse desaparecido a tempo, juntamente com outras opiniões irresponsáveis do século XIX, se a corrida para a África e a nova era do imperialismo não houvessem exposto a população da Europa ocidental a novas e chocantes experiências. O imperialismo teria exigido a invenção do racismo como única “explicação” e justificativa de seus atos, mesmo que nunca houvesse existido uma ideologia racista no mundo civilizado.²⁴

2.3 RAÇA E BUROCRACIA

Por isso, apesar da ideia de raça já existir na Europa, teria sido primeiramente no continente africano onde uma organização propriamente racial, enquanto forma substituta à organização do Estado-nação, teria sido estabelecida pela primeira vez, vindo posteriormente a formar um dos elementos do nazismo enquanto forma de imperialismo racial, após os reflexos destas

²³ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, pp. 58–59, *Origens do Totalitarismo*, p. 204.

²⁴ ARENDT, “Race Thinking Before Racism”, pp. 72–73, *Origens do Totalitarismo*, p. 214.

práticas passarem a ser sentidos no interior da Europa (com o chamado efeito bumerangue).

No esquema enviado ao seu editor em 1946 a autora resumia assim sua teoria:

O imperialismo no seus estágios iniciais é o resultado de uma aliança entre o capital supérfluo produzido pela sobrepoupança e homens supérfluos produzidos pela sobreprodução. Na personalidade de Cecil Rhodes — “Eu anexaria os planetas se pudesse” — isto assume um tipo de grandeza precisamente porque está tão próximo da loucura. Na própria África, especialmente na África do Sul, a “raça” é descoberta — não como um tópico de opiniões irresponsáveis ou como o resultado da ciência ou o ídolo de sangue das velhas superstições — mas como um conceito utilizável para a organização política. O corpo político dos bôeres é já uma organização racial. O novo corpo político dos super-homens brancos reconhecido como tal pelos “sub-homens” negros não é associado com qualquer território e descobre que os laços de sangue podem ser um substituto para o território, [para] a pátria, [descobrem] que o sentimento racial pode substituir o patriotismo.²⁵

Há séculos que o continente africano assustava e intrigava os europeus, levando muitos aventureiros a se arriscar explorando suas matas e corredeiras. O caráter hostil de sua natureza e a cultura exótica dos nativos dava um aspecto surreal àquele continente e atordoava os europeus. Como retrata o magnífico **Coração das Trevas** de Joseph Conrad, num trecho citado por Arendt:²⁶

Viajávamos pela terra pré-histórica, uma terra que tinha o aspecto de um planeta desconhecido. Era possível nos imaginarmos como os primeiros homens tomando posse de uma herança maldita, uma herança que precisavam domar ao preço de uma angústia profunda e de um labor infindável. Mas de tempos em tempos, quando fazíamos uma curva do rio, percebíamos um vislumbre de uma paliçada de junco, tetos de palha em ponta, uma irrupção de gritos, um redemoinho de membros negros, incontáveis mãos batendo palmas, pés golpeando o chão, corpos em movimento, os olhos girando nas órbitas, sob a cobertura de uma folhagem pesada e imóvel. O vapor avançava a custo, bem devagar, ao longo das bordas de um frenesi negro e incompreensível. O homem pré-histórico nos amaldiçoava, rezava para nós, dava-nos as boas-vindas — quem saberia dizer? A compreensão do que nos cercava fugia do nosso alcance; avançávamos deslizando como fantasmas, admirados e intimamente assustados, [o que era] a reação de qualquer homem sensato diante de uma irrupção exaltada entre os pacientes de um hospício. Não tínhamos como compreender porque havíamos ido longe demais, e não tínhamos como recordar porque

²⁵ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 6.

²⁶ ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, p. 221.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

atravessávamos a noite das primeiras eras, as eras que não nos deixaram sinal algum — e nenhuma memória.

A terra era irreconhecível. Estamos acostumados a contemplar a forma agrilhoadada de um monstro vencido, mas ali — ali podíamos ver a monstruosidade à solta. Não era uma coisa deste mundo, e os homens. . . Não, não eram desumanos. Bem, vocês sabem, era isso o pior de tudo — essa descon-fiança de que não fossem desumanos. Era uma ideia que nos ocorria aos poucos. Eles berravam, saltavam, rodopiavam e faziam caretas horríveis; mas o que mais impressionava era a simples ideia de que eram dotados de humanidade — como a nossa — a ideia do nosso parentesco remoto com toda aquela comoção selvagem e passional.²⁷

Como diz Arendt, muitos foram os europeus que enlouqueceram nestas aventuras; mas, enquanto fossem meramente individuais, tais experiências permaneciam sem maiores consequências. Por isso um caso mais significativo, tido como paradigmático pela autora, foi o dos bôeres na África do Sul, que em seus séculos de permanência naquele continente acabaram formando aquilo que Arendt vê como a primeira organização racial propriamente dita, quase como um “teste de laboratório” para “a transformação de um povo em horda”, objetivo dos movimentos racistas europeus.²⁸

Os bôeres, fazendeiros holandeses imigrados no século dezoito quando a região do Cabo ainda era dominada pela coroa holandesa, de acordo com Arendt encontraram naquela região um solo de péssima qualidade, mas uma numerosa população tribal negra, de modo que acabaram por não se estabelecer em povoados, mas num modo de vida nômade, à procura de mera subsistência e organizada em grandes clãs familiares, algo muito distante do tipo de vida a que os povos europeus estavam acostumados.

A escravidão, no caso dos bôeres, foi uma forma de ajustamento de um povo europeu a uma raça negra; apenas superficialmente lembra fenômenos históricos resultantes da conquista ou do comércio escravo. Nenhuma estrutura política, nenhuma organização comunitária unia os bôeres, nenhum território delimitado foi definitivamente colonizado por eles, e os escravos negros não serviam a nenhuma civilização branca. Os bôeres haviam perdido tanto a sua relação de camponeses com o solo quanto o seu sentimento civilizado de solidariedade humana. A regra do país preconizava a necessidade de “cada um fugir da tirania da presença do vizinho”, e assim cada família bôer repetia em completo isolamento a mesma experiência geral dos bôeres que viviam entre selvagens negros e os dominavam em completo desrespeito às leis. . . Dominando tribos

²⁷ CONRAD, *Coração das Trevas*, pp. 58–59.

²⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 227.

e vivendo aparasitados ao seu trabalho, passaram a ocupar uma posição muito semelhante à dos chefes tribais nativos, cujo poder haviam liquidado ...

Os bôeres foram o primeiro grupo europeu a alienar-se completamente do orgulho que o homem ocidental sentia em viver num mundo criado e fabricado por ele mesmo. Tratavam os nativos como matéria-prima e viviam à custa deles como se vive dos frutos de uma árvore. Preguiçosos e improdutivos, concordaram em vegetar mais ou menos no mesmo nível em que as tribos negras haviam vegetado durante milhares de anos.²⁹

Ao deixarem de lado este “orgulho do homem ocidental . . . em viver num mundo criado” por si próprio, os bôeres adotaram aquilo que mais estranhava aos europeus, pois o que fazia os negros “diferentes dos outros seres humanos não era absolutamente a cor da pele, mas o fato de se portarem como se fossem parte da natureza; tratavam-na como sua senhora inconteste; não haviam criado um mundo de domínio humano, uma realidade humana, e, portanto, a natureza havia permanecido, em toda a sua majestade, como a única realidade esmagadora”.³⁰

Este processo de retrocesso civilizacional por parte dos bôeres viria a ter um profundo impacto quando os ingleses começaram a investir nas colônias do Cabo (que tinham passado ao domínio inglês após a queda da coroa holandesa durante a Revolução Francesa) na segunda metade do século dezanove com a descoberta de ouro e diamante. A partir de então não só genuínos aventureiros, mas a própria ralé passou a buscar a África à busca de fortuna.

A particular ironia e, de certo modo, a circunstância simbólica que inesperadamente transformaram a África do Sul no “campo de cultura do imperialismo” residem na própria natureza de sua súbita atração, quando havia perdido todo o valor para o Império propriamente dito: nos anos 70 descobriram-se jazidas de diamantes, e ricas minas de ouro nos anos 80. O novo desejo de lucro a qualquer preço coincidiu pela primeira vez com a velha caça à fortuna. Garimpeiros, aventureiros e a escória das grandes cidades emigraram para o Continente Negro, juntamente com o capital dos países industrialmente desenvolvidos. De agora em diante, a ralé, gerada pela monstruosa acumulação de capital, acompanhava sua genitora ideológica nessas viagens de descoberta, nas quais nada era descoberto a não ser novas possibilidades de investimento. Os donos de capital supérfluo eram os únicos que podiam usar os homens supérfluos vindos dos quatro cantos do mundo. Juntos, estabeleceram o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro. O imperialismo, produto de dinheiro supérfluo e

²⁹Ibid., pp. 223–24.

³⁰Ibid., p. 222.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

de gente supérflua, iniciou sua surpreendente carreira produzindo bens dos mais supérfluos e irrealis.³¹

De acordo com Arendt, os bôeres temiam estes novos forasteiros, tanto por os confundirem com colonos que iriam desenvolver e industrializar a região, quanto por temerem o crescimento da influência e poder do indesejado governo britânico. A industrialização não veio, pois bastava aos aventureiros enriquecer-se com as minas. Mas, principalmente com Cecil Rhodes, a influência do governo britânico viria a crescer drasticamente. Rhodes, ele próprio um membro da ralé que adquiriu fortuna nas minas, por meio de financistas judeus conseguiu fazer contato com o mundo bancário britânico e convencer o governo britânico de que “a expansão e a exportação dos instrumentos de violência eram necessárias para proteger os investimentos e de que tal política era um dever sagrado de qualquer governo nacional”.³² É verdade que certa vez ele disse que “a bandeira nacional é um trunfo econômico”, contudo, segundo Arendt, sua ambição fundamental não era a de mero enriquecimento, mas a da expansão por si mesma. De todo modo, as repúblicas bôeres independentes de Orange e do Transvaal — cujo governo “não se parecia com nenhum outro governo do mundo. Na verdade, não se tratava absolutamente de governo, mas de uma companhia ilimitada de cerca de 120 mil acionistas”³³ — não só concentravam as ricas jazidas de ouro e diamantes como também eram o primeiro obstáculo na realização da sua ambição maior de ter uma linha ininterrupta de colônias britânicas do norte ao sul africanos, do Cabo ao Cairo.

Vários foram os atritos entre os bôeres e os ingleses, mas o caso mais dramático foi o chamado **Jameson Raid** em 1895–96, uma incursão de mercenários, a mando de L. R. Jameson e Cecil Rhodes, que pretendiam fazer surgir uma insurreição entre os trabalhadores estrangeiros nas minas de Transvaal para submeter seu governo ao comando de Rhodes, então governador da Colônia do Cabo. A incursão foi um fracasso, mas conseguiu deteriorar drasticamente as relações entre os britânicos e os bôeres, de modo que alguns anos depois adveio a Segunda Guerra Anglo-Boer. Os ingleses venceram a guerra, mas com ela não só anexaram as duas repúblicas (formando o território que hoje compõe a África do Sul) como também acabaram por fortalecer e integrar o racismo (naquilo que viria a se tornar o **apartheid** sul-africano):

Quando os bôeres perderam a guerra, e com ela o que já haviam abandonado deliberadamente, isto é, o seu quinhão nos lucros, ganharam definitivamente o consentimento de todos os outros elementos europeus,

³¹ ARENDT, “Imperialism, Nationalism, Chauvinism”, pp. 453–54, *Origens do Totalitarismo*, p. 180–81.

³² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 234.

³³ *Ibid.*, p. 230.

inclusive do governo britânico, para a instauração de uma sociedade racial regida pela falta de direito. Hoje, todas as camadas da população sul-africana branca — ingleses e africânderes, trabalhadores organizados e capitalistas — concordam quanto à questão racial. E, se a ascensão de uma Alemanha nazista e sua tentativa de transformar o povo alemão numa raça fortaleceram consideravelmente a posição política dos bôeres, a derrota alemã em 1945 não a enfraqueceu.³⁴

O resultado foi o chamado “efeito bumerangue”, a difusão deste tipo de mentalidade racial sobre outros povos dominados, como com os indianos e os chineses,³⁵ mas também sobre o próprio pensamento e política europeus. “Os primeiros a perceber todo o impacto da experiência africana foram os líderes da ralé como Carl Peters, que se julgavam legitimamente pertencentes à raça dos senhores. As possessões coloniais africanas tornaram-se o solo mais fértil para que florescesse o grupo que viria a ser mais tarde a elite nazista”.³⁶

Para compor o domínio imperialista plenamente desenvolvido, é ainda destacado por Arendt um outro elemento, surgido em países como o Egito e a Índia: o governo burocrático, isto é, por decretos e medidas sigilosas de funcionários que se sabiam meros peões do “grande jogo” da política mundial. Entretanto, o verdadeiro agente da burocracia imperialista proviria não da ralé ou de outra parte marginalizada da população, mas dos “melhores homens da Inglaterra”, que nos seus ingênuos ideais de ajudar os fracos e necessitados acabaram

transformando-se em trágicos e quixotescos bobos do imperialismo. Existe na Inglaterra outra tradição, menos óbvia do que a tradição da hipocrisia, que poderíamos chamar de tradição de “matadores-de-dragões”. São os que partem entusiasmados para países distantes e exóticos, ao encontro de povos estranhos e ingênuos, para matar os numerosos dragões que os atormentam há séculos.³⁷

Se a defesa do Império por J. S. Mill por vezes cheira a hipocrisia, por outro lado, homens como lorde Cromer e Lawrence da Arábia pareciam ter acreditado genuinamente na “lenda do Império Britânico” poetizada por Kipling. Ir para os domínios britânicos era um meio de dar vida aos seus ideais de infância, de fugir “de uma sociedade na qual, para crescer, o homem tinha

³⁴Ibid., p. 230–31.

³⁵Cf. *ibid.*, p. 236.

³⁶Ibid., p. 237.

³⁷ARENDDT, “The Imperialist Character”, p. 306, *Origens do Totalitarismo*, p. 240.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

de esquecer sua mocidade”. Cromer fora guiado “apenas pelo ‘senso de sacrifício’ em relação às populações atrasadas e pelo ‘senso de dever’ para com a glória da Grã-Bretanha”,³⁸ de modo a ter declinado os postos de vice-rei e ministro do exterior britânicos, para em vez se tornar “o pouco conhecido mas todo-poderoso cônsul-geral britânico no Egito”.

O ideal de ajudar os povos atrasados, porém, não durou muito, pois seu governo no Egito como um meio de proteger o domínio da Índia logo destituiria os egípcios de todo o interesse. “Assim que Cromer começou a governar o Egito por amor à Índia, perdeu o seu papel de protetor de ‘povos atrasados’ e já não podia crer sinceramente que ‘a defesa do interesse pelas raças subjugadas é o principal fundamento de toda a estrutura imperial’”.³⁹ O resultado foi um alheamento completo do seu governo para com a sorte da população nativa, de modo que sua “integridade e alheamento simbolizavam uma absoluta separação de interesses [entre ele e seus súditos], a ponto de nem poderem entrar em conflito”. Cromer se tornou “o primeiro administrador imperialista”, passando a governar por decretos sigilosos e com base em agentes especialistas e sem desejo de publicidade.

O próprio Cromer caracterizava-se em alto grau por todas estas qualidades: nunca ficou mais furioso do que quando o “tiraram do esconderijo”, quando “a realidade que antes só uns poucos conheciam [tornou-se] patente aos olhos de todos”. Seu orgulho era realmente “permanecer mais ou menos oculto [e] puxar os cordões”. Em contrapartida, e para que possa executar o seu trabalho, o burocrata tem de se sentir a salvo de controles — tanto de louvor como de reprovação — de todas as instituições públicas, seja o Parlamento, os “Departamentos Ingleses” ou a imprensa. Cada avanço da democracia, ou mesmo o simples funcionamento das instituições democráticas existentes, só pode tornar-se uma ameaça, pois é impossível governar “um povo por intermédio de outro povo — o povo da Índia através do povo da Inglaterra”. A burocracia é sempre um governo de peritos, de uma “minoridade experiente”, que tem de resistir da melhor forma possível à constante pressão da “maioria inexperiente”. Todo povo é basicamente formado por uma maioria inexperiente e, portanto, não se lhe pode confiar um assunto tão altamente especializado como política e negócios públicos. Além disso, os burocratas não devem absolutamente ter idéias gerais a respeito de assuntos políticos; seu patriotismo não deve desorientá-los a ponto de acreditarem na virtude intrínseca dos princípios políticos do seu próprio país; isto apenas resultaria numa vulgar aplicação “imitativa”

³⁸Como versa um dos seus poemas: “Let these suffice for Britain’s meed — / No nobler price was ever won, / The blessings of a people freed, / The consciousness of duty done” (apud ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 308, *Origens do Totalitarismo*, p. 242).

³⁹ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 309, *Origens do Totalitarismo*, pp. 242–43.

desse princípios “ao governo das populações atrasadas”, o que, na opinião de Cromer, era o principal defeito do sistema francês.⁴⁰

No início esta forma de governo o incomodava, mas aos poucos a aceitou, ao ponto de no final da vida ter escrito o tratado **O Governo de Raças Dominadas** em sua defesa (“a filosofia do burocrata”, segundo Arendt).

Apesar de Cecil Rhodes ter uma “monstruosa vaidade”, o exato oposto de Cromer, ambos partilhavam “a descoberta de uma expansão que não era motivada pelo apetite específico por um país específico, mas sim concebida como processo infundável no qual cada país serviria de degrau para expansões futuras”, de modo que “Rhodes teve a mesma idéia de governo sigiloso que o supermodesto lorde Cromer . . . Rhodes abriu a sociedade a todos os membros da ‘raça nórdica’ . . ., a qual, unida em sociedade secreta, fundaria um governo burocrático para dominar todos os povos da terra”. Por isso, a submissão a leis expansionistas “está na base da burocracia como forma de governo e da definitiva substituição da lei por decretos provisórios e mutáveis”.

Outro agente do imperialismo destacado por Arendt é Lawrence da Arábia. Desde jovem apaixonado pelas Cruzadas, já tinha feito uma extensa pesquisa arqueológica no Oriente Médio sobre seus castelos quando foi contratado pelo exército britânico para fazer um mapeamento clandestino da região, devido aos prospectos de guerra com o Império Otomano. Quando a Primeira Guerra Mundial de fato se iniciou, os britânicos incitaram os árabes a se revoltar contra o domínio turco, prometendo-lhes a formação de um país árabe unido e independente em caso de vitória; mas, dadas as suas derrotas iniciais, enviaram Lawrence para ajudá-los, motivo pelo qual foi viver com beduínos no deserto e lutar com eles numa guerra de guerrilha, atacando em pequenos bandos principalmente as linhas de suprimento turcas.⁴¹ Como diz Arendt, “Lawrence tinha de fingir que aquele movimento nacional árabe era o seu principal interesse, e o fez tão bem que terminou acreditando nele”,⁴² pois, apesar de saber desde o início que os britânicos pretendiam se manter de posse do Oriente Médio (como de fato aconteceu, depois de terem firmado o acordo Sykes-Picot com os franceses, dividindo-o em várias colônias), motivo pelo qual Lawrence durante

⁴⁰ ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 311, **Origens do Totalitarismo**, pp. 244–45.

⁴¹ “. . . mas suponha-se que fôssemos uma influência (por assim dizer), uma ideia, uma coisa invulnerável, intangível, sem frente ou traseira, flutuando como um gás? Os exércitos eram como plantas, imóveis como um todo, firmemente enraizados, nutridos por longas hastes até os extremos, nós podíamos ser como um vapor, soprando por onde quiséssemos. Nossos reinos estavam em nossas mentes, já que não queríamos depender de nada material, assim talvez não oferecêssemos nada de material para ser morto. Parecia que um soldado regular era indefeso sem um alvo. Ele era dono do chão no qual sentava, e no qual ele podia picar o seu rifle” (LAWRENCE, **Seven Pillars of Wisdom**, p. 192).

⁴² ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 317, **Origens do Totalitarismo**, p. 249.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

a guerra ter sempre mantido um remorso profundo e secreto, ainda assim tinha a esperança de que poderia convencer seu governo a criar um protetorado independente sob o governo do Emir Feisal, caso os árabes desempenhassem um papel significativo na guerra. O resultado foi uma história fantástica de aventura e genialidade que logo tornaria Lawrence famoso na Europa — apesar de não o suficiente para alterar os planos imperialistas de domínio da região. Após a guerra, Lawrence fez uma intensa campanha nas discussões em Paris para convencer as potências vencedoras a criar um reino árabe independente; vindo, porém, a fracassar e consequentemente acabar numa profunda melancolia pelo resto da sua vida. De volta à Grã-Bretanha, recusava a notoriedade (chegando inclusive a recusar um título de cavaleiro das mãos do rei), vivendo por um bom tempo aquartelado como recruta anônimo nas forças armadas, apesar de já ser coronel. Como diz Arendt, “os imperialistas haviam destruído o melhor homem que, em todos os tempos, passou de aventureiro (com uma forte dose de matador-de-dragões) a agente secreto”.

A história de T. E. Lawrence, em toda a sua comovente amargura e grandeza, não foi apenas a história de um funcionário pago ou espião assalariado, mas precisamente a história de um autêntico agente ou funcionário, de alguém que realmente acreditava haver penetrado — ou ter sido atirado — na correnteza da necessidade histórica e que se tornou funcionário ou agente das forças secretas que governam o mundo . . . A única satisfação que podia derivar disso, na falta da consciência tranquila por alguma realização limitada, advinha do próprio senso de haver funcionado, de ter sido abraçado e dirigido por algum movimento grandioso. De regresso a Londres, desesperado, procurava encontrar algum substituto para esse tipo de “satisfação própria”, e “só o achava na velocidade de uma motocicleta”.⁴³

Lawrence, que provavelmente foi o exemplo mor de um “trágico e quixotesco bobo do imperialismo”, acabou se tornando amante de motocicletas e barcos de corrida, vindo a falecer num acidente motociclístico alguns anos mais tarde.

Não tardou para estas experiências terem um impacto na política do próprio interior europeu, pois, como veremos a seguir, logo os movimentos pan-nacionalistas incorporaram certos traços destas práticas em suas ideologias para atacar os regimes estabelecidos. Uma vez formado este elo de ligação entre as distantes políticas coloniais e a política doméstica europeia, “o cenário parecia estar pronto para todos os horrores possíveis” a advir com o nazismo.⁴⁴

⁴³ ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 319, *Origens do Totalitarismo*, p. 251.

⁴⁴ ARENDT, “The Imperialist Character”, p. 320, *Origens do Totalitarismo*, p. 251–52.

2.4 O IMPERIALISMO CONTINENTAL

O próximo elemento na formação do nazismo como forma de imperialismo racial é a formação de uma verdadeira ideologia antisemita nos movimentos pan-eslavo e pangermânico, que, de acordo com Arendt, viam nos judeus um povo já organizado racialmente, e por isso um concorrente a ser não só combatido como também emulado. Surgidos em países impotentes na corrida imperialista e com uma população de nacionalidades mistas, os movimentos de unificação acabaram não só formando uma ideologia racial plena como também desfazendo a diferença entre a política colonial e doméstica existente nos países participantes da Corrida pela África, de modo a introduzir o ideário da política imperialista no interior da própria Europa.

Eis como a autora resumiu sua teoria para o seu editor em 1946:

O oitavo capítulo é dedicado aos assim chamados movimentos de unificação [pan-movements], cuja importância principal está nas suas ideologias imperialistas consequentes em vez de qualquer influência prática. A expansão não é mais vista como um meio de resolver problemas sociais e econômicos, mas como o objetivo último e ilimitado inerente do corpo racial. O pan-eslavismo tanto quanto o pangermanismo antecipam ideologicamente a liquidação da distinção mais antiga entre as políticas domésticas e coloniais do Estado-nação. Ambos o pangermanismo e o pan-eslavismo adotam a descoberta do antisemitismo como uma arma política e vão um passo adiante na direção do nazismo. Eles já olham o judaísmo como o único modelo existente para uma organização racial porque os judeus são o único povo conhecido na Europa a ter sobrevivido sem um país e sem um Estado. Eles são profundamente influenciados pelos “Protocolos dos Sábios de Sião” porque querem imitar o que pensam ser os princípios sólidos da política racial. Eles se tornam essencialmente (e não apenas demagogicamente) contra o judaísmo [anti-Jewish] por causa de um conflito aberto entre suas alegações de superioridade racial e a alegação judaica de ser um povo escolhido [chosenness].⁴⁵

Apesar de originados anteriormente à rápida expansão do imperialismo ultramarino a partir das últimas décadas do oitocentos, o sucesso da corrida pela África deu aos movimentos de unificação um novo sentido à suas reivindicações, pois a partir de então começaram a reivindicar não apenas a união nacional, como também “o mesmo direito à expansão que os outros grandes povos e que, se não [lhes] fosse concedida essa possibilidade no além-mar, [seriam] forçadas a fazê-lo na Europa”.⁴⁶ O resultado foi que acabaram introduzindo no

⁴⁵ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 7.

⁴⁶ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 254.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

próprio interior europeu a ideologia racial imperialista, transformando-se eles próprios em movimentos imperialistas e cada vez mais atacando a organização de Estados nacionais existente.

O imperialismo continental é mais importante quando comparado com o imperialismo de ultramar, porque o seu conceito de expansão é amalgamador, eliminando qualquer distância geográfica entre os métodos e instituições do colonizador e os do colonizado, de modo que não foi preciso haver efeito de bumerangue para que as suas consequências fossem sentidas em toda a Europa. O imperialismo continental de fato começa em casa. Se compartilhava com o imperialismo ultramarino o desprezo pela estreiteza do Estado-nação, combatia-o não tanto com argumentos econômicos, que, afinal de contas, frequentemente expressavam autênticas necessidades nacionais, mas com a formulação da “ampliada consciência tribal”, a qual, segundo julgavam, devia unir todos os povos de origem étnica semelhante, independentemente da história ou do lugar em que residissem. Destarte, o imperialismo continental partiu de uma afinidade muito mais íntima com os conceitos raciais e absorveu com entusiasmo a tradição de ideologia racial. Seus conceitos de raça eram exclusivamente ideológicos e se tornaram armas políticas muito mais rapidamente que teorias afins expressas por imperialistas ultramarinos com base na experiência autêntica.⁴⁷

Ao contrário do imperialismo ultramarino que se baseava numa aliança entre a ralé e o capital, o imperialismo continental se ligava principalmente a uma aliança entre a ralé e certos “membros das profissões liberais, professores e servidores públicos”, de modo que sua natureza era fundamentalmente ideológica e ligada a um pseudomisticismo que invocava uma aura especial do caráter nacional. “Bastava-lhes invocar o passado da ‘Rússia Sagrada’ ou do ‘Santo Império Romano’ para atizar toda espécie de superstição nos intelectuais russos ou alemães. Tolices pseudomísticas, enriquecidas por inúmeras e arbitrárias ‘memórias’ históricas, forneciam um apelo emocional que parecia transcender, em profundidade e amplitude, as limitações do nacionalismo” tradicional.⁴⁸ Enquanto o nacionalismo tradicional, paradigmaticamente o francês, é “extrovertido, interessado nas evidentes realizações espirituais da nação” — por ver que as “nações adentravam a história e se emancipavam quando os povos adquiriam a consciência de serem entidades culturais e históricas e a de ser o seu território um lar permanente marcado pela história comum, fruto do trabalho dos ancestrais, e cujo futuro dependeria do desenvolvimento de uma civilização comum”⁴⁹ —, o nacionalismo tribal dominante nestes movimentos

⁴⁷ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 254–55.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 257.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 260.

de unificação, por outro lado, “é introvertido, concentrado na própria alma do indivíduo, que é tida como a encarnação intrínseca de qualidades nacionais”, menospreza por isso os negócios públicos e “insiste sempre que o povo está rodeado por ‘um mundo de inimigos’ . . . e que há uma diferença fundamental entre esse povo e todos os outros. Afirma que o povo é único, individual, incompatível com todos os outros, e nega teoricamente a própria possibilidade de uma humanidade comum, muito antes de ser usado para destruir a humanidade do homem”.⁵⁰

Isto deu ao antissemitismo uma importância fundamental nestes movimentos, pois não só pretensão judaica de ser o povo eleito entrava em conflito com a pretensão destes movimentos de terem sido eles próprios eleitos por Deus para afirmar sua superioridade, como também “os judeus aparentavam ser não só agentes de uma máquina estatal opressora, mas de um opressor estrangeiro”, conseguindo manter a sua identidade nacional, sem possuírem Estados ou países próprios. Por isso o antissemitismo tinha nestes movimentos um caráter verdadeiramente ideológico, ao ter assumido a posição tanto de prova da correção de suas teorias raciais quanto mesmo a de inimigos fundamentais a serem combatidos.

Se outras nacionalidades na Monarquia Dual [austro-húngara] tinham apenas débeis raízes no solo e pouca noção do significado de um território comum, os judeus eram o exemplo de um povo que, sem país de qualquer espécie, havia podido manter sua identidade no decorrer dos séculos e, portanto, podia ser citado como prova de que não havia necessidade de território para que se constituísse uma nacionalidade. Se os movimentos de unificação étnica insistiam na importância secundária do Estado e na suprema importância do povo, organizado em vários países e não necessariamente representado por instituições visíveis, os judeus eram o modelo perfeito de uma nação sem Estado e sem essas instituições. Se as nacionalidades tribais apontavam para si mesmas como o centro de seu orgulho nacional, independentemente de realizações históricas e de participação em acontecimentos registrados, se acreditavam que alguma qualidade inerente misteriosa, psicológica ou física fazia delas a encarnação, não da Alemanha, mas do germanismo, não da Rússia, mas da alma russa, sentiam de alguma forma, mesmo que não soubessem expressá-lo, que a “judeidade” dos judeus assimilados correspondia exatamente ao mesmo tipo de encarnação individual e pessoal do judaísmo, e que o orgulho peculiar dos judeus secularizados, que não haviam desistido de sua antiga qualidade de “escolhidos”, realmente significava que acreditavam ser diferentes e melhores pelo simples fato de terem nascido judeus, independentemente das realizações e tradição judaicas.

⁵⁰Ibid., p. 258.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

... Logo reconheceram nos judeus os seus concorrentes mais felizes, mais protegidos pela sorte, pois, em sua opinião, os judeus haviam encontrado um meio de constituir uma sociedade própria que, precisamente por não ter representação visível nem escoadouro político normal, podia vir a substituir a nação.⁵¹

Além do antissemitismo, o misticismo do caráter nacional, estreitamente ligado à ausência de uma emancipação política, conferia a estes movimentos uma forte hostilidade aos Estados existentes, sempre vistos como expressões da opressão nacional e declarados como estranhos ao povo. Em países como a Áustria-Hungria e a Rússia czarista, “onde não existiam condições para a realização da trindade ocidental de povo-território-Estado, onde as fronteiras mudavam constantemente durante séculos e as populações permaneciam em movimento migratório mais ou menos contínuo”, estas “massas não tinham a menor ideia do significado dos conceitos pátria e patriotismo, nem a mais vaga noção de responsabilidade comunitária limitada”.⁵² Ainda mais, estes dois países “jamaís haviam conhecido governo constitucional, de modo que a concepção que os seus líderes tinham de governo e de poder correspondia à visão de decisões arbitrárias vindas de cima”. Seus regimes eram fortemente burocráticos, sem parlamentos ou partidos com representação política significativa; em vez, a burocracia governava por meio de decretos, dando um caráter anônimo e incompreensível àqueles governos.

No governo burocrático, os decretos surgem em sua pureza nua, como se já não fossem obras de homens poderosos, mas encarnassem o próprio poder, sendo o administrador seu mero agente acidental. Não existem princípios gerais por trás do decreto que a simples razão possa entender, mas apenas circunstâncias que mudam constantemente e só um perito pode conhecer em detalhe. Os povos governados por decretos nunca sabem o que os governa, dada não só a impossibilidade de compreender os decretos em si mesmos, mas também a ignorância cuidadosamente organizada no que se refere a circunstâncias específicas e seu significado prático, ignorância em que os administradores, na medida em que desempenham o papel de fonte de poder, conservam os seus súditos. O imperialismo colonial, que também governava por decretos e era às vezes definido como o **regime des décrets**, já era suficientemente perigoso; contudo, o próprio fato de que os administradores de populações nativas eram importados e tidos como usurpadores diminuía a sua influência sobre os povos dominados. Somente em países como a Rússia e a Áustria, onde os governantes nativos e uma burocracia nativa eram aceitos como governo legítimo, pôde o regime de

⁵¹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 272.

⁵² *Ibid.*, p. 263.

2.5 O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem

decretos criar uma atmosfera de arbitrariedade e de segredo que ocultasse com sucesso o seu oportunismo.⁵³

O resultado foi que os movimentos de unificação acabaram tomando o governo burocrático como modelo. Especialmente o pan-eslavo elaborou toda uma mistificação do poder político, ao ver no czarismo “a expressão antiocidental, anticonstitucional e antiestatal do próprio movimento. Essa mistificação do poder anárquico inspirou ao pan-eslavismo suas mais perniciosas teorias a respeito da natureza transcendental e da inerente virtude de todo poder. Concebia o poder como uma emanção divina, que permeava toda atividade natural e humana,” de modo que “bastava ao movimento pan-eslavo aderir a esse poder e organizar-lhe o apoio popular para santificar todo o povo — uma horda colossal, obediente ao desejo arbitrário de um só homem, que não era governada pela lei nem pelo interesse, mas se mantinha coesa unicamente pela força do seu número e pela convicção de sua própria santidade”.⁵⁴

Intimamente ligado a esta adoção do modelo burocrático era a “profunda desconfiança nos partidos, tão corrente na Europa desde o fim do século XIX”. Todos os grupos imperialistas sempre se autodeclaravam “acima de todos os partidos”, mas os movimentos de unificação foram um passo além ao se reivindicarem “movimentos” e não partidos,⁵⁵ rechaçando completamente a política partidária normal, intimamente ligada aos Estados nacionais.

Esta era mais uma expressão do descrédito e crise no qual se encontrava o sistema europeu de Estados nacionais, e que, como veremos a seguir, viria apenas a se agravar no início do século XX com a intensificação da migração e especialmente o crescimento do número de apátridas. Se não fosse a inadequação do modelo do Estado-nacional para lidar com a diversidade étnica europeia, talvez estas “tolices pseudomísticas” pan-nacionalistas e suas ambições imperialistas pudessem ser relegadas aos extensos livros de obscuridades e irracionalidades de histórias das ideias.

2.5 O DECLÍNIO DO ESTADO-NAÇÃO E O FIM DOS DIREITOS DO HOMEM

De todo modo, assim como as doutrinas raciais anteriores e a política imperialista nas colônias, os movimentos de unificação poderiam não ter tido maior

⁵³Ibid., p. 276.

⁵⁴Ibid., pp. 280–81.

⁵⁵Ibid., p. 283.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

importância na história europeia, caso a crise do sistema europeu de Estados nacionais não viesse a se agravar ainda mais no século XX. Como resultado da Primeira Guerra Mundial, sucumbiram vários dos impérios multinacionais europeus e aumentou-se significativamente a migração das populações na região, de modo que a questão nacional ganhou uma urgência toda própria, formando mais um elemento presente na política nazi. Arendt resume assim este agravamento da crise do sistema europeu de Estados nacionais no esquema enviado ao seu editor em 1946:

O nono capítulo mostra o fracasso dos Tratados de Paz em organizar estas regiões [do cinturão de populações mistas no leste europeu] de acordo com o princípio do Estado nacional, após a desintegração e perda de reputação, e o crescimento de grupos na Europa que viviam fora da proteção normal de seus próprios Estados (as minorias nacionais) e que mesmo deixaram seu território (as pessoas sem Estado) — assim, ocasionalmente, difundindo o cinturão de populações mistas por toda a Europa. Todos estes grupos, i.e. os muito milhões de europeus vivendo fora dos limites da comunidade europeia de nações, indicavam a seriedade e natureza da crise europeia. Os judeus, tendo sido definidos como a “minorité par excellence” e formando uma grande proporção das pessoas sem Estado, tornaram-se em certo sentido o símbolo da crise.⁵⁶

De acordo com Arendt, a situação se agravou muito com a Primeira Guerra Mundial e a resultante intensa migração de populações no leste europeu. Com a dissolução dos impérios alemão, otomano, russo e, principalmente, austro-húngaro, se exacerbou o problema dos povos sem Estado, que já vinha crescendo ao longo das décadas anteriores, de modo que as potências vitoriosas criaram novos Estados independentes nos moldes dos Estados nacionais ocidentais, tentando com isto lidar com a grande quantidade de nacionalidades destes territórios. O resultado, contudo, desta criação de novos Estados nacionais pelos tratados de paz após a Primeira Guerra Mundial foi o estabelecimento arbitrário de “povos estatais”, dotados de Estados próprios, e ditas “minorias”, que deveriam conviver e serem respeitadas pelas nacionalidades hospedeiras.

Os Tratados aglutinaram vários povos num só Estado, outorgaram a alguns o status de “povos estatais” e lhes confiaram o governo, supuseram silenciosamente que os outros povos nacionalmente compactos (como os eslovacos na Tchecoslováquia ou os croatas e eslovenos na Iugoslávia) chegassem a ser parceiros no governo, o que naturalmente não aconteceu, e, com igual arbitrariedade, criaram com os povos que sobram um terceiro grupo de nacionalidades chamadas minorias, acrescentando assim aos muitos encargos dos novos Estados o problema de observar regulamentos

⁵⁶ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 8.

2.5 O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem

especiais, impostos de fora, para uma parte de sua população. Como resultado, os povos não agraciados com Estados, fossem “minorias nacionais” ou “nacionalidades”, consideraram os Tratados um jogo arbitrário que dava poder a uns, colocando em servidão os outros. Os Estados recém-criados, por sua vez, que haviam recebido a independência com a promessa de plena soberania nacional, acatada em igualdade de condições com as nações ocidentais, olhavam os Tratados das Minorias como óbvia quebra de promessa e, como prova de discriminação, uma vez que somente os novos Estados, e nem mesmo a Alemanha derrotada [com exceção do território da Silésia oriental, dividida em 1920 com a Polônia em decorrência de plebiscito], ficavam subordinados a eles.⁵⁷

As próprias potências vitoriosas supunham que o Estado-nação era a forma natural de organização política humana, de modo que não tentaram elaborar uma forma de organização estatal supranacional, independente de qualquer nacionalidade. Devido à grande quantidade de nacionalidades mistas nestes territórios, isto era impossível de se fazer e acabaram fracassando em resolver o problema da questão nacional (que no leste europeu tinha um caráter revolucionário e emancipatório similar à luta do proletariado na Europa ocidental).⁵⁸ O resultado foi que em algumas regiões até metade da população estava na condição de minorias não emancipadas:

Só após a queda dos últimos remanescentes da autocracia européia ficou claro que a Europa havia sido governada por um sistema que nunca levou em conta as necessidades de pelo menos 25% da sua população. Esse mal, contudo, não foi sanado pela criação dos Estados sucessores dos impérios desmembrados, porque cerca de 30% dos seus quase 100 milhões de habitantes eram oficialmente reconhecidos como exceções a serem especialmente protegidas por tratados de minorias. Além disso, esse algarismo de modo nenhum conta toda a história; apenas indica a diferença entre povos com governo próprio e aqueles que supostamente eram pequenos ou dispersos demais para obterem o direito de atingir o status pleno de nação. Assim mesmo, os Tratados das Minorias protegiam apenas nacionalidades das quais existia um número considerável em pelo menos dois Estados sucessórios, mas não mencionaram, deixando-as à margem de direito, todas as outras nacionalidades sem governo próprio,

⁵⁷ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 303.

⁵⁸ “Na Europa ocidental e central, o papel do proletariado, ou seja, do grupo oprimido e historicamente sofredor, cuja emancipação era uma questão de vida ou de morte para todo o sistema social europeu, era representado no Leste pelos ‘povos sem história’. Os movimentos de libertação nacional do Leste europeu eram revolucionários no mesmo sentido em que os movimentos operários do Oeste: ambos refletiam os anseios das camadas ‘não históricas’ da população europeia, e ambos lutavam por reconhecimento e participação dos grupos marginais nos negócios públicos” (ibid., p. 304).

2 A Teoria do Imperialismo Racial

concentradas num só país, de sorte que, em alguns desses Estados, os povos nacionalmente frustrados constituíam 50% da população total.⁵⁹

Os discursos dos próprios estadistas ocidentais acabavam por reafirmar a importância fundamental da nacionalidade para a cidadania, quando aceitavam que somente os “nacionais” podiam ter a plena proteção legal e as instituições não podiam ter responsabilidade pelos que insistiam em não se assimilar. “Confessavam assim — e logo tiveram oportunidade de demonstrá-lo na prática, com o surgimento dos povos sem Estado — que havia sido consumada a transformação do Estado de instrumento da lei em instrumento da nação”.⁶⁰ O Estado-nação não só tinha surgido espontaneamente em regiões onde a população era relativamente homogênea e fixa ao solo, como também “sua criação coincidia com a de governos constitucionais, os Estados-nações sempre haviam representado o domínio da lei”. Mas nos novos Estados criados pelos tratados de paz a Liga da Nações é quem acabou assumindo a responsabilidade de garantir a igualdade perante a lei e o igual respeito às minorias, sempre se impondo desde fora frente à pressão dos governos das nacionalidades dominantes. Esta situação claramente representava a ruptura do “precário equilíbrio” entre os princípios constitucional e nacional, levando a uma rápida desintegração desta forma de governo e a uma subordinação do direito e do Estado à nacionalidade.

Como se isso já não fosse o bastante, a situação se degeneraria ainda mais nos anos seguintes com o crescimento vertiginoso de imigrantes sem cidadania. A massa de refugiados apátridas fez com que os Estados tivessem de restringir ou até abolir o milenar direito de asilo e, após ter se mostrado impossível repatriá-los ou naturalizá-los, mesmo o reconhecimento do status de apátridas passou a ser-lhes negado, de modo que estes refugiados passaram a viver absolutamente fora da lei e sem qualquer amparo legal. Isto representava a mais completa destruição do direito e exclusão da vida comunitária, uma situação a que nem sequer os criminosos são submetidos:

Muito pior que o dano causado pela condição de apátrida às antigas e necessárias distinções entre nacionais e estrangeiros e ao direito soberano dos Estados em questões de nacionalidade e expulsão, foi aquele sofrido pela própria estrutura das instituições legais da nação, quando um crescente número de residentes teve de viver fora da jurisdição dessas leis, sem ser protegido por quaisquer outras. O apátrida, sem direito à residência e sem o direito de trabalhar, tinha, naturalmente, de viver em constante transgressão à lei. Estava sujeito a ir para a cadeia sem jamais cometer um crime. Mais do que isso, toda a hierarquia de valores existente nos

⁵⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 305.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 308.

2.5 *O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem*

países civilizados era invertida no seu caso. Uma vez que ele constituía a anomalia não-prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso.

A melhor forma de determinar se uma pessoa foi expulsa do âmbito da lei é perguntar se, para ela, seria melhor cometer um crime. Se um pequeno furto pode melhorar a sua posição legal, pelo menos temporariamente, podemos estar certos de que foi destituída dos direitos humanos. Pois o crime passa a ser, então, a melhor forma de recuperação de certa igualdade humana, mesmo que ela seja reconhecida como exceção à norma. O fato — importante — é que a lei prevê essa exceção. Como criminoso, mesmo um apátrida não será tratado pior que outro criminoso, isto é, será tratado como qualquer outra pessoa nas mesmas condições. Só como transgressor da lei pode o apátrida ser protegido pela lei. Enquanto durem o julgamento e o pronunciamento da sua sentença, estará a salvo daquele domínio arbitrário da polícia, contra o qual não existem advogados nem apelações. O mesmo homem que ontem estava na prisão devido à sua mera presença no mundo, que não tinha quaisquer direitos e vivia sob ameaça de deportação, ou era enviado sem sentença e sem julgamento para algum tipo de internação por haver tentado trabalhar e ganhar a vida, pode tornar-se quase um cidadão completo graças a um pequeno roubo. Mesmo que não tenha um vintém, pode agora conseguir advogado, queixar-se contra os carcereiros e ser ouvido com respeito. Já não é o refugio da terra: é suficientemente importante para ser informado de todos os detalhes da lei sob a qual será julgado. Ele torna-se pessoa respeitável.⁶¹

Os direitos humanos, originalmente cunhados como uma proteção contra os governos e como uma alternativa à anterior fundamentação do direito nos mandamentos divinos ou nos costumes, nestas situações se demonstraram completamente inaplicáveis e impotentes. De acordo com tal doutrina, o direito positivo e a soberania estatal se fundamentariam eles próprios nos “Direitos do Homem”, estes sim tidos como absolutos e inalienáveis, independentes de qualquer Estado e contexto. Mas o que se demonstrou com tais massas de apátridas é que os “Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis — mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles — sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano”.⁶² Por isso, o que a doutrina dos direitos humanos tradicionalmente negligenciava era a importância da própria comunidade política como fundamento de todo o direito e existência humana digna, de modo que, se haveria algum direito fundamental que deveria ser absolutamente assegurado, este era o direito à cidadania, o “direito a ter direitos”, que possa conceder “um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz”, no qual o indivíduo

⁶¹Ibid., pp. 319–20.

⁶²Ibid., p. 327.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

possa aparecer como responsável pelos seus atos e opiniões, e assim pelo seu destino.

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião — fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades — mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo o seu direito à vida é ameaçado; só se permanecerem absolutamente “supérfluos”, se não se puder encontrar ninguém para “reclamá-los”, as suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazistas começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para ajuntá-los em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam apalpado cuidadosamente o terreno e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado.⁶³

O surgimento ao longo das primeiras décadas do século vinte dos milhões de pessoas apátridas sem qualquer estrutura nas quais pudessem agir e viver por isso acabou revelando tanto a importância da comunidade política para a existência humana digna e responsável, quanto a profunda crise na qual se encontrava o sistema europeu de Estados nacionais. A forma de organização nacional, que no caso francês significou uma verdadeira emancipação política, acabou se tornando completamente incapaz de lidar com a mescla de nacionalidades existente noutras partes da Europa, de modo que, “os refugiados e os apátridas têm-se apegado como uma maldição aos Estados recém-estabelecidos, criados à imagem do Estado-nação”. Ainda mais, a insistência nesta fórmula inclusive chegou a exportar o problema para a Palestina, com a criação do Estado de Israel após a Segunda Guerra Mundial, que “produziu uma nova categoria de refugiados, os árabes, acrescentando assim cerca de 700 mil a 800 mil pessoas ao número dos que não têm Estado nem direitos”.

Mas se os estadistas não eram perspicazes o suficiente para elaborar uma solução adequada para o problema dos apátridas, Hitler por sua vez soube muito bem como solucioná-lo:

Nenhum dos estadistas se apercebia de que a solução de Hitler para o problema judaico — primeiro, reduzir os judeus alemães a uma minoria

⁶³ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 329.

não-reconhecida na Alemanha; depois, expulsá-los como apátridas; e, finalmente, reagrupá-los em todos os lugares em que passassem a residir para enviá-los aos campos de extermínio — era uma eloquente demonstração para o resto do mundo de como realmente “liquidar” todos os problemas relativos às minorias e apátridas.⁶⁴

2.6 O NAZISMO COMO IMPERIALISMO RACIAL

É impossível saber em detalhes o modo como Arendt pretendia lidar especificamente com o nazismo, pois a autora acabou abandonando seu projeto original antes de elaborar o capítulo no qual lidaria com o tema. Mas, nos esboços do seu livro enviados ao editor em 1946, Arendt descreve o nazismo como “o primeiro tipo puro do imperialismo-racial”, como o “amálgama” dos “elementos antissemitismo, imperialismo e racismo”, conduzindo pela primeira vez uma “política imperialista radical”, que levava consistentemente até o fim a ambição imperialista de um domínio mundial e a racial de “extermínio geral de outras ‘raças inferiores’; e, nesta tentativa de se organizar como raça, provocou conscientemente a queda do gênero humano como um processo ativamente produzido pelo homem”.⁶⁵ A autora ainda resumia nos seguintes termos o capítulo que pretendia dedicar ao tema:

O nazismo será trabalhado no último capítulo. O significado real da Primeira Guerra Mundial foi que ela ou ameaçou mortalmente ou de fato destruiu todas as estruturas políticas que por décadas puderam vegetar, já que numa era de economia em expansão e bem-estar progredindo ninguém estava muito interessado nelas. O vácuo resultante abriu espaço para todas as correntes subterrâneas da história europeia, que os nazistas fizeram fluir conjuntamente. Já que o próprio vácuo foi criado por medo de ação e do fracasso em resolver quaisquer das gritantes questões políticas e sociais, o nazismo pôde tomar os aspectos de todos os Ismos precedentes, cada um dos quais tinha pretendido possuir a chave para a história passada e futura. O lugar ideológico dos judeus permaneceu o mesmo que nos movimentos de unificação. Sua importância para a política prática, porém, completamente fora de proporção com seus papéis e influências políticas efetivas, emergiu do fato que de todas as questões não resolvidas somente a questão judaica oferecia um aspecto idêntico internacionalmente. O judaísmo como o ponto de cristalização, o antissemitismo como o cristalizador de todas as maldições europeias abriu caminho para a expansão

⁶⁴Ibid., p. 323.

⁶⁵ARENDR, “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”, p. 9.

2 A Teoria do Imperialismo Racial

ilimitada almejada pela primeira organização bem planejada de um povo como raça.⁶⁶

Apresentaremos sua teoria do antissemitismo moderno no próximo capítulo, mas, segundo Arendt, os judeus eram vistos pelos nazistas como um modelo de povo já organizado racialmente, capaz de manter sua identidade e senso de importância, devido à sua pretensão de serem um povo escolhido, mesmo sem um território ou Estado próprio, estando nos **Protocolos dos Sábios de Sião** expostos os “princípios sólidos da política racial”. O racismo teria servido ao nazismo assim como uma forma de desligar o povo da sua vinculação ao território e ao Estado, trocando seu patriotismo pelo vínculo racial, e assim perseguir a ambição expansionista do imperialismo:

O centro político do imperialismo é expansão e raça. A raça foi propagandeada como o resultado de uma nova pesquisa científica ou como a “sabedoria” da velha superstição popular. Esta propaganda esconde que por raça o imperialismo entende uma nova forma de corpo político, de acordo com o qual se pode organizar os povos para que estejam preparados para a expansão. O propósito e o fim da expansão é o domínio do mundo conduzido por uma raça-elite.

Para mobilizar um povo a uma expansão ilimitada, deve-se libertá-lo de seu território. A raça é a organização política na qual o povo é preparado para trocar sua terra natal pela pertença a um grupo que se sinta em casa em qualquer lugar onde possa dominar. Isto pressupõe que a velha trindade de Estado-povo-território, a base do Estado-nação, seja rompida ou deliberadamente destruída. Com o imperialismo começa aquela crise do Estado-nação cujo resultado por enquanto é o fascismo.⁶⁷

Ainda mais, o nazismo teria conseguido destruir o Estado alemão, com seu apelo fundamental ao direito e à legalidade, em prol do expansionismo ilimitado. E, assim como a ralé na África do Sul, Arendt defende que os nazistas chegaram ao poder com apoio da burguesia devido aos seus interesses expansionistas, mas que teriam conduzido uma política que de muito extravasava o inicialmente pretendido:

Durante o período imperialista, nem o Estado nem a burguesia conquistaram uma vitória definitiva. As instituições nacional-estatais resistiram à brutalidade e à megalomania das aspirações imperialistas dos burgueses, e as tentativas burguesas de usar o Estado e os seus instrumentos de violência para seus próprios fins econômicos tiveram apenas sucesso parcial. Isso mudou quando a burguesia alemã apostou tudo no movimento hitlerista para governar com o auxílio da escória, mas já era tarde demais

⁶⁶ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 8.

⁶⁷ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”, p. 6.

2.6 O nazismo como imperialismo racial

para a total conquista do poder: a burguesia conseguiu destruir o Estado-nação que lhe perturbava o exercício da hegemonia, mas foi uma vitória de Pirro; a ralé mostrou-se perfeitamente capaz de cuidar da política por si mesma e liquidou a burguesia juntamente com todas as outras classes e instituições.⁶⁸

Esta liquidação de todas as outras classes e instituições representava o que ela chegou a chamar de uma “real queda do ocidente”: “pois a raça é, falando politicamente, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas sua decadência, não o nascimento natural do homem, mas sua morte não natural”.⁶⁹

⁶⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 154.

⁶⁹ ARENDT, “Imperialism”, p. 35.

3 A TEORIA DO ANTISSEMITISMO MODERNO

Uma parte importante do projeto arendtiano sobre o imperialismo racial era entender como o antissemitismo conseguiu adquirir uma força completamente desproporcional à real importância que os judeus tinham no contexto europeu, vindo a desempenhar um papel de “amalgamador” ou “ponto de cristalização” no nazismo. Arendt com sua teoria acaba rejeitando tanto a explicação do antissemitismo nazista como mais um caso do velho antissemitismo religioso cristão, existente desde a idade média devido à traição de Judas e consequente crucificação de Jesus, quanto a teoria do bode expiatório, segundo a qual os judeus seriam vítimas completamente inocentes e acidentais, mais ou menos conscientemente utilizadas pela liderança nazi para desviar a atenção popular dos problemas provocados pelo próprio regime. Em vez, como mostraremos a seguir, Arendt pensava estar o antissemitismo intimamente ligado à situação sociopolítica da população judaica, particularmente a mais rica, com suas complexas relações com os Estados e alta sociedade europeias. O antissemitismo moderno seria assim em grande medida resultado da visão dos judeus como responsáveis pelo suporte, ou mesmo controle, dos regimes políticos estabelecidos, sem serem membros plenos das nacionalidades representadas por estes regimes, de modo a serem identificados como opressores estrangeiros.

Arendt dividiu sua discussão sobre o antissemitismo em três capítulos. No primeiro, dedicado à relação dos judeus com o Estado, a autora defende que os empréstimos estatais, concedidos primeiramente pelos “judeus da corte” e posteriormente por grupos organizados como a Casa Rothschild, colocaram estes judeus em posição favorável junto aos governos, sendo-lhes concedidos em troca vários privilégios, que, com o tempo, foram sendo estendidos ao restante da população, com as leis especiais de emancipação judaica. Estas famílias judaicas privilegiadas, contudo, não tinham qualquer ambição política ou vínculo forte com projetos políticos específicos, de modo que não só prestavam seus serviços a quaisquer governos vigentes, fossem eles monárquicos ou republicanos, como também evitavam a integração e nacionalização, preservando seus laços internacionais. Por isso, no segundo capítulo a autora comenta a complexa relação dos grupos judaicos mais abastados com a sociedade, particularmente o

modo como se formou na alta sociedade a ideia do judeu como algo exótico e excepcional. “O resultado destas condições sociais foi que os judeus pareciam nos olhos dos gentios como um grupo organizado, um ‘Estado dentro do Estado’, governado por leis misteriosas, mantidos coesos por laços misteriosos e aspirando a um domínio misterioso ‘nos bastidores’”. No terceiro capítulo a autora toma o Caso Dreyfus na França como um estudo de caso, vendo nele a primeira vez em que o antissemitismo alcançou o centro da arena política e conseguiu mobilizar todo o leque de questões e grupos políticos no seu entorno.

Desta forma, apesar do antissemitismo ter se formado independentemente do imperialismo, a insistência antissemita na vinculação dos judeus aos Estados nacionais sem a plena integração às sociedades por eles governadas teria servido como um importante elemento para a substancialização da ideologia imperialista-racial no continente europeu. Como diz Arendt num dos seus esboços:

Ainda não foi respondida a questão de por que o antissemitismo pôde se tornar o ponto de cristalização do imperialismo moderno na forma do nazismo. A história do antissemitismo, na qual procuramos classificar o nazismo, nunca pode explicar por que os judeus desde o fim do século passado, e isto significa desde o começo da era imperialista, adquiriu um sentido ideológico negativo sem qualquer relação com sua real importância política, econômica e social. Ainda mais, sua importância ideológica crescente é acompanhada de um decréscimo permanente do poder real no mundo moderno dos Estados europeus . . .

Na procura por um modelo para a organização racial os judeus foram descobertos. Eles são o único membro da família europeia de povos que 1) preservou sua identidade sem um território, 2) cuja solidariedade internacional sobreviveu à divisão dos povos em nações; que 3) supostamente alegava ser um “povo escolhido” [*Auserwähltheit*]. Estes três fatores conjuntamente permitiram a conclusão [pelos defensores do imperialismo racial] de que já se tinha constituído um povo como raça, que a expansão na forma da infiltração [*Durchdringung*] já tinha sido parcialmente realizada e que se esforçava pelo domínio mundial. Acreditaram nos Protocolos dos Sábios de Sião, independentemente de todas as evidências de falsificação, porque o comportamento neles descrito era politicamente consistente. Eles [os Protocolos] são assim o próprio manual do nazismo. Os nazis e antes deles os movimentos de unificação [*Pan-Bewegungen*] — principalmente o pangermanismo e o pan-eslavismo — viam nos judeus um concorrente perigoso, pois a alegação deles próprios de serem um “povo escolhido” entrava em conflito com a alegação judaica mais antiga.¹

¹ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”, p. 6.

3.1 OS JUDEUS E O ESTADO NACIONAL

A autora resumiu assim ao seu editor em 1946 seu capítulo sobre a relação dos judeus com os Estados europeus:

O primeiro capítulo trata da relação entre os judeus europeus com o ascendente Estado nacional. A história da casa dos Rothschild, seu controle sobre a maioria dos banqueiros na Europa, servirá em parte como um estudo de caso. Sua tese principal é que o ajustamento dos judeus à história moderna foi feita por meio do Estado, que a emancipação foi dada a eles como o preço do passado e a condição de serviços futuros e que sua situação econômica e política, baseada nas suas relações internacionais, tornou-se dependente do Estado enquanto tal. Durante os governos cambiantes do século dezenove, eles [os judeus] foram o único fator constante, dos quais cada um deles [os governos] foram forçados a depender. O resultado foi que nos olhos dos povos os judeus aparentavam representar o Estado e cada classe que entrou em conflito com o governo existente se tornou antijudaica.²

Como seu objetivo é traçar a origem do antissemitismo moderno (distinto, segundo a autora, da velha polêmica cristã), Arendt mostra a história da relação dos judeus com os Estados a partir dos serviços por eles prestados desde a Idade Média a senhores feudais, antes da formação no século XVI das monarquias absolutas e de autoridades políticas centralizadas. Dataria desta época a atitude judaica de tratar suas relações com a nobreza como relações privadas, sem quaisquer conotações políticas, e que teria se preservado a despeito da sua crescente importância no suporte dos regimes europeus:

Esses judeus da corte [antes do absolutismo] eram servos de um grupo social apenas: serviam tão-só a pequenos senhores feudais, que, como membros da nobreza, não aspiravam a representar qualquer autoridade centralizada. As propriedades que administravam, o dinheiro que emprestavam e as provisões que compravam constituíam problemas particulares do senhor, de modo que essas atividades não podiam envolver os judeus em questões políticas. Portanto, odiados ou favorecidos, os judeus tampouco podiam transformar-se em questão política de alguma importância.

Quando, contudo, mudou o status do senhor feudal, quando ele se tornou príncipe ou rei, alterou-se também a função do judeu da corte. Os judeus, como elementos estranhos, desinteressados pelas mudanças, mal percebiam a gradativa melhora de sua posição. No que lhes tocava, continuavam a administrar negócios privados, e sua lealdade continuava a ser questão pessoal, que nada tinha a ver com considerações políticas. A lealdade

²ARENDDT, "Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)", p. 4.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

significava honestidade: não obrigava a tomar partido nos conflitos ou a permanecer fiel por motivos políticos. Comprar provisões, vestir e alimentar um exército, emprestar dinheiro para o recrutamento de mercenários refletia apenas o interesse pelo bem-estar de um sócio comercial, fosse ele quem fosse.³

Deste modo, mantinham-se independentes como um grupo internacional, sem qualquer ligação restritiva a qualquer senhor ou nacionalidade particular. O que não perceberam, contudo, foi a crescente importância política dos seus serviços, decorrente da crescente centralização e tamanho do poder monárquico e seus projetos. De acordo com Arendt, as monarquias absolutistas, emergidas desta centralização do poder político, inicialmente obtinham renda por meio de guerras e pilhagens, mas passaram entretanto a cobrar impostos sobre o comércio e tentar dismantelar o poder das corporações. Dada a necessidade de investimentos maiores e a recusa da ascendente burguesia a financiá-las, os judeus acabaram se tornando importantes patrocinadores seus. Nesta recusa burguesa, havia, além do mais, uma significativa transformação da relação da monarquia com a sociedade que levaria à formação dos Estados nacionais:

Em fins do século XVIII já era evidente nos vários países que nenhuma das camadas ou classes estava desejosa ou tinha capacidade de tornar-se classe governante, isto é, de identificar-se com o governo como a nobreza o havia feito no decorrer dos séculos. O fato de a monarquia não ter conseguido encontrar uma classe que substituísse a aristocracia dentro da sociedade levou ao rápido desenvolvimento do Estado-nação e à presunção de que esse sistema estivesse acima de todas as classes, completamente independente da sociedade com sua pluralidade de interesses particulares que a perfaziam — enfim, o verdadeiro e único representante da nação como um todo. Esse sistema resultou, por outro lado, no aprofundamento da brecha entre o Estado e a sociedade, na qual repousava a estrutura política da nação. Sem essa brecha, não seria necessário nem possível incluir os judeus na história europeia em termos de igualdade.

Quando falharam todas as tentativas de aliar-se a uma das classes principais da sociedade, restou ao Estado impor-se como poderosa empresa comercial. O crescimento dos negócios estatais foi causado pelo conflito entre o Estado e as forças financeiramente poderosas da burguesia, que preferiu dedicar-se ao investimento privado, evitando a intervenção do Estado e recusando-se a participar de maneira ativa no que lhe parecia ser empresa “improdutiva”. Foram assim os judeus a única parte da população disposta a financiar os primórdios do Estado e a ligar seu destino ao desenvolvimento estatal. Com o seu crédito e suas ligações internacionais,

³ARENDE, *Origens do Totalitarismo*, p. 40.

estavam em excelente posição para ajudar o Estado-nação a afirmar-se entre os maiores empregadores e empresas da época.⁴

Especial importância nesta ascensão judaica teve a Casa Rothschild, criada no final do século XVIII por Mayer Amschel Rotschild, judeu da corte de Hessen que instalou seus cinco filhos nas principais capitais financeiras europeias, criando a primeira organização bancária judaica internacional e assim desfazendo a informalidade e instabilidade das relações até então comuns entre os judeus da corte. Seu sucesso foi tanto que a Casa Rothschild chegou a galgar praticamente um monopólio dos empréstimos estatais e vir a se tornar símbolo do envolvimento judaico na política internacional europeia.

O estabelecimento internacional da Casa Rothschild e a sua hegemonia alcançada com relação aos demais banqueiros judeus mudaram a estrutura dos negócios estatais judaicos. Desapareceu a evolução acidental, desorganizada e sem plano, quando indivíduos judeus, suficientemente astutos para se aproveitarem de uma oportunidade, frequentemente galgavam posições de incomensurável riqueza, para cair em profunda miséria na geração seguinte . . . Foi precisamente o monopólio dos Rothschild na emissão de empréstimos governamentais que tornou possível e até necessária a utilização do capital judaico, canalizando uma elevada porcentagem das fortunas judaicas para os negócios dos Estados, o que gerou a base de uma renovada coesão intereuropeia dos judeus da Europa central e ocidental. O que nos séculos XVII e XVIII foi uma ligação desorganizada entre judeus individuais de diferentes países transformou-se em aproveitamento sistemático das oportunidades esparsas por uma única firma, fisicamente presente em todas as importantes capitais européias, e em constante contato com todas as camadas do povo judeu, detentora da rede das informações úteis e capaz de dar formas organizadas a oportunidades decorrentes do sistema.

. . . Para o mundo exterior, essa família tornou-se também o símbolo da realidade prática do internacionalismo judaico num mundo de Estados-nações e povos organizados politicamente em bases nacionais. Onde poderiam os antisemitas encontrar melhor prova do fantástico conceito de um governo mundial judaico do que nessa família?⁵

De todo modo, apesar desta importância dos financistas judeus, intimamente ligada ao desenvolvimento do Estado moderno, a única consequência política significativa teriam sido os privilégios a eles concedidos em troca dos seus serviços. De acordo com Arendt, “não há sombra de dúvida quanto à conexão entre os serviços prestados e privilégios concedidos”.⁶ Contudo, apesar do

⁴Ibid., pp. 37–38.

⁵Ibid., p. 47.

⁶Ibid., p. 37.

imenso poder que esta situação privilegiada poderia ter-lhes proporcionado, Arendt alega que tais financistas judeus quase não tentaram utilizá-la para pressionar por agendas políticas próprias, mesmo ao longo de todo o século XIX, por mais surpreendente que isto parecesse aos gentios:

Se os judeus tivessem sido burgueses no sentido lato do termo, poderiam ter avaliado com exatidão as extraordinárias possibilidades de poder decorrentes de suas novas funções, e ter pelo menos tentado representar — com vista a manter a ilusão do “sucesso” — aquele papel fictício de um poder mundial secreto que faz e desfaz governos, e que os antissemitas, de qualquer modo, lhes atribuíam. Nada, porém, estava mais longe da verdade. Os judeus, sem conhecer o poder ou se interessar por ele, nunca pensaram em exercer senão suaves pressões para fins subalternos de autodefesa . . .

Essa inocência nunca foi bem entendida por estadistas ou historiadores não-judeus. Por outro lado, o desligamento dos judeus do poder era aceito com tanta naturalidade pelos representantes ou escritores judeus que eles quase nunca o mencionavam, a não ser para exprimir sua surpresa ante as absurdas suspeitas levantadas contra eles. Nas memórias dos estadistas do século XIX encontram-se frequentes observações que pressupõem a dependência da eclosão de guerras da vontade de um Rothschild de Londres, Paris ou Viena. Mesmo um historiador sóbrio e digno de fé como J. A. Hobson podia dizer, ainda em 1905: “Alguém supõe seriamente que qualquer Estado europeu pode fazer guerra, ou subscrever um grande empréstimo estatal, se a Casa dos Rothschild e suas conexões se opuserem?” . . . A verdade é que os Rothschild tinham tanta noção política quanto qualquer outro banqueiro judeu e, como seus correligionários, jamais se aliavam a um governo específico, e sim a governos, à autoridade em si. Se naquela época mostravam preferência definida pelos governos monárquicos em detrimento das repúblicas, foi por suspeitarem, e com razão, que as repúblicas se baseavam grandemente no desejo do povo, do qual eles instintivamente desconfiavam.⁷

Devido a esta ingenuidade política os privilégios adquiridos eram entendidos meramente como o preço dos serviços por eles prestados, de modo que, à medida em que se formavam Estados nacionais e se universalizava o direito ao longo do século dezenove, estes próprios judeus privilegiados acabavam por protestar contra a extensão dos seus privilégios ao restante da população judaica. Com esta resistência sua à emancipação judaica, “ficou claro que os judeus não pensavam em termos de direitos iguais, mas, sim, de privilégios e liberdades especiais”. Esta expansão da igualdade, contudo, era um impulso inerente ao Estado nacional, pois “decorria da estrutura política e jurídica de um

⁷ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 44-45.

sistema renovado, que só podia funcionar nas condições de igualdade política e legal, a ponto de os governos, para seu próprio bem, precisarem aplainar as desigualdades da velha ordem do modo mais completo e mais rápido possível”.⁸ Isto levou a um estranhamento destas famílias judaicas ricas em relação à ascendente burguesia e a uma aproximação sua da disposição aristocrática:

O tipo de relação entre os judeus [privilegiados] e a aristocracia impediu que o grupo judeu se ligasse a outra camada da sociedade. Depois que desapareceu, no começo do século XIX, nunca foi substituído. Como seu vestígio, entre os judeus permaneceu a inclinação por títulos aristocráticos (especialmente na Áustria e na França) e, no tocante aos não-judeus, uma espécie de antissemitismo liberal, que colocava judeus e nobreza no mesmo nível, por alegar que ambos se aliavam financeiramente contra a burguesia em ascensão. Esses argumentos, correntes na Prússia e na França, eram plausíveis antes da emancipação geral dos judeus, pois os privilégios dos judeus da corte realmente se assemelhavam aos direitos e às liberdades da nobreza; os judeus demonstravam o mesmo medo da aristocracia de perder os seus privilégios, e usavam os mesmos argumentos contra a igualdade de todos. A plausibilidade tornou-se ainda maior quando, no século XVIII, à maioria dos judeus privilegiados foram outorgados títulos menores de nobreza e, no começo do século XIX, quando os judeus ricos, tendo perdido seus laços com as comunidades judaicas, buscaram status social seguindo o modelo da aristocracia.⁹

Esta situação colocava, contudo, os judeus numa posição peculiar, pois, apesar da proximidade de sua elite com os governos, a sociedade europeia se organizava em classes e os judeus não chegavam a constituir uma classe própria e não se integraram nela. De acordo com Arendt, havia uma “contradição fundamental entre o corpo político baseado na igualdade perante a lei e a sociedade baseada na desigualdade do sistema de classes”, e, dada a coincidência de interesses para a não integração (pois não só judeus, como mesmo os governos não a queriam, já que não poderiam “consentir que os judeus fossem assimilados pelo resto da população, a qual lhe recusava crédito, negando-se a participar dos negócios do Estado e a fomentá-los”, de modo a ser-lhes mais útil mantê-los como um grupo à parte), o resultado acabou sendo que “os judeus eram definidos pelo sistema político, e a sua posição era determinada por ele. Como, porém, esse sistema político carecia de base assentada em realidade social, eles se situavam, socialmente falando, no vácuo. . . . o próprio fato de o indivíduo ter nascido judeu significava ou que era superprivilegiado — por receber proteção especial do governo — ou subprivilegiado, privado de certos direitos e oportunidades, negados aos judeus para impedir a sua assimilação”. Assim, permaneciam

⁸Ibid., p. 32.

⁹Ibid., p. 40.

nesta situação peculiar de não ter uma posição bem estabelecida dentro do sistema de classes, apesar de, ao mesmo tempo, terem um importante vínculo com o Estado. Eles “formavam um grupo bem definido que preservava a sua identidade mesmo dentro de uma das classes com as quais se relacionavam, fosse esta aristocracia ou burguesia”.¹⁰

Esta situação viria a se deteriorar com a formação do imperialismo, e a chamada “emancipação política da burguesia”, quando a burguesia desfez sua antiga animosidade ante o Estado para passar a considerá-lo veículo importante na sua corrida por acumulação. A partir de então, os financistas judeus perderiam significativamente a importância financeira nos empreendimentos estatais:

Só no fim do século XIX o imperialismo em evolução levou as classes proprietárias à mudança da opinião inicial sobre a suposta improdutividade dos negócios estatais. A expansão imperialista, juntamente com o gradativo aperfeiçoamento dos instrumentos de violência monopolizados de modo absoluto pelo Estado, tornou interessantes os negócios comerciais com o Estado como parceiro. Isso significou, naturalmente, que os judeus, gradual mas automaticamente, perderam sua posição exclusiva e singular.

Essa íntima relação entre judeus e governos era facilitada pela indiferença geral da burguesia no tocante à política em geral e às finanças do Estado em particular. Esse período terminou com o surgimento do imperialismo, no fim do século XIX, quando os negócios capitalistas em expansão já não podiam ser realizados sem a intervenção e o apoio político ativo do Estado. O imperialismo, por outro lado, minou as próprias bases do Estado-nação e introduziu no conjunto de nações européias o espírito comercial de concorrência competitiva. Os judeus perderam então sua posição exclusiva nos negócios do Estado para homens de negócios de mentalidade imperialista, e a sua importância como grupo declinou, embora alguns judeus conservassem individualmente sua influência como consultores financeiros e como mediadores intereuropeus. . . . as comunidades judaicas já não eram financeiramente organizadas e, embora alguns judeus em altas posições ainda representassem aos olhos do mundo gentio o povo judeu como um todo, havia pouca ou nenhuma realidade material nesse fato.¹¹

De todo modo, apesar de com este processo perderem boa parte de sua relevância econômica, continuaram participando da política internacional como assessores e intermediários entres os governos, mantendo seu caráter “intereuropeu”, sem vínculo significativo a quaisquer das nacionalidades dominantes representadas pelos Estados. A imagem do judeu permanecia assim intimamente ligada à estrutura europeia de Estados nacionais, de modo que não “é sem lógica

¹⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 32–34.

¹¹ *Ibid.*, p. 35.

histórica que a queda dos judeus como grupo tenha coincidido com a ruína de um sistema e de um corpo político que, quaisquer que tenham sido os seus defeitos, haviam necessitado e podiam tolerar um elemento pan-europeu, consubstanciado em judeus¹².

Por isso, seria exatamente esta associação dos judeus com os Estados, mas desvinculados das suas sociedades, que os teria tornado alvos frequentes de grupos sociais que, por um motivo ou outro, entravam em conflito com seus governos. O ataque aos judeus surgia assim como forma de atacar os regimes estabelecidos. Esta é a explicação básica de Arendt para a emergência do antissemitismo moderno.

Durante mais de cem anos o antissemitismo havia, lenta e gradualmente, penetrado em quase todas as camadas sociais em quase todos os países europeus, até emergir como a única questão que podia unir a opinião pública. Foi simples como ocorreu esse processo: cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente, eram os judeus.¹³

Que um grupo de pessoas se tornasse antissemita em dado país num dado momento histórico dependia exclusivamente das circunstâncias gerais que as levavam a violento antagonismo contra o governo. Mas sempre era notável a semelhança dos argumentos, e o espontâneo relacionamento entre a imagem estereotipada e a realidade que esses estereótipos distorciam. Vemos então os judeus sempre representados como uma organização de comércio internacional, uma firma familiar global com interesses idênticos em toda parte, uma força secreta por trás do trono, que transforma outras forças em mera fachada e vários governantes em marionetes, cujos cordões são puxados por trás do pano. Assim, devido à sua relação íntima com as fontes de poder do Estado, os judeus eram invariavelmente identificados com o próprio poder e, devido ao seu desligamento da sociedade e à sua concentração no fechado círculo familiar, eram suspeitos de maquinarem — mancomunados com o poder, mas separados da sociedade — a destruição desta sociedade e de suas estruturas.¹⁴

A autora discute ao longo deste capítulo sobre a relação dos judeus com os Estados nacionais o modo como sentimentos antijudaicos difundiram-se por vários países e entre os diversos grupos que, de algum modo ou outro, entravam em atrito com seus governos. Por exemplo, antes da Revolução Francesa, teriam sido os próprios intelectuais iluministas quem costumavam desprezar os judeus, enquanto conservadores como de Maistre criticavam estas atitudes

¹²Ibid., p. 43.

¹³Ibid., p. 45.

¹⁴Ibid., p. 48.

como “uma das teses favoritas do século XVIII”; após a Revolução, a situação teria se invertido e os próprios conservadores adotaram atitudes antijudaicas, acusando o governo de atacar a Igreja em prol dos judeus.¹⁵ Na Europa oriental, especialmente Polônia e Romênia, tal atitude estaria mais ligada à questão agrária e a vinculação das massas judaicas aos remanescentes da ordem feudal.¹⁶ Na Prússia, o antissemitismo teria surgido primeiramente entre a aristocracia devido à sua oposição às reformas pós-*napoleônicas*.¹⁷ (Por alguma razão, Arendt não chega a mencionar os ataques antijudaicos do movimento nacionalista alemão, que, emergido imediatamente com as Guerras Napoleônicas, combatia tanto a influência do republicanismo universalista francês e sua promoção da emancipação judaica, quanto a divisão da Alemanha nas diversas monarquias então existentes.) Algum tempo depois mesmo intelectuais liberais e radicais teriam adotado atitudes antijudaicas, devido à sua oposição ao regime policial de Metternich, chegando inclusive a influenciar Marx em sua juventude.¹⁸ De acordo com Arendt, mesmo a esquerda às vezes flertava com tais atitudes, principalmente na França onde ela seguia “simplesmente a tradição do Esclarecimento do século XVIII, que foi a fonte do liberalismo e radicalismo franceses, e consideravam as atitudes antijudaicas como parte integrante do anticlericalismo”. Teria sido apenas no início do século XX com o Caso Dreyfus que a esquerda francesa teria se afastado definitivamente do antissemitismo.¹⁹ A esquerda alemã, por sua vez, mostrava menos propensão antisemita devido à influência do marxismo, que centralizava sua atenção no papel econômico da burguesia, o que em grande medida impedia uma análise mais aprofundada da estrutura estatal e sua relação com financistas judeus.²⁰ A exceção foi o Partido Liberal Alemão de Schoenerer, que inicialmente tinha uma “imagem definitivamente esquerdista” e atacava as “íntimas ligações entre os Rothschild e os interesses financeiros da monarquia”.²¹

De qualquer forma, o fortalecimento do antissemitismo nas últimas décadas do oitocentos, segundo a autora, estaria ligado ao crescente descrédito dos Estados nacionais, especialmente o francês e o alemão. Na Alemanha, ele teria tido seus primórdios na aristocracia que atacava a transformação em 1871 da monarquia prussiana num Estado-nação por Bismarck, mostrando-o ou “como vítima inocente, ou como agente, a soldo do judeu Bleichroeder”.²² Nos anos seguintes houve uma série de escândalos financeiros e negócios

¹⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 67-68.

¹⁶ *Ibid.*, p. 49.

¹⁷ *Ibid.*, pp. 51-52.

¹⁸ *Ibid.*, pp. 54-55.

¹⁹ *Ibid.*, p. 68.

²⁰ *Ibid.*, p. 55.

²¹ *Ibid.*, p. 64.

²² *Ibid.*, pp. 55-56.

fraudulentos, envolvendo, especialmente na França com o chamado Caso Panamá (o acobertamento da falência da companhia construtora do Canal do Panamá), boa parte dos parlamentares e membros do governo, o que teria minado seriamente a credibilidade dos regimes. As baixas classes médias, já muito fragilizadas pela economia capitalista, foram as mais prejudicadas com aquelas fraudes, de modo que “agora subitamente viravam antissemitas” e passaram a projetar seu “ressentimento social” sobre todos os judeus. O antissemitismo se transformou “num elemento político altamente explosivo, porque a pequena burguesia acreditava que esses judeus tão odiados estavam em vias de adquirir poder político. Não eram eles conhecidos por sua relação com o governo em outros assuntos? Por outro lado, o ódio social e econômico reforçava o argumento político com a violência impulsiva, até então desconhecida”.²³

Com o fortalecimento do antissemitismo teriam surgido então os primeiros movimentos e partidos antissemitas, que, entretanto, se diferenciavam dos partidos tradicionais por já incorporarem aspectos da mentalidade imperialista, então em plena voga, e pretendiam representar a nação na sua totalidade contra os judeus. Por isso, tais partidos pretendiam estar “acima de todos os partidos” e “acima de todas as ideias”, numa posição anteriormente atribuída apenas ao Estado.²⁴

Não foi por acaso que esse alvo dos partidos antissemitas coincidissem com os primeiros estágios do imperialismo e encontrassem tendências parecidas tanto na Grã-Bretanha, embora não contagiada pelo antissemitismo, quanto nos movimentos antissemitas que, sob vários enfoques nacionalistas, pretendiam unificar, sob pretexto pan-europeu, a ideologia antissemita. Na Alemanha, essas tendências não incorporaram o antissemitismo para se reforçar popularmente, mas se originaram diretamente dele, e os partidos antissemitas precederam (e sobreviveram) à formação de grupos puramente imperialistas, como a Liga Pangermânica, todos proclamando transcenderem a grupos partidários.

Os antissemitas estavam convencidos de que a sua pretensão de tomar o poder absoluto não era outra coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que o seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus. Assim, era necessário ingressar na área da luta contra os judeus para conquistar o poder político. Fingiam estar lutando contra os judeus exatamente como os trabalhadores lutavam contra a burguesia, e, atacando os judeus, que apresentavam — de acordo com a idéia geral — como detentores do poder por detrás dos governos, agrediam abertamente o próprio Estado, catalisando assim todos os descontentes e frustrados.

²³Ibid., p. 58.

²⁴Ibid., p. 59.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

A segunda característica altamente significativa dos novos partidos antissemitas está na organização supranacional de todos os grupos europeus ligados à mesma corrente, em flagrante contraste aos seus slogans nacionalistas. A sua preocupação supranacional indicava claramente que visavam não apenas à conquista do poder político da nação, mas que também almejavam — e já o haviam planejado — um governo interestereuropeu, “acima de todas as nações”. Esse segundo elemento revolucionário, que significava o rompimento fundamental com o status quo, tem sido frequentemente esquecido, porque os próprios antissemitas usavam, apesar da sua característica revolucionária, a linguagem dos partidos reacionários, em parte devido a hábitos tradicionais, em parte porque mentiam conscientemente.²⁵

Contra os judeus organizados internacionalmente, era portanto “lógico que seus inimigos se organizassem de acordo com o mesmo princípio . . . , apoderando-se de seus segredos e de suas armas”.²⁶ Neste processo incorporavam fortes doses do racismo, fortalecido principalmente por causa das experiências imperialistas na África, de modo que os judeus acabaram sendo “ajustados como alvo pelas ideologias e doutrinas que definiam grupos humanos por laços de sangue e por características genéticas familiares” e assim se tornaram o centro de verdadeiras ideologias. Especialmente na Áustria o pangermanismo emergia com a pretensão de “reorganizar revolucionariamente a Europa central, para que os alemães da Áustria, juntamente com os alemães da Alemanha, mutuamente fortalecidos, se tornassem o povo governante, do qual todos os outros povos seriam dependentes, mantidos na mesma espécie de semi-servidão em que viviam as nacionalidades eslavas da Áustria”.²⁷ Estes partidos e movimentos, contudo, não tiveram qualquer sucesso nos seus projetos políticos, de modo que poderiam ser completamente esquecidos, caso não fosse o sucesso do antissemitismo em outros contextos, particularmente no caso Dreyfus na França e posteriormente no nazismo:

O Caso Dreyfus trouxe à tona os elementos do antissemitismo do século XIX em seus aspectos meramente ideológicos e políticos: foi a culminância do antissemitismo resultante das condições especiais do Estado-nação. Contudo, sua natureza violenta prefigurou acontecimentos futuros, de modo que os principais atores do processo parecem às vezes estar realizando um grandioso ensaio geral do espetáculo, que teria de ser adiado por mais de três décadas. O Caso Dreyfus reuniu todas as correntes, abertas ou subterrâneas, sociais ou políticas, que haviam levado a questão judaica à posição de predominância no século XIX.²⁸

²⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 60.

²⁶ *Ibid.*, p. 61.

²⁷ *Ibid.*, p. 66.

²⁸ *Ibid.*

3.2 OS JUDEUS E A SOCIEDADE

Antes de entrar na discussão sobre o Caso Dreyfus, Arendt dedica um capítulo à relação dos judeus com a sociedade, especialmente a alta sociedade, por crer que houve “fatores sociais não explicados na história política ou econômica, ocultos sob a tona dos acontecimentos, nunca percebidos pelo historiador, e registrados apenas pela força mais penetrante e apaixonada dos poetas e romancistas”, como Proust.²⁹ Assim, a autora pensa que certos aspectos do antissemitismo teriam origem na imagem construída pela alta sociedade do caráter exótico ou criminoso do judeu.

Contudo, o modo como este capítulo está elaborado em **Origens** difere um pouco do seu projeto original, pois no esboço enviado ao seu editor em 1946, o foco de sua atenção deveria ser a difusão da ideia dos judeus como excepcionais, seguido por um excursão sobre certos judeus realmente excepcionais:

O segundo capítulo lida com a relação entre os judeus e a sociedade. Os judeus formaram uma clique social separada porque eles se sentiam sob a proteção direta do Estado sem pertencer — falando economicamente — ao sistema capitalista da burguesia, com a qual eles partilhavam apenas alguns critérios de vida mas não interesses econômicos. O resultado foi que os judeus foram admitidos na sociedade burguesa somente como “exceções” e que eles desenvolveram uma consciência de serem “exceções” em geral, baseando-se em formas secularizadas da velha alegação religiosa de eleição [**chosenness**] . . . O resultado destas condições sociais foi que os judeus pareciam nos olhos dos gentios como um grupo organizado, um “Estado dentro do Estado”, governado por leis misteriosas, mantidos coesos por laços misteriosos e aspirando a um domínio misterioso “nos bastidores”.

O segundo capítulo é seguido por um excursão dedicado ao estudo da reação dos judeus realmente excepcionais à sua condição especial. Um exame das convicções inspiradoras de tais judeus geniais como Heinrich Heine, Bernard Lazare, Charlie Chaplin e Franz Kafka revela a existência de uma tradição oculta entre os judeus assimilados que glorifica a condição de pária [**pariah-dom**] como contendo a verdade genuína da existência humana.³⁰

Em vez de trabalhar com estes judeus excepcionais que “glorificavam a condição de pária”, em contraste aos **parvenus** que procuravam acima de tudo ser aceitos pela alta sociedade, no capítulo publicado em **Origens** Arendt resolveu lidar com judeus como Rahel Varnhagen, Benjamin Disraeli e Marcel Proust, personagens

²⁹Ibid., p. 110.

³⁰ARENDR, “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”, p. 5.

que, por mais excepcionais que pudessem ser, nada tinham da marginalidade de Heine, Lazare, Chaplin ou Kafka. Arendt por isto neste capítulo tematiza a relação da alta sociedade com os judeus que nela tentavam se inserir, cujo efeito era o de reforçar a imagem destes judeus como seres excepcionais e exóticos — em contraste com a massa indesejável. Teria sido neste ambiente de discriminação social donde emergiu a imagem do judeu “como o reflexo da sociedade filisteia e arrivista”, como um filisteu que tinha na sua sede de instrução o caminho escolhido para ser acolhido pela sociedade.³¹ Isto foi um processo de reforço mútuo, pois foi tanto a alta sociedade, quanto os judeus que nela tentavam se inserir que acabaram reforçando, por um lado, a discriminação e segregação, ao menosprezar as massas judaicas como bárbaras e ignorantes, e, por outro, a associação do judeu com a excepcionalidade e anormalidade.

Na Alemanha, papel especial teve Rahel Varnhagen, “a mais brilhante e a mais interessante das grandes damas judias”, criadora de um dos mais importantes salões intelectuais de Berlim na virada do século XVIII para o XIX, no qual recebia não só “aristocratas ‘esclarecidos’ e os intelectuais da classe média, mas até atores e todos aqueles que, exatamente como os judeus, não pertenciam à sociedade respeitável. Assim, o salão de Rahel, por definição e intencionalmente, situava-se à margem da sociedade e não compartilhava quaisquer de suas convenções e preconceitos”.³² O seu salão, contudo, permaneceu uma exceção e logo veio a sucumbir, principalmente com a ascensão do nacionalismo e do antissemitismo em reação ao domínio napoleônico na Prússia. Como resultado, junto “com o anterior idílio da sociedade amalgamada, desapareceu algo que jamais seria recuperado, em qualquer país e em qualquer outra época. Nunca mais qualquer grupo social aceitou os judeus com a mente e o coração abertos”.³³

A despeito deste experimento, o que vigorou foi uma aceitação dos judeus pela alta sociedade na medida em que representassem o papel de exceções ou seres exóticos, o que só era possível sob o pano de fundo das massas judaicas segregadas e “atrasadas”. Por isso, as leis emancipatórias introduzidas com o domínio napoleônico ameaçavam esta imagem, afetando a aceitação judaica pela alta sociedade e assustando os próprios judeus privilegiados.

Do ponto de vista social, isto [as leis emancipatórias] significava que os judeus da Prússia haviam perdido o ambiente que os realçava como exceções. Os “judeus-exceção” tornaram-se simples judeus, das exceções passaram a ser reflexo de um povo menosprezado. Igualmente negativa

³¹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 84.

³² *Ibid.*, p. 82.

³³ *Ibid.*, p. 84.

foi a influência social da interferência do governo. Não apenas as classes que antagonizavam o governo (e que, portanto, hostilizavam os judeus), mas todas as camadas da sociedade tornaram-se conscientes de que os judeus que conheciam não eram exceções individuais, mas simplesmente membros de um grupo a favor do qual o Estado estava disposto a tomar medidas excepcionais. E isso era precisamente o que os “judeus-exceção” haviam sempre temido.

A sociedade de Berlim abandonou os salões com incomparável rapidez, e por volta de 1808 esses lugares de reunião já haviam sido suplantados pelas casas dos nobres burocratas e da classe média superior. O desdém dos intelectuais e aristocratas berlinenses pelos judeus da Europa oriental, na época em que foram anexados à Prússia, transferiu-se contra os judeus educados de Berlim, que conheciam muito bem. Esses últimos jamais recuperariam a dignidade proveniente da consciência coletiva de sua própria excepcionalidade; de agora em diante não era mais suficiente distinguir-se de uma massa mais ou menos ignota de “irmãos atrasados”; era preciso distinguir-se — como indivíduo que merecia ser congratulado por exceção — do judeu e, portanto, do povo como um todo.³⁴

A resistência à emancipação conseguiu bloqueá-la ainda por algum tempo, até porque era incentivada por parte da própria elite judaica, especialmente os judeus da corte e banqueiros, que se mantinham num entremeio entre a sociedade gentia e as massas judaicas. Devido à proeminência dos seus contatos com os governos, acabaram assumindo o papel de liderança das comunidades judaicas, incentivando a segregação e arcaísmo delas, e consequentemente reforçando seu próprio status de judeus excepcionais.³⁵

De qualquer forma, o papel neste processo dos judeus da corte e banqueiros foi relativamente insignificante, se comparado com o dos intelectuais judeus, pois muitos destes últimos queriam de fato conscientemente deixar de ser judeus para se desvencilharem dos estereótipos e exigências, para assim serem aceitos na sociedade. “Os ‘judeus-exceção’ endinheirados sentiam-se como exceções que conseguiram apartar-se do povo judeu e eram reconhecidos pelo governo pela sua utilidade excepcional; os ‘judeus-exceção’ cultos sentiam-se como exceções que conseguiram destacar-se da imagem estereotipada do povo judeu e eram reconhecidos pela sociedade como seres humanos excepcionais”.³⁶ Por isso, alguns deles chegavam a se converter ao cristianismo, procurando mesmo postos na burocracia civil, até então barrados aos judeus. Entre os intelectuais judeus surgiram “rebeldes” como Börne, Heine e Marx, que procuravam deixar

³⁴Ibid., p. 83.

³⁵Ibid., p. 85.

³⁶Ibid., p. 86.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

de ser judeus não para se assimilarem, mas, pelo contrário, para se emancipar enquanto seres humanos.

A primeira geração de judeus cultos ainda queria sinceramente perder sua identidade como judeus, e Boerne escreveu a esse respeito com certa amargura: “alguns me repreendem por ser judeu, alguns me elogiam por isso, alguns me perdoam por isso, mas todos pensam nisso”. Educados ainda dentro das idéias do século XVIII, sonhavam com um país onde não houvesse cristãos nem judeus; dedicavam-se à ciência e às artes, e ficavam profundamente ressentidos quando os governos concediam toda sorte de privilégios e honrarias aos banqueiros judeus, condenando os intelectuais judeus a morrer de fome. As conversões, que, no começo do século XIX, tinham sido provocadas pelo receio de serem confundidos com as massas judaicas tornaram-se uma necessidade, visto que facilitavam a conquista do pão de cada dia. Que a falta de personalidade recebesse tal prêmio era algo tão revoltante que forçou uma geração inteira de jovens judeus à oposição contra o Estado e a sociedade. Os “novos espécimes da humanidade” tornaram-se rebeldes; e, como os governos mais reacionários da época eram apoiados e financiados pelos banqueiros judeus, essa rebelião manifestava-se com especial violência contra os representantes oficiais do seu próprio povo. As denúncias antijudaicas de Marx e Boerne só podem ser adequadamente compreendidas à luz deste conflito entre judeus ricos e judeus intelectuais.

Esse conflito, contudo, existiu em pleno vigor somente na Alemanha. Já na Áustria, não houve intelligentsia judaica importante antes do fim do século XIX . . . A exceção mais significativa — embora não única — dessa afirmação foi Karl Kraus, o último representante da tradição de Heine, Boerne e Marx. Na sua denúncia dos negociantes, Kraus incorporou ainda o jornalismo exercido por judeus como culto organizado da fama; e, se foi ainda mais amarga a sua atitude do que a dos seus correligionários alemães, é porque ele estava mais isolado, num país onde não existia nenhuma tradição contestatária judaica. Na França, onde o decreto de emancipação dos judeus sobreviveu a todas as mudanças de governo e regime, os poucos intelectuais judeus não foram nem pioneiros da nova classe, nem elementos especialmente importantes da vida intelectual. A cultura como fim e a educação como programa não constituíram ali padrões de conduta judaica, como aconteceu na Alemanha.³⁷

O que acabou dominando o século dezenove alemão foi esta associação dos judeus com a excepcionalidade, de modo que, com a decadência da mentalidade iluminista logo nas primeiras décadas, a “genuína tolerância e curiosidade que a Era do Esclarecimento sentia em relação a tudo o que era humano

³⁷ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 87.

cedia lugar a mórbido desejo pelo que era exótico, anormal e diferente”.³⁸ Essa exigência fazia com que os judeus que procuravam se inserir na alta sociedade tivessem que tentar se distinguir de um modo ou de outro, levando à formação deste novo “tipo de judeu que se podia reconhecer onde quer que ele estivesse”, num processo psicológico que acabou por transformar o judaísmo num complicado problema pessoal, numa verdadeira “condição de judeu”. Este interesse da sociedade por “tudo o que podia ser julgado misterioso, perverso ou secretamente mau” acabou criando a condição de judeu como uma “qualidade psicológica, . . . qualidade de perversão, quase um vício”.

Os padrões de conduta dos judeus assimilados, determinados por esse esforço concentrado e contínuo de se distinguirem, criaram um tipo de judeu que se podia reconhecer onde quer que ele estivesse. Em lugar de serem definidos por nacionalidade e religião, os judeus se transformavam num grupo social cujos membros compartilhavam certas qualidades e reações psicológicas, das quais a soma total seria, supostamente, a “condição de judeu”. Em outras palavras, o judaísmo passou a ser uma condição psicológica, e a questão judaica se tornou um complicado problema pessoal para cada judeu individualmente . . .

Contudo, para a formação da história social dos judeus dentro da sociedade europeia do século XIX, foi decisivo que, até certo ponto, todo judeu de todas as gerações, se não quisesse seguir o caminho de arrivismo, tivesse de optar entre a sua permanência como pária, completamente alheio à sociedade arrivista, ou o conformismo aliado à condição degradante não só de esconder sua origem, mas também de “trair, junto com o segredo de sua origem, o segredo do seu povo”. Essa última escolha foi difícil, na medida em que tais segredos não existiam e tinham de ser inventados pelo indivíduo à cata de sua ascensão. Uma vez que falhou o esforço singular de Rahel Varnhagen para estabelecer a vida social fora da sociedade oficial, os caminhos do pária e do arrivista eram, ambos, caminhos de extrema solidão, enquanto a escolha do conformismo era a do arrependimento constante. A complexa psicologia do judeu médio, que chegou à sensibilidade exagerada, baseava-se em situação ambígua. Os judeus sentiam simultaneamente o arrependimento do pária que não se tornou arrivista e a consciência pesada do arrivista que traiu seu povo ao trocar a participação na igualdade de direitos de todos por privilégios pessoais. Uma coisa era certa: quem desejasse evitar todas as ambiguidades da existência social precisava aceitar com resignação o fato de que ser judeu significava pertencer ou a uma classe superior superprivilegiada, ou a uma massa marginal subprivilegiada.³⁹

³⁸Ibid., p. 90.

³⁹Ibid., p. 89.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

Esta associação do “judeu” com o caráter vicioso e perverso seria particularmente tematizado por Marcel Proust na França do início do século vinte, apesar de aparecer também no contraditório escritor e primeiro ministro britânico Benjamin Disraeli.

Antes de entrar na vinculação do judaísmo com o vício em Proust, Arendt apresenta Disraeli, provavelmente para enfatizar que a história do antissemitismo não tem qualquer relação exclusiva com a Alemanha, mas está relacionada a boa parte da Europa, inclusive à Inglaterra onde não existiam as massas judaicas e os poucos judeus existentes eram descendentes de imigrantes portugueses, desde cedo aceitos como cidadãos mas nunca realmente integrados à alta sociedade. A personalidade contraditória de Benjamin Disraeli teria sido assim o resultado desta situação.

No tempo de Disraeli, desconhecia-se na Inglaterra a questão judaica em sua forma continental, porque ali viviam somente os judeus aceitos pelo Estado. Em outras palavras, os “judeus-exceção” ingleses não tinham consciência de que eram exceções, como seus irmãos do continente. Quando Disraeli escarnecia da “perniciosa doutrina dos tempos modernos: a igualdade natural dos homens”, seguia conscientemente os passos de Burke, que havia “preferido os direitos de um inglês aos Direitos do Homem”, mas desconhecia a situação real em que os direitos de todos haviam sido substituídos pelos privilégios de alguns. Ignorava de tal modo as verdadeiras condições que prevaleciam entre o povo judeu, e estava tão convencido da “influência da raça judia nas comunidades modernas”, que exigia abertamente que os judeus “recebessem toda a honraria e favor das raças nórdicas e ocidentais, honraria que, nas nações refinadas e civilizadas, merecem aqueles que encantam o gosto público e elevam o sentimento do povo”. Como a influência política dos judeus na Inglaterra girava em torno do ramo inglês dos Rothschild, sentia-se orgulhoso pela ajuda dos Rothschild na derrota de Napoleão, e não via motivo por que não devesse ser franco em suas opiniões políticas como judeu.⁴⁰

De acordo com Arendt, Disraeli “sentia por todas as coisas judaicas uma admiração somente igualada por sua ignorância a respeito delas”, de modo a ter vindo apregoar abertamente fantasias sobre os judeus que viriam fazer carreira entre os antissemitas, especialmente a fixação em sociedades secretas, resultado, segundo a autora, do fato de que “era muito mais difícil penetrar na sociedade inglesa do que obter um lugar no Parlamento. A sociedade inglesa do seu tempo reunia-se em clubes elegantes que independiam de diferenças partidárias. Os clubes, embora fossem extremamente importantes na formação de elite política, escapavam ao controle público”. Disraeli acabava

⁴⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 93.

supondo existir uma organização secreta judaica, dado que não entendia por que os banqueiros judeus não demonstravam qualquer interesse por política, permanecendo unidos sem qualquer organização explícita, para além de “um número supostamente infinito de ligações familiares e comerciais . . . [o que] o impressionava. Sua imaginação punha-se a trabalhar sempre que tinha de lidar com eles, e encontrava ‘prova’ para tudo”.⁴¹ “Quanto mais vinha a saber da eficaz organização dos banqueiros judeus em questões de negócios e de sua troca internacional de notícias e informações, mais se convencia de que se tratava de algo como uma sociedade secreta que, sem que ninguém o soubesse, tinha nas mãos os destinos do mundo”.⁴²

Como se isso não bastasse, ele ainda seguia a infeliz tendência britânica de apelar ao racismo em suas disputas políticas:

Foi mais séria a consequência política da capacidade de Disraeli de comparar as possibilidades judaicas às aspirações políticas de um povo normal; quase automaticamente fez vir à luz o conjunto de teorias quanto à influência e à organização judaicas, que geralmente se encontram nos piores compêndios antissemitas. Em primeiro lugar, ele realmente acreditava ser o “homem escolhido da raça escolhida”. Que melhor prova podia existir que sua própria carreira? Um judeu sem nome nem fortuna, ajudado apenas por alguns banqueiros judeus, havia sido levado à posição de primeiro homem da Inglaterra; um dos homens menos simpáticos aos olhos do Parlamento tornava-se primeiro-ministro e granjeava popularidade genuína entre aqueles que, durante muito tempo, o haviam “visto como charlatão e tratado como pária” . . .

. . . Sabia que a aristocracia, que, ano após ano, tinha testemunhado os homens ricos da classe média comprarem títulos de nobreza, externava sérias dúvidas quanto ao valor de tais títulos. Assim, usando a imaginação, decidiu derrotar os aristocratas usando o jogo que impunham. Afirmou que os ingleses “descendiam de uma raça arrivista e híbrida, enquanto ele próprio advinha do mais puro sangue da Europa”, que “a vida de um nobre inglês [era] regulamentada principalmente por leis árabes e costumes sírios”, e que “uma judia é a Rainha dos Céus” . . .

Disraeli . . . elaborou uma doutrina racial a partir desse tolo conceito de missão histórica. Afirmava que o princípio semita “representa tudo o que é espiritual em nossa natureza”, que “as vicissitudes da história encontraram na raça a sua solução principal”, que só existe uma aristocracia, a “aristocracia da natureza”, a qual consiste em “raça pura primorosamente organizada”.⁴³

⁴¹Ibid., p. 101.

⁴²Ibid., p. 98.

⁴³Ibid., pp. 94–95.

De acordo com Arendt, apesar de Disraeli ser um “imperialista inglês e chauvinista judeu”, ele “nunca se levou muito a sério e sempre representou um papel para conquistar a sociedade e granjear popularidade”. Sua popularidade, porém, mostrava a atratividade das ideias raciais e conspiratórias, abrindo caminho para que charlatões menos dotados pudessem futuramente utilizá-las com propósitos políticos.

Entretanto, Arendt discute ainda o modo como a associação dos judeus com a excentricidade e anormalidade se fortaleceu na alta sociedade francesa, com sua exigência de que seus participantes mantivessem certa atmosfera de mistério ao representar papéis de pessoas distintas do vulgo.

Cada sociedade exige de seus membros uma certa dose de representação — a capacidade de apresentar, desempenhar, interpretar aquilo que se realmente é. Quando a sociedade se desintegra em grupos, essa exigência não se aplica mais aos homens como indivíduos, e sim como membros dos grupos. A conduta passa então a ser controlada por exigências silenciosas e não por capacidades individuais, exatamente do modo como o desempenho de um ator deve enquadrar-se no conjunto de todos os outros papéis da peça. Os salões do Faubourg Saint-Germain enquadravam-se nesse conjunto de grupos, cada qual exibindo um padrão extremo de conduta. O papel dos anormais sexuais era exibir sua anomalia, o dos judeus era representar a “magia negra”, o dos aristocratas era mostrar que não eram como pessoas comuns . . .

. . . ao contrário dos homossexuais, mestres em linguagem de sinais, que pelo menos escondiam um segredo verdadeiro, os judeus usavam essa linguagem apenas para criar a esperada atmosfera de mistério. Seus sinais indicavam, de modo misterioso e ridículo, algo que todo o mundo sabia: que, no canto do salão da princesa de tal, estava sentado outro judeu que não podia abertamente revelar sua identidade mas que, sem essa qualidade no fundo desprovida de sentido, nunca teria galgado aquele lugar.⁴⁴

Arendt toma Marcel Proust, com sua vida marcada por dois “vícios” — o homossexualismo e o judaísmo —, para apresentar o papel dos judeus nesta situação. Ele, que teria vivido quase que completamente neste meio, vindo a se afastar apenas para escrever **Em Busca do Tempo Perdido**, uma “apologia **pro vita sua**” na qual “ele insistia em transformar [sua vida] em experiência interior”, acabou por se tornar o “melhor testemunho daquele período em que a sociedade se havia emancipado completamente dos interesses públicos, e quando a própria política chegou a fazer parte da vida social. A vitória dos valores burgueses sobre o senso de responsabilidade do cidadão significava a decomposição das questões políticas em fascinantes reflexos”.⁴⁵

⁴⁴ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 107–08.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 102.

O judaísmo era identificado, junto com o homossexualismo, como um vício elegante, capaz de conferir à pessoa o ar de mistério para torná-la interessante. Por isso, os judeus tinham uma imensa popularidade nos salões enquanto durou o Caso Dreyfus, com toda sua desconfiança de que fossem “pertencentes a uma raça de traidores”.

O aspecto principal do papel dos judeus nessa sociedade **fin-de-siècle** foi paradoxal: foi o antissemitismo do Caso Dreyfus que abriu aos judeus as portas da sociedade, e foi o fim do Caso, ou melhor, a descoberta da inocência de Dreyfus que pôs um fim à sua glória social. Em outras palavras, não importava o que os judeus pensassem de si mesmos ou de Dreyfus; só podiam representar o papel que lhes fora ditado pela sociedade, enquanto essa mesma sociedade estivesse convencida de que pertenciam a uma raça de traidores. Quando se descobriu que o traidor era uma vítima assaz obtusa de uma conspiração ordinária, e se provou a inocência dos judeus, o interesse social pelos judeus murchou tão rapidamente quanto o antissemitismo político. Os judeus passaram novamente a ser vistos como mortais comuns, e retomaram à insignificância, de onde haviam sido temporariamente guindados pelo suposto crime de um dos seus.

Imediatamente após a Primeira Grande Guerra, os judeus da Alemanha e Áustria gozaram, essencialmente, do mesmo tipo de glória social, embora sob circunstâncias muito mais severas. Na época, seu suposto crime era serem culpados da guerra, crime que, por não ser mais identificado como ato único de único indivíduo, não podia ser negado, de modo que o julgamento da ralé — para a qual a condição de judeu já era um crime — permaneceu inalterado, e a sociedade pôde continuar até o fim a divertir-se e sentir-se fascinada com os judeus.⁴⁶

Por isso, o que atraía a sociedade era a ideia do judaísmo como crime, de modo que “a qualidade de judeu era para o judeu tanto uma mancha física como um misterioso privilégio pessoal”, atraindo-os e fazendo com que transformassem “suas vidas particulares, suas decisões e sentimentos . . . [no] centro de seu ‘judaísmo’. E, quanto mais o fato do nascimento ‘judaico’ perdia seu significado religioso, nacional e econômico-social, mais obcecante se tornava esse ‘judaísmo’; os judeus se obcecavam por ele como se fosse um defeito ou uma qualidade física, e se atinham a ele como há quem se atenha a um vício”.⁴⁷

Por outro lado, na sua atração pelo crime e vício, a alta sociedade se mostrava muito próxima da ralé, então em plena agitação por causa do Caso Dreyfus. De acordo com Arendt, a principal diferença “entre o Faubourg Saint-Germain que havia descoberto a atração exercida pelos judeus e pelos homossexuais e

⁴⁶Ibid., pp. 108–09.

⁴⁷Ibid., p. 106.

a ralé que gritava ‘morte aos judeus’ consistia no fato de que os salões ainda não se haviam associado abertamente ao crime. Isso significava que, por um lado, ainda não desejavam participar ativamente na matança, e, por outro, que ainda professavam antipatia pelos judeus e horror pelos sexualmente anormais”.⁴⁸ Mas a consequência da transformação do judaísmo na criminosa “condição de judeu” era extremamente perigosa, pois se anteriormente era possível escapar do judaísmo pela conversão, nada poderia alterar a condição de judeu. Arendt pretende com isso acusar que a “catastrófica minuciosidade com que os mecanismos antissemitas puderam ser postos a funcionar . . . tinha suas raízes nessas condições sociais, e não só nas circunstâncias políticas”, de modo que em grande parte o antissemitismo político “deveu muito do seu sucesso aos fenômenos e convicções sociais que virtualmente significavam o consentimento da opinião pública”.⁴⁹

A razão do genocídio nazi estaria de todo modo ligado a uma mistura deste antissemitismo com a doutrina racial imperialista:

As forças decisórias nesse processo de levar os judeus ao centro da tempestade de acontecimentos eram indubitavelmente políticas; mas as reações da sociedade ao antissemitismo e o reflexo psicológico da questão judaica no indivíduo tiveram algo a ver com aquele tipo específico de crueldade, com aquela agressão premeditada contra todo indivíduo de origem judaica, que já caracterizavam o antissemitismo do Caso Dreyfus. Essa caça apaixonada ao “judeu em geral”, “judeu de toda parte e de parte nenhuma”, não pode ser compreendida se se considera a história do antissemitismo como entidade própria, como mero movimento político. Houve fatores sociais não explicados na história política ou econômica, ocultos sob a tona dos acontecimentos, nunca percebidos pelo historiador, e registrados apenas pela força mais penetrante e apaixonada dos poetas e romancistas — homens que a sociedade havia impelido à desesperada solidão e isolamento de uma apologia *pro vita sua* —, fatores que mudaram o rumo que o mero antissemitismo político teria tomado, se fosse abandonado a si próprio, e que o teria levado a leis antijudaicas, e até à expulsão em massa, mas não ao coletivo extermínio indiscriminado.⁵⁰

3.3 O CASO DREYFUS

Para finalizar sua discussão sobre o antissemitismo, Arendt apresenta o Caso Dreyfus, o polêmico processo que mobilizou toda a discussão política francesa

⁴⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 104.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 109.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 110.

por várias décadas, alterando profundamente seu cenário político. A autora resumiu assim em 1946 ao seu editor o seu capítulo:

O terceiro capítulo lida com a análise de um único evento, o Caso Dreyfus. Desenvolvimentos políticos e sociais alcançaram um clímax e os judeus, pela primeira vez, encontraram-se no centro da vida política de uma nação. O antissemitismo é ligado às principais questões do tempo e assim percebido como uma importante arma política. A ralé, originalmente um produto colateral da economia capitalista e da sociedade burguesa, entra na cena da história, e, quase de imediato, é usada pela alta sociedade que tende a ajustar sua moral aos padrões de seu próprio submundo . . . Este capítulo é também seguido de um excurso que mostra a reação dos judeus ao antissemitismo moderno, sua aspiração à nacionalidade (Theodor Herzl e Bernard Lazare) e faz uma revisão geral crítica do movimento sionista e suas atitudes políticas.⁵¹

O excurso sobre o sionismo acabou não sendo incluído no capítulo tal qual publicado em **Origens**, mas sua descrição do Caso Dreyfus segue o planejado.

O Caso Dreyfus trata-se de um escândalo político em torno do processo judicial contra Alfred Dreyfus, um capitão do exército francês de origem judaica, acusado de revelar segredos militares para o exército alemão no final do século XIX. Tudo começou quando uma funcionária francesa da embaixada alemã em Paris descobriu num cesto de lixo uma carta suspeita com segredos militares franceses. Ela levou a carta à polícia secreta, que logo concluiu existir um traidor entre os oficiais franceses. Dreyfus era único oficial judeu entre os possíveis autores da carta, de modo que foi considerado o principal suspeito e levado a julgamento, sendo condenado por traição no final de 1894. Mas um ano depois surgiram evidências de que o culpado de espionagem era outro oficial, Ferdinand W. Esterhazy. Oficiais de alta patente suprimiram as novas evidências, uma corte militar absolveu Esterhazy unanimemente num processo de apenas dois dias e o exército fez nova acusação contra Dreyfus com base em documentos forjados. Começaram a se espalhar boatos sobre a armação contra Dreyfus, e o caso ganhou notoriedade com a publicação da carta aberta **J'accuse** de Émile Zola.

Ficaria claro ao longo do processo que as provas contra Dreyfus tinham sido forjadas, provavelmente, de acordo com Arendt, motivada pela resistência dos oficiais à ascensão dos judeus nos seus quadros, quando a influência clerical e antirrepublicana sobre o exército era particularmente forte. O processo conseguiu dividir profundamente a França em dois grandes campos políticos: os **antidreyfusards**, pró-exército e largamente católicos, e os **dreyfusards**, anticlericais e pró-republicanos. Por isso, o Caso Dreyfus era complexo mas muito

⁵¹ARENDDT, "Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)", pp. 5–6.

significativo, tratando-se não somente de um caso de antissemitismo, mas também de um ataque à própria república, com seus princípios universalistas, igualitários e democráticos. Não só o ódio aos judeus, mas também “a desconfiança geral para com a república, o Parlamento e a máquina do Estado” constituía elemento fundamental do caso, de modo que, “ainda em nossos dias, o termo **antidreyfusard** pode definir na França, de modo aceitável, tudo o que é antirrepublicano, antidemocrático e antissemita”.⁵²

O que interessa a Arendt, por isso, são estes aspectos e implicações políticas do processo, cuja “modernidade” prefigurava as décadas seguintes, revelando “nitidamente vários traços característicos do século XX. Tênuos e mal discerníveis durante as primeiras décadas do século, vieram finalmente à plena luz do dia [com o nazismo], e vê-se hoje que pertencem às tendências principais dos tempos modernos”.⁵³ O processo legal enquanto tal, por outro lado, de acordo com a autora, pertencia mais propriamente ao século XIX, “quando se seguiam com tanto interesse os processos legais, porque cada instância tentava testar a maior conquista do século, que era a completa imparcialidade da justiça”.

É peculiar daquele período que um erro judicial pudesse despertar tais paixões políticas e inspirar uma sucessão tão infundável de julgamentos e revisões, para não mencionar os duelos e as lutas corporais. A doutrina da igualdade perante a lei estava ainda tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado que um único erro da justiça era capaz de provocar a indignação pública, de Moscou a Nova York. Ninguém, exceto na própria França, era suficientemente “moderno” para associar o assunto a questões políticas. O mal causado a um único oficial judeu na França pôde provocar no resto do mundo reações mais veementes e mais unidas do que todas as perseguições a judeus alemães uma geração depois. Até a Rússia czarista pôde acusar a França de barbárie, enquanto na Alemanha os membros da **entourage** do Kaiser expressavam abertamente sua indignação.⁵⁴

Seguindo sua tese de que boa parte do antissemitismo moderno se liga à oposição de certos grupos aos Estados estabelecidos, Arendt defende que o pano de fundo que permitiu a formação e vigor do Caso Dreyfus era a fragilidade da Terceira República, que desde a última década do século XIX tinha sua credibilidade muito abalada, principalmente por causa do chamado Escândalo do Panamá — o acobertamento da falência da Companhia do Canal do Panamá (que então construía seu canal) envolvendo boa parte dos membros do parlamento e do governo, que em troca de propinas omitiam o estado crítico daquele projeto,

⁵² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 115.

⁵³ *Ibid.*, p. 116.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 113.

permitindo cada vez mais investimentos, principalmente pela classe média francesa. “A construção do canal era geralmente considerada como um serviço público e nacional, e não uma iniciativa privada”, de modo que “quando a Companhia foi à falência, foi a política exterior da república que realmente sofreu o choque. Mas muito mais importante foi a ruína de cerca de meio milhão de franceses da classe média” que investiram no projeto devido ao incentivo parlamentar e governamental.⁵⁵ Apesar de não haver judeus na direção da Companhia ou entre os parlamentares subornados, os dois intermediários responsáveis por distribuir as propinas eram judeus. Isto permitiu ao jornal antissemita **La Libre Parole**, que tinha conseguido exclusivamente a lista de parlamentares subornados, transformar-se “da noite para o dia, passando de uma pequena publicação politicamente insignificante a um dos mais influentes jornais do país, com circulação de 300 mil exemplares . . . O jornal . . ., e com ele toda a imprensa e movimentos antissemitas, emergiu finalmente como força perigosa na Terceira República”.⁵⁶

Era neste contexto de descrédito estatal e antisemitismo em que se formou o Caso Dreyfus. O exército ressentia a ascensão judaica entre os seus quadros. Ele, que era uma “herança do Segundo Império” e um bastião do monarquismo, de acordo com Arendt, mantinha-se cerrado num forte sistema de castas, cujos membros descendiam largamente das velhas famílias aristocráticas. “A recusa por parte do Estado de democratizar o Exército e submetê-lo a autoridades civis impôs sérias consequências; fez do Exército uma entidade separada da nação e criou uma força armada, cujas lealdades podiam enveredar por caminhos imprevisíveis”.⁵⁷ Os políticos católicos e o clero, por sua vez, buscavam “recuperar sua antiga força política exatamente naquelas áreas onde, por uma razão ou outra, a autoridade secular estava em declínio junto ao povo”, como na França “a nação parecia afundar rapidamente no lamaçal dos interesses em conflito”, o “exército — abandonado num vácuo político pela Terceira República — aceitou de bom grado a orientação do clero católico, que pelo menos proporcionava liderança civil”. De acordo com a autora, a popularidade da Igreja Católica se devia “ao ceticismo disseminado entre o povo, que via na república e na democracia a falta da ordem, segurança e consciência política. Para muitos, o sistema hierárquico da Igreja parecia a única forma de evitar o caos. Era isso, realmente, e não qualquer revivescência religiosa, que fazia com que o clero fosse olhado com respeito”.⁵⁸ Esta situação proporcionou ocasião para o atrito com os judeus.

⁵⁵Ibid., p. 117.

⁵⁶Ibid., p. 119.

⁵⁷Ibid., p. 122.

⁵⁸Ibid., p. 124.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

A admissão dos judeus na alta sociedade havia sido relativamente tranquila. As classes superiores, a despeito de sonharem com uma monarquia restaurada, careciam de fibra política; mas, quando os judeus começaram a procurar igualdade no Exército, esbarraram com a decidida oposição dos jesuítas, que não estavam dispostos a tolerar a existência de oficiais imunes à influência do confessionalismo. Além disso, defrontaram-se com um inveterado espírito de casta, que a atmosfera condescendente dos salões os tinha feito esquecer, um espírito de casta que, já robustecido pela vocação, fortificava-se mais ainda pela inflexível hostilidade à Terceira República e à administração civil.⁵⁹

De todo modo, o antissemitismo fez o processo ascender à agenda pública, antes mesmo do final do segundo julgamento. “Contrariamente ao costume, que exigia a retenção de toda informação num caso de espionagem ainda sub júdice, os oficiais do Estado-Maior alegremente forneceram ao **Libre Parole** detalhes do caso e o nome do acusado”.⁶⁰ O advogado de Dreyfus, Bernard Lazare (um judeu anarquista que viria a ajudar fundar o sionismo com seu amigo Theodor Herzl) forneceu um dossiê a Émile Zola, utilizado por este na sua carta aberta **J'accuse**, na qual atacava não só os oficiais responsáveis pelo processo, como também o exército como um todo, acusando-o de uma campanha mentirosa; motivo pelo qual foi processado e condenado por calúnia. Georges Clemenceau, um membro do Partido Radical francês, mas na época trabalhando como jornalista, viria a fazer uma longa campanha em defesa de Dreyfus.

A polêmica assim ganhava ímpeto, de modo que não tardou a chegar às ruas.

Embora o antissemitismo ganhasse terreno durante os três anos que se seguiram à prisão de Dreyfus, antes do início da campanha de Clemenceau, e embora a imprensa antijudaica atingisse uma circulação comparável à dos jornais principais, as ruas haviam permanecido calmas. Foi somente quando Clemenceau começou a publicar seus artigos em **L'Aurore**, quando Zola publicou **J'accuse**, e quando o tribunal de Rennes iniciou inabilmente a série de julgamentos e revisões, que a ralé entrou em ação. Cada lance dos partidários de Dreyfus (que se sabiam em minoria) era seguido de perturbação mais ou menos violenta nas ruas. O modo como o Estado-Maior organizou a ralé foi notável. A pista leva diretamente do Exército ao **Libre Parole**, que, direta ou indiretamente, através de seus artigos ou da intervenção pessoal de seus editores, mobilizou estudantes, monarquistas, aventureiros e simples bandidos, e atirou-os nas ruas. Se Zola dizia uma palavra, imediatamente suas janelas eram apedrejadas. Se Scheurer-Kestner escrevia ao ministro das Colônias, era imediatamente

⁵⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 125–26.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 127.

agredido na rua, enquanto os jornais dirigiam indecentes ataques à sua vida privada. E todos os relatos concordam que se Zola, quando foi acusado, tivesse sido absolvido, nunca teria saído vivo do tribunal.⁶¹

Mas a figura mais heróica para Arendt era mesmo Clemenceau, que, com seu “encanto jacobino . . . , o último filho da Revolução Francesa”,⁶² insistia em defender Dreyfus em nome dos ideais republicanos. De acordo com a autora, Clemenceau tinha percebido que era a própria república que estava em perigo.

Clemenceau abordou a questão com grandeza porque não arremetia contra um determinado erro de justiça, mas se estribava em coisas “abstratas” como Justiça, Liberdade e Virtude Cívica. Estribava-se, enfim, naqueles mesmos conceitos que haviam sido a essência do antigo patriotismo jacobino, e contra os quais muita lama e insulto já haviam sido atirados. À medida que o tempo passava e, indiferente a ameaças e decepções, Clemenceau continuava anunciando as mesmas verdades; ao transformá-las em exigências, fazia os nacionalistas perderem terreno. Os seguidores de homens como Barrès, que havia acusado os partidários de Dreyfus de se perderem num “torvelinho de metafísica”, vieram a compreender que as abstrações do “Tigre” [como era apelidado Clemenceau] estavam, na verdade, mais próximas das realidades políticas que a limitada inteligência de comerciantes falidos ou o tradicionalismo estéril de intelectuais fatalistas.⁶³

A luta de Clemenceau pela justiça como fundamento do Estado certamente incluía a restauração de direitos iguais para os judeus. Mas, numa época de lutas de classe de um lado e de nacionalismo desenfreado de outro, isso não teria passado de abstração política se não fosse concebido, ao mesmo tempo, em termos de luta de oprimidos contra opressores. Clemenceau foi um dos poucos verdadeiros amigos que o povo conheceu nos tempos modernos, apenas porque reconheceu e proclamou perante o mundo que os judeus eram um dos povos oprimidos da Europa. O antisemitismo tende a ver no **parvenu** judeu um pária; conseqüentemente, em cada vendedor ambulante receava ver um Rothschild em potencial e em cada subproletário judeu um arrivista. Mas Clemenceau, em sua atormentada paixão de justiça, via até nos Rothschild os membros de um povo humilhado. Sua angústia pela desventura nacional da França abriu-lhe os olhos e o coração até para aqueles “infelizes, que posam como líderes do seu povo, e logo o abandonam à própria sorte” . . .⁶⁴

De acordo com Arendt, apenas este apelo ao “austero conceito jacobino de uma nação baseada nos direitos humanos — essa visão republicana da vida comunal

⁶¹Ibid., p. 133.

⁶²Ibid., p. 101.

⁶³Ibid., p. 132–33.

⁶⁴Ibid., p. 141.

que afirma que (nas palavras de Clemenceau), quando se infringem os direitos de um, infringem-se os direitos de todos” — poderia salvar Dreyfus, pois, por um lado, o parlamento via naquela situação apenas um meio de recuperar sua fragilizada reputação, e, por outro, “todas as camadas da sociedade, desde as famílias clericais e aristocratas do Faubourg Saint-Germain até a pequena burguesia anticlerical e radical, estavam simplesmente demasiado desejosas de ver os judeus formalmente removidos do corpo político”.⁶⁵ Isso significava, infelizmente, que o Caso Dreyfus acabou sendo conduzido inteiramente fora do parlamento. Mesmo Clemenceau e os demais partidários de Dreyfus, “embora lutasse como lutava pelo Parlamento, pela democracia e pela república, era também forçada a travar sua luta fora da Câmara. Mas, enquanto uns usavam as ruas, os outros recorriam à imprensa e aos tribunais — e essa foi a única diferença entre os dois elementos”.⁶⁶

A mobilização por isso tomou as ruas e os jornais. Contudo, Arendt insiste em separar a ralé do povo. O verdadeiro povo era quem defendia Dreyfus, quem defendia a justiça e a república, não importando a classe de qual provinha:

Em termos gerais, então, quem eram os defensores de Dreyfus? Quem foram aqueles 300 mil franceses que tão avidamente devoraram *Je accuse* de Zola e acompanharam religiosamente os editoriais de Clemenceau? Quem foram os homens que, na questão Dreyfus, terminaram por dividir cada classe, cada família da França em dois lados opostos? A resposta é simples: não constituíam qualquer partido ou grupo homogêneo. É certo que provinham mais das classes inferiores que das superiores . . . De modo geral, porém, formavam uma mistura de vários elementos: homens tão diversos entre si como Zola e Péguy, ou Jaurès e Picquard, homens que no dia seguinte se separariam e tomariam caminhos diferentes . . .

Se Clemenceau tivesse tido bastante autoconfiança, naquela época, para considerar que apenas aqueles que lhe davam ouvidos eram o verdadeiro povo da França, não teria sido presa daquele orgulho fatal que marcou o resto de sua carreira. O que ele experimentou durante o Caso Dreyfus motivou a sua descrença no povo, seu desprezo pelos homens e, finalmente, a certeza de que ele, e somente ele, poderia salvar a república. Nunca havia podido rebaixar-se a aplaudir as momices da ralé. Portanto, quando começou a identificar a ralé com o povo, o chão fugiu de seus pés, e ele submeteu-se àquele teimoso afastamento que o distinguiu daí por diante.⁶⁷

A ralé, contudo, não é o povo, e sim “uma caricatura dele”, pois o povo, “em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a

⁶⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 128–29.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 138.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 137.

ralé brada sempre pelo ‘homem forte’, pelo ‘grande líder’. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada”. A ralé clamava “morte aos judeus”, agredindo-os nas ruas e assaltando suas lojas. Aos olhos da ralé os judeus representavam tudo o que fosse detestável. “Se odiavam a sociedade, podiam denunciar o modo como os judeus eram tolerados nela; e, se odiavam o governo, podiam denunciar como os judeus haviam sido protegidos pelo Estado, ou se confundiam com ele”. A alta sociedade, por sua vez, “fazia com que a violência [da ralé], intensa e verdadeira, parecesse inócua brincadeira de criança”, pois propunha várias soluções para a questão judaica: “os judeus deviam ser despedaçados como Marsias na lenda grega; Reinach devia ser jogado vivo num caldeirão de água fervente; os judeus deviam ser cozidos em óleo ou furados com agulhas até morrerem; deviam ser ‘circuncidados até o pescoço’. Um grupo de oficiais revelou-se muito impaciente de experimentar um novo tipo de canhão nos 100 mil judeus do país . . . As classes superiores sabiam que a ralé era a carne da sua própria carne, e o sangue do seu próprio sangue”.⁶⁸

Em todo país explodiam tumultos antissemitas, assumindo cada vez mais ares militares. “Tropas de choque antissemitas surgiam nas ruas para assegurar-se de que todo comício pró-Dreyfus terminasse em sangueira. A cumplicidade da polícia era patente em toda parte”. A novidade nisto, de acordo com Arendt, “era a organização da ralé e o fato de que adoravam seus líderes como heróis”, derivada do papel da **Ligue Antisémita** e suas conexões com alta sociedade e da influência de intelectuais como Barrès, Maurras e Daudet, nacionalistas que “viram na ralé uma expressão viva da ‘força’ viril e primitiva. Foram eles e suas teorias que primeiro identificaram a ralé com o povo e converteram seus líderes em heróis nacionais. Foi a sua filosofia do pessimismo e o seu prazer da ruína que constituíram o primeiro sinal do iminente colapso da intelectualidade europeia”.⁶⁹

Os socialistas, por sua parte, inicialmente se mantiveram indiferentes ao tumulto. Consideravam Dreyfus membro da classe dominante, de modo que não viam motivo para se imiscuir nas suas “lutas intestinas”. Jaurès, o líder socialista na França, inicialmente acusou Bernard Lazare (embora este fosse também socialista), “de admirar Rothschild e de ser provavelmente seu agente pago . . . , mesmo depois do novo julgamento de Rennes, Wilhelm Liebknecht, o social democrata alemão, ainda acreditava na culpa de Dreyfus, porque não podia conceber que um membro das classes superiores pudesse jamais ser vítima de um veredicto falso, emitido pelos juízes pertencentes à mesma

⁶⁸Ibid., pp. 129–30.

⁶⁹Ibid., pp. 133–34.

3 A Teoria do Antissemitismo Moderno

classe”.⁷⁰ Os partidos socialistas acabaram ignorando por um bom tempo o caso, por acreditar que ele não afetava o interesse dos trabalhadores. Esta situação só mudou quando Clemenceau convenceu Jaurès de que a violação dos direitos de um homem era a violação dos direitos de todos.

Mas, se [Clemenceau] foi bem sucedido quanto a Jaurès, é porque os transgressores eram inveterados inimigos do povo desde a Revolução: a aristocracia e o clero. Foi contra os ricos e o clero, e não a favor da república, não a favor da justiça e da liberdade, que finalmente os trabalhadores saíram às ruas. É verdade que tanto os discursos de Jaurès como os artigos de Clemenceau cheiravam à antiga paixão revolucionária pelos direitos humanos. Também é verdade que essa paixão era suficientemente forte para reagrupar o povo na luta, mas antes tiveram de convencer-se de que o que estava em jogo não era apenas a justiça e a honra da república, mas também seus próprios interesses de classe. Na verdade, grande número de socialistas, dentro e fora do país, ainda consideravam um erro imiscuir-se (como diziam) nas brigas intestinas da burguesia, ou cuidar de salvar a república.⁷¹

De acordo com Arendt, foi só a partir deste momento, com o Caso Dreyfus, que a esquerda rompeu definitivamente com o antissemitismo.

Dreyfus só conseguiria se libertar em 1906, quanto Clemenceau assumiu a presidência francesa e o indultou. Os efeitos sobre a política francesa, contudo, durariam ainda mais algumas décadas.

⁷⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 127–28.

⁷¹ *Ibid.*, p. 136.

4 A TEORIA DO TOTALITARISMO

Nos últimos anos da década de 1940 crescia nos Estados Unidos o medo de uma nova guerra, agora com a Rússia, devido à crescente animosidade e desconfiança entre os antigos aliados. Em particular, a rejeição em 1948 do Plano Marshall por Moscou, e sua conseqüente pressão sobre os diversos países do leste europeu para que não o aceitassem, selou a formação dos dois grandes blocos que a partir de então conduziriam a chamada Guerra Fria. Nos Estados Unidos, o medo da guerra fazia os ânimos ficarem à flor da pele e a atmosfera fanática, de modo que “Blücher, ‘o antigo comunista’, ficava irado com o excesso de zelo americano. Arendt tentava compreender a retórica anticomunista, as acusações e a raiva, mas também admitia que o fanatismo estava criando uma atmosfera insuportável, ‘uma tortura física dos nervos’”.¹

Além disso, desde o fim da guerra uma grande quantidade de material sobre os campos de concentração nazistas vinha aparecendo, inclusive livros que os tomavam como os elementos essenciais para a compreensão do que ocorrera. O primeiro estudo detalhado sobre o assunto, **O Estado da SS: o sistema de campos de concentração alemães**, publicado em 1946 por Eugen Kogon, já tratava os campos como uma espécie de sociedade em miniatura, com seu complexo leque de regras e instituições (inclusive teatros e bordéis), e com uma função essencial à manutenção do regime, completamente desproporcional à mera repressão de opositores. Também crescia o debate sobre o tamanho da repressão no interior da União Soviética, de modo que, à medida que entrava em contato com elas, Arendt se convencia de se tratarem de fenômenos correlatos.

Foi neste contexto de estupefação e temor que Arendt começou a formular a sua teoria do totalitarismo. Numa carta para Jaspers datada de 4 de setembro de 1947, ela diz que estava escrevendo a última parte do seu livro (até então dedicada exclusivamente ao nazismo como uma forma de imperialismo racial) completamente “do zero, uma vez que as coisas realmente essenciais — que preciso colocar junto com a Rússia — só agora estão ficando claras para mim”.² Além disto, há ainda tanto um ensaio intitulado **Os Campos de Concentração** publi-

¹ YOUNG-BRUEHL, *Por Amor ao Mundo*, p. 198–99.

² ARENDT e JASPERS, *Briefwechsel*, p. 134.

4 A Teoria do Totalitarismo

cado em julho de 1948 ano na **Partisan Review**³ quanto um projeto de pesquisa, provavelmente datado de dezembro de 1948 e destinado a uma requisição de bolsa de pesquisa para a Jewish Social Studies,⁴ nos quais a autora já utiliza o conceito de totalitarismo para identificar os regimes nazi e estalinista, alegando que “tanto a história nazista quanto a soviética proporcionam as provas para demonstrar que nenhum governo totalitário pode existir sem terror e nenhum terror pode ser efetivo sem campos de concentração”.⁵ Naquela edição da **Partisan Review** os editores apresentam a autora dizendo que “Hannah Arendt está terminando um livro sobre o imperialismo, que Houghton Mifflin publicará em algum momento do próximo ano”,⁶ de modo a parecer que seu interesse sobre os campos de concentração era até então um projeto independente que, em algum momento, a autora resolveu fundir com o livro sobre o imperialismo, substituindo sua compreensão do nazismo como basicamente uma forma de “imperialismo racial” pela de “totalitarismo”.

A adoção do conceito de totalitarismo provocou uma mudança fundamental no seu livro, pois significava o abandono da explicação básica até então adotada e requeria o acréscimo de um grande número de material e temáticas até então irrelevantes. Esta mudança conceitual fundamental justificaria mesmo o abandono da estrutura originalmente concebida do livro e a elaboração de uma nova, pois anteriormente sua discussão se centralizava nas consequências do impulso imperialista e na questão judaica no interior europeu, razão pela qual o livro era dividido em apenas duas partes e conteria somente um capítulo final sobre o nazismo, enquanto a partir de então não só a União Soviética se tornou um tópico de discussão, como também novos “elementos” ganharam um papel fundamental em sua teoria, diminuindo significativamente a importância do imperialismo e do antissemitismo: a autora começou a discutir o papel não só das “massas” populacionais europeias, como também o da polícia secreta, dos campos de concentração e do terror, “elementos” inexistentes em sua discussão anterior. Também o papel da ideologia mudou sensivelmente, pois na sua teoria do imperialismo racial sua função fundamental era reverter o universalismo e igualitarismo republicano e iluminista para justificar a dominação de um povo por outro, na teoria do totalitarismo ela se torna uma obsessão por coerência que aniquila todo senso de realidade e só pode ser posta em prática por meio do combate à espontaneidade humana.

Ainda mais, imperialismo e antissemitismo não são temas particularmente relevantes para sua compreensão da União Soviética, de modo que as duas partes iniciais deixam a impressão de desequilíbrio a à obra publicada. Numa

³ ARENDT, “The Concentration Camps”, pp. 743–63.

⁴ Cf. YOUNG-BRUEHL, *Por Amor ao Mundo*, p. 197.

⁵ ARENDT, “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”, p. 16.

⁶ ARENDT, “The Concentration Camps”, p. 738.

carta de novembro de 1948 a Karl Jaspers, Arendt chegou a demonstrar dúvida sobre a unidade de sua estrutura, dizendo que “em minha cabeça isto sempre foi um livro; na realidade, pelo menos no que diz respeito ao material histórico, ele é três livros: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo”.⁷ Por alguma razão nunca adequadamente explicada a autora resolveu preservar as duas partes originais, apenas deixando de lado as teses mais visivelmente incompatíveis com a nova teoria, de modo que simplesmente acrescentou uma nova parte não planejada sobre o totalitarismo.

No livro tal qual publicado, Arendt repudia explicitamente a ideia de que o totalitarismo se deva a alguma “sede de poder ou mesmo o desejo de alguma máquina geradora de poder, como o ‘jogo do poder pelo poder’ que era característico dos últimos estágios do domínio imperialista”⁸ e defende que “a pretensão totalitária de domínio mundial apenas aparentemente equivale à expansão imperialista”.⁹ Como mostraremos adiante, a ambição de dominação global do totalitarismo não é derivada pela autora do expansionismo imperialista, mas de uma necessidade psicológica obsessiva por coerência resultante de suas ideologias que não podiam tolerar o caráter fortuito da realidade, de modo a necessitar não apenas uma dominação total dos indivíduos não só dentro do território delimitado original, mas também ao redor do globo. Ainda mais, não só seria essencialmente diferente o objetivo do governo totalitário, como mesmo sua base de apoio: apesar de sua liderança originar-se na escória, Arendt passa a defender que a aderência desinteressada das “massas” é a responsável fundamental pela sustentação e vigor de todo o sistema. Mesmo o papel da ideologia se alterou significativamente, pois anteriormente fazia parte de um diagnóstico sobre a negação dos ideais universalistas e igualitários modernos e a partir de então passou a ser vista pela autora como uma forma de atender a certa necessidade psicossocial das massas por coerência.

De qualquer forma, em vez de oferecer uma exposição sistemática das “origens do totalitarismo” (i.e., dos vários “elementos” históricos que nele viriam a se “cristalizar”, tal como anteriormente fazia com o nazismo ao descrevê-lo como uma forma de “imperialismo racial”), na terceira parte Arendt expõe o totalitarismo como uma nova “forma” de governo. Consequentemente, aqueles que poderiam ser considerados seus “elementos” propriamente ditos (polícia secreta, campos de concentração, ideologia etc.) não são apresentados em suas origens anteriores às suas funções dentro dos movimentos e regimes totalitários. O resultado é que o livro **Origens do Totalitarismo** não apresenta as origens do totalitarismo de forma alguma.

⁷ ARENDT e JASPERS, *Briefwechsel*, p. 158.

⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 456-7.

⁹ *Ibid.*, p. 472.

4 A Teoria do Totalitarismo

Entretanto, publicamente a autora sempre tentou defender a organização da sua obra, como por exemplo num comentário à resenha de Eric Voegelin,¹⁰ no qual alegava que a “estrutura elementar do totalitarismo é a estrutura oculta do livro”:

O que eu fiz . . . foi descobrir os elementos principais do totalitarismo e analisá-los em termos históricos, traçando estes elementos de volta na história até onde achei apropriado e necessário. Isto é, eu não escrevi uma história do totalitarismo mas uma análise em termos da história; eu não escrevi uma história do antissemitismo ou do imperialismo, mas analisei o elemento do ódio ao judeu e o elemento de expansão na medida que estes elementos ainda eram claramente visíveis e exerciam um papel decisivo no próprio fenômeno totalitário. O livro, portanto, não lida realmente com as “origens” do totalitarismo — como seu título infelizmente alega — mas faz um relato histórico dos elementos que cristalizaram no totalitarismo, este relato é seguido por uma análise da estrutura dos movimentos e dominação totalitários eles próprios. A estrutura elementar do totalitarismo é a estrutura oculta do livro enquanto sua unidade mais visível é proporcionada por certos conceitos fundamentais que servem de fio condutor através do seu conjunto.¹¹

Se a estrutura elementar do totalitarismo é a estrutura oculta do livro, pode-se dizer que a autora a ocultou demasiadamente bem — o que de todo modo não justificaria as longas discussões sobre Cecil Rhodes e os bôeres, lorde Cromer e Lawrence da Arábia, sobre os judeus da corte e os Rothschild, sobre Varnhagen, Disraeli e Proust, sem dar qualquer atenção a qualquer “elemento” significativo para o caso soviético. É bem possível que na verdade Arendt nunca tenha se dado conta das consequências drásticas que a adoção do conceito de totalitarismo trouxe à sua teoria inicial, ou simplesmente não quisesse reconhecer publicamente estas dificuldades estruturais.

De todo modo, o que a autora faz na terceira parte do livro é apresentar esta “estrutura elementar do totalitarismo” como uma nova “forma” de governo com seu funcionamento típico, mas com dois casos particulares: a Alemanha nazista e a Rússia estalinista. Arendt assume assim a tese, que se tornaria típica durante a Guerra Fria, segundo a qual os regimes estalinista e nazista eram “essencialmente” iguais, de modo que procura ao longo desta parte final apresentar os traços elementares destes regimes, supostamente comuns aos dois e distintos das peculiaridades acidentais de cada um. Em linhas gerais sua descrição deles é que são uma tentativa de dominação humana total e global, especialmente por meio do “terror absoluto” alcançado nos campos de

¹⁰VOEGELIN, “Review of The Origins of Totalitarianism”.

¹¹ARENDR, “Rejoinder to Eric Voegelin’s Review of The Origins of Totalitarianism”, p. 78.

concentração e da doutrinação para a aceitação passiva e completa de quaisquer medidas adotadas por suas lideranças.

4.1 UMA SOCIEDADE SEM CLASSES

Um papel decisivo na formação e força do totalitarismo para Arendt é o das “massas”, isto é, a grande população desarraigada emergida da desestruturação da sociedade de classes burguesa. De acordo com a autora, desde o século XIX que se receava o “surgimento do homem da massa e o advento de uma era da massa”, o que popularizou “o conhecimento, tão comum entre os antigos, da afinidade entre a democracia e a ditadura, entre o governo da ralé e a tirania”. Contudo, ao contrário do que os intelectuais antidemocráticos argumentavam, o seu surgimento não se devia ao fortalecimento da democracia e do igualitarismo, mas da atomização resultante da “estrutura competitiva e concomitante solidão” da sociedade burguesa, algo apenas amortecido por sua estrutura classista. Com a crise do sistema social e político nas primeiras décadas do século XX, principalmente após a Primeira Grande Guerra e em países como a Alemanha e a Áustria, aumentou significativamente a “massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs” e que por isso desprezavam a política partidária vigente.¹²

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto.¹³

Seu isolamento e falta de relações sociais normais teria ainda levado a que cada indivíduo “se julgasse, a si próprio, em termos de fracasso individual e criticasse o mundo em termos de injustiça específica”, de modo que não se formava na massa de indivíduos qualquer consciência de um “laço comum, porque [essa aflição] não se baseava em qualquer interesse comum, fosse

¹² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 365–66.

¹³ *Ibid.*, p. 361.

4 A Teoria do Totalitarismo

econômico, social ou político. Esse egocentrismo, portanto, trazia consigo um claro enfraquecimento do instinto de autoconservação. A consciência da desimportância e da dispensabilidade deixava de ser a expressão da frustração individual e tornava-se um fenômeno de massa”. Como resultado surgiram fenômenos “como a perda radical do interesse do indivíduo em si mesmo, a indiferença cínica ou enfasiada diante da morte, a inclinação apaixonada por noções abstratas guindadas ao nível de normas de vida, e o desprezo geral pelas óbvias regras do bom senso”.¹⁴

Apesar desta atitude das massas não ser uma herança direta da mentalidade especificamente burguesa (como era o caso da *ralé*), o desinteresse pela política era um fenômeno comum na Europa continental, de acordo com Arendt devido ao seu sistema político vincular os partidos à representação de interesses de classes específicas. Assim se supunha que toda população pelo menos sentia alguma simpatia a um partido ou outro, mesmo que normalmente não se engajasse politicamente. Entretanto, o que os movimentos totalitários iriam demonstrar com sua mobilização das massas era o caráter ilusório desta crença, algo que viria a pôr em cheque a legitimidade do próprio sistema partidário:

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria.¹⁵

¹⁴ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 365–66.

¹⁵ *Ibid.*, p. 362.

Enquanto os partidos europeus tradicionalmente se assentavam em classes definidas, os movimentos totalitários dependiam fundamentalmente das massas. Não é claro se Arendt atribui a ascensão de Hitler basicamente ao apoio das massas, ou se ele teria apenas se utilizado de seu apoio quando já estava no governo, pois de acordo com a autora a burguesia e o exército alemão teriam tentado utilizar o partido nazi para derrubar a democracia de Weimar.¹⁶ De todo modo, teria sido somente ao no final da década de 1930 com sua expansão rumo ao leste que ele teria começado as políticas propriamente totalitárias.¹⁷ No caso Soviético, Stalin teria transformado profundamente o caráter tanto do partido bolchevique e dos demais partidos comunistas europeus na década de 1930 com a política do Front Popular (interpretada por Arendt como a abertura irrestrita da filiação partidária às massas, de modo a desfigurar o caráter classista dos partidos comunistas), como mesmo do próprio regime soviético com a reversão da Nova Política Econômica e os ataques a todos os grupos sociais mais ou menos organizados.¹⁸ O papel político crescente das massas fez com que Hitler e Stalin não mais precisassem se preocupar com quaisquer argumentos adversários e em vez pudessem passar a apelar simplesmente à mera violência.¹⁹

De acordo com Arendt, houve uma verdadeira simbiose entre as massas e os movimentos totalitários, pois ambos se reforçavam mutuamente. Se o totalitarismo dependia das massas para seu vigor, ele por sua vez reforçava sua condição, dado que não se contentava (como o despotismo tradicional) em apenas dominar politicamente a população, mas se esforçava a destruir também a existência autônoma de todas as atividades na esfera privada, reduzindo toda a existência individual à mera participação no movimento.

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos

¹⁶“O antigo partido de Hitler, composto quase exclusivamente de desajustados, fracassados e aventureiros, constituía na verdade ‘um exército de boêmios’ que eram apenas o avesso da sociedade burguesa e a quem, conseqüentemente, a burguesia alemã poderia ter usado com sucesso para seus próprios fins. Na realidade, a burguesia se deixou enganar pelos nazistas do mesmo modo como a facção Röhm-Schleicher na Reichswehr, que também julgou que Hitler, a quem havia usado como alcaguete, ou a SA, que tinha sido usada para propaganda militarista e treino paramilitar, agiriam como seus agentes e ajudariam a criar uma ditadura militar. Ambos consideraram o movimento nazista em seus próprios termos de filosofia política da ralé, e não perceberam o apoio independente e espontâneo das massas aos novos líderes da ralé, nem o genuíno talento desses líderes para a criação de novas formas de organização. A ralé, enquanto força motriz das massas, já não era o agente da burguesia nem de ninguém a não ser das próprias massas” (ibid., pp. 367–68).

¹⁷Ibid., p. 360.

¹⁸Ibid., pp. 368ss.

¹⁹Ibid., p. 362.

4 A Teoria do Totalitarismo

totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. Contudo, onde o governo totalitário não é preparado por um movimento totalitário (como foi o caso da Rússia em contraposição com a Alemanha nazista), o movimento tem de ser organizado depois, e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar a lealdade total que é a base psicológica do domínio total. Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais — de família, amizade, camaradagem — só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido.²⁰

Por esta mesma razão, a lealdade é esvaziada de todo conteúdo concreto e reduzida à mera adesão ao movimento, que por sua vez tem de ser desvinculado de qualquer objetivo e programa substantivo por ventura herdado de sua origem pré-totalitária, já que isto “poderia dar azo a mudanças de opinião” e qualificar a adesão do indivíduo.

A grande realização de Hitler ao organizar o movimento nazista — que ele gradualmente construiu a partir de um pequeno partido tipicamente nacionalista formado por gente obscura e meio louca — é que ele liberou o movimento do antigo programa do partido, não por mudá-lo ou aboli-lo oficialmente, mas simplesmente por recusar-se a mencioná-lo ou discutir os seus pontos. Nesse aspecto, como em outros, a tarefa de Stalin foi muito mais difícil: o programa socialista do partido bolchevista era uma carga muito mais incômoda que os 25 pontos do programa do partido nazista redigidos por um economista amador e político maluco. Mas Stalin, após haver abolido as facções do partido, conseguiu finalmente o mesmo resultado, através dos constantes ziguezagues da linha partidária comunista e da constante reinterpretação e aplicação do marxismo, o que esvaziava a doutrina de todo o seu conteúdo, já que não era possível prever o rumo ou ação que ela ditaria. O fato de que o mais perfeito conhecimento do marxismo e do leninismo já não servia de guia para a conduta política — e de que, pelo contrário, só era possível seguir a linha do partido se se repetisse a cada manhã o que Stalin havia dito na véspera — resultou naturalmente no mesmo estado de espírito, na mesma obediência concentrada, imune a qualquer tentativa de se compreender o que se estava fazendo, expressa pelo engenhoso lema de Himmler para os homens da SS: “Minha honra é a minha lealdade”.²¹

A aceitação passiva e incondicional de quaisquer diretrizes da liderança é a condição fundamental para o domínio totalitário. Contudo, por outro lado, este domínio não pode ser confundido com alguma forma de despotismo exacerbado,

²⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 373.

²¹ *Ibid.*, pp. 373-74.

extrapolado para incluir também a vida privada, pois de acordo com Arendt o próprio líder totalitário deve ser concebido como um funcionário das massas, encarregado de perseguir a ambição ideológica, e não como um tirano à procura de uma acumulação ilimitada de poder.

De todo modo, uma das razões para a atração das massas pelo totalitarismo é o cientificismo da ideologia e da propaganda totalitária, com seu caráter absolutista e profético, pretensamente capaz de predizer a “corrente da fatalidade” histórica. De acordo com Arendt, isto é explorado pelo totalitarismo porque, “do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os méritos . . . O ‘coletivismo’ das massas foi acolhido de bom grado por aqueles que viam no surgimento de ‘leis naturais do desenvolvimento histórico’ a eliminação da incômoda imprevisibilidade das ações e da conduta do indivíduo”.²² Assim, a “linguagem do cientificismo profético correspondia às necessidades das massas que haviam perdido o seu lugar no mundo e, agora, estavam preparadas para se reintegrar nas forças eternas e todo-poderosas que, por si, impeliriam o homem, nadador no mar da adversidade, para praia segura” do mundo propagandeado pelo totalitarismo.²³ Também por este motivo, muito mais importante do que a veracidade factual é a coerência ideológica capaz de cativar a imaginação das massas. Elas predispõem-se “a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso. A propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência”. “Privadas de um lugar no mundo, já não podem suportar os aspectos acidentais e incompreensíveis dessa situação”, de modo que para tentar escapar desta situação de desagregação e desespero, estão dispostas a “curvar-se ante a coerência mais rígida e fantasticamente fictícia de uma ideologia, . . . [e] a pagar por isso com sacrifícios individuais — não porque sejam estúpidas ou perversas, mas porque, no desastre geral, essa fuga lhes permite manter um mínimo de respeito próprio”.²⁴ O resultado é que com a desestruturação e falta de relações sociais estáveis o interesse próprio perde importância como critério político e a pretensão de predição infalível assume seu lugar:

. . . o sucesso da propaganda totalitária não se deve tanto à sua demagogia quanto ao conhecimento de que o interesse, como força coletiva, só se faz sentir onde um corpo social estável proporciona a necessária conexão motora entre o indivíduo e o grupo; nenhuma propaganda baseada no mero

²²Ibid., p. 395.

²³Ibid., p. 399–400.

²⁴Ibid., pp. 401–02.

4 A Teoria do Totalitarismo

interesse pode ser eficaz entre as massas, já que a sua característica principal é não pertencerem a nenhum corpo social ou político e constituírem, portanto, um verdadeiro caos de interesses individuais. O fanatismo dos membros dos movimentos totalitários, cuja intensidade difere tão claramente da lealdade dos membros dos partidos comuns, resulta exatamente da falta de egoísmo interesseiro dos indivíduos que formam as massas e que estão perfeitamente dispostos a se sacrificarem pela idéia . . .

Os movimentos totalitários empregam o socialismo e o racismo esvaziando-os do seu conteúdo utilitário, dos interesses de uma classe ou de uma nação. A forma de predição infalível sob a qual esses conceitos são apresentados é mais importante que o seu conteúdo. A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou. Além disso a pressuposição de infalibilidade baseia-se não tanto na inteligência superior quanto na correta interpretação de forças históricas ou naturais essencialmente seguras, forças que nem a derrota nem a ruína podem invalidar porque, a longo prazo, tendem a prevalecer. Uma vez no poder, os líderes da massa cuidam de algo que está acima de quaisquer considerações utilitárias: fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras. Os nazistas não hesitaram em lançar mão, no fim da guerra, de toda a força da sua organização ainda intacta para destruir a Alemanha do modo mais completo possível, a fim de que fosse verdadeira a sua predição de que o povo alemão seria arruinado em caso de derrota.²⁵

4.2 O MOVIMENTO TOTALITÁRIO

Contudo, se as massas são fundamentais para dar vigor ao movimento, o movimento enquanto tal não se reduz a elas. Ao contrário, Arendt pretende mostrar como o movimento se organiza em forma de uma cebola, com várias camadas separando os níveis externos dos mais internos, de forma a blindar as camadas interiores do caráter fortuito da realidade e amorfo das massas. Tal organização estabelece uma hierarquia entre os meros simpatizantes no nível mais exterior e menos totalitário, os membros do movimento, as formações de elite, o círculo interior ao redor do líder e finalmente o próprio líder em seu núcleo; conseguindo desta forma estabelecer e proteger o mundo paranóico do movimento, mantendo uma hostilidade cega contra o mundo exterior:

Uma vantagem definida dessa estrutura é que ela neutraliza o impacto de um dos dogmas básicos do totalitarismo, que afirma ser o mundo dividido em dois gigantescos campos inimigos, um dos quais é o movimento, e que este pode e deve lutar contra o resto do mundo — afirmação que abre o

²⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 396–98.

caminho para a indiscriminada agressividade dos regimes totalitários. O choque da terrível e monstruosa dicotomia totalitária é neutralizado, e nunca totalmente percebido, graças a uma cuidadosa graduação de militância, na qual cada escalão reflete para o escalão imediatamente superior a imagem do mundo não totalitário, porque é menos militante e os seus membros são menos organizados. Esse tipo de organização evita que os seus membros jamais venham a encarar diretamente o mundo exterior, cuja hostilidade permanece para eles um simples pressuposto ideológico. Permanecem tão bem protegidos contra a realidade do mundo não-totalitário que subestimam constantemente os tremendos riscos da política totalitária.²⁶

No nível mais exterior do movimento, quando este ainda não chegou ao poder, estão as “organizações de vanguarda”, isto é, associações profissionais e civis de simpatizantes que servem tanto como uma “parede protetora” que separa os membros dos movimentos do mundo exterior normal, quanto um “primeiro vislumbre” do movimento ao mundo exterior. Ainda mais, estas organizações de vanguarda tiveram a importante função no desmantelamento da sociedade civil quando da tomada de poder pelos movimentos: quando os nazistas chegaram ao poder, destruíram “imediatamente as organizações existentes de professores por meio de outras organizações de professores, os clubes existentes de advogados por meio de um clube de advogados patrocinado pelos nazistas etc. Puderam mudar, da noite para o dia, toda a estrutura da sociedade alemã — e não apenas a vida política — precisamente porque haviam preparado o correspondente exato de cada setor dentro dos seus próprios escalões”.²⁷ Mas esta exterioridade sua faz com que a ideologia e propaganda tenham de manter “formas mais suaves e respeitáveis”, amenizando as “fantásticas mentiras” da liderança para que sejam mais facilmente aceitas.²⁸

Por isso também a ideologia e a propaganda preservam mais fortemente nestas camadas mais externas o seu conteúdo substantivo, ao contrário dos níveis mais interiores, que, à medida em que se adentra no movimento, tornam-se cada vez mais psicóticos e independentes dos objetivos ideológicos originais.

Por existirem num mundo que não é totalitário, os movimentos totalitários são forçados a recorrer ao que comumente chamamos de propaganda. Mas essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora — sejam as camadas não-totalitárias da população do próprio país, sejam os países não-totalitários do exterior . . . Na medida do possível, estabelece-se, logo na fase anterior à tomada do poder, a diferença entre a doutrina ideológica

²⁶Ibid., p. 417.

²⁷Ibid., p. 421.

²⁸Ibid., p. 416.

4 A Teoria do Totalitarismo

destinada aos iniciados do movimento, que já não precisam de propaganda, e a propaganda para o mundo exterior.²⁹

Na verdade, Arendt chega a defender que o objetivo da propaganda totalitária não seria a persuasão mas a organização, de modo que “a originalidade do conteúdo ideológico só pode ser considerada como dificuldade desnecessária. Não foi por acaso que os dois movimentos totalitários do nosso tempo, tão assustadoramente ‘novos’ em seus métodos de domínio e engenhosos em suas formas de organização, nunca prepararam uma doutrina nova, nunca inventaram uma ideologia que já não fosse popular”.³⁰ Por isso, acima de tudo o que os líderes do movimento não podiam fazer era admitir erros ou tornar seu conteúdo dependente de averiguações factuais. Em vez, ele deveria adquirir validade pela própria força e organização do movimento: para os nazistas, “o racismo já não era uma teoria discutível, de duvidoso valor científico, mas sim a realidade prática de cada dia na hierarquia operante de uma organização política . . . E do mesmo modo, o bolchevismo já não precisa vencer uma discussão a respeito da luta de classes”, pois “a organização ativa do Comintern . . . foi mais convincente do que qualquer argumento ou mera ideologia”. O conteúdo ideológico não era “mais uma questão objetiva a respeito da qual as pessoas possam ter opiniões, mas tornou-se parte tão real e intocável de sua vida como as regras da aritmética”, vindo a perder completamente sua força no momento em que os movimentos eram derrotados.³¹ O nazismo por isso transformou o antisemitismo numa forma de identidade individual e princípio de organização social, do mesmo modo que, “embora sem tanta coerência, o bolchevismo alterou a doutrina marxista da inevitável vitória final do proletariado, organizando os seus membros como ‘proletários de nascença’ e tornando vergonhoso e escandaloso descender de qualquer outra classe”. “Isso deu às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem, não somente restaurando a dignidade que antes lhes advinha da sua função na sociedade, como também criando uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa”.³² Arendt chega a defender que o próprio nacionalismo nazi não se tratava de nada mais do que mera propaganda, utilizada principalmente antes da chegada ao poder:

[Com a tomada de poder, o discurso nacionalista] perdeu a sua importância e cedeu lugar, por um lado, a um desprezo geral pelo povo alemão (desprezo que os nazistas sempre haviam nutrido, mas que não podiam demonstrar até então em público) e, por outro lado, a um grande desejo de aumentarem

²⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 392–93.

³⁰ *Ibid.*, p. 411.

³¹ *Ibid.*, pp. 412–13.

³² *Ibid.*, pp. 405–06.

os próprios escalões com “arianos” de outros países, idéia que não tivera muita importância na fase da propaganda nazista anterior à tomada do poder. A *Volksgemeinschaft* era apenas a preparação propagandística para uma sociedade racial “ariana” que, no fim, teria destruído todos os povos, inclusive os alemães.³³

Neste sentido, mesmo a raça ariana defendida pelos nazistas não se tratava do povo alemão tal como existia, mas era algo a ser artificialmente criado pela seleção racial na SS.³⁴

A temática da propaganda seria, contudo, determinada principalmente não pela massa em si, mas pela liderança totalitária com sua origem na ralé, que desde o século dezenove mantinha um interesse por tudo “o que fosse oculto, tudo o que fosse mantido em silêncio . . . A ralé realmente acreditava que a verdade era tudo aquilo que a sociedade respeitável houvesse hipocritamente escamoteado ou acobertado com a corrupção”. Por isso, tudo o que fosse misterioso ou conspiratório ganhava uma importância fundamental em seu discurso, como as superstições em torno da maçonaria, dos jesuítas ou dos judeus. Apesar dos nazistas desde o início se demonstrarem “mestres na escolha desses tópicos para uso em propaganda de massa”, na União Soviética a partir da década de 1930 também se tornaram comuns teorias conspiratórias sobre “o complô dos trotskistas, passando pelo domínio das trezentas famílias, até as sinistras maquinações imperialistas dos serviços secretos britânicos e americanos”.³⁵ Isto gerou uma mistura de credulidade e cinismo que viria marcar profundamente toda a hierarquia totalitária:

Certa mistura de credulidade e cinismo havia sido importante característica da mentalidade da ralé antes que se tornasse fenômeno diário de massa. Num mundo incompreensível e em perpétua mudança, as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e que nada era verdadeiro . . . Os líderes totalitários basearam a propaganda no pressuposto psicológico correto de que, em tais condições, era possível fazer com que as pessoas acreditassem nas mais fantásticas afirmações em determinado dia, na certeza de que, se recebessem no dia seguinte a prova irrefutável da sua inverdade, apelariam para o cinismo; em lugar de abandonarem os líderes que lhes haviam mentido, diriam que sempre souberam que a afirmação era falsa, e admirariam os líderes pela grande esperteza tática.

Essa reação das audiências de massa tornou-se importante princípio hierárquico para as organizações de massa. Uma mistura de credulidade e

³³Ibid., p. 409.

³⁴Ibid., pp. 461, 468.

³⁵Ibid., p. 400.

4 A Teoria do Totalitarismo

cinismo prevalece em todos os escalões dos movimentos totalitários, e quanto mais alto o posto, mais o cinismo prevalece sobre a credulidade.³⁶

Por isso, quanto mais se adentrasse na organização do movimento, menos importância tinham estas ideias propagandísticas. Enquanto os simpatizantes em alguma medida acreditavam nelas, envolvendo “o movimento numa atmosfera de honestidade e ingenuidade”, os membros plenos do partido “jamais acreditavam em declarações públicas”, motivo pelo qual chegava a ser louvada sua “inteligência superior que supostamente os distingue do mundo externo não totalitário” pela propaganda totalitária. A hierarquia entre formações de elite do partido, membros comuns e simpatizantes permitia às mentidas do líder se tornarem operantes, devido à gradação de cinismo e desdém que afastava o perigo do líder “ser forçado, pelo peso da sua própria propaganda, a legitimar as próprias declarações e o próprio simulacro de respeitabilidade”.³⁷

Ainda mais, esta gradação de cinismo afetava a própria ideologia, pois enquanto os membros comuns do partido ainda “acreditam fervorosamente nos chavões comuns da justificação ideológica e nas explicações da história passada e futura que os movimentos totalitários tomaram emprestado às ideologias do século XIX”, as formações de elite por seu turno nem sequer disto dependiam, já que elas eram, em vez, cuidadosamente doutrinadas para apenas seguirem sem questionar a liderança e transformar em ordens suas declarações:

As formações de elite distinguem-se dos membros comuns do partido por não necessitarem destas demonstrações e nem mesmo serem obrigadas a acreditar literalmente na verdade dos chavões ideológicos. Estes são fabricados para atender a uma busca da verdade por parte das massas que, no seu vezo de explicar e demonstrar, ainda têm muito em comum com o mundo normal. A elite não se compõe de ideólogos; toda a educação dos seus membros objetiva abolir a capacidade de distinguir entre a verdade e a mentira, entre a realidade e a ficção. Sua superioridade consiste na capacidade de transformar imediatamente qualquer declaração de fato em declaração de finalidade . . .

Essa mentalidade da elite não constitui simples fenômeno de massa, nem simples consequência de desarraigamento social, desastre econômico ou anarquia política; exige cuidadosa preparação e cultivo e foi uma parte mais importante, embora menos facilmente reconhecível, do currículo das escolas de liderança totalitária — as Ordensburgen nazistas para os membros da SS e os centros de treinamento bolchevistas para os agentes do Comintern — do que a doutrinação racial ou as técnicas da guerra civil. Sem a elite e sem a sua incapacidade, artificialmente adquirida, de

³⁶ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 432.

³⁷ *Ibid.*, p. 434.

compreender os fatos como fatos, de distinguir entre a verdade e a mentira, o movimento nunca poderia partir para a realização prática da ficção. A mais importante qualidade negativa da elite totalitária é que nunca se detém a pensar no mundo como realmente ele é e jamais compara as mentiras com a realidade. Paralelamente, a sua virtude mais cultivada é a lealdade ao Líder, que, como um talismã, assegura a vitória final da mentira e da ficção sobre a verdade e a realidade.³⁸

Assim, quanto mais se adentra na hierarquia totalitária menos importância possui a ideologia enquanto conjunto definido de crenças. Na cúpula do movimento, onde se encontra o círculo íntimo em torno do líder, há uma grande liberdade quanto aos chavões ideológicos, de modo que os altos escalões partidários utilizam-nos como “meros expedientes destinados a congregar as massas, e não sentem qualquer constrangimento quando têm de alterá-los segundo as necessidades do momento, contanto que o princípio organizador permaneça intacto”. A cúpula nazista assim não via qualquer problema em se aliar com os árabes ou japoneses, enquanto a soviética também era perfeitamente flexível para aceitar as alianças de Stalin com quem quer que fosse, desde que fortalecesse a organização:

Os homens que ditam a política do bolchevismo mostram idêntica superioridade em relação aos dogmas que eles mesmos professam. São perfeitamente capazes de interromper qualquer luta de classes com uma súbita aliança com o capitalismo, sem abalar a confiança dos seus escalões e sem trair a crença na luta de classes. Uma vez que o princípio dicotômico da luta de classes se torna expediente organizacional, e, por assim dizer, se petrifica na inflexível hostilidade contra o mundo inteiro, através dos altos escalões policiais secretos na Rússia e dos agentes do Comintern no exterior, a política bolchevista fica surpreendentemente isenta de “preconceitos”.

É essa liberdade em relação ao conteúdo de sua própria ideologia que caracteriza os mais altos escalões da hierarquia totalitária. São homens que vêem a tudo e a todos em termos de organização, inclusive ao Líder que, para eles, não é nem talismã inspirado nem aquele que sempre tem razão, mas a simples consequência desse tipo de organização.³⁹

O importante assim para a cúpula partidária não são os chavões ideológicos, mas a crença na onipotência humana. “O seu cinismo moral e a sua crença de que tudo é permitido repousam na sólida convicção de que tudo é possível” com a devida organização. Assim, o “que caracteriza a sua lealdade não é a crença na infalibilidade do Líder, mas a convicção de que pode tornar-se infalível

³⁸Ibid., pp. 434–35.

³⁹Ibid., pp. 436–37.

4 A Teoria do Totalitarismo

qualquer pessoa que comande os instrumentos de violência com os métodos superiores da organização totalitária”. “Além disso, decidir o que é sucesso ou fracasso em circunstâncias totalitárias é, em grande parte, uma questão de opinião pública organizada e aterrorizada. Num mundo totalmente fictício não é preciso registrar, confessar e lembrar os fracassos. Para que a factualidade continue a existir, é preciso que exista o mundo não-totalitário”.⁴⁰

No núcleo do movimento se encontra o líder totalitário, cujo sucesso se deve à sua “extrema capacidade de manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder [mais] do que a qualidades demagógicas ou burocrático-organizacionais”. Mas ao contrário dos antigos tiranos que podiam se impor apenas pelo apelo à violência bruta, o líder totalitário depende da “habilidade com que arma intrigas entre os membros e efetua constantes mudanças de pessoal”. A ordem que acaba se estabelecendo é a de que “o desejo do líder é a lei do Partido” e toda a hierarquia partidária se torna “eficazmente treinada para o único fim de transmitir rapidamente o desejo do Líder a todos os escalões. A essa altura, o Líder torna-se insubstituível, porque toda a complicada estrutura do movimento perderia a sua *raison d'être* sem as suas ordens”. Sua função assim é reivindicar responsabilidade pessoal por todos os atos partidários e deste modo tanto proteger quanto orientar os membros inferiores com relação ao mundo exterior, fazendo com que todos os seus subordinados percam completamente sua autonomia e responsabilidade.

Essa responsabilidade total [do Líder] é o aspecto organizacional mais importante do chamado princípio de liderança, segundo o qual cada funcionário não é apenas designado pelo Líder, mas é a sua própria encarnação viva, e toda ordem emana supostamente dessa única fonte onipresente. Essa completa identificação do Líder com todo sub-líder nomeado por ele e esse monopólio de responsabilidade centralizado por tudo o que foi, está sendo ou virá a ser feito são também os sinais mais visíveis da grande diferença entre o líder totalitário e o ditador ou déspota comum. Um tirano . . . sempre manteria uma distância absoluta de todos os seus subordinados e súditos. O Líder, ao contrário, não pode tolerar críticas aos seus subordinados, uma vez que todos agem em seu nome; se deseja corrigir os próprios erros, tem que liquidar aqueles que os cometerem por ele; se deseja inculpar a outros por esses erros, tem de matá-los. Pois, nessa estrutura organizacional, o erro só pode ser uma fraude: o Líder estava sendo representado por um impostor.

Essa responsabilidade total por tudo o que o movimento faz e essa identificação total com cada um dos funcionários têm a consequência muito prática de que ninguém se vê numa situação em que tem de se responsabilizar por suas ações ou explicar os motivos que levaram a elas. Uma vez

⁴⁰ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 438.

que o Líder monopoliza o direito e a possibilidade de explicação, ele é, para o mundo exterior, a única pessoa que sabe o que está fazendo, isto é, o único representante do movimento com quem ainda é possível conversar em termos não-totalitários e que, em caso de censura ou de oposição, não dirá: não me pergunte, pergunte ao Líder.⁴¹

Um fator essencial nesta organização dos movimentos é sua semelhança com as sociedades secretas, cujas hierarquias “regulam a vida dos seus membros segundo um pressuposto secreto e fictício que faz com que cada coisa pareça ser outra coisa diferente; adotam uma estratégia de mentiras coerentes para iludir as massas de fora, não iniciadas; exigem obediência irrestrita dos seus membros, que são mantidos coesos pela fidelidade a um líder frequentemente desconhecido e sempre misterioso”. De acordo com Arendt, não é à toa que encontra-se nelas a mesma estrutura de cebola, com seus diversos níveis de iniciação e a hostilidade para com o resto do mundo, pois, apesar das origens históricas muito diferentes dos nazistas e dos bolcheviques, ambos os movimentos tinham ligações significativas com elas. Enquanto os “nazistas começaram com a ficção de uma conspiração e imitaram, mais ou menos conscientemente, o modelo da sociedade secreta dos sábios do Sião”, a transformação do bolchevismo num movimento totalitário se deu a partir da ascensão do setor conspirativo do partido bolchevique, quando Stalin “descobriu a necessidade de uma ficção central para manter na organização de massa a férrea disciplina de uma organização secreta. A evolução nazista pode ser mais lógica, mais coerente consigo mesma, mas a história do partido bolchevista é um exemplo melhor da natureza essencialmente fictícia do totalitarismo, precisamente porque as fictícias conspirações globais, contra as quais e de acordo com as quais a conspiração bolchevista supostamente se organizou, não foram ideologicamente fixadas”.

Apesar desta proximidade dos movimentos totalitários com as sociedades secretas, “resultado natural da ficção conspiratória do totalitarismo, cujas organizações são supostamente criadas para combater as sociedades secretas — a sociedade secreta dos judeus ou a sociedade dos conspiradores trotskistas”, a diferença fundamental é que os movimentos totalitários não escondem segredo algum, pois seus objetivos fundamentais “sempre fizeram parte da sua propaganda”.⁴² Mas mesmo assim estes movimentos conseguem inspirar o mesmo tipo de lealdade incondicional de seus membros, como exemplificam os casos do expurgo de Röhm, que não provocou qualquer “resistência de uma tropa perfeitamente treinada e armada como a SA diante do assassinio de um líder bem-amado e de centenas de camaradas”, e os Julgamentos de Moscou com seu “espetáculo de ‘criminosos’ confessos . . . baseados em confissões

⁴¹Ibid., pp. 424–25.

⁴²Ibid., p. 428.

absurdas”.⁴³ O motivo para esta “lealdade suicida é que não há leis de herança ou de outra natureza que regulem a sucessão ao posto supremo”, de modo que qualquer “revolta palaciana bem-sucedida teria resultados tão desastrosos para o movimento como sistema quanto uma derrota militar”.⁴⁴

Esta proximidade com as sociedades secretas também implicava uma óbvia conexão com a polícia secreta, dado que esta sempre decorreu da suspeita da existência de conspirações. O que os movimentos totalitários faziam, contudo, ao chegar no poder era construir uma verdadeira sociedade secreta, atribuindo à própria polícia secreta a tarefa de organizá-la. Como veremos a seguir, com o estabelecimento dos regimes totalitários a polícia secreta deixaria de ser um órgão obscuro e pouco integrado na hierarquia governamental, para passar a ser o verdadeira ramo executivo do governo, diretamente encarregado de executar a política totalitária por meio do terror.

4.3 O TOTALITARISMO NO PODER

Intimamente ligado a esta proximidade com as sociedades secretas é o poder adquirido pela polícia secreta quando da tomada do poder pelos movimentos totalitários. De acordo com Arendt, com o estabelecimento dos regimes totalitários as polícias secretas assumem o posto de verdadeiros ramos executivos do governo, ficando responsáveis pela execução e fortalecimento da política totalitária de domínio total.

Ainda de acordo com a autora, Stalin teria formado o totalitarismo na Rússia quando não só liquidou todas as facções e aspectos democráticos do partido bolchevique, mas também promoveu uma verdadeira emancipação do setor conspirativo de dentro do partido. “Os métodos de Stalin sempre foram típicos de um homem proveniente do setor conspirativo do partido: a devoção ao detalhe, a ênfase quanto ao lado pessoal da política, a crueldade no uso e na liquidação de companheiros e amigos. Quem mais o apoiou na luta pela sucessão após a morte de Lenin foi a polícia secreta que, na época, já era uma das mais importantes e poderosas seções do partido”.⁴⁵ Seria “devido à afinidade fundamental entre o funcionamento de uma sociedade secreta de conspiradores e a polícia secreta organizada para combatê-la que os regimes totalitários, baseados na ficção de um conspiração global e visando ao domínio global, passam a concentrar todo o poder nas mãos da polícia”.⁴⁶

⁴³ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 431.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 437.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 429.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 430.

De início, assim como nos despotismos tradicionais, a polícia secreta tem a função de perseguir reais opositores do regime; mas o que distingue sua função totalitária é que ela não diminui sua perseguição à medida em que a oposição desaparece. Ao contrário, é uma vez que não exista mais qualquer oposição articulada ao regime que começa sua tarefa propriamente totalitária de domínio total da população:

Nos primeiros estágios do regime totalitário . . . a polícia secreta e as formações de elite do partido ainda desempenham um papel semelhante àquele que as caracteriza em outras formas de ditadura e nos antigos regimes de terror; e a excessiva crueldade dos seus métodos não tem paralelos na história dos países ocidentais modernos. O primeiro estágio, de desencavar os inimigos secretos e caçar os antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda a população em organizações de vanguarda e a reeducação dos velhos membros do partido para serviços voluntários de espionagem, de sorte que os escalões especialmente treinados da polícia não precisam preocupar-se com as duvidosas simpatias dos simpatizantes arregimentados . . . O fim do primeiro estágio advém com a liquidação da resistência aberta e secreta sob qualquer forma organizada; isso ocorreu por volta de 1935 na Alemanha aproximadamente 1930 na União Soviética.

Só depois do completo extermínio dos reais inimigos e após o início da caça aos “inimigos objetivos” é que o terror se torna o verdadeiro conteúdo dos regimes totalitários. A pretexto de instalar o socialismo num país, ou de usar certo território como campo de prova para uma experiência revolucionária, ou de realizar a *Volksgemeinschaft*, a segunda pretensão do totalitarismo — a do domínio total — é posta em prática.⁴⁷

Sua função assim é a de ser órgão executor do objetivo fundamental de domínio total. À medida em que isto acontece a tradicional procura das polícias secretas por “suspeitos” começa a dar lugar à perseguição de “inimigos objetivos”, isto é, de todo aquele concebido como inimigo “pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema. Nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser provocados ou cujo passado justifique suspeita, mas é um ‘portador de tendências’, como o portador de uma doença”.⁴⁸ A categoria de “inimigo objetivo” tende a ser definida de acordo com os princípios ideológicos do governo totalitário, pelo menos inicialmente, mas é fundamentalmente dela independente, pois, se “fosse apenas uma questão de odiar os judeus ou os burgueses, os regimes totalitários poderiam, após cometerem um crime gigantesco, como que retornar às regras normais de vida e de governo. Mas sabemos que acontece exatamente o oposto. A categoria dos inimigos objetivos sobrevive aos primeiros inimigos do movimento,

⁴⁷Tbid., p. 472.

⁴⁸Tbid., p. 473.

4 A Teoria do Totalitarismo

ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias”. Por isso esta associação dos inimigos objetivos com os inimigos ideológicos é basicamente propagandística, feita apenas para justificar a perseguição para o mundo exterior, e não um resultado direto da sua ideologia. Em vez, a razão desta perseguição arbitrária é que o regime totalitário “não é um governo no sentido tradicional, mas um movimento, cuja marcha constantemente esbarra contra novos obstáculos que têm de ser eliminados”,⁴⁹ seu objetivo, como discutiremos adiante, é destruir todos os agrupamentos de pessoas a fim de atomizá-las e conquistar o domínio total.

A polícia secreta assume esta tarefa mantendo-se diretamente sob o comando do líder totalitário e se integrando completamente na estrutura governamental. Consequentemente, seu dever “não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população”, mantendo “confidência com a mais alta autoridade”, de modo a ser única a saber que linha política será adotada e se tornar o verdadeiro ramo executivo do governo.

Nem dúvida nem supérflua é a função política da polícia secreta, o “mais bem organizado e mais eficiente” dos departamentos do governo, no sistema de poder do regime totalitário. É ela o verdadeiro ramo executivo do governo, através do qual todas as ordens são transmitidas. Através da rede de agentes secretos, o governante totalitário cria uma correia transmissora diretamente executiva que, em contraposição com a estrutura de camadas superpostas da hierarquia ostensiva, é completamente separada e isolada de todas as outras instituições. Nesse sentido, os agentes da polícia secreta são a classe francamente governante nos países totalitários, e as suas normas e escala de valores permeiam toda a textura da sociedade totalitária.⁵⁰

O resultado é que se difundem por toda a sociedade traços antes típicos da polícia secreta, como a suspeita generalizada, a mentalidade do “agente provocador” (com a qual as pessoas tentam se desculpar de qualquer atitude suspeita, argumentando que estavam apenas querendo descobrir a existência de subversivos ao seu redor) e mesmo a cumplicidade com os crimes do regime (pois todo o serviço civil se torna impregnado de pessoas que ascenderam em suas carreiras devido aos constantes expurgos). Assim, a “psicologia do agente duplo, que estava disposto a pagar o preço de uma vida curta pela nobre existência de alguns anos no topo, tornou-se, em questões pessoais, a base do pensamento de toda a geração que se seguiu à revolução na Rússia, e em grau menor, porém ainda mais perigoso, na Alemanha”.⁵¹

⁴⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 475.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 480.

⁵¹ *Ibid.*, pp. 481–83.

Mas, segundo Arendt, quando o governo totalitário já conseguiu um domínio total da população, mesmo a categoria de “inimigo objetivo” tende a perder importância, e a perseguição começa a ser completamente arbitrária, com vítimas “escolhidas inteiramente ao acaso e, sem mesmo terem sido acusadas, são declaradas indignas de viver”. Esta “consistente arbitrariedade nega a liberdade humana de modo muito mais eficaz que qualquer tirania jamais foi capaz de negar”, pois deste modo mesmo os atos de oposição ao regime ou de martírio perdem sentido, já que um “ato voluntário apenas acarreta uma ‘punição’ que todos, de uma forma ou de outra, têm de sofrer. No totalitarismo, a liberdade não apenas se reduz à sua última e aparentemente indestrutível garantia, que é a possibilidade do suicídio, mas perde toda a importância porque as conseqüências do seu exercício são compartilhadas por pessoas completamente inocentes . . . O inocente e o culpado são igualmente indesejáveis”.⁵²

Parte destes expurgos se deve à necessidade totalitária de manter a sociedade num estado de constante mutação, pois, segundo a autora, a estabilização do regime numa estrutura estável ameaça sua “dupla pretensão de domínio total e governo mundial”, de modo que torna-se necessário manter-se num estado de “revolução permanente”, isto é, de periódicos e gigantescos expurgos.

Não poderia ter havido melhor solução para a intrínseca ambivalência resultante da coexistência entre governo e movimento, entre a pretensão totalitária e o poder limitado num território limitado, entre a participação ostensiva na comunidade de nações, na qual cada uma respeita a soberania da outra, e a pretensão de domínio mundial, do que essa fórmula [revolução permanente] esvaziada do seu primitivo conteúdo [tal como concebido por Trotski]. Porque o líder totalitário enfrenta duas tarefas que a princípio parecem absurdamente contraditórias: tem de estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade operante da vida de cada dia, e tem, por outro lado, de evitar que esse novo mundo adquira nova estabilidade; pois a estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento e, com ele, a esperança da futura conquista do mundo. O líder totalitário tem de evitar, a qualquer preço, que a normalização atinja um ponto em que poderia surgir um novo modo de vida . . . [do contrário] o totalitarismo perderia a sua qualidade “total” e ficaria sujeito às leis das nações, segundo as quais cada uma possui um território, um povo e uma tradição histórica específicos que determinam a sua relação com as outras nações uma pluralidade que refuta *ipso facto* qualquer alegação de que uma determinada forma de governo possa ser absolutamente válida.⁵³

Consequentemente os movimentos totalitários têm de impulsionar seu poder constantemente para fora. “Se não lutarem pelo domínio global como objetivo

⁵²Ibid., p. 483.

⁵³Ibid., pp. 440–41.

4 A Teoria do Totalitarismo

último, correm o sério risco de perder todo o poder que porventura tenham conquistado. Nem mesmo um homem sozinho pode ser dominado de forma absoluta e segura a não ser em condições de totalitarismo global.” Não podem também por isso se limitar à estrutura estatal convencional, mas passam a usar o país no qual primeiro se estabeleceram como “uma sede oficial e oficialmente reconhecida para o movimento” e usam “administração do Estado para o seu objetivo a longo prazo de conquista mundial e para dirigir as subsidiárias do movimento”, instalando “a polícia secreta na posição de executante e guardião da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade” e estabelecendo “campos de concentração como laboratórios especiais para o teste do domínio total”.⁵⁴

Assim tanto é abolida a diferença entre a política externa e a doméstica, quanto o Estado passa a ser subordinado ao movimento. Por um lado, não só “o governante totalitário conduz a polícia no pressuposto de que haverá um governo mundial, trata as vítimas da sua agressão como se fossem rebeldes, culpados de alta traição e, conseqüentemente, prefere dominar os territórios ocupados por meio da polícia, e não de forças militares”, como também “dispõe de polícia secreta de serviço e de espionagem com ramificações em vários países”, encarregando-as “de formar quinta colunas, dirigir as ramificações do movimento, influenciar a política doméstica dos respectivos países e prepará-los de modo geral para o dia em que o governante totalitário . . . possa abertamente sentir-se em casa”.

Ainda mais, por outro lado, o Estado serve de “fachada externa para representar o país perante o mundo não-totalitário”. Ao contrário das frequentes denúncias contra o chamado “Estado totalitário”, Arendt enfatiza que no totalitarismo o movimento é fundamental, não o Estado. A liderança partidária evita que o movimento se funda com a máquina estatal, mantendo a liderança partidária separada dos ministérios estatais e concentrando todas as decisões dentro do movimento, de modo que os “serviços públicos oficiais muitas vezes nem são informados do que está acontecendo, e aqueles membros do partido que têm a ambição de subir ao nível de ministros pagam sempre por esse desejo ‘burguês’ com a perda da influência sobre o movimento e até da confiança dos líderes”;⁵⁵ além do que os governos totalitários também tratam com o maior desprezo a questão legal, chegando a instaurar constituições que nunca são aplicadas:

Nos primeiros anos de poder, os nazistas desencadearam uma avalanche de leis e de decretos, mas nunca se deram ao trabalho de abolir oficialmente a Constituição de Weimar . . . , após a promulgação das Leis de Nuremberg verificou-se que os nazistas não tinham o menor respeito sequer pelas

⁵⁴ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 442.

⁵⁵ *Ibid.*, pp. 469-70.

suas próprias leis . . . A União Soviética, onde os serviços públicos pré-revolucionários haviam sido exterminados durante a revolução, e onde o regime pouco se havia incomodado com questões constitucionais durante o período de mudança revolucionária, chegou a dar-se ao trabalho de promulgar em 1936 uma constituição inteiramente nova e muito minuciosa . . . , fato que foi aclamado na Rússia e no exterior como o fim do período revolucionário. No entanto, a publicação da Constituição coincidiu com o início do gigantesco superexpurgo que, em menos de dois anos, liquidou a administração existente e apagou todos os vestígios de vida normal e da recuperação econômica conseguida durante os quatro anos que se seguiram à liquidação dos kulaks e à coletivização forçada da população rural. Daí por diante, a Constituição stalinista de 1936 teve exatamente o mesmo papel que a Constituição de Weimar sob o regime nazista: completamente ignorada, nunca foi abolida . . .⁵⁶

O Estado sob o totalitarismo acaba adquirindo um caráter completamente amorfo, sem qualquer estrutura monolítica ou absoluta, pois, por um lado, “a máquina governamental do regime totalitário” assume a tarefa de “fachada importante, a esconder e disfarçar o verdadeiro poder do partido”, e por outro os órgãos administrativos são submetidos a uma multiplicação de escritórios com o frequente deslocamento de autoridade e poder efetivos. Isto leva a uma ineficiência e desperdício que o “mundo não-totalitário é incapaz de compreender [já que resulta de] uma mentalidade que funciona independentemente de toda ação calculável em termos de homens e de bens materiais, e que é completamente indiferente ao interesse nacional e ao bem-estar do povo”.⁵⁷

De acordo com Arendt, estas transformações na verdade ampliam ainda a abrangência no movimento, de modo a ampliá-lo a uma escala gigantesca para englobar toda a população: “A máquina estatal vira uma organização de vanguarda de burocratas simpatizantes, cuja função nos negócios nacionais é propagar confiança entre as massas de cidadãos meramente coordenados . . . O Líder, na dupla capacidade de chefe do Estado e líder do movimento, continua a concentrar em si mesmo um máximo de falta de escrúpulos militante e uma aparência de normalidade capaz de inspirar confiança”.⁵⁸ Mas não há de se pensar numa simples duplicação de dois poderes, um real e outro ostensivo, tal como na teoria de Ernst Fraenkel em **O Estado Dual**, pois isto implicaria uma estrutura mais ou menos fixa, enquanto “somente uma construção pode ter estrutura, e um movimento . . . pode ter apenas direção, . . . qualquer forma de estrutura, legal ou governamental, só pode estorvar um movimento que se dirige com velocidade crescente numa certa direção”.⁵⁹ Em vez disso, o que

⁵⁶Ibid., p. 444.

⁵⁷Ibid., p. 468.

⁵⁸Ibid., pp. 462–63.

⁵⁹Ibid., p. 448.

4 A Teoria do Totalitarismo

ocorre é um “amorfismo”, resultante da constante multiplicação de órgãos e transferência de poder:

Tecnicamente falando, o movimento dentro do aparato de domínio totalitário deriva a sua mobilidade do fato de que a liderança está continuamente transferindo o verdadeiro centro do poder, muitas vezes para outras organizações, mas sem dissolver e nem mesmo denunciar publicamente os grupos cuja autoridade foi eliminada . . . A constante divisão, sempre alterada, entre a verdadeira autoridade secreta e a representação franca e ostensiva, fazia da verdadeira sede do poder um mistério por definição, a tal ponto que sequer os membros dos círculos governantes jamais podiam estar absolutamente seguros quanto a sua própria posição na secreta hierarquia do poder.⁶⁰

Na Alemanha nazista isto era mais visível, mas na Rússia algo semelhante ocorria na relação do aparato partidário com a polícia secreta, “que possui uma rede extremamente complicada e vastamente ramificada de agentes, na qual um departamento está sempre ocupado em supervisionar e espionar o outro”. A única regra geral que se pode formular é assim que, “quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é . . . O verdadeiro poder começa onde o segredo começa”.⁶¹ Este amorfismo estatal tem também a importante função de blindar a liderança contra golpes e revoluções palacianas, pois a “contínua rivalidade entre os órgãos, cujas funções não apenas se sobrepõem, mas que são encarregados das mesmas tarefas, quase não permite que a oposição ou a sabotagem venham a ser eficazes”. Ainda mais, ele dá corpo ao chamado “princípio da liderança”, que, de acordo com Arendt, significa uma identificação direta de todos com o líder totalitário, sem qualquer real hierarquia de comando, de modo a não poder ser identificado com o tradicional autoritarismo.⁶²

O líder totalitário adquire conseqüentemente um poder absoluto, tendo como principal agente o chefe de polícia, que, entretanto, “aparentemente nunca está em posição de tomar o poder e tornar-se o governante do país”, já que “a multiplicidade das correias que acionam o sistema e a confusão da hierarquia asseguram a completa independência do ditador em relação a todos os subordinados e possibilitam as súbitas e surpreendentes mudanças de política . . . A estrutura política do país mantém-se à prova de choques exatamente por ser amorfa”. Isto significa também que a atomização social afeta todos os níveis de poder e não apenas a população subjugada, de modo que não se pode conceber o governo totalitário como um gangsterismo (como Neumann argumentava):

⁶⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 450.

⁶¹ *Ibid.*, p. 453.

⁶² *Ibid.*, p. 455.

A completa ausência de revoluções palacianas . . . [é] uma das indicações mais importantes de que o governo totalitário, não obstante todas as aparências, não é o governo de uma clique ou de uma gangue. As ditaduras de Hitler e de Stalin mostram claramente o fato de que o isolamento de indivíduos atomizados não apenas constitui a base para o domínio totalitário, mas é levado a efeito de modo a atingir o próprio topo da estrutura. Stalin fuzilou quase todos os que podiam dizer que pertenciam à clique governante, e trocou e retrocou os membros do Politburo sempre que uma clique estava a ponto de consolidar-se. Hitler . . . evitou a formação de cliques através de constantes transferências de poder e de autoridade, além de frequentes mudanças dos elementos íntimos que privavam do seu círculo imediato, de modo que toda a antiga solidariedade entre os que haviam chegado com ele ao poder desapareceu rapidamente.⁶³

Apesar desta multiplicação de cargos destruir todo senso de responsabilidade e competência, a real dificuldade que o amorfismo apresenta ao regime totalitário é que a sucessão do líder se torna “especialmente desconcertante e incômoda”, pois uma “nomeação válida e relativamente permanente implicaria a existência de um círculo cujos membros compartilhariam o monopólio do Líder no tocante ao saber do que acontece, coisa que o Líder tem de evitar por todos os meios . . . Num regime totalitário, conhecer o labirinto de correias transmissoras que põem o sistema a funcionar equivale a ter o poder supremo”.⁶⁴ Somente o líder totalitário deve ter pleno conhecimento do que se passa e de como seu poder está organizado, de modo a possuir o poder absoluto e não ter qualquer sucessor seguro.

Tudo gira em torno do movimento enquanto tal, que ganha autonomia e se torna seu próprio fim. Seu poder é assim gerado pela sua pura organização, e tudo o mais é utilizado apenas para fortalecê-lo. Como consequência o ditador totalitário em sua ambição de dominação global acaba se tornando um espoliador estrangeiro no seu próprio país:

Como um conquistador estrangeiro, o ditador totalitário vê as riquezas naturais e industriais de cada país, inclusive o seu, como fonte de pilhagem e como meio de preparar o próximo passo da expansão. Uma vez que a economia de sistemática espoliação é levada a cabo para o bem do movimento e não do país, nenhum povo e nenhum território, como beneficiário em potencial, pode constituir ponto de saturação para o processo. O ditador totalitário é como um conquistador estrangeiro que não vem de parte alguma; a sua pilhagem provavelmente não beneficiará a ninguém. A distribuição dos despojos não se destina a fortalecer a economia do seu país, mas é apenas uma manobra tática temporária. Para

⁶³Ibid., pp. 456–57.

⁶⁴Ibid., pp. 457–58.

4 A Teoria do Totalitarismo

fins econômicos, os regimes totalitários sentem-se tão à vontade em seus países como os gafanhotos. O fato de que o ditador totalitário governa o seu país como um conquistador estrangeiro torna as coisas ainda piores, pois acrescenta à crueldade uma eficácia que as tiranias certamente não alcançam nos territórios ocupados.⁶⁵

Esta “utopia da dominação global” nunca foi realizada pelos movimentos totalitários; mas, de acordo com Arendt, não é certo que não tenham sido bem sucedidos em sua outra grande ambição, a de “dominação total” dos indivíduos submetidos ao poder totalitário, pois, “embora teoricamente o domínio total seja possível apenas nas condições de domínio mundial, os regimes totalitários já demonstraram que essa parte da utopia totalitária pode ser realizada quase com perfeição, porque temporariamente independe de derrota ou vitória”.⁶⁶ Deste modo, ao mesmo tempo em que procuravam expandir seu poder continuamente por outros países, almejavam também reforçar sua dominação dentro do território dominado, tanto por meio do dismantelamento de toda proteção legal e estrutura social, quanto do terror e da doutrinação, para assim abolir todo resquício da “espontaneidade” humana, este que é o grande entrave à completa coerência ambicionada pelos movimentos totalitários. Ainda de acordo com a autora, tal aniquilamento completo da espontaneidade só é possível por meio do completo aterrorizamento e doutrinação nos campos de concentração:

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações. O problema é fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humana que se assemelhe a outras espécies animais, e cuja única “liberdade” consista em “preservar a espécie” . . .

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava um sino, mesmo que não tivesse fome, era um animal degenerado.⁶⁷

Se levarmos a sério as aspirações totalitárias e não nos deixamos iludir pela sensata afirmação de que são utópicas e irrealizáveis, veremos que a sociedade dos que estão prestes a morrer, criada nos campos, é a única forma de sociedade em que é possível dominar o homem completamente.

⁶⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 466-67.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 472.

⁶⁷ *Ibid.*, pp. 488-89.

Quem aspira ao domínio total deve liquidar no homem toda a espontaneidade, produto da existência da individualidade, e persegui-la em suas formas mais peculiares, por mais apolíticas e inocentes que sejam. O cão de Pavlov, o espécime humano reduzido às reações mais elementares, o feixe de reações que sempre pode ser liquidado e substituído por outros feixes de reações de comportamento exatamente igual, é o “cidadão” modelo do Estado totalitário; e esse cidadão não pode ser produzido de maneira perfeita a não ser nos campos de concentração.⁶⁸

Assim, os campos de concentração possuem um papel essencial no totalitarismo, pois, apesar de não desempenharem qualquer função econômica ou bélica significativa, “nenhuma outra de suas instituições é mais essencial para preservar o poder do regime. Sem os campos de concentração, sem o medo indefinido que inspiram e sem o treinamento muito definido que oferecem em matéria de domínio totalitário . . . o Estado totalitário não pode inspirar o fanatismo das suas tropas nem manter um povo inteiro em completa apatia”.⁶⁹ Somente nos campos de concentração a experiência de eliminação completa da espontaneidade humana é possível, de modo que eles “são não apenas **la société la plus totalitaire encore réalisé** (David Rousset), mas também o modelo social perfeito para o domínio total em geral”.⁷⁰ Os campos seriam ainda como que laboratórios onde “se demonstra a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível” por meio da organização, e o resultado deste laboratório foi a criação de “mortos vivos”, homens completamente destituídos de personalidade que se comportavam como marionetes numa existência sonambular, “homens inanimados, que já não podem ser compreendidos psicologicamente, cujo retorno ao mundo psicologicamente humano (ou inteligivelmente humano) se assemelha à ressurreição de Lázaro”.⁷¹ Seu resultado foi criar homens completamente supérfluos, reduzidos a um conjunto de comportamentos comuns sem qualquer individualidade ou característica que os distingua um dos outros.

Isto só seria, contudo, propriamente realizado naqueles campos mais extremos do regime nazista. Além destes, chamados de “infernos” por Arendt, há ainda as versões mais amenas, especialmente nos gulags soviéticos, nos quais o trabalho forçado aliava-se à desordem e descuido, chamados de “purgatórios” por Arendt, e os campos de concentração dos regimes não totalitários, verdadeiros “limbos” nos quais os homens indesejáveis são destinados para desaparecer.

Os três tipos têm uma coisa em comum: as massas humanas que eles detêm são tratadas como se já não existissem, como se o que sucedesse com

⁶⁸Ibid., p. 507.

⁶⁹Ibid.

⁷⁰Ibid., p. 489.

⁷¹Ibid., p. 491.

4 A Teoria do Totalitarismo

elas não pudesse interessar a ninguém, como se já estivessem mortas e algum espírito mau, tomado de alguma loucura, brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna

...

Essas analogias, repetidas nos relatos do mundo dos agonizantes, parecem ser mais que uma tentativa desesperada de exprimir o que está além da linguagem humana. Talvez nada melhor do que a perda da fé num Julgamento Final distinga tão radicalmente as massas modernas daquelas dos séculos passados: os piores elementos perderam o temor, os melhores perderam a esperança. Incapazes de viver sem temor e sem esperança, as massas são atraídas por qualquer esforço que pareça prometer uma imitação humana do Paraíso que desejaram e do Inferno que temeram. Do mesmo modo como a versão popularizada da sociedade sem classes de Marx tem uma estranha semelhança com a Era Messiânica, também a realidade dos campos de concentração lembra, antes de mais nada, as pinturas medievais do Inferno.⁷²

Além da diferença nos tipos de campos também há a diferença nos próprios tipos de internos, pois alguns são condenados devido a oposição política, outros são criminosos comuns, mas a grande maioria se trata de pessoas completamente inocentes, “pessoas que absolutamente nada fizeram que tivesse alguma ligação racional com o fato de terem sido presas, nem em sua consciência nem na consciência dos seus atormentadores . . . Esses grupos, inocentes em todos os sentidos, prestam-se melhor a experiências radicais de privação de direitos e destruição da pessoa jurídica e são, portanto, em qualidade e quantidade, a categoria mais essencial da população dos campos”. É absolutamente necessário que quaisquer pessoas possam se tornar vítimas deste sistema, pois a “limitação dessa perseguição arbitrária a certas opiniões de natureza religiosa ou política, . . . comportamento social, intelectual ou sexual, a certos ‘crimes’ recém-inventados, tornaria os campos supérfluos porque, a longo prazo, nenhuma atitude e nenhuma opinião resistem à ameaça de tanto horror; e, acima de tudo, criaria um novo sistema de justiça que, com alguma estabilidade, produziria inevitavelmente no homem uma nova pessoa jurídica a furtar-se ao domínio totalitário”.

Por isso para chegar a esta situação de dominação total os condenados tinham de passar por um processo de aniquilação da sua humanidade.⁷³ O primeiro passo era destituí-los de direitos, por meio da desnacionalização e completa exclusão do sistema legal, de modo a perderem toda personalidade jurídica. O segundo era matar a pessoa moral, seja pelo impedimento do mártir com a transformação da morte em algo anônimo e destituído de significado, seja pela

⁷² ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 497.

⁷³ *Ibid.*, pp. 498–504.

implicação dos próprios prisioneiros na administração e crimes do sistema, de modo que a cumplicidade era inevitável. O terceiro passo era aniquilar a própria individualidade, mesmo na aparência física, mas por muitos modos, já antes de chegarem aos campos no péssimo transporte em vagões de gado. O resultado final era a transformação do homem num animal, pois sua aniquilação da espontaneidade e individualidade significava uma verdadeira transformação da própria natureza humana:

O ato de matar a individualidade do homem, de destruir a sua singularidade, fruto da natureza, da vontade e do destino, a qual tornou-se uma premissa tão auto-evidente para todas as relações humanas que até mesmo gêmeos idênticos inspiram certa inquietude, cria um horror que de longe ultrapassa a ofensa da pessoa político-jurídica e o desespero da pessoa moral . . . A experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano, e que a “natureza” do homem só é “humana” na medida em que dá ao homem a possibilidade de tornar-se algo eminentemente não-natural, isto é, um homem.⁷⁴

Mas, enfim, qual a explicação dada por Arendt para todo este empenho infernal no aniquilamento da individualidade e espontaneidade, com sua criação de “horribéis marionetes com rostos de homem, todas com o mesmo comportamento do cão de Pavlov, todas reagindo com perfeita previsibilidade mesmo quando marcham para a morte”? A resposta da autora é que ele foi o resultado da necessidade paranóica da ideologia por coerência:

As ideologias somente são opiniões inócuas, arbitrárias e destituídas de crítica enquanto não se as leva a sério. Uma vez que se lhes toma literalmente a pretensão de validade total, tornam-se núcleos de sistemas de lógica nos quais, como nos sistemas dos paranóicos, tudo se segue compreensiva e até mesmo compulsoriamente, uma vez que se aceita a primeira premissa. A insanidade desses sistemas reside não apenas na primeira premissa, mas na própria lógica em que se baseiam. A curiosa lógica de todos os ismos, sua simplória confiança no valor salvador da devoção obstinada que não atende a fatores específicos e variados, já contém os primeiros germes do desprezo à realidade e aos fatos próprios do totalitarismo . . .

É principalmente em benefício desse supersentido, em benefício da completa coerência, que se torna necessário ao totalitarismo destruir todos os vestígios do que comumente chamamos de dignidade humana. Pois o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de

⁷⁴Ibid., p. 506.

4 A Teoria do Totalitarismo

mundos ou co-autores de um mundo comum. Nenhuma ideologia que vise à explicação de todos os eventos históricos do passado e o planejamento de todos os eventos futuros pode suportar a imprevisibilidade que advém do fato de que os homens são criativos, de que podem produzir algo novo que ninguém jamais previu.⁷⁵

Mas para que esta obsessão ideológica por coerência tenha conseguido ímpeto suficiente para vingar contra todo bom senso, fora necessário o surgimento das massas em quantidade suficiente, que em sua situação de desespero e desamparo eram atraídas pela promessa do mundo de coerência promulgada pela ideologia totalitária. Como diz a autora, as massas tendem a reforçar os movimentos totalitários devido ao fato de que eles “conjuram um mundo mentiroso de consistência que é mais adequado às necessidades da mente humana que a realidade ela mesma; no qual, por meio de pura imaginação, as massas desenraizadas podem se sentir em casa e são poupadas dos choques sem fim que a vida real e as experiências reais provocam nos seres humanos e suas expectativas”.⁷⁶ É esta situação psicossocial a principal explicação que a autora oferece para o vigor do totalitarismo.

4.4 IDEOLOGIA E TERROR

De todo modo, se as massas são um requisito para que os movimentos totalitários consigam força suficiente para tomar o poder e destruir toda a organização e solidariedade social, o resultado do terror totalitário não foi a mera desorganização e atomização social num nível sem precedentes, mas sim a formação de um “cinturão de ferro que . . . cinge [os homens] de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas”. O resultado do terror totalitário não seria assim “nenhuma ilegalidade arbitrária”, nenhum “poder despótico de um homem contra todos, e muito menos . . . uma guerra de todos contra todos”,⁷⁷ de modo que o totalitarismo não poderia ser compreendido como mais um caso do tradicional despotismo, com sua milenar ilegalidade e arbitrariedade.

Mas também por isso as ditaduras unipartidárias por si não constituiriam totalitarismo. Ao contrário do que na época argumentava Carl J. Friedrich, Arendt nega que os governos de Stalin e Hitler pudessem ser propriamente caracterizados como tais tipos de ditadura, pois independentemente “da

⁷⁵ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 509.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 402.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 518.

tradição especificamente nacional ou da fonte espiritual particular da sua ideologia, o governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial”, sempre operando “segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias — legais, morais, lógicas ou de bom senso — podia mais nos ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação”.⁷⁸ Apesar de rechaçar o modelo de ditadura unipartidária proposto por Carl Friedrich (que viria a se tornar o mais aceito durante a Guerra Fria), uma outra ideia presente na teoria de Friedrich foi adotada por Arendt: a ideia de que o totalitarismo se trata de uma nova forma de governo, nunca antes vista e irreduzível às formas tradicionalmente reconhecidas. Não obstante a pouca probabilidade do surgimento de uma nova forma de governo (dado que “são muito poucas; foram descobertas cedo, classificadas pelos gregos, e demonstraram rara longevidade”) e apesar de aparentar-se com o despotismo, o totalitarismo entretanto não era um domínio arbitrário e ilegal de um déspota, mas a implementação de uma forma de legalidade derivada da ideologia. Todo seu caráter destrutivo e violento não era resultado de alguma ambição pessoal de poder por Hitler ou Stalin, mas do fanatismo de fazer o mundo obedecer à coerência psicótica da ideologia.

Por isso, aliado ao terror, a ideologia adquire um papel muito importante na teoria arendtiana do totalitarismo. Contudo, Arendt atribui um sentido muito peculiar e restrito a ela, pois o que lhe importa não é uma mera “visão de mundo” — por mais abrangente ou falsa que seja —, mas o automatismo cognitivo, emancipado de todo impacto que a experiência possa proporcionar, que teria se tornado dominante na mentalidade totalitária. Este automatismo já estaria presente nas tentativas do século dezanove de encontrar “chaves de explicação da história” a partir das quais se pudesse deduzir todos os acontecimentos, mas no totalitarismo teria se emancipado mesmo da sua “ideia” particular, isto é, do conteúdo substantivo apregoado, para ficar apenas com sua forma logicista perversa:

Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma idéia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a “idéia” é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma “lei” adotada na explicação lógica da sua “idéia”. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico — os segredos do passado,

⁷⁸Ibid., p. 512.

4 A Teoria do Totalitarismo

as complexidades do presente, as incertezas do futuro — em virtude da lógica inerente de suas respectivas idéias . . .

A “idéia” de uma ideologia não é a essência eterna de Platão, vislumbrada pelos olhos da mente, nem o princípio regulador da razão, de Kant, mas passa a ser instrumento de explicação. Para uma ideologia, a história não é vista à luz de uma idéia (o que significaria ver a história sob forma de alguma eternidade ideal que, por si, está além do movimento histórico), mas como algo que pode ser calculado por ela. O que torna a “idéia” capaz dessa nova função é a sua própria “lógica”, que é um movimento decorrente da própria “idéia” e dispensa qualquer fator externo para colocá-la em atividade.⁷⁹

Este logicismo doentio seria particularmente saliente nos líderes totalitários:

Esses novos ideólogos totalitários distinguiram-se dos seus predecessores por já não serem atraídos basicamente pela “idéia” da ideologia — a luta de classes e a exploração dos trabalhadores, ou a luta de raças e a proteção dos povos germânicos — mas sim pelo processo lógico que dela pode ser deduzido. Segundo Stalin, nem a idéia nem a oratória mas “a força irresistível da lógica subjugava completamente o público” [de Lenin]. Verificou-se que a força, que Marx julgava surgir quando a idéia se apossava das massas, residia não na própria idéia, mas no seu processo lógico, que, “como um poderoso tentáculo, nos aperta por todos os lados, como num torno, e de cujo controle não temos a força de sair; ou nos entregamos, ou nos resignamos à mais completa derrota” . . .

Para a limitada mobilização das pessoas, que nem ele pode dispensar, o governante totalitário conta com a compulsão que nos impele para a frente; essa compulsão interna é a tirania da lógica, contra a qual nada se pode erguer senão a grande capacidade humana de começar algo novo . . .⁸⁰

De acordo com Arendt, este logicismo doentio tem um papel fundamental na dominação total ao impedir às pessoas de pensar, dado que “o pensamento, como a mais livre e a mais pura das atividades humanas, é exatamente o oposto do processo compulsório de dedução” e, do mesmo modo que o terror “arruína todas as relações entre os homens, também a autocompulsão do pensamento ideológico destrói toda relação com a realidade . . . O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção . . . e a diferença entre o verdadeiro e o falso”. Somente Stalin e Hitler teriam descoberto o potencial totalitário das ideologias, explorando-as como “armas, com as quais cada um dos seus governados podia obrigar-se a entrar em harmonia com o movimento

⁷⁹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 521.

⁸⁰ *Ibid.*, pp. 524–25.

do terror”, de modo que, “embora não acrescentassem um único pensamento novo às idéias e aos slogans de propaganda dos seus movimentos, só por isso merecem ser considerados ideólogos da maior importância”.⁸¹

A libertação do impacto de novas experiências se daria assim pela explicação de todo o acontecimento histórico a partir do apelo a leis trans-históricas, como a ideia de luta de classes ou de raças. Aliado ao terror, este domínio ideológico conseguia tornar efetiva a obstrução de qualquer desvio de pensamento e conduta de modo a atingir o domínio total. Mas de acordo com a autora este combate contra a independência se dava não apenas para proteger o movimento, como também para acelerar o suposto movimento natural da história, evitando que qualquer ação espontânea interferisse no seu transcurso natural. Como consequência a violência totalitária era vista como a mera execução de um decreto da própria Natureza ou História:

O terror total, a essência do regime totalitário, não existe a favor nem contra os homens. Sua suposta função é proporcionar às forças da natureza ou da história um meio de acelerar o seu movimento. Esse movimento, transcorrendo segundo a sua própria lei, não pode ser tolhido a longo prazo; no fim, a sua força se mostrará sempre mais poderosa que as mais poderosas forças engendradas pela ação e pela vontade do homem. Mas pode ser retardado, e é retardado quase inevitavelmente pela liberdade do homem . . . No cinturão de ferro do terror, que destrói a pluralidade dos homens e faz de todos aquele Um que invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza, encontrou-se um meio não apenas de libertar as forças históricas ou naturais, mas de imprimir-lhes uma velocidade que elas, por si mesmas, jamais atingiriam. Na prática, isso significa que o terror executa sem mais delongas as sentenças de morte que a Natureza supostamente pronunciou contra aquelas raças ou aqueles indivíduos que são “indignos de viver”, ou que a História decretou contra as “classes agonizantes”, sem esperar pelos processos mais lerdos e menos eficazes da própria história ou natureza.⁸²

O terror é assim a “realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura ‘estabilizar’ os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história . . . O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História”. E, justamente por o terror estar ligado ao movimento enquanto tal e não a qualquer objetivo substantivo particular, ele não poderia ter fim:

⁸¹Ibid., pp. 523–26.

⁸²Ibid., pp. 518–19.

4 A Teoria do Totalitarismo

A política totalitária, que passou a adotar a receita das ideologias, desmascarou a verdadeira natureza desses movimentos, na medida em que demonstrou claramente que o processo não podia ter fim. Se é lei da natureza eliminar tudo o que é nocivo e indigno de viver, a própria natureza seria eliminada quando não se pudessem encontrar novas categorias nocivas e indignas de viver; se é lei da história que, numa luta de classes, certas classes “fenecem”, a própria história humana chegaria ao fim se não se formassem novas classes que, por sua vez, pudessem “fenecer” nas mãos dos governantes totalitários. Em outras palavras, a lei de matar, pela qual os movimentos totalitários tomam e exercem o poder, permaneceria como lei do movimento mesmo que conseguissem submeter toda a humanidade ao seu domínio.⁸³

Com isto tudo Arendt pretende defender que o totalitarismo seria uma diferente forma de governo com uma essência própria. Nascido da própria “crise do nosso século”, ele não poderia ser concebido como “nenhuma ameaça de fora, nenhuma consequência de alguma política exterior agressiva da Alemanha ou da Rússia”, mas como uma resposta aos desafios existentes na sociedade contemporânea, permanecendo desta forma como uma possibilidade sua. Mas ao mesmo tempo não seria um mero arranjo fortuito e contingente de elementos díspares então existentes, mas algo com uma essência e natureza própria, de modo que as “formas inteiramente novas e inauditas da organização e do modo de agir do totalitarismo devem ter fundamento numa das poucas experiências básicas que os homens podem realizar quando vivem juntos e se interessam por assuntos públicos. Se existe uma experiência básica que encontre expressão no domínio totalitário, então . . . deve ser uma experiência que, por algum motivo, nunca antes havia servido como base para uma estrutura política, e cujo ânimo geral . . . nunca antes permeou e dirigiu o tratamento das coisas públicas”.⁸⁴

A autora ainda realça o caráter insólito da legalidade totalitária, muito diferente das formas tradicionais de legitimação do poder político, já que pretende implementar diretamente nas leis da Natureza ou da História, de forma a possuir maior legitimidade do que qualquer lei positiva. A diferença mais drástica da sua legalidade, contudo, é que ela não pretende estabelecer nem um consenso nem uma estrutura legal que possam servir de espaço para a conduta humana:

A legitimidade totalitária, desafiando a legalidade e pretendendo estabelecer diretamente o reino da justiça na terra, executa a lei da História ou da Natureza sem convertê-la em critérios de certo e errado que norteiem a conduta individual. Aplica a lei diretamente à humanidade, sem atender à

⁸³ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 516.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 513.

conduta dos homens. Espera que a lei da Natureza ou a lei da História, devidamente executada, engendre a humanidade como produto final; essa esperança — que está por trás da pretensão de governo global — é acalentada por todos os governos totalitários. A política totalitária afirma transformar a espécie humana em portadora ativa e inquebrantável de uma lei à qual os seres humanos somente passiva e relutantemente se submetem. Se é verdade que os monstruosos crimes dos regimes totalitários destruíram o elo de ligação entre os países totalitários e o mundo civilizado, também é verdade que esses crimes não foram consequência de simples agressividade, crueldade, guerra e traição, mas do rompimento consciente com aquele **consensus iuris** que, segundo Cícero, constitui um “povo”, e que, como lei internacional, tem constituído o mundo civilizado nos tempos modernos, na medida em que se mantém como pedra fundamental das relações internacionais, mesmo em tempos de guerra. Tanto o julgamento moral como a punição legal pressupõem esse consentimento básico; o criminoso só pode ser julgado com justiça porque faz parte do **consensus iuris**, e mesmo a lei revelada de Deus só pode funcionar entre os homens quando eles a ouvem e aceitam.

A esta altura, torna-se clara a diferença fundamental entre o conceito totalitário de lei e de todos os outros conceitos. A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio **consensus iuris**, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O seu desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer **consensus iuris** e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo.⁸⁵

Assim, enquanto tradicionalmente as leis tanto se assentavam quanto formavam um consenso jurídico e uma estrutura para a ação individual (mesmo quando se apelava ao direito natural ou divino como fontes do direito positivo), de modo que funcionavam primariamente “como elementos estabilizadores para os movimentos do homem, que são eternamente mutáveis”, a legalidade totalitária era uma “lei do movimento” incapaz de servir de baluarte à ação humana. Enquanto no governo legal tradicional “há a necessidade de leis positivas para converter e realizar o imutável **ius naturale** ou a eterna lei de Deus, em critérios de certo e errado” no “corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza”⁸⁶ sem deixar espaço para qualquer responsabilidade individual. Em vez, no totalitarismo todos os indivíduos se tornam ou vítimas ou meros carrascos do movimento histórico:

⁸⁵Ibid., p. 514.

⁸⁶Ibid., p. 516.

4 A Teoria do Totalitarismo

Nenhum princípio orientador da conduta que seja, ele próprio, extraído da esfera da ação humana, como a virtude, a honra ou o medo, é necessário ou pode servir para acionar um corpo político que já não emprega o terror como forma de intimidação, mas cuja essência é o próprio terror. Em seu lugar, o totalitarismo introduziu um princípio inteiramente novo no terreno das coisas públicas que dispensa inteiramente o desejo humano de agir, e atende à desesperada necessidade de alguma intuição da lei do movimento, segundo a qual o terror funciona e da qual, portanto, dependem todos os destinos pessoais.

Os habitantes de um país totalitário são arremessados e engolfados num processo da natureza ou da história para que se acelere o seu movimento; como tal, só podem ser carrascos ou vítimas da sua lei inseparável. O processo pode decidir que aqueles que hoje eliminam raças e indivíduos ou membros das classes agonizantes e dos povos decadentes serão amanhã os que devam ser imolados. Aquilo de que o sistema totalitário precisa para guiar a conduta dos seus súditos é um preparo para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação bilateral, que substitui o princípio de ação, é a ideologia.⁸⁷

Desta forma, tendo como essência o terror e como princípio de ação o logicismo psicótico da ideologia, o totalitarismo conseguiu destruir “a própria alternativa sobre a qual se baseiam, na filosofia política, todas as definições da essência dos governos, isto é, a alternativa entre o governo legal e o ilegal, entre o poder arbitrário e o poder legítimo”.⁸⁸

4.5 CONCLUDING REMARKS

O capítulo **Ideologia e Terror** consiste num ensaio escrito originalmente apenas em 1952 e acrescentado às edições posteriores de **Origens**, de modo que não constava na edição original de 1951. Em vez, no seu lugar constava um capítulo final intitulado **Concluding Remarks**, que, apesar de Arendt tê-lo descartado (incorporando algumas de suas discussões nos capítulos anteriores), apresenta entretanto pela primeira vez algumas das ideias que se tornariam importantes na sua obra futura.

Nele, Arendt particularmente discute a ideia de que o totalitarismo foi uma resposta à “crise do nosso século”, de modo que, apesar da sua destrutibilidade não parecer permiti-lo se tornar um regime sustentável, seria necessário

⁸⁷ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 520.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 513.

entendê-lo a fundo para compreender a situação do mundo contemporâneo como um todo:

[A dificuldade dos regimes totalitários em conquistar simpatia nos países conquistados] parece indicar que o totalitarismo irá um dia simplesmente desaparecer, deixando nenhum traço na história da humanidade além de povos exaustos, caos econômicos e sociais, vácuos políticos e uma **tabula rasa** espiritual. Pode até ser que nossa geração viverá o suficiente para ver um tempo em que seja permitido esquecer as covas de oblição [**holes of oblivion**], a manufatura em massa de cadáveres e que pecados maiores que o assassinato tenham existido. A futilidade do totalitarismo no longo prazo é um aspecto tão essencial do fenômeno quanto a comicidade ofensiva dos dogmas para os quais ele é preparado para cometer suas atrocidades. A tragédia, porém, é que esta futilidade e esta comicidade estão mais profundamente ligadas à crise deste século e são mais importantes para as suas verdadeiras perplexidades que os esforços bem intencionados do mundo não totalitário em proteger o **status quo**. É não apenas a solidariedade humana que nos comanda a entender as covas de oblição e o mundo dos agonizantes como as questões centrais de nossa vida política; o fato é que os verdadeiros problemas de nosso tempo não podem ser entendidos, muito menos solucionados, sem o reconhecimento que o totalitarismo se tornou a maldição deste século somente porque ele tratou tão terrivelmente dos seus problemas.⁸⁹

Quais são estes problemas? Do que trata esta “crise do nosso século”? A resposta oferecida por Arendt é que teria havido um “colapso da tradição ocidental”, visível no forte cinismo e niilismo do início do século vinte, que punha em questão toda forma de solidariedade e fraternidade humana:

Seria prudente realizar que eles [os campos de concentração] são mais do que meros instrumentos de terror, que sua falta de sentido anti-utilitária corresponde muito bem à mentalidade cínica de homens que, tendo perdido sua fé religiosa, estão convencidos de que não há sentido na vida e nenhuma diferença entre crime e virtude. A experiência básica e os sofrimentos básicos de nosso tempo ocorrem numa atmosfera onde a inocência está para além da virtude e a culpa além do crime. Os campos de extermínio — onde tudo era um incidente além do controle tanto das vítimas quanto dos opressores, onde os opressores de hoje seriam as vítimas de amanhã — criaram uma igualdade monstruosa sem fraternidade e sem humanidade, uma igualdade da qual cães e gatos poderiam facilmente participar, e na qual nós vemos como num espelho a imagem horrível da superfluidade.⁹⁰

Segundo a autora, não vivemos mais num mundo onde “a fé no mito judaico-cristão da criação esteja suficientemente segura para constituir uma base e

⁸⁹ ARENDT, *The Origins of Totalitarianism*, p. 430.

⁹⁰ *Ibid.*

4 A Teoria do Totalitarismo

fonte de autoridade para leis efetivas, e certamente não podemos mais acreditar, como faziam os grandes homens da Revolução Francesa, em um cosmos universal do qual o homem era uma parte e cujas leis naturais tinham de imitar e se conformar”. Deste modo, o totalitarismo teria mostrado a todos “que não apenas esta ou aquela forma de governo tinha se tornado antiquada ou que certos valores e tradições tinham de ser reconsiderados, mas que a totalidade de quase três milênios de civilização ocidental . . . tinha se rompido”.⁹¹

No modo como Arendt apresenta, a autoridade e ordem social na tradição ocidental era fundamentada não só nas crenças religiosas tradicionais numa Era de Ouro, Paraíso perdido ou pecado original a serem restaurados ou redimidos, como também mais recentemente da concepção iluminista da história como um processo de “educação da humanidade”:

[A origem humana], transcendendo o processo histórico, foi [tradicionalmente] procurada numa tentativa de encontrar um sentido último para os sofrimentos históricos [**historical hazards**], um sentido que, porque se encontrava nos primórdios, parecia estar seguro, e assegurava o sentido independentemente dos esforços incertos dos homens e os caprichos imprevisíveis da sorte. Esta era a função da pressuposição grega de que houve uma Era de Ouro da qual toda a história foi um declínio gradual; ou das hipóteses orientais de que um mal absoluto era a fonte das coisas humanas, a partir das quais a redenção poderia emergir . . . ; ou do mito hebraico de que um Paraíso perdido seria redescoberto na Era Messiânica . . . ; ou do mito cristão de que um pecado original precisava de todo o curso da história como seu caminho necessário para a salvação.

. . . as revoluções francesa e americana fizeram uma tentativa fraca e desajeitada de chegar a um conceito radicalmente novo, não da história humana mas de seu sentido último. De acordo com elas, a história era uma “educação da humanidade” (como Lessing o pôs), seu crescimento e desenvolvimento da infância até a maturidade, que acabaria com o estabelecimento firme e universal de uma humanidade adulta, [a história] iria desvanecer, por assim dizer, como o Estado de Marx e Lenin. E foi desta base iluminista que o conceito de direitos humanos pôde ser proclamado. Os direitos humanos seriam independentes dos direitos históricos, seriam dados com a natureza humana enquanto tal. A nova e solenemente proclamada dignidade do homem se devia a que ele tinha chegado à maturidade e se tornado independente do mandamento de Deus e sua tradição histórica, depois de ter sido conduzido do mesmo modo como uma criança é conduzida por seu pai.⁹²

⁹¹ ARENDT, *The Origins of Totalitarianism*, p. 434.

⁹² *Ibid.*, p. 435.

O cinismo e niilismo dominante no totalitarismo teria sido resultado do enfraquecimento destas crenças, particularmente da convicção de que o homem fazia parte de uma ordem cósmica a cujas leis deveria se conformar. De acordo com Arendt, ao menos em parte este enfraquecimento era um resultado da própria pretensão iluminista de autonomia humana plena, por ela ter provocado nos últimos séculos uma espécie de “ressentimento” contra tudo o que fosse meramente dado e independente da vontade humana. Como resultado, todos os critérios de justiça e moralidade, virtude e correção, acabaram por se tornar incertos:

Quão grande é nossa calamidade pode ser medida pelo fato que para realizar mesmo uma tarefa tão simples quanto a prevenção de assassinatos somos forçados a duvidar da existência inquestionada dos dogmas básicos da moralidade sobre os quais a completa estrutura de nossas vidas se assenta e que nenhum dos grandes revolucionários, de Robespierre a Lenin, jamais questionou seriamente. Não podemos mais acreditar com Lenin que “o povo gradualmente se tornará acostumado a observar as regras elementares da vida social que foram . . . repetidas por milhares de anos” (*O Estado e a Revolução*) e devemos conseqüentemente tentar aquilo que o grande senso comum de Burke achava impossível: “novas descobertas . . . em moralidade . . . ou em ideias de liberdade” (*Reflexões sobre a Revolução na França*). O problema é que se não tentarmos fazer isto, há muitas indicações que a ralé, que em mais de uma vez durante os últimos cinquenta anos provou sua habilidade de ler os sinais dos tempos, irá assumir o controle e destruir onde formos incapazes de construir. Pois o primeiro resultado desastroso da chegada do homem à maturidade é que o homem moderno passou a ressentir tudo que seja meramente dado, mesmo sua própria existência — ressentir o mesmo fato de que ele não é o criador do universo e de si mesmo. Neste ressentimento fundamental, ele recusa ver rima ou razão no mundo dado. Neste ressentimento de todas as leis meramente dadas, ele proclama abertamente que tudo é permitido e acredita secretamente que tudo é possível. E já que ele sabe que é um ser criador de leis, e que sua tarefa, de acordo com todos os padrões da história passada, é “sobre-humana”, ele ressent mesmo suas convicções niilísticas, como se fossem impostas a ele por alguma brincadeira cruel do diabo.⁹³

Nossa situação contemporânea seria assim esta “desconfiança de todas as leis e preceitos, morais ou sociais, que sejam deduzidas de uma totalidade dada, compreensiva e universal”, o que envolve todas “as fontes de autoridade da lei e questiona os objetivos últimos das organizações e comunidades políticas”, de modo que precisaríamos encontrar “uma nova fundação para a comunidade humana enquanto tal”. Por isso, Arendt pretende propor um tal novo

⁹³Ibid., p. 438.

4 A Teoria do Totalitarismo

fundamento, não como um fim da história, mas como “seu primeiro começo conscientemente planejado, juntamente com a consciência amarga de que nada nos foi prometido, nenhuma Era Messiânica, nenhuma sociedade sem classes, nenhum paraíso após a morte”.⁹⁴

A proposta arendtiana é uma nova fundação do direito, em especial dos direitos humanos, não mais sobre a base de alguma suposta dignidade inata, mas da própria existência e mútua dependência dos homens nas diversas comunidades políticas. Com a crescente interligação e povoamento da terra, a humanidade poderia finalmente deixar de ser “somente um conceito ou um ideal” para se tornar uma realidade política, e de fato “ocupar a posição anteriormente atribuída à natureza ou história”. A comunidade internacional assim poderia assumir parte de “algumas das responsabilidades factuais partilhadas pelos membros de toda comunidade nacional por todos os feitos e malfeitos cometidos em seus nomes”.⁹⁵

A nova fundamentação dos direitos humanos se daria sobre a base da pertença a uma comunidade humana específica, aquilo que noutros textos ela chegou a chamar de um “direito a ter direitos”, isto é, o direito à cidadania, sem o qual qualquer pretensão de direito natural se torna fútil:

Somente um começo conscientemente planejado da história, somente uma nova organização política conscientemente concebida, irá finalmente ser capaz de reintegrar estes que em números cada vez maiores estão sendo expelidos da humanidade e apartados da condição humana [i.e., os apátridas]. O reconhecimento de um crime contra a humanidade não irá, por si, conseguir liberdade ou justiça, pois estas são as preocupações da luta diária de todos os cidadãos; ele só pode garantir a participação de todos os homens na luta. O conceito de direitos humanos pode adquirir significado de novo somente se eles forem redefinidos como o direito à condição humana ela própria, que depende do pertencimento a alguma comunidade humana, o direito de nunca ser dependente de alguma dignidade humana inata, que **de fato**, para além de sua garantia por outros colegas humanos, não só não existe como é o último e possivelmente mais arrogante mito por nós inventado em toda nossa longa história.⁹⁶

A autora clamava assim pelo reconhecimento do direito à cidadania como o direito humano fundamental, a partir do qual os próprios indivíduos poderiam se engajar na luta em suas comunidades por mais direitos, justiça e liberdade. Mas mesmo este direito humano dependeria para sua efetivação de uma organização internacional que visasse garanti-lo, pois este direito humano “só

⁹⁴ ARENDT, *The Origins of Totalitarianism*, p. 436.

⁹⁵ *Ibid.*

⁹⁶ *Ibid.*, p. 439.

pode existir por meio de acordo e garantia mútuos. Transcendendo os direitos do cidadão — o direito do homem à cidadania — este direito é o único que pode, e só pode, ser garantido pela comunidade de nações”.

Nesta discussão, a autora chega, porém, a insinuar uma reflexão que viria a constituir um importante aspecto do seu pensamento futuro: a ideia da “pluralidade” como condição humana elementar.

A única condição dada para o estabelecimento de direitos é a pluralidade dos homens; direitos existem porque nós habitamos a terra em comum com outros homens. Nenhum comando divino, derivado da criação do homem à imagem de Deus, e nenhuma lei natural, derivada da “natureza” humana, são suficientes para o estabelecimento de uma nova lei na terra, pois os direitos emergem da pluralidade humana, e o comando divino ou a lei natural seriam verdadeiros mesmo se existisse um único ser humano.⁹⁷

Este é provavelmente o primeiro traço da filosofia política que a autora viria a desenvolver ao longo da década de 1950. Aqui, porém, se reduz a uma breve sugestão que ainda precisaria de alguns anos de desenvolvimento para ganhar corpo na sua teoria da **vita activa** em **A Condição Humana**.

⁹⁷Ibid., p. 437.

5 O ENIGMA RUSSO: ARENDT E A REVOLUÇÃO RUSSA

Deve ser óbvio a qualquer leitor de Arendt o fato da autora não ter qualquer entusiasmo pela Revolução Russa de 1917, pelo menos no que tange o seu desenrolar sob a condução bolchevique. Qual seria exatamente seu desgosto, porém, pode não ser imediatamente claro, dado o amplo leque de questões suscitadas, a relação equívoca de Arendt para com Lenin (e mais amplamente o marxismo e a esquerda) e, principalmente, sua teoria do totalitarismo. Ainda mais, devido ao uso excêntrico e inexplicado do termo “bolchevismo” pela autora, o leitor de seus textos pode ficar com a forte mas equivocada impressão de que para ela o movimento bolchevique seria desde o princípio totalitário. Ainda mais, em alguns textos a partir de meados da década de 1960 a autora acabou adotando a posição de não considerar mais como totalitário o regime soviético após a morte de Stalin. Por isso, tematizar o modo como Arendt via o regime soviético em geral, e, em especial, sua relação com Lenin e o marxismo, acaba servindo para realçar certos traços da sua teoria do totalitarismo. Por isso, neste capítulo responderemos às seguintes questões: quando exatamente se inicia o regime totalitário na Rússia? Quando exatamente o movimento bolchevique se torna um movimento totalitário? Por outro lado, quando deixa de existir o totalitarismo naquele país, se é que deixa? Parte destas questões não tem resposta clara numa primeira leitura de **Origens do Totalitarismo**, apesar da sua importância para uma devida apreciação da sua teoria do totalitarismo como um todo. Mas, também por este motivo, no final abordaremos o modo como a autora via mais propriamente a Revolução Russa, aquele que foi, nas suas próprias palavras, o evento de “maior importância e consequências” no século vinte.

Devido ao amplo uso do termo ao longo da Guerra Fria para atacar não só a União Soviética em particular, como também o “comunismo” (e mesmo o “marxismo” e a “esquerda”) em geral, a noção de totalitarismo se popularizou com uma conotação política de contornos difusos e polêmicos, apesar de absolutamente negativo. Aliado a isto, o fato da própria Arendt ter adquirido o desgosto antiesquerdista emergido entre os intelectuais americanos com o início da Guerra Fria durante a segunda metade da década de 1940 — desgosto

este que viria a se expressar de diversas formas nos seus textos posteriores — faz com que seus próprios leitores também frequentemente acabem utilizando o termo “totalitarismo” de forma difusa para atacar o “comunismo” e o “marxismo”. Entretanto, como mostraremos a seguir, Arendt tem uma compreensão bem peculiar desta noção que a obriga a fazer um uso muito restrito seu — ao ponto de, por exemplo, o regime comunista cubano, e talvez mesmo o chinês, de forma alguma poder ser dito totalitário. Quanto ao regime soviético, como mostraremos, é somente o período estalinista que se encaixa em sua compreensão do totalitarismo.

Enquanto anteriormente ao estabelecimento da Guerra Fria o termo “totalitarismo” tinha um sentido bem mais indefinido, a partir de então se tornou praticamente unânime seu uso para identificar como essencialmente iguais os regimes soviético e nazi (e, às vezes, dependendo do autor, também o fascista italiano e outras ditaduras). Nesta forma, este termo possui um caráter altamente especulativo, decorrente da tentativa de descobrir a “essência” comum a este “tipo” de regime. Arendt, similarmente a alguns outros teóricos do período, tais como Carl Joachim Friedrich e Eric Voegelin, seguiu esta tendência, partilhando com eles a ideia de que o totalitarismo seria uma nova forma de governo nunca antes vista e altamente dependente da situação peculiar das sociedades contemporâneas. Enquanto na teoria de Friedrich (a mais aceita durante a Guerra Fria) o totalitarismo seria fundamentalmente uma ditadura unipartidária com uma ideologia oficial e na de Voegelin ele seria uma espécie de religião substituída proveniente do processo moderno de secularização, Arendt o liga mais intimamente ao “domínio total”, alcançado com o “terror absoluto” plenamente realizado apenas nos campos de concentração e decorrente do combate à “espontaneidade humana” provocado por certo “logicismo” doentio de suas ideologias. Apesar da autora considerar haver uma variedade de “elementos” em jogo no totalitarismo, um dos principais fatores para o seu vigor seria certa necessidade psicossocial de coerência particularmente saliente devido à situação de completa vulnerabilidade na qual se encontravam as massas emergidas com a desestruturação da sociedade burguesa. O totalitarismo teria como meta a criação artificial de um “mundo mentiroso de consistência” e uma transformação da “natureza humana” por meio do terror indiscriminado para combater a instabilidade que a espontaneidade humana constantemente cria.

Contudo,¹ enquanto na academia americana da década de 1950 a ideia de totalitarismo teve uma ampla aceitação, durante as décadas de 1960 e 1970 ela foi fortemente questionada, em parte devido às mudanças de disposição da

¹Sigo neste parágrafo a introdução de SIEGEL, *The Totalitarian Paradigm after the End of Communism*.

própria sociedade e academia americana (passado o temor vermelho e a política macartista, emergia então a nova esquerda, os movimentos de contracultura e os protestos contra a Guerra do Vietnã), mas também devido às transformações do regime soviético, agora em grande medida “estabilizado”, sem os frequentes e gigantes expurgos e deportações do período estalinista. As diversas teorias do totalitarismo foram incapazes de prever esta “estabilização”, pois defendiam existir uma instabilidade inerente e incontrolável em tais regimes (mostraremos isto no caso de Arendt, mas o mesmo ocorre em Friedrich). Por estas razões, muitos acadêmicos a partir de meados da década de 1960 tenderam a abandonar a noção de totalitarismo, procurando principalmente nas teorias da modernização uma explicação alternativa para o desenvolvimento soviético. De acordo com estas teorias, o caráter violento e conturbado do período estalinista teria sido resultado essencialmente da tentativa de industrializar muito rapidamente e de forma desajeitada um país economicamente atrasado como a Rússia. Por outro lado, alguns dos teóricos do totalitarismo tentaram preservar a noção de totalitarismo adaptando-a às novas circunstâncias; Friedrich, por exemplo, passou a criticar a ênfase anteriormente dada ao terror, passando a restringi-lo a um momento excepcional da história deste tipo de regime.² A reação de Hannah Arendt, por sua vez, como mostraremos na próxima seção, foi a de defender não ser mais a União Soviética um regime totalitário. (Nas décadas de 1980 e 1990 o conceito de totalitarismo voltaria a ganhar força na academia americana, em grande medida por influência dos próprios dissidentes soviéticos, que na década de 1970 passaram crescentemente a utilizá-lo para atacar os diversos regimes comunistas como um todo, depois de terem abandonado a ideia do “socialismo com rosto humano” e adotado a ideia dos direitos humanos e da sociedade civil.)

5.1 DESTINOS DO TOTALITARISMO

Escrita nos últimos anos da década de 1940 e publicada originalmente em 1951, ainda durante o governo de Stalin, **Origens do Totalitarismo** não tinha como abordar esta questão de um possível término do totalitarismo na sua primeira edição. Contudo, nas edições posteriores há pelo dois momentos nos quais ela é tematizada: no ensaio **Imperialismo Totalitário: reflexões sobre a Revolução Húngara** (escrito e acrescentado como epílogo à segunda edição inglesa em 1958) e no prefácio da terceira edição (de 1966).

²Ver o prefácio à segunda edição de FRIEDRICH e BRZEZINSKI, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*.

Em **Imperialismo Totalitário**, Arendt trabalha com a ideia de que a União Soviética continuava sendo um regime totalitário, mesmo havendo cinco anos desde a morte de Stalin e dois desde o discurso “secreto” de Khrushchev. A autora então via um valor ambíguo nas diferenças emergidas (como a procura da liderança por popularidade, a autocrítica, as tentativas de descentralização e a maior importância do exército frente à polícia) e pensava serem um “recuo tático” devido à disputa pela liderança e a “dificuldades objetivas” como a escassez de mão de obra e a emergência da China como potência independente. Como ela afirma, havia “indicações de que Khrushchev deliberadamente deixou bem abertas as portas tanto para o restabelecimento do terror completo quanto para a recorrência de super-expurgos”.³ Neste ensaio Arendt descreve a dominação russa do leste europeu como um sistema de satélites resultante da tendência expansionista inerente no totalitarismo — diretamente derivada do chamado “imperialismo continental” existente no movimento pan-eslavo —, mas que, com a formação da Guerra Fria, estava barrada pela delimitação de esferas de influência com a disputa com os Estados Unidos. Os distúrbios surgidos daqueles anos teriam ocorrido “em países cujas experiências com a dominação total foram bem curtas. Não antes de 1949 foram os países satélites bolchevizados, mesmo superficialmente, e o processo foi interrompido em 1953 pela morte de Stalin e o período subsequente de degelo”, de modo que nestes países “a habilidade do povo de distinguir entre verdade e mentira no nível elementar dos fatos permanece intacta; a opressão, assim, é sentida pelo que ela é e a liberdade demandada” — contrariamente ao que ocorria no interior da Rússia, cujos intelectuais, segundo a autora, pareciam ter dificuldade até de reclamar pela verdade, e nem sequer sonhavam em liberdade de pensamento.⁴ Por mais que em alguns momentos Arendt chegue a considerar a possibilidade de estar havendo transformações significativas no regime russo, a sua conclusão é enfática:

É principalmente esta diferença na reação aos desenvolvimentos [provocados pela crise de sucessão] na Rússia que explica certas características das condições presentes nos países satélites, e esta diversidade se deve a certos fracassos do imperialismo totalitário; ela não indica um estágio novo e mais promissor no seu desenvolvimento . . . , nem na direção de um despotismo esclarecido nem doutra forma de ditadura. Se os eventos dramáticos da Revolução Húngara mostram algo, no melhor dos casos são os perigos que podem surgir da ilegalidade e ausência de forma inerente na sua incapacidade de resolver o problema da sucessão. Se estes sinais de perigo prometem algo, é muito mais um colapso súbito e dramático do regime inteiro do que uma normalização gradual.⁵

³ ARENDT, “Totalitarian Imperialism”, p. 15.

⁴ *Ibid.*, pp. 24–26.

⁵ *Ibid.*, pp. 42–43.

Uma “normalização gradual” é, porém, o que a autora posteriormente viria a defender ter ocorrido com a morte de Stalin. No prefácio da terceira edição de **Origens** — de 1966, oito anos após o ensaio sobre o levante húngaro — ela introduz sua nova posição,⁶ pois não só afirma eufemisticamente que o ensaio sobre o levante húngaro estava “superado em muitos detalhes” (motivo pelo qual foi retirado das novas edições), como diz também que a morte de Stalin “foi seguida não apenas de uma crise de sucessão e de um temporário ‘degelo’, até que um novo líder se houvesse afirmado, mas de um autêntico, se bem que sinuoso e equívoco, processo de destotalitarização” e que o governo totalitário “terminou na Rússia com a morte de Stalin, da mesma forma como o totalitarismo terminou na Alemanha com a morte de Hitler”. Khrushchev até que tentou reverter o processo de destotalitarização com sua “lei contra os parasitas sociais que poderia . . . [reestabelecer] as deportações em massa, . . . o trabalho escravo em grande escala e . . . uma nova onda de denúncias em massa”, mas ele foi barrado por juristas, de modo a se poder dizer que “o povo da União Soviética emergiu do pesadelo do governo totalitário para as muitas privações, perigos e injustiças da ditadura unipartidária”. Interessantemente, Arendt passou a ver no próprio modo como os russos lidaram com o levante húngaro uma forte razão para negar que o regime soviético continuava sendo totalitário:

Embora a operação militar fosse seguida da execução dos líderes e da prisão de milhares de pessoas, não houve nenhuma deportação em massa; de fato, não houve qualquer tentativa de despovoar o país. E, como se tratava de uma operação militar, e não de uma ação policial, os soviéticos puderam mandar para o país derrotado o auxílio necessário para evitar a fome em massa e adiar um completo colapso da economia no ano que se seguiu à revolução.⁷

Esta ideia de que o regime soviético não era mais totalitário a autora voltou a defender numa conferência ministrada em 1972, intitulada **Estalinismo em Retrospecto**.⁸ Ao ser questionada por Zbigniew Brzezinski (colaborador próximo de Carl Friedrich) por ter defendido que seria errônea a impressão dada pelo termo “estalinismo” de que se poderia “criar uma teoria derivada dos ditos e feitos de Stalin”, Arendt mais uma vez enfatizou as diferenças existentes entre o período estalinista e o pós-estalinista:

O professor Zbigniew Brzezinski . . . sugeriu que . . . o estalinismo de fato merecia o [sufixo] “ismo” já que ele criou um sistema político que estava sendo bem duradouro. De fato, o sistema perdurava por vinte anos

⁶Ver ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, pp. 340, 348–51.

⁷Ibid., p. 350.

⁸Cuja ata está presente em ARENDT, “Stalinism in Retrospect”.

desde a morte de Stalin . . . Na resposta, a professora Arendt discordou veementemente da sugestão do professor Brzezinski de que o regime que se seguiu à morte de Stalin era o mesmo. Ela mencionou os modos muito diferentes pelos quais os seguintes fenômenos teriam sido abordados pelo regime de Stalin: 1) a Revolução Húngara e suas conseqüências; 2) os acontecimentos na Checoslováquia em 1968; 3) o surgimento da samizdat [a literatura dissidente soviética]. Ainda mais, ela notou que a categoria de “inimigo objetivo” tinha desaparecido e que na Rússia contemporânea as pessoas têm de fazer **algo** para serem perseguidas, contrariamente ao padrão do período estalinista. A samizdat sugere que existe uma oposição real e “bem viva” na Rússia — algo inexistente durante os anos de Stalin. Estamos lidando agora com um tipo diferente de despotismo na Rússia, continuou a professora Arendt. Apesar de crimes ainda serem cometidos pelo Estado, eles são racionais e por princípios utilitários. A diferença parece ser enorme.⁹

Enfim, frente à questão de como considerar a Rússia pós-estalinista, Arendt acabou por adotar a posição de caracterizá-la como não mais totalitária, desta forma evitando as atitudes mais comuns na época de, ou descartar o termo pura e simplesmente, ou tentar preservar seu uso por meio de modificações — o que, se tomarmos o caso de Friedrich como referência, provavelmente teria exigido mudanças profundas em sua teoria, dada a importância fundamental do terror nela. De todo modo, ao que parece, a compreensão de Arendt a respeito do totalitarismo não passou intocada por este período, já que em alguns textos destes anos a autora enfatizou muito acentuadamente o papel pessoal de Stalin na existência do totalitarismo. Como mostraremos nas seções seguintes, tanto nesta conferência de 1972 sobre o estalinismo, quanto num seminário de 1967 sobre a Revolução Russa, Arendt contrastou muito fortemente os papéis de Lenin e Stalin na história russa.

5.2 ORIGENS DO TOTALITARISMO

Já no prefácio da terceira edição de *Origens*, Arendt via no ressurgimento das artes o “sinal mais evidente de que a União Soviética já não se pode mais chamar totalitária no estrito sentido do termo”,¹⁰ contudo, nesta conferência de 1972 sobre o estalinismo, ela defende que os livros *Deixe a História Julgar* de Roy Medvedev, *Esperança contra Esperança* de Nadezhda Mandelstam e *O Primeiro Círculo* de Alexander Solzhenitsyn, “apesar de não mudarem nada

⁹ ARENDT, “Stalinism in Retrospect”, p. 5.

¹⁰ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 250.

teoricamente, mudam o gosto inteiro do período para os teóricos ocidentais” e de alguma forma põem em questão a “tendência ocidental” de construir “modelos de totalitarismo ou outros sistemas”. Devido à brevidade do documento é difícil saber ao certo o que ela pensava — teria a autora no final da vida alguma dúvida sobre sua própria teoria do totalitarismo? —, mas tais livros de alguma forma teriam lançado uma nova luz sobre aquilo que era, “na realidade, um hospício”, ao enfatizar o elemento de “pura criminalidade” dos acontecimentos. De acordo com a autora, enquanto no regime nazi a tortura tinha perdido seu caráter utilitário e passado a ser exercida “por princípio”, no período estalinista a “criminalidade” assumiu este papel, borrando a distinção entre carrasco e vítima, quando se exigiu de toda a população “reconhecer um inimigo do partido, não importa quão bem mascarado ele possa estar”. É como se Stalin tivesse comandado “deves preferir falso testemunho contra teu próximo” e implicado toda a população com seu terror indiscriminado.

Ao que parece, Arendt acreditava ter sido fundamentalmente o dote organizacional de Stalin e um certo caráter “niilista” e “cínico” seu o principal fator para o “caráter malvado [evil] do estalinismo”. Ainda mais, Stalin esposou a ideologia comunista porque ele “não poderia ter trabalhado no ambiente no qual por acaso se encontrava durante o início da revolução etc. sem esposar esta ideologia em particular”, porém ele não fez o que fez por causa dela. A ideia de que os fins justificam os meios até “poderia, possivelmente, ser uma explicação **parcial** para as pessoas que **ajudaram** Stalin — mas **não para o Stalin ele mesmo**. Stalin . . . não queria abolir nada — ele era completamente cínico . . . Stalin não acreditava no comunismo” (grifos no original). A autora diz que com sua ênfase no papel pessoal de Stalin queria enfatizar “o fator da ação humana . . . em comparação com as grandes forças da história”, contrapondo-se ao que alega ser uma tendência marxista de menosprezar o “fator subjetivo”. Por partilharem desta tendência e serem incapazes de julgar seriamente a história em termos de maldade e bondade, “os revolucionários na Rússia eram provavelmente as últimas pessoas no mundo capazes de julgar corretamente a pura maldade do regime, . . . [algo] também difícil para nós ainda hoje”.

Esta nova e forte ênfase no caráter maligno de Stalin é uma óbvia influência dos autores da **samizdat**, que na época via de regra enfatizaram a responsabilidade pessoal da liderança soviética (e não o “comunismo”, o “marxismo” ou qualquer tendência histórica maior, como era frequente fazer nos países ocidentais). Contudo, esta ênfase seguramente também está ligada ao interesse maior pela moralidade e responsabilidade pessoal desenvolvido por Arendt a partir do caso Eichmann (apesar de Stalin nada ter da banalidade filisteia encontrada pela autora naquele funcionário nacional-socialista: a maldade de Stalin é uma maldade cínica, não uma irrefletida, carente de pensamento). Esta mudança de

ênfase, contudo, acaba provocando um forte contraste com seus textos da década de 1950, já que neles sua discussão via de regra girava em torno dos diversos “elementos” componentes e da “forma” do totalitarismo, o que minimizava a responsabilidade pessoal de Stalin e realçava os processos históricos e sociais pertinentes. É difícil dizer ao certo quais as consequências desta mudança de ênfase e em que medida ela de fato “não muda nada teoricamente”, tal como alega a autora — até porque é algo análoga à disputa então incipiente nos estudos sobre o holocausto entre as assim chamadas correntes intencionalista e estruturalista/funcionalista, que tinham não apenas “gostos”, mas também pressupostos teóricos bem conflitantes.

Uma mudança significativa, contudo, é o fato de Arendt agora estar disposta a opor muito explícita e drasticamente o período leninista ao estalinista:

A professora Arendt também explicou que estes três livros [de Medvedev, Mandelstam e Solzhenitsyn] desfazem uma série de teorias sobre Stalin, incluindo as seguintes: 1) que Stalin era necessário para unir o país; 2) que Stalin era necessário para unir o partido comunista, cronicamente suscetível a rupturas; 3) que Stalin era necessário para a industrialização; 4) que Stalin (e o estalinismo) era uma necessidade fixa da revolução; e 5) que o estalinismo era o resultado do leninismo . . .

A professora Arendt notou que se perguntarmos pelas chances do surgimento de tais líderes malvados, as especificidades da Revolução Russa têm muito pouco a ver com elas. Com relação a estas especificidades, a professora Arendt sugeriu que Stalin representa muito mais o sucesso de Rasputin do que de Lenin. É óbvio, ela notou, que em tempos de crise qualquer coisa pode acontecer — e a revolução é a maior crise na vida de uma nação . . . Porém, acreditar que Stalin seja a continuidade lógica do que Lenin iniciou é “completamente equivocado” . . . O desastre completo do estalinismo . . . representou uma ruptura total na continuidade do regime.¹¹

A rigor esta posição não é uma tese nova, pois Arendt defendia desde seus textos iniciais sobre o assunto que o totalitarismo teria se iniciado na União Soviética com a ascensão de Stalin. Porém esta ideia tendia a ficar obscurecida em meio à sua descrição da estrutura dos movimentos e regimes totalitários com seus processos e elementos históricos abrangentes, além do papel complexo da ideologia e do uso pouco claro pela autora do termo “bolchevismo”, que parecia designar aquele partido inteiro, desde seus momentos iniciais sob a liderança de Lenin.

Ao mesmo tempo em que enfatizava a importância da ideologia no totalitarismo, Arendt, porém, variava a descrição do seu papel, ora enfatizando seu aspecto

¹¹ ARENDT, “Stalinism in Retrospect”, pp. 4–5.

conspirativo,¹² ora enfatizando seu caráter cientificista e pretensamente capaz de explicar todos os acontecimentos a partir de leis trans-históricas.¹³ É, contudo, nos textos imediatamente posteriores à primeira edição de **Origens** (ou seja, do início da década de 1950, em pleno **red scare** e macartismo) onde a autora mais enfatizou o papel da ideologia como ligação entre a política estalinista e o movimento comunista anterior. Um ano após a publicação de **Origens**, Arendt conseguiu uma bolsa da Fundação Guggenheim para pesquisar o que dizia ser os “elementos totalitários do marxismo”, que teriam sido “plenamente realizados quando o interesse das classes trabalhadoras e a causa da revolução foram abandonados em prol da realização global de uma ideologia com a ajuda de uma polícia secreta e do Exército Vermelho”.¹⁴ No ensaio **Ideologia e Terror: uma nova forma de governo**, escrito durante esta pesquisa sobre o marxismo, publicado primeiramente em 1953 e acrescentado às edições posteriores de **Origens**, Arendt enfatizou o caráter puramente dinâmico da ideologia, introduzindo a ideia de “lei do movimento”, e defendeu que o terror seria sua pura e simples realização. Como ela diz, “o terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento”. Nas obras de Marx e Darwin estaria presente esta transformação da noção de lei, que tradicionalmente significava alguma estrutura de estabilidade e então teria passado a significar um simples processo e movimento. O objetivo do terror seria “tornar possível à força da natureza ou da história [tal qual concebida pelas ideologias] propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea” e a “política totalitária, que passou a adotar a receita das ideologias, desmascarou a verdadeira natureza desses movimentos [totalitários], na medida em que demonstrou claramente que o processo não podia ter fim”.¹⁵

O ensaio **Ideologia e Terror** é provavelmente o trecho mais lido e debatido de **Origens**, o que leva muitos leitores e intérpretes a dar uma ênfase excessiva ao papel da doutrina marxista (e em algum grau da darwinista) na teoria arendtiana do totalitarismo. Isto em certa medida também se deve à nossa situação contemporânea, que em grande medida se limita a vilificar o marxismo sem qualquer ponderação e procura em Arendt uma teoria política alternativa. Entretanto, a complexidade da teoria arendtiana do totalitarismo, sua pretensão de apenas descrever “elementos” que não poderiam ser tidos como “causas” suas e, particularmente, o uso e transformações que, de acordo com a autora, Stalin teria promovido na ideologia para conquistar o “domínio total” qualificam bastante o papel do marxismo em sua teoria. Por o “domínio total” ser essencial à teoria arendtiana do totalitarismo, um aspecto central destacado pela autora

¹² ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, pp. 383, 400, 411ss, 437.

¹³ *Ibid.*, p. 395, 434, 510.

¹⁴ ARENDT, “Totalitarian Elements in Marxism”, pp. 2–3.

¹⁵ ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, pp. 516–17.

na ideologia é o seu caráter conformista, que exigiria de seus aderentes uma “lealdade total” similar ao “princípio da liderança” nazi. Mesmo em **Ideologia e Terror**, texto no qual a autora mais explicitamente ataca a doutrina marxista, o que Arendt destaca na obra de Marx é uma suposta ideia de lei como processo sem fim que estaria presente na sua obra, que de alguma forma teria sido utilizada por Stalin para justificar a manutenção indefinida do terror contra grupos sempre novos. A consequência é que, mesmo ao discutir o papel da ideologia, o importante não é tanto o conjunto de **teorias** marxistas sobre a história e a sociedade, mas um certo uso autoritário e arbitrário seu, ou melhor, um uso justificador da obediência absoluta à vontade da liderança, qualquer que ela seja.¹⁶

Outro ponto problemático na teoria arendtiana do totalitarismo é o uso nunca explicado do termo “bolchevismo”, que à primeira vista parece abranger todo o movimento bolchevique, desde seu princípio, apesar de num olhar mais atento seu sentido ser mais próximo do que comumente se denomina por “estalinismo” — um termo ausente nos textos arendtianos da década de 1950. A autora por algum motivo não via o equivalente do nazismo no “estalinismo”, mas no “bolchevismo”; talvez por a impessoalidade e generalidade deste último termo (um neologismo derivado de **bolshinstvo**, “maioria” em russo) mais bem se adequar à sua tese de que o regime estalinista não era uma tirania tradicional e que ele continuaria a existir mesmo após Stalin deixar o poder (uma ideia que, como vimos, a autora deixou de defender a partir de meados da década de 1960, quando também começou a falar em “estalinismo”).

A peculiaridade do seu uso do termo “bolchevismo” pode ser vista a partir de algumas afirmações estranhas, como quando a autora diz que, “na década de 20, foram formuladas as ideologias do fascismo, bolchevismo e nazismo”,¹⁷ com o que talvez tenha em mente a formulação por Stalin do “marxismo-leninismo” enquanto corpo doutrinário definido; ou quando diz que “o nazismo e o bolchevismo devem mais ao pangermanismo e ao pan-eslavismo (respectivamente) do que a qualquer outra ideologia ou movimento político”.¹⁸ Esta última afirmação apresenta um importante aspecto da sua compreensão do totalitarismo que viria a desempenhar um papel essencial no seu ensaio de 1958 sobre o levante húngaro. Neste ensaio a autora descreve o domínio soviético sobre os países do leste europeu como fundamentalmente uma forma de “imperialismo totalitário”, derivado do “imperialismo continental” presente nos antigos movimentos pan-nacionalistas alemão e eslavo, justificando esta caracterização com base em duas transmissões radiofônicas húngaras que denunciavam o

¹⁶Cf. ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, p. 414.

¹⁷Ibid., p. 376.

¹⁸Ibid., p. 253.

uso “do comunismo como pretexto para expandir o imperialismo russo” e reafirmando sua ideia de que o bolchevismo “deve um grande débito ao . . . pan-eslavismo em matéria de ideologia e organização”.¹⁹ Arendt ainda diz que “tem sido sempre um erro medir a ameaça do totalitarismo pelo conflito relativamente inofensivo entre uma sociedade comunista e uma capitalista e negligenciar a contradição explosiva entre a ficção totalitária e o mundo cotidiano de facticidade no qual vivemos”.²⁰ Tamanha ênfase na importância do pan-eslavismo e no rechaço da discussão sobre o “comunismo” só pode fazer algum sentido a partir do uso do nacionalismo russo por Stalin a partir de meados da década de 1930, apesar da ênfase completamente fora de proporção por Arendt.²¹ Talvez tenha também alguma influência a controversa tentativa arendtiana de excluir da política as ditas “questões sociais” — o que inclusive a levou a denegrir completamente o papel dos trabalhadores e das motivações econômicas no levante húngaro, e mais amplamente nos conselhos revolucionários em geral.²² O que, entretanto, não fica claro é qual seria esta dependência ideológica e organizacional que o bolchevismo teria para com o pan-eslavismo. Em *Origens*, Arendt descrevia o pan-nacionalismo como uma tentativa de emulação do “imperialismo ultramarino” e da emancipação nacional em países que não tinham condições de competir por mar, nem formar Estados nacionais autônomos — a autora lembra que foi na Áustria e não na Alemanha onde o pangermanismo mais se desenvolveu²³ —, tendo conseqüentemente de apelar à ideologia racial não só para justificar a remodelação das fronteiras existentes com base em princípios étnicos, como também para dominar os povos vizinhos. Esta conexão com o pan-nacionalismo, que no caso nazi é visível e inegável, no caso bolchevique é de difícil estabelecimento.

Há, porém, o seguinte trecho no qual está realçada uma possível conexão vista pela autora:

Enquanto o imperialismo ultramar ofereceu panaceias suficientemente reais para os resíduos de todas as classes, o imperialismo continental nada tinha a oferecer senão uma ideologia e um movimento . . . Mesmo assim isto foi o suficiente numa época que preferia uma chave para a história à ação política, quando os homens no meio da desintegração comunal e da atomização social queriam pertencer [a algo] a qualquer custo. Similarmente, a distinção de uma pele clara, cujas vantagens num ambiente negro ou pardo são facilmente compreensíveis [?], pôde ser

¹⁹ ARENDT, “Totalitarian Imperialism”, pp. 34, 37.

²⁰ *Ibid.*, p. 22.

²¹ Ver UTECHIN, *Russian Political Thought*, pp. 253ss.

²² Para duas boas contraposições, ver LOMAX, “The Working Class in the Hungarian Revolution of 1956”; MEDEARIS, “Lost or Obscured”.

²³ Cf. ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 258.

perfeitamente igualada por uma distinção puramente imaginária entre uma alma oriental ou ocidental, ariana ou não-ariana. O ponto é que uma ideologia bastante complicada e uma organização que não servia a qualquer interesse imediato mostraram-se mais atrativas que vantagens tangíveis e convicções triviais.²⁴

O apelo a comunidades e distinções imaginárias serviu como substituto para as decadentes comunidades reais e os conflitos e problemas nelas existentes. A ideologia aparece assim como um substituto da realidade, ou, como Arendt diz noutra trecho, “um mundo mentiroso de consistência que é mais adequado às necessidades da mente humana que a realidade ela mesma”.²⁵ Creio ser esta ênfase no caráter puramente ficcional e coerente da ideologia que permite à autora associar o “bolchevismo” ao pan-eslavismo, mesmo que o racismo e o etnocentrismo não desempenhem qualquer papel no primeiro e a relação entre os dois movimentos ter sido no mínimo antagonica (os pan-eslavistas eram uma das forças componentes do Exército Branco na luta contra o Vermelho).

Mas desta forma ainda permanece a questão de estabelecer o caráter ficcional e “coerentista” do bolchevismo, e mais amplamente do marxismo, pois Arendt repetidas vezes defende a existência da luta de classes²⁶ e defende que os diversos partidos socialistas eram partidos genuinamente revolucionários e realmente engajados na defesa dos interesses dos trabalhadores — como fica claro no seguinte trecho da sua aula **Ideologia e Propaganda**, ministrada em 1950:

Na Rússia Soviética . . . um movimento totalitário teve de ser criado artificialmente a partir das condições de uma ditadura unipartidária, enquanto ao mesmo tempo os partidos comunistas no exterior, intimamente ligados ao partido russo e profundamente admirados com a Revolução de Outubro, precisaram ser transformados, a partir de partidos revolucionários nacionais claramente representando os interesses das classes trabalhadoras, em um movimento totalitário supra-nacional centralmente direcionado. Esta transformação foi parcialmente levada a cabo sob a dita política do Front Popular, quando as portas de todos os partidos comunistas foram escancaradas para as massas em desintegração dos Estados nacionais da Europa Ocidental e quando o partido russo, com a expansão dos seus quadros partidários, destituiu a velha elite revolucionária dos seus privilégios morais e práticos. Grosso modo, a partir de 1930 Stalin deslocou o sistema inteiro de partidos comunistas, dentro e fora da Rússia, da sua

²⁴ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 256.

²⁵ *Ibid.*, p. 402.

²⁶ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 21, 45, 55, 61, 182, 262, 369, “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought”, p. 275; HILL, *The Recovery of the Public World*, p. 323.

base classista anterior para a nova base de massa, que é um dos requisitos para a existência de um movimento totalitário.²⁷

Por a autora associar fortemente a “ideologia totalitária” à ficção e mentira, fica difícil associá-la à “ideologia” marxista quando os movimentos socialistas estavam realmente engajados na luta de classes e defesa dos interesses dos trabalhadores.

Como quer que seja, na citação acima fica explícito que foi com Stalin que o movimento bolchevique se tornou totalitário. Em outro trecho, Arendt alega que os “movimentos totalitários são organizações de massa com indivíduos atomizados e isolados . . . [exigindo] lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual”, o que só se pode esperar de “seres-humanos completamente isolados, que, desprovidos de quaisquer outros laços sociais com família, amigos, camaradas ou mesmo simples conhecidos, derivam o senso de terem um lugar no mundo somente pelo seu pertencimento a um movimento, sua filiação ao partido”. Esta situação Stalin teve de criar “artificialmente” quando já detinha o poder: “onde o governo totalitário não é preparado por um movimento totalitário (como foi o caso da Rússia em contraposição com a Alemanha nazista), o movimento tem de ser organizado depois, e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar a lealdade total que é a base psicológica do domínio total”.²⁸

Este ponto não recebe o devido destaque pela autora em *Origens*, pois ela trabalha longamente, nas seções **O Movimento Totalitário** e **O Totalitarismo no Poder**,²⁹ com a distinção de dois períodos do totalitarismo, o primeiro constituído pelo movimento totalitário antes de tomar o poder e o segundo resultante do estabelecimento do regime totalitário pelo movimento quando este toma o poder, deixando assim a impressão de que mesmo na Rússia teria existido um movimento totalitário anterior ao regime totalitário. Mas, ao que parece, no caso “bolchevique” este período anterior à tomada do poder diz respeito apenas à conduta dos diversos partidos comunistas fora da Rússia sob a direção do Kremlin a partir da política do Front Popular no início dos anos 1930, isto é, com o estalinismo, e não ao partido bolchevique desde sua criação em 1903 até a ascensão de Stalin.

De todo modo, o totalitarismo requer uma lealdade total dos indivíduos ao movimento e seu regime, o que só é possível se eles forem “atomizados” por meio da dissolução de todos os grupos e classes, algo que vinha acontecendo “naturalmente” na Alemanha com a crise dos anos 1920, mas que Stalin teve de

²⁷ ARENDT, “Ideology and Propaganda”, pp. 3–4.

²⁸ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 373.

²⁹ *Ibid.*, pp. 390–511.

provocar “artificialmente” na Rússia quando conquistou o poder, especialmente por meio da reversão da Nova Política Econômica (NEP) de Lenin, que fortalecia classes (e, juntamente com outras medidas, nacionalidades) durante estes mesmos anos 1920:

Durante os anos iniciais da ditadura comunista, novas classes emergiram; as reformas agrárias fizeram emergir uma nova classe camponesa; a Nova Política Econômica estimulou o primeiro ressurgimento de uma nova classe média; e a maquinaria partidária com todos os seus privilégios e na posse firme da maquinaria estatal desenvolveu uma burocracia claramente em vias de se tornar uma classe toda própria. Nenhuma destas classes mostrava qualquer sinal de agonia quando Stalin, sob o pretexto de que elas estavam “morrendo” de qualquer forma, começou a exterminar uma após a outra: primeiro a mais fraca, a classe média urbana da NEP, então os camponeses no assassinato por atacado provocado pela fome artificial no início dos anos 1930, a seguir os trabalhadores enquanto classe por meio do sistema Stakhanov, e finalmente, começando com os Processos de Moscou, a burocracia partidária. Os elementos moribundos da sociedade pós-revolucionária russa não eram as classes, que, ao contrário, mostravam toda a vitalidade de uma nova ordem social, mas as massas pré-revolucionárias russas. Esta nova estratificação era um dos maiores obstáculos à ditadura totalitária de Stalin.³⁰

Isto significa que Stalin teve de provocar uma reversão profunda das tendências existentes na Rússia para estabelecer o totalitarismo. No prefácio da terceira edição de *Origens*, Arendt ainda diz que “existia uma alternativa óbvia para a tomada do poder por Stalin e a sua transformação da ditadura unipartidária em domínio total, e essa alternativa era a continuação da Nova Política Econômica tal como havia sido iniciada por Lenin”,³¹ antecipando uma tese que viria a se tornar famosa nos estudos sobre a União Soviética com as obras do historiador Stephen F. Cohen, para quem a defesa da NEP e disputa com Stalin feita pelo carismático Nikolai Bukharin (certa vez descrito por Lenin como “o maior e mais importante teórico . . . com razão tido como o favorito do partido inteiro”) não só representava uma alternativa real ao terror estalinista como também poderia ter dado um caráter “humanista” ao regime soviético como um todo.³²

De qualquer forma, que para Arendt não houvesse totalitarismo, mesmo que incipiente, antes da ascensão de Stalin obviamente não significa que para ela não havia absolutamente qualquer ligação ou responsabilidade dos atores e do regime político anterior ao vigor do estalinismo. Como veremos a seguir, em

³⁰ ARENDT, “Ideology and Propaganda”, pp. 4–5; ver também ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, pp. 368–69.

³¹ ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 346.

³² Ver COHEN, *Soviet Fates and Lost Alternatives*; e COHEN, *Bukharin and the Soviet Revolution*.

particular o apelo impudente de Lenin à violência e o pouco caso com a legalidade são tidos pela autora como os elementos fundamentais que permitiram a Stalin almejar e conquistar seu “domínio total”.

5.3 A REVOLUÇÃO TRAÍDA

Assim como com Marx, apesar de em geral seu tom ser predominantemente depreciativo, em alguns momentos Arendt demonstra uma avaliação mais ambivalente e às vezes mesmo uma admiração inusitada de Lenin. Ela, que o tinha como um dos grandes estadistas do século vinte, deplorava suas convicções marxistas, via de regra as acusando pelo que considerava serem suas más escolhas e as opondo às suas boas escolhas, de modo a torná-las o centro de suas críticas ao líder bolchevique. A dificuldade, contudo, está em que a autora em diferentes momentos apresenta diferentes avaliações não só de Lenin, como também de Hegel e Marx, às vezes os implicando no terror estalinista, às vezes os inocentando de toda culpa.

O fato da autora em alguns trechos fazer uma oposição drástica e cristalina entre os períodos leninista e estalinista, enquanto em outros não parecer distingui-los, torna difícil uma avaliação abrangente e equilibrada não só da sua visão do totalitarismo na Rússia, como também mesmo de sua relação com a tradição marxista como um todo — tradição esta com a qual manteve uma relação no mínimo conturbada. Não só seu marido Blücher fora membro da Liga Spartacus, além de sua mãe uma profunda admiradora de Luxemburgo, como também muitos de seus amigos durante seu exílio na França durante os anos 1930, como Benjamin, Brecht, Arnold Zweig e Sartre, tinham um envolvimento significativo com o ideário socialista. Aliás, se for verdade o que Gershom G. Scholem escreveu numa carta de 1968 a Hans Paeschke, após ter rompido sua amizade com Arendt por causa da polêmica em torno de Eichmann, é bem possível que Arendt ela mesma tenha tido nos anos de exílio alguma simpatia socialista: “conheci Hannah Arendt quando ela era uma socialista e meio-comunista e . . . sionista. Fico espantado com sua habilidade de se pronunciar sobre movimentos dos quais ela anteriormente estava tão profundamente engajada, em termos de uma distância medida em anos-luz e de uma altura tão soberana”.³³ Arendt, porém, quando inquirida sobre o assunto numa discussão em 1972, negou qualquer comprometimento: “Nunca fui uma socialista. Nunca fui uma comunista. Venho de um contexto socialista. Meus pais eram socialistas. Mas eu, eu mesma, nunca. Nunca quis nada do tipo”.³⁴

³³SCHOLEM, *A Life in Letters, 1914–1982*, p. 434.

³⁴HILL, *The Recovery of the Public World*, p. 334.

De todo modo, qualquer que tenha sido sua relação com o ideário socialista nos anos de exílio, a partir do final da década de 1940, mas principalmente com a década de 1950, o tom animoso e crítico diante do marxismo se tornaria dominante em seus textos.

Apesar de alegar ter na “arte de fazer distinções” uma espécie de método filosófico,³⁵ Arendt sustenta filosoficamente sua polêmica contra a corrente de pensamento hegel-marxista numa ojeriza ao termo “necessidade”, numa forma ambígua (por significar tanto a carência animal quanto a não contingência) e dicotômica, de modo a chegar a imputar o caráter aparentemente incontrolável e despropositado da violência revolucionária não só à tradição de pensamento de esquerda como um todo, como também à própria preocupação com os problemas sociais enquanto tal. Em vários textos seus, uma feroz necessidade da natureza aparece como incompatível com uma frágil liberdade humana, de modo que qualquer tentativa de relaxar a dicotomia entre as duas aparece como uma ameaça à liberdade e ao que há de mais elevado na existência humana.

Um exemplo disto é **Sobre a Revolução**,³⁶ onde a autora defende que o terror emergido nas revoluções francesa e russa devia-se à tentativa de solucionar “a questão social” pela via política. Mais especificamente, enquanto o terror francês teria resultado da compaixão e do combate à hipocrisia daqueles que não se comiseravam com os **malheureux**, o terror revolucionário na Rússia estaria ligado a questões mais propriamente ideológicas e burocráticas:

Os expurgos no Partido Bolchevique, antes da ascensão ao poder, foram motivados sobretudo por diferenças ideológicas; neste sentido, a ligação entre terror e ideologia estava evidente desde o começo. Depois de subir ao poder, e ainda sob a liderança de Lenin, o partido institucionalizou os expurgos como maneira de conter o abuso e a incompetência da burocracia no governo. Esses dois tipos de expurgos eram diferentes, mas tinham uma coisa em comum: ambos se guiavam pelo conceito de necessidade histórica, cujo curso era determinado pelo movimento e pelo contramovimento, pela revolução e pela contrarrevolução, de forma que certos “crimes” contra a revolução precisavam ser detectados mesmo que não se soubesse de nenhum criminoso que pudesse tê-los cometido. O conceito de “inimigo objetivo”, de importância tão fundamental para os expurgos e os arremedos de processos no mundo bolchevique, estava totalmente ausente da Revolução Francesa, bem como o conceito de necessidade histórica, que, como vimos, brotou não tanto das experiências e reflexões dos homens da revolução, mas das tentativas daqueles [i.e. Hegel] que queriam entender e aceitar uma cadeia de acontecimentos que tinham observado de fora,

³⁵ HILL, *The Recovery of the Public World*, pp. 337–39.

³⁶ ARENDT, *Sobre a Revolução*, especialmente pp. 78ss, 154ss.

como um espetáculo. O “terror da virtude” de Robespierre era terrível, sem dúvida; mas sempre se dirigiu contra um inimigo oculto e um vício oculto. Não se dirigiu contra pessoas que, mesmo do ponto de vista do dirigente revolucionário, eram inocentes. Era uma questão de arrancar a máscara do traidor disfarçado, e não de colocar a máscara de traidor em pessoas escolhidas arbitrariamente, a fim de criar as personificações exigidas na pantomima sangrenta de um movimento dialético.³⁷

É visível neste trecho a mescla de três processos muito diferentes, igualmente rotulados de “terror”: primeiro, a supressão de genuínas divergências ideológicas (são mencionadas apenas as expulsões dentro do partido, mas é muito característica a repressão e perseguição de grupos não bolcheviques); segundo, o combate à incompetência burocrática (discutido, por exemplo, no último texto de Lenin, **Antes Menos, Mas Melhor**); mas também, por terceiro, uma perseguição de pessoas completamente inocentes supostamente apenas porque a concepção bolchevique da história exigia existir uma reação contra-revolucionária. Não é claro se com este terceiro processo a autora tem em mente o “terror por quota” dos anos de Stalin — quando inegavelmente muita gente comum e absolutamente inocente foi presa e acusada de conspiração das formas mais arbitrárias, e que Arendt defende ser a forma propriamente totalitária de terror — ou se se refere à rotulação de contra-revolucionários a todos os que entrassem em atrito com os bolcheviques já nos primeiros anos — um processo por ela tido em alguns textos como muito diferente do anterior,³⁸ mas que neste trecho não parece distinguir.

Não exploraremos aqui este tipo de acusação difusa (e ao nosso ver mal formulada) presente em certos textos mais famosos como **Sobre a Revolução** ou **A Condição Humana**. Em vez, a seguir apresentaremos uma discussão sua sobre a Revolução Russa, por ocasião de um congresso em 1967,³⁹ na qual Arendt se detém mais detidamente no papel do ideário marxista nas decisões de Lenin, que nos permite uma noção mais desenvolvida do modo como a autora considerava a Revolução Russa.

Neste seu comentário sobre a Revolução Russa são destacados pela autora duas ideias centrais no pensamento leninista que teriam impactado muito negativamente a configuração do regime soviético; uma é a ideia do Estado como basicamente um instrumento de opressão classista, o que teria autorizado um uso impudente da violência; e outra é a compreensão do comunismo como uma pura “administração das coisas” sem governo e política, que Arendt pensa ter contribuído para a burocratização do regime:

³⁷ *Ibid.*, pp. 140–41.

³⁸ Por exemplo, ARENDT, **Origens do Totalitarismo**, pp. 26, 515–17.

³⁹ Disponível em ARENDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s *The Uses of Revolution*”.

O Estado era para ele [Lenin] primariamente um aparato repressivo, um meio de opressão da classe dominante. Era para ele uma coisa natural que a tomada do poder estatal significaria que este aparato opressivo mudaria de mãos, mas não a sua natureza. O Estado agora funcionaria para o benefício de outra classe e iria finalmente desvanecer quando esta classe tivesse construído uma sociedade sem classes. Neste momento, a administração das coisas de Engels substituiria o Estado. E o que pode ser esta administração de coisas se não um aparato burocrático gigantesco? Se para o período de transição uma ditadura do proletariado é necessária — e a própria escolha da palavra ditadura por Marx e seus seguidores tinha o sentido de indicar seu caráter provisório — e se o Estado era entendido como nada além de um monopólio dos meios de violência nas mãos da classe dominante, não poderia então toda medida repressiva e o terror ele mesmo ser sempre justificado simplesmente dizendo [nas palavras de Lenin] “enquanto houver Estado, não haverá liberdade; quando houver liberdade não haverá Estado”. E se este período transitório deve ser usado para preparar este próximo estágio, o estágio do socialismo quando a administração de coisas terá substituído o Estado, não seria então lógico e quase inevitável que uma burocracia viria à existência e cresceria sem controle lado a lado com o terror da ditadura? Não é óbvio que prisões ficarão superlotadas e dispositivos e instituições coercitivos se proliferarão se o Estado for tomado por homens que estão sinceramente convencidos de que o poder estatal é constituído “por formações especiais de homens armados” que têm ao seu dispor “prisões e instituições coercitivas de todo tipo”. Em outras palavras, foi precisamente porque Lenin definiu o Estado “como um aparato de violência sistemática para subjugar o povo ao seu poder”, isto é, precisamente porque ele partilhava com Marx a compreensão basicamente anarquista do Estado, que o seu Estado, uma vez compreendida sua necessidade, se tornou uma tirania autocraticamente governada. E foi porque ele acreditou na administração das coisas de Engels que a tarefa gigantesca de construir o socialismo, isto é, de industrialização e eletrificação neste país atrasado que por tanto tempo sofreu sob um governo despótico, tão rápida e irremediavelmente se emaranhou em incompetência e protocolo burocrático [red tape].⁴⁰

É justamente o ímpeto republicano e democrático-participativo de Arendt a razão fundamental para sua acusação contra o caráter fundamentalmente anarquista do marxismo, presente tanto na definição do Estado com instrumento de opressão classista quanto na ideia do comunismo como uma sociedade sem governo e política. Enquanto para muitos teóricos (não só marxistas, como também liberais, anarquistas etc.) o Estado e a política são vistos como símbolos de dominação e violência, Arendt via em ambos uma parte essencial da existência propriamente humana, cuja perda significaria uma perda

⁴⁰ ARENDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s *The Uses of Revolution*”, p. 9.

da própria liberdade. Vários são os textos seus que abordam o assunto, mas há em particular uma reflexão no seu diário de pensamentos que expressa sucintamente seu contraponto:

Não é tão seguro que Marx não tivesse razão quando disse que o Estado iria desvanecer. O propriamente estatal-político, nomeadamente tomar decisões e agir, é cada vez mais substituído pela pura administração. A “humanidade socializada” precisa cada vez mais apenas de administração; decidir e agir são tão automatizados que não mais ocorrem; no lugar da decisão surge o princípio da aplicação.⁴¹

Aparentemente, com “princípio de aplicação” (**das Prinzip des Anwendens**, no original alemão) a autora quer dizer que a burocracia fundamentalmente “aplica” regras e procedimentos estabelecidos, enquanto a política seria o lugar no qual as “decisões” e “ações” são propriamente tomadas (quicá também para estabelecer ou abolir as regras, procedimentos e leis a serem aplicadas burocraticamente), o que envolve a faculdade do juízo e de deliberação que, na apropriação arendtiana de Kant, não é ela mesma regulada por leis.⁴² Assim entendida, a política — e o Estado, que são praticamente identificados pela autora na expressão “o propriamente estatal-político” (**das eigentlich Staatlich-politische**, no original) — é compreendida como o lugar onde ocorre este processo deliberativo (e talvez “decisionista”); processo este sempre existente e necessário, como ela defende num debate de 1972:

a vida muda constantemente, e as coisas estão constantemente aí para serem discutidas . . . Há coisas para as quais as medidas exatas podem ser descobertas. Estas coisas podem ser realmente administradas e não são então sujeitas ao debate público. O debate público só pode lidar com coisas que — se quisermos pôr negativamente — não podemos descobrir com certeza. Doutro modo, se pudermos descobrir com certeza, por que então teríamos de nos reunir?⁴³

Para Arendt, sempre haverá situações e problemas novos a serem resolvidos, mas que, por serem de interesse comum e não terem solução técnica óbvia, deveriam ser discutidos publicamente.

A autora utiliza neste debate a contraposição entre política e administração para defender sua tentativa de excluir do âmbito político as ditas “questões sociais”, que, segundo alega, teriam um tal caráter técnico e administrativo. Tal tese nos parece equivocada por, ao contrário do que Arendt alega, também as questões relativas à economia e ao bem estar social rotineiramente não

⁴¹ ARENDT, *Denktagebuch*, p. 444.

⁴² Ver ARENDT, *Lições sobre a Filosofia Política de Kant*.

⁴³ HILL, *The Recovery of the Public World*, p. 316.

têm respostas incontroversas, motivo pelo qual são objetos de frequentes e acalorados debates públicos. Basta tomar os casos do aborto, da eutanásia e do casamento homoafetivo, que lidam com a vida tanto íntima quanto orgânica (e até econômica, como no caso no casamento homoafetivo, cuja legalização expande o direito a heranças, seguros e outros benefícios legais aos casais homossexuais), para se perceber o quão polêmicos e passíveis de discussão são. Quem vai dizer que não os devemos tratar politicamente?

De todo modo, apesar de infelizmente ser dominante nos seus textos a contraposição entre política vs. social, a contraposição (ao nosso ver mais interessante) entre política vs. administração é o ponto fundamental na crítica anteriormente apresentada aos bolcheviques. Qual o papel da democracia, seja na sociedade comunista plenamente desenvolvida, seja na sua formação?

Para voltarmos ao seu comentário sobre a Revolução Russa, Arendt toma como referência básica **O Estado e a Revolução**, texto no qual Lenin defende existir uma democracia plenamente desenvolvida apenas num estágio intermediário do estabelecimento do comunismo, depois de terem sido suprimidas a opressão classista e a democracia burguesa (excludente, limitada a uma minoria da população), mas antes da população ter corrigido a perversão de caráter provocada pelos séculos de conflito e exploração. Sua tese é que, quando esta perversão de caráter for corrigida, nenhum governo, nem sequer democrático, será mais necessário, pois as pessoas espontaneamente observarão as “regras elementares do convívio social”. Como ele próprio diz:

Somente na sociedade comunista, quando a resistência dos capitalistas houver desaparecido, quando não houver classes (i.e., quando não houver a distinção entre os membros da sociedade no que diz respeito à sua relação com os meios sociais de produção), somente então [nas palavras de Engels] “o Estado . . . cessa de existir”, e “se torna possível falar em liberdade”. Somente então uma democracia realmente completa se tornará possível e realizada, uma democracia sem absolutamente quaisquer exceções. E somente então a democracia começará a desvanecer, devido ao simples fato que, libertas da escravidão capitalista, dos horrores, selvageria, absurdidades e infâmias incontáveis da exploração capitalista, as pessoas se tornarão gradualmente acostumadas a observar as regras elementares do convívio social, já conhecidas há séculos e repetidas por milhares de anos em todas as máximas livrescas. As pessoas se tornarão acostumadas a observá-las sem força, sem coerção, sem subordinação, sem os aparatos especiais de coerção chamados de Estado.⁴⁴

No comunismo, quando finalmente for corrigida a depravação socialmente provocada, desaparecem o Estado e a democracia como forma de governo; a

⁴⁴LENIN, “The State and the Revolution”, p. 467.

partir de então as pessoas passam a agir moralmente, respeitando e ajudando-se espontaneamente, sem precisarem da constante ameaça estatal de punição.⁴⁵ Como então se determinará o funcionamento da sociedade comunista? Lenin cita Engels quando este defendia a tese de Saint-Simon de que no comunismo não mais haveria um “governo sobre os homens”, mas apenas uma “administração das coisas”. Se depender da teoria saint-simoniana, tal administração seria realizada por industriais e técnicos especialistas, escolhidos unicamente com base no mérito técnico, com o objetivo fundamental de expandir e administrar a produção, que, de acordo com o socialista francês, seria o fator fundamental para a felicidade e paz social. Contra as forças cegas do mercado, o comunismo oferece uma regulação científica da economia capaz de otimizar o processo produtivo e finalmente libertar a humanidade do fardo da miséria. Entretanto, entendido nesta forma, o único resquício de poder público adquire um caráter puramente tecnocrático.

Fica visível assim que a crítica de Arendt ao ideário comunista, tal como concebido por Lenin, diz respeito em última instância ao milenar conflito entre os ideais democrático e tecnocrático, já presente nas críticas de Platão à democracia, e desde então sem solução. Na verdade, poder-se-ia dizer que a própria Arendt incorpora e dá continuidade a ele em sua obra, tentando resolvê-lo por meio de uma separação artificial entre “o político” e “o social”, como se fossem dois “reinos” distintos capazes de serem conciliados por meio da sua separação. Em nosso entendimento, seria mais oportuno questionar a pretensão da posse de um perfeito conhecimento técnico e indubitável, a respeito de todos os assuntos e em todas ocasiões, de modo a permitir o debate público a respeito de questões controversas de interesse público, quaisquer que sejam, em vez de tentar excluir categoricamente alguns tipos de assuntos da pauta política, como faz a autora. Arendt acaba se mostrando tecnicamente ingênua e antidemocrática quanto a isso.

De qualquer forma, na leitura arendtiana, o ideal comunista é este que substitui não só o Estado, como mesmo a democracia e a política por um puro sistema

⁴⁵ Arendt, na primeira edição de *Origens* (aliás, publicada na Inglaterra sob o título de *The Burden of Our Time*) expressava sua perplexidade com os eventos do século vinte pondo em questão esta crença tradicional na obviedade das regras morais: “Quão grande realmente nossa calamidade é pode ser medida pelo fato de que, para conseguir uma tarefa tão simples quanto a prevenção de assassinatos, somos forçados a duvidar da existência incontestada dos dogmas básicos da moralidade sobre os quais a estrutura inteira de nossas vidas está estabelecida, e que os grandes revolucionários, de Robespierre a Lenin, nunca questionaram seriamente. Não podemos mais acreditar com Lenin que ‘as pessoas vão gradualmente se tornar acostumadas a observar as regras elementares da vida social . . . repetidas por milhares de anos’ (*O Estado e a Revolução*) e por isso devemos tentar fazer aquilo que o grande bom senso de Burke achava impossível: ‘novas descobertas . . . em moralidade . . . ou em ideias de liberdade’ (*Reflexões sobre a Revolução na França*)” (ARENDT, *The Origins of Totalitarianism*, p. 438).

burocrático administrativo. A situação existente na Rússia, contudo, estava muito longe disto. Interessantemente, Arendt defende que a organização russa consistia numa forma de “capitalismo de Estado”, semelhante aos sistemas mercantilistas europeus anteriores à Revolução Francesa, nos quais o Estado tinha um papel muito importante na atividade econômica — de modo a ter, portanto, uma outra função, muito diferente daquela puramente negativa de mera proteção da revolução contra a resistência antirrevolucionária:

o proletariado precisava [nas palavras de Lenin] do “poder estatal, da organização centralizada do poder, de um órgão de violência” não meramente para “suprimir a resistência dos exploradores”, mas também para “guiar as imensas massas de pessoas, os camponeses, as classes médias baixas, os meio-proletários na tarefa de organizar a economia socialista”. Em outras palavras, havia uma função positiva deste poder coercitivo, uma função eminentemente prática se desse certo, exceto que deste ponto de vista parecia mais que a Rússia não estava propriamente saltando o estágio capitalista como Marx em vão esperara, mas sim atravessando aquele estágio de despotismo esclarecido com seus sistemas mercantilistas, hoje chamados de capitalismo de Estado, que precedera o desenvolvimento capitalista na Europa Ocidental e fora interrompido pela Revolução Francesa.⁴⁶

Mais adiante a autora cita ainda Lenin em sua polêmica contra os “comunistas de esquerda”⁴⁷ quando ele dizia que o “socialismo . . . não é nada além de um monopólio de capitalismo de Estado, instituído para o benefício de toda a nação, e por virtude daquela economia capitalista evanescente” e de que o “capitalismo de Estado seria um avanço para nós. Seria uma vitória se pudéssemos introduzir o capitalismo de Estado em pouco tempo na Rússia”.⁴⁸

Mas esta semelhança com a época mercantilista não se deve apenas ao papel ativo do Estado na economia, mas também à ausência de um sistema legal e constitucional estabelecido para regular o papel da liderança. Arendt defende que Lenin praticamente fazia as vezes de um déspota esclarecido, apesar do seu “centralismo democrático” (segundo o qual as decisões deveriam ser feitas democraticamente dentro do partido), por se destacar e ter uma merecida autoridade entre os próprios bolcheviques. Esta informalidade da liderança, contudo, aliada à centralização do poder no partido bolchevique, teria sido um dos principais fatores que permitiram ao posterior estabelecimento do totalitarismo por Stalin:

⁴⁶ ARENDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s The Uses of Revolution”, p. 9.

⁴⁷ Em seu discurso de 29 de abril de 1918 ao Comitê Executivo Central Russo; ver LENIN, “Session of the All-Russia C.E.C.”.

⁴⁸ Apud ARENDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s The Uses of Revolution”, p. 47.

O problema com o despotismo esclarecido sempre foi o de depender exclusivamente da personalidade do governante se seu poder despótico é esclarecido ou não [além de que, como Arendt afirma noutro trecho, “seu problema sempre foi que déspotas esclarecidos são tão escassos. Déspotas raramente são esclarecidos, e os homens esclarecidos via de regra querem qualquer coisa menos serem déspotas”]. O próprio fato de Lenin em seu leito de morte não pensar em nada mais além das personalidades dos seus sucessores mostra quão bem ele compreendia este simples fato, e isto é ainda mais impressionante dado que suas convicções ideológicas não lhe teriam permitido perder seu precioso tempo restante com o “fator subjetivo” que eles todos tinham em tamanho desprezo. É de fato uma das ironias mais tristes que um movimento que tinha apostado tudo em desenvolvimentos objetivos ter estabelecido um tipo de governo no qual tudo finalmente dependia do futuro governante. E é tocante e lastimável ver como este homem, que provavelmente foi um dos poucos grandes homens de Estado deste século, ter tido de deplorar impotentemente [em seu último testamento] a “falta de cultura” e implorar por mais “disciplina” sem nunca ter se tornado cômico do fato de que logo haveria um sucessor e que o país nem sequer tinha uma lei de sucessão. O que Lenin proclamara orgulhosamente em 1918 (em sua polêmica contra Kautsky), de que “a ditadura revolucionária do proletariado é um poder tomado pela força e restrito por lei nenhuma”, tinha infelizmente se tornado bem verdadeiro. Lenin, é verdade, esperava vã e ingenuamente que o poder poderia ser restringido, por um lado, pela moralidade revolucionária e, por outro, pela disciplina, e Stalin posteriormente colocaria o terror no lugar de uma disciplina inexistente, não para restringir o poder, mas para ampliá-lo aos extremos mais grotescos e autodestrutivos. Certamente seria tolo pôr Stalin ao lado de Lenin, identificar seu uso do terror com o de Stalin, e mesmo injusto manter Lenin responsável por Stalin. Stalin, poder-se-ia argumentar, foi um acidente, o maior infortúnio do país e da revolução, mas o ponto obviamente é que sob as circunstâncias de não-lei todo acidente é possível.⁴⁹

Esta negligência bolchevique quanto à necessidade constitucional, em grande medida decorrente de uma crença irrefletida na capacidade da “moralidade revolucionária” de preservar a virtude do regime — mas provavelmente também aliada ao que Arendt, em sua resenha de 1966 à biografia de Luxemburgo por Nettl, diz ser um “colapso moral” resultante do apelo à violência para defender a revolução a qualquer custo⁵⁰ — teria aberto a caixa de pandora donde emergiu o totalitarismo estalinista. Aí mais uma vez, e como via de regra, Arendt acentua o papel negativo da ideologia e da estrutura partidária nestas más escolhas bolcheviques:

⁴⁹Ibid., p. 10.

⁵⁰Cf. ARENDT, *Homens em Tempos Sombrios*, p. 54.

A razão pela qual Lenin não entendeu isto nem sequer foi, ao menos não primariamente, sua crença oitocentista ingênua na natureza humana, mas principalmente sua confiança ideológica em forças objetivas do desenvolvimento social — como se estas “forças” descobertas por Karl Marx (e por Hegel antes dele) tivessem o mesmo tipo de realidade que as leis e regras positivas, como se fossem algo mais do que hipóteses científicas mais ou menos corretas. A revolução não falhou por não ter se conformado ao cronograma marxista; *on s’engage et on voit* [dito possivelmente napoleônico repetido por Lenin] não é um mau princípio de ação, esta de fato era uma oportunidade única que talvez nunca recorresse. A revolução falhou simplesmente porque pegaram o poder de um regime em desintegração sem se dar ao trabalho de estabelecer uma nova lei e dar ao país uma nova constituição. O momento decisivo ocorreu quando Lenin descobriu que seu mote inicial para a revolução, Eletrificação mais Sovietes, quer dizer, industrialização sob uma nova e ainda não estabelecida forma de governo, teria significado o fim do poder absoluto do partido bolchevique. Sua intuição, eletrificação mais soviets, foi a intuição de um homem de Estado; e o que derrotou esta intuição foram as doutrinas — as hipóteses científicas ou pseudo-científicas — da ideologia, muito mais do que qualquer sede de poder para si ou para seu partido.⁵¹

A ausência de uma teorização adequada da política pelo marxismo, a confiança excessiva de Lenin em suas teorias, e o conflito real, e sempre presente, entre a estrutura representativa dos partidos e o caráter participativo das assembleias⁵² fizeram com que Lenin finalmente tivesse de deturpar e emascular aquele que seria o verdadeiro propósito da revolução: o estabelecimento da liberdade por meio da participação política nos conselhos populares. Mais adiante, Arendt não se contém:

O resultado foi que eles [os bolcheviques] seguiram as regras do velho poder, e mataram a nova estrutura de poder que a revolução ela mesma tinha trazido à existência — a nova forma de governo de uma república soviética cujo nome tomaram em vão para cobrir, por assim dizer, seu cadáver. O ponto decisivo aconteceu quando Lenin descobriu que seu resumo anterior da revolução — soviets mais eletrificação, i.e., industrialização sob uma forma de governo nova, não ainda constituída — teria inevitavelmente significado o fim do poder absoluto do partido bolchevique. Mas o partido bolchevique, como todos os partidos, não era um filho da revolução mas do **ancien régime**. Era nesta forma — na sua forma mais extrema — que o **ancien régime** permanecia vivo; e este partido, como os outros, tinha pertencido a um regime podre. O que Lenin entendeu no seu leito de morte

⁵¹ ARENDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s *The Uses of Revolution*”, p. 11.

⁵² Cf. ARENDT, *Sobre a Revolução*, p. 341.

foi que seu próprio partido estava podre, apesar de provavelmente nunca ter entendido a razão.⁵³

Deste modo, a autora repete mais uma vez sua tese de **Sobre a Revolução** segundo a qual a democracia de assembleias seria a forma verdadeiramente democrática de governo, surgida sempre espontaneamente em todas as revoluções, apesar de nunca adequadamente compreendida pelos revolucionários e teóricos políticos, de modo a acabar sendo rotineiramente suprimida por estruturas de poder antidemocráticas. Lá em **Sobre a Revolução**, Arendt chega a relatar o modo como tanto Lenin quanto Marx teriam titubeado diante da surpresa que a organização popular durante os levantes teria provocado, reconhecendo inicialmente seu caráter positivo, mas finalmente acabando por rechaçar e trair seu espírito democrático.

Por um breve momento, enquanto era mera testemunha de algo que jamais havia imaginado, Marx entendeu que a *Kommunalverfassung* da Comuna de Paris de 1871, capaz de se tornar “a forma política mesmo da mais minúscula aldeia”, bem que poderia ser “a forma política, finalmente descoberta, para a libertação econômica do trabalho”. Mas logo percebeu a que ponto essa forma política contrariava todas as noções de uma “ditadura do proletariado” exercida por um partido socialista ou comunista, cujo monopólio do poder e da violência seguia os moldes dos governos altamente centralizados dos Estados nacionais, e chegou à conclusão de que os conselhos comunais não passavam, afinal, de órgãos temporários da revolução. É quase a mesma sequência de atitudes que, uma geração depois, encontramos em Lenin, que esteve duas vezes na vida, em 1905 e em 1917, sob o impacto direto dos acontecimentos, ou seja, esteve temporariamente liberto da influência perniciosa de uma ideologia revolucionária. Foi assim que em 1905 ele pôde elogiar muito sinceramente “a criatividade revolucionária do povo”, que começara espontaneamente a implantar um estrutura de poder inteiramente nova em plena revolução, assim como, doze anos depois, pôde desencadear e vencer a Revolução de Outubro com o lema “Todo o poder aos soviets”. Mas, nos anos que separam as duas revoluções, ele não tinha feito nada para reorientar seu pensamento e incorporar os novos órgãos a algum dos inúmeros programas partidários, daí resultando que o mesmo desenvolvimento espontâneo em 1917 apanhou Lenin e o partido tão desprevenidos quanto estavam em 1905. Por fim durante a revolta de Kronstadt, quando os soviets se insurgiram contra ditadura do partido ficou evidente a incompatibilidade dos novos conselhos com o sistema partidário, ele decidiu quase de imediato esmagar os conselhos, pois ameaçavam o monopólio de poder do Partido Bolchevique. Desde então, o nome “União Soviética” para a Rússia pós-revolucionária não passa de uma mentira, mas desde então

⁵³ARENDDT, “Remarks to Adam B. Ulam’s *The Uses of Revolution*”, p. 48.

essa mentira também traz em si o reconhecimento relutante da imensa popularidade não do Partido Bolchevique, e sim do sistema de soviets que o partido reduziu à impotência.⁵⁴

Há, contudo, de se fazer uma ressalva neste trecho quanto a Marx; pois, apesar da “ditadura do proletariado” em Lenin discutivelmente redundar na ditadura do partido, devido à sua noção da “vanguarda” como a liderança das massas, não é claro que o mesmo ocorra em Marx e Engels. Ao que parece, a noção de vanguarda foi originalmente concebida por Lassalle e teria sido apropriada por Lenin em sua discussão com Kautsky. Se depender do que diz Engels em sua introdução ao **Guerra Civil na França** de Marx, a ditadura do proletariado designava para os dois a própria assembleia popular: “eis que o filisteu alemão foi novamente tomado de um saudável terror com as palavras: ditadura do proletariado. Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado”.⁵⁵ Como quer que seja, permanece a questão de quão duradoura deve ser tal ditadura e o que finalmente a substituiria na sociedade comunista. Se depender da atitude de Marx em **Guerra Civil na França**, esta é uma questão que não cabe ao teórico responder de antemão, mas apenas ao próprio povo com o passar do tempo:

A classe trabalhadora não esperava milagres da comuna. Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir **par décret du peuple**. Sabem que, para atingir sua própria emancipação . . . , terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas sim querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida. Em plena consciência de sua missão histórica e com a heroica resolução de atuar de acordo com ela, a classe trabalhadora pode sorrir para as rudes invectivas . . . do didático patronato de doutrinadores burgueses bem intencionados a verter suas ignorantes platitudes e extravagâncias sectárias em tom oracular de infalibilidade científica.⁵⁶

De todo modo, qualquer que seja a real posição de Marx e Engels a respeito de como se organizaria a futura sociedade comunista e qual o papel da política nela, vemos assim que o desgosto arendtiano em relação à Revolução Russa deve-se fundamentalmente à ausência de um sistema constitucional vinculante, à estrutura partidária, ao apelo aberto à violência, todos intimamente ligados à ideologia marxista tal qual Lenin concebia, que contribuíram para criar as condições de emergência do totalitarismo de Stalin. A explicação da “causa” do

⁵⁴ ARENDT, *Sobre a Revolução*, p. 322–23.

⁵⁵ MARX, *A Guerra Civil na França*, p. 197.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 60.

totalitarismo, contudo, Arendt não chegou a elaborar, preferindo descrevê-lo como um “acidente” imprevisível. Mostramos anteriormente sua conferência de 1972 sobre o estalinismo, na qual ela o atribui fundamentalmente a um suposto caráter cínico e maligno de Stalin, enfatizando portanto sua personalidade e não uma tendência histórica maior. Isto, entretanto, tem sua própria dificuldade: como explicar a coincidência do surgimento de Hitler, um segundo líder totalitário, na mesma época, e sob condições tão diferentes? Para esta óbvia dificuldade, Arendt não tinha resposta:

A professora [Jane] Shapiro perguntou à professora Arendt se ela tinha qualquer explicação para o fato de Hitler e Stalin terem ambos chegado ao poder ao mesmo tempo. A professora Arendt sugeriu que ela mesma se fazia esta pergunta. Talvez seja possível defender que a quebra de continuidade no século vinte — mesmo antes da Primeira Grande Guerra — foi tão grande que “qualquer coisa podia acontecer”. Mas isto não é realmente uma explicação, ela notou. É muito difícil explicar a emergência concorrente de Stalin e Hitler, ela concluiu.⁵⁷

⁵⁷ARENDT, “Stalinism in Retrospect”, p. 6.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, creio ficar visível que as duas primeiras partes de **Origens**, tal qual publicado, dedicadas ao antissemitismo e ao imperialismo, apresentam fundamentalmente ideias provenientes da teoria inicial arendtiana sobre o imperialismo racial e não têm qualquer relação essencial com sua teoria sobre o totalitarismo. A autora por algum motivo decidiu por não descartar estas partes iniciais, mas por adaptá-las, apenas descartando as teses mais visivelmente incompatíveis com sua nova posição. O resultado é que apenas a terceira parte trata do totalitarismo propriamente dito, supostamente o assunto principal do livro, fazendo poucas referências às mais de 300 páginas que a precederam, sem demonstrar qualquer clara convergência das correntes históricas anteriormente discutidas num único fenômeno.

Dado o conteúdo das duas primeiras partes do livro, centralizadas no antissemitismo e no imperialismo, poder-se-ia esperar que fossem as fontes especificamente do totalitarismo nazista, apesar de sua pouca relevância para a versão “bolchevique”. Mas a falta de continuidade também para com seu tratamento da ditadura nazista é flagrante. Os fenômenos fundamentais da abordagem arendtiana a respeito do totalitarismo, incluso nazi, são a polícia secreta, as massas, o terror, os campos de concentração, a ideologia, que, entretanto, não têm discussões adequadas nas partes anteriores. Discutivelmente, a maior exceção seria a ideologia racial, que, porém, não era anteriormente apresentada como uma forma de negar a capacidade de pensamento e espontaneidade humanas; mas como uma forma de negar o universalismo e igualitarismo iluministas, fundamento da estrutura de Estados nacionais europeus, para justificar a dominação de um povo sobre outros. Por a autora introduzir seu novo conceito de “massas” na terceira parte, ao contrário da ideologia do imperialismo racial, a ideologia totalitária em vez fornece um mundo ficcional de consistência, que, em vez de justificar a negação da igualdade humana, requer ao contrário o combate à espontaneidade, isto é, à diferença e liberdade humanas.

Também a metáfora dos diversos “elementos” independentes que se “cristalizam” formando um “amálgama” é mais apropriada à sua teoria inicial do imperialismo racial e pouco se adequa à sua teoria do totalitarismo, dado

que anteriormente na sua teoria do imperialismo racial todo seu foco se dava na formação e relação destes elementos antecedentes, enquanto na teoria do totalitarismo a autora centra todo seu esforço na descrição do totalitarismo como uma “forma” de governo. Não é nada claro o que a autora tem em mente quando se refere a “elementos” ou “origens” do totalitarismo. Se o título **Origens do Totalitarismo** é “infeliz”,⁵⁸ o título **Origens do Imperialismo Racial** teria sido perfeito para seu projeto original.

Talvez seja possível dizer ter havido mesmo uma mudança metodológica fundamental: enquanto originalmente Arendt explicava o nazismo a partir antecedentes históricos heterogêneos como o antissemitismo e o imperialismo, numa metodologia basicamente historiográfica, com sua teoria do totalitarismo a autora passou a descrever uma **forma** de governo com seu funcionamento típico, numa metodologia mais apropriada à ciência política e de caráter eminentemente especulativo: sua tese elementar passou a ser que dois regimes tão antagônicos e aparentemente diferentes como o nazista e o estalinista são **essencialmente** iguais. A autora passou a defender que existe um novo **tipo** de governo, irredutível àqueles tipos tradicionalmente conhecidos, mas com dois **casos** empíricos que o **exemplificam**.

Dada tamanha disparidade, além do fato de boa parte dos seus leitores não lerem as duas primeiras partes de **Origens**, mas apenas a terceira, e mesmo assim compreenderem muito bem sua teoria do totalitarismo, não é difícil concluir que a autora deveria ter abandonado estas partes iniciais elaboradas durante sua teoria do imperialismo racial e elaborado uma outra estrutura quando adotou o conceito de totalitarismo.

Mas, de todo modo, não é à toa que ainda impera nos estudos sobre Hannah Arendt tamanha dificuldade num tratamento elaborado deste livro. O pensamento da autora neste período passou por significativas transformações, influenciadas tanto pelo ambiente intelectual ao seu redor (como a formação da Guerra Fria e de certa antipatia dos intelectuais americanos pelo pensamento de esquerda), quanto por questões mais pessoais (como o reestabelecimento da amizade com Heidegger e do interesse pelas suas ideias) — transformações estas que deixaram marcas profundas em **Origens**, tornando-a a obra multifacetada e intrincada que hoje temos. Talvez seja possível mesmo descrevê-la como uma espécie de ponto de inflexão no seu pensamento, pois suas obras seguintes apresentam salientemente não só uma polêmica antimarxista como também muitas características do pensamento heideggeriano, como por exemplo a filosofia heideggeriana da linguagem com sua ideia da “origem” como fonte do sentido autêntico e verdadeiro dos fenômenos, as correspondentes e frequentes

⁵⁸Como alega a autora em ARENDT, “Rejoinder to Eric Voegelin’s Review of The Origins of Totalitarianism”, p. 78.

referências ao pensamento e modo de vida antigo, especialmente grego, tidos como exemplares e, de algum modo ou outro, dignos emulação; ou mesmo a ideia de uma incapacidade da filosofia política tradicional em compreender a política, análoga às discussões heideggerianas acerca do esquecimento do “ser” pela tradição “metafísica” ocidental, que, devido a uma crise sua, requereria não uma nova “filosofia”, mas um novo “pensamento”. Estas são, contudo, ideias que a autora desenvolveu apenas ao longo da década de 1950, e não desempenham qualquer papel nestas suas teorias do imperialismo e do totalitarismo.

A virtude de uma “leitura genética” é realçar estas diferenças e oscilações. O que obviamente não significa inexistir, ou ser impossível ou inútil procurar, ideias constantes no conjunto da obra da autora. Ideias e disposições comuns existem e são frutíferas de serem reconhecidas e realçadas. A dificuldade, contudo, é que via de regra os leitores e intérpretes de Arendt (e de muitos outros filósofos) nem sequer notam as diferenças, tratando todos seus textos como um monobloco amorfo, e se tornando por isso incapazes de perceber toda uma série de ideias e temáticas existentes em certos textos que não se coadunam com as interpretações genéricas comumente apregoadas. Uma leitura genética tem a virtude pedagógica de revelar estes aspectos e ideias obscurecidos e negligenciados.

Como dito na introdução, nossa ambição aqui foi meramente exegética, mas esperamos que possa servir a quem se interessar seja pelos temas do imperialismo ou do totalitarismo, seja por outros dos muitos tópicos aqui abordados. Estas ideias arendtianas de meados da década de 1940 bem que se assemelham aos tesouros perdidos e às pérolas pescadas na metáfora benjaminiana tão apreciada por Arendt.

REFERÊNCIAS

- AHARONY, Michal. “Hannah Arendt and the Idea of Total Domination”. Em: **Holocaust and Genocide Studies** 24.2 (2010), pp. 193–224. URL: <http://hgs.oxfordjournals.org/content/24/2/193.short>.
- ARENDETT, Hannah. “From the Dreyfus Affair to France Today”. Em: **Jewish Social Studies** 4.3 (1942), pp. 195–240.
- “Concerning Minorities”. Em: **Contemporary Jewish Record** 7.4 (1944), p. 353.
 - “Race Thinking Before Racism”. Em: **The Review of Politics** 6.1 (jan. de 1944), pp. 36–73. URL: <http://www.jstor.org/stable/1404080>.
 - “Imperialism, Nationalism, Chauvinism”. Em: **The Review of Politics** 7.4 (out. de 1945), pp. 441–463. URL: <http://www.jstor.org/stable/1404068>.
 - “The Stateless People”. Em: **Contemporary Jewish Record** 7.8 (abr. de 1945), pp. 137–153.
 - “Expansion and the Philosophy of Power”. Em: **The Sewanee Review** 54.4 (out. de 1946), pp. 601–16. URL: <http://www.jstor.org/stable/27537695>.
 - “Imperialism: road to suicide”. Em: **Commentary** 1.4 (1946), pp. 27–35. URL: <http://www.commentarymagazine.com/article/imperialism-road-to-suicide/>.
 - “Miscellany — Outlines and research memoranda (1st folder)”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Speeches and Writings File (1946). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=05/053350/053350page.db>.
 - “Miscellany — Outlines and research memoranda (2nd folder)”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Speeches and Writings File (1946). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=05/053360/053360page.db>.
 - “Privileged Jews”. Em: **Jewish Social Studies** 3.30 (1946), pp. 3–30.

Referências

- ARENDDT, Hannah. “Publishers, 1944-1975, n.d. — Houghton Mifflin — 1946-1949”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Correspondence File (1946). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=02/023520/023520page.db>.
- “The Concentration Camps”. Em: **The Partisan Review** 15.7 (1948), pp. 735-850. URL: <http://www.bu.edu/partisanreview/books/PR1948V15N7/HTML/files/assets/basic-html/index.html>.
 - “Ideology and Propaganda”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Speeches and Writings File Essays and Lectures, lecture, University of Notre Dame (1950). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=05/051480/051480page.db>.
 - “Social Science Techniques and the Study of Concentration Camps”. Em: **Jewish Social Studies** 12.1 (1950), pp. 49-64.
 - “The aftermath of Nazi rule: report from Germany”. Em: **Commentary** 10.4 (1950), pp. 342-53.
 - “The Imperialist Character”. Em: **The Review of Politics** 12.3 (jul. de 1950), pp. 303-320. URL: <http://dx.doi.org/10.1017/S0034670500046994>.
 - **The Origins of Totalitarianism**. 1ª ed. New York: Harcourt, 1951.
 - “The Road to the Dreyfus Affair”. Em: **Commentary** 11 (fev. de 1951), pp. 201-03.
 - “Totalitarian Terror”. Em: **Review of Politics** 11.1 (jan. de 1951), pp. 112-15.
 - “Totalitarian Elements in Marxism”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Correspondence File, 1938-1976, n.d. Organizations, John Simon Guggenheim Memorial Foundation (1952). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=02/022270/022270page.db>.
 - “Rejoinder to Eric Voegelin’s Review of The Origins of Totalitarianism”. Em: **The Review of Politics** 15.1 (jan. de 1953), pp. 76-84.
 - “Totalitarian Imperialism: Reflections on the Hungarian Revolution”. Em: **Journal of Politics** 20.1 (fev. de 1958), pp. 5-43. URL: <http://www.jstor.org/stable/2127387>.
 - “Remarks to Adam B. Ulam’s The Uses of Revolution”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Speeches and Writings File Essays and lectures, Conference on the Russian Revolution, remarks, Harvard University (1967). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=05/052200/052200page.db>.

- “Stalinism in Retrospect”. Em: **The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress**. Subject File University Seminar on Communism (1972). URL: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/ampage?collId=mharendt&fileName=04/040120/040120page.db>.
 - **The Jew as Pariah**. New York: Grove Press, 1978.
 - **The Origins of Totalitarianism**. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1985.
 - **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 - **Lições sobre a Filosofia Política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1993.
 - **Essays in Understanding**. New York: Schocken Books, 1994.
 - **Vor Antisemitismus ist man nur noch auf dem Monde sicher: Beiträge für die deutsch-jüdische Emigrantenzeitung ‘Aufbau’ 1941–1945**. Ed. por KNOTT, Marie Luise. München: Piper, 2000.
 - “Karl Marx and the Tradition of Western Political Thought”. Em: **Social Research** 69.2 (2002), pp. 273–319. URL: <http://www.jstor.org/stable/40971551>.
 - **Denktagebuch: 1950 bis 1973**. Vol. 1. Munique: Piper, 2003.
 - **The Jewish Writings**. New York: Schocken Books, 2007.
 - **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ARENDDT, Hannah e Karl BLÜCHER. **Briefe: 1936–1968**. München: Piper, 1996.
- ARENDDT, Hannah e Karl JASPERS. **Briefwechsel: 1926–1969**. München: Piper, 1993.
- BAEHR, Peter. “The Masses in Hannah Arendt’s Theory of Totalitarianism”. Em: **The Good Society** 16.2 (2007), pp. 12–18. URL: <http://muse.jhu.edu/journals/gso/summary/v016/16.2.baehr.html>.
- **Hannah Arendt, Totalitarianism, and the Social Sciences**. Stanford: Stanford University Press, 2010.
 - “Debating Totalitarianism”. Em: **History and Theory** 51.3 (out. de 2012), pp. 364–80.
- BEAN, Jonathan. “Nikolai Bukharin and the New Economic Policy: a middle way?” Em: **The Independent Review** 2.1 (1997), pp. 79–97.

Referências

- BREWER, Anthony. **Marxist Theories of Imperialism**. London e New York: Routledge e Kegan Paul, 1980.
- BUKHARIN, Nicolai. **A Economia Mundial e o Imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CAIN, Peter. **Hobson and Imperialism: radicalism, New Liberalism, and finance 1887–1938**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Destinos do Totalitarismo**. Porto Alegre: L e M, 1985.
- CHASE, William J. **Enemies within the Gates: the Comintern and the Stalinist repression, 1934–1939**. New Haven & London: Yale University Press, 2001.
- COHEN, Stephen. **Bukharin and the Soviet Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- **Soviet Fates and Lost Alternatives**. New York: Columbia University Press, 2011.
- CONRAD, Joseph. **Coração das Trevas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- COURT, Anthony. **Hannah Arendt’s Response to the Crisis of her Times**. Amsterdam: Rozenberg Publishers, 2008.
- DRAKE, David. **French Intellectuals and Politics from the Dreyfus Affair to the Occupation**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- ETHERINGTON, Norman. “Reconsidering Theories of Imperialism”. Em: **History and Theory** 21.1 (fev. de 1982), pp. 1–36. URL: <http://www.jstor.org/stable/2505147>.
- FOSTER, John Bellamy. **Naked Imperialism: the U.S. pursuit of global dominance**. New York: Monthly Review Press, 2006.
- FRAENKEL, Ernst. **The Dual State: a contribution to the theory of dictatorship**. New Jersey: Lawbook Exchange, 2010.
- FRIEDRICH, Carl J. e Zbigniew BRZEZINSKI. **Totalitarian Dictatorship and Autocracy**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- GERWARTH, Robert e Stephan MALINOWSKI. “Hannah Arendt’s Ghosts: reflections on the disputable path from Windhoek to Auschwitz”. Em: **Central European History** 42.2 (jun. de 2009), pp. 279–300. URL: <http://dx.doi.org/10.1017/S0008938909000314>.
- GETTY, John Arch e Oleg NAUMOV. **The Road to Terror: Stalin and the self-destruction of the Bolsheviks, 1932–1939**. New Haven & London: Yale University Press, 1999.

- GREGORY, Paul. **Terror by Quota: state security from Lenin to Stalin**. New Haven: Yale University Press, 2009.
- GREGORY, Paul e Norman NAIMARK, eds. **The Lost Politburo Transcripts: from collective rule to Stalin's dictatorship**. New Haven & London: Yale University Press, 2008.
- GROSSE, Pascal. "From colonialism to National Socialism to postcolonialism: Hannah Arendt's Origins of Totalitarianism". Em: **Postcolonial Studies** 9.1 (ago. de 2006), pp. 35–52. URL: <http://dx.doi.org/10.1080/13668250500488819>.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEGEL, Georg W. F. **Elements of the Philosophy of Right**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HELLBECK, Jochen. "With Hegel to Salvation: Bukharin's other trial". Em: **Representations** 107.1 (2009), pp. 56–90. URL: <http://www.jstor.org/stable/10.1525/rep.2009.107.1.56>.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HILL, Melvyn, ed. **The Recovery of the Public World**. New York: St. Martin's Press, 1979.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Ícone, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios, 1875–1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- HOBSON, John Atkinson. **Imperialism: a study**. New York: Cosimo Classics, 2005.
- IAKOVOU, Vicky. "Totalitarianism as a Non-State: on Hannah Arendt's debt to Franz Neumann". Em: **European Journal of Political Theory** 8.4 (out. de 2009), pp. 429–47. URL: <http://ept.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/4/429>.
- JOHNSON, Chalmers. **Nemesis: the last days of the American Republic**. New York: Metropolitan Books, 2006.
- KERSHAW, Ian. **Qu'est-ce que le Nazisme? Problèmes et perspectives d'interprétation**. Paris: Éditions Gallimard, 1997.
- "Hitler and the Uniqueness of Nazism". Em: **Journal of Contemporary History** 39.2 (abr. de 2004), pp. 239–54. URL: <http://www.jstor.org/stable/3180723>.

Referências

- KERSHAW, Ian. **Hitler, the Germans, and the Final Solution**. New Haven & London: Yale University Press, 2008.
- KING, Richard e Dan STONE, eds. **Hannah Arendt and the Uses of History: imperialism, nation, race, and genocide**. New York: Berghahn Books, 2007.
- KOGON, Eugen. **Der SS-Staat: das System der deutschen Konzentrationslager**. München: Wilhelm Heyne Verlag, 1994.
- LAWRENCE, T. E. **Seven Pillars of Wisdom: a triumph**. New York: Knopf Doubleday Publishing Group, 2013.
- LENIN, Vladimir. “Session of the All-Russia C.E.C.” Em: **Collected Works**. Vol. 27. Moscow: Progress Publishers, 1974, pp. 279–313.
- “The State and the Revolution”. Em: **Collected Works**. Vol. 25. Moscow: Progress Publishers, 1974.
- **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.
- LOMAX, Bill. “The Working Class in the Hungarian Revolution of 1956”. Em: **Critique: Journal of Socialist Theory** 12.1 (1980), pp. 27–54. URL: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03017608008413260>.
- LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- MARRUS, Michael. “Hannah Arendt and the Dreyfus Affair”. Em: **New German Critique** 66 (1995), pp. 147–63. URL: <http://www.jstor.org/stable/488591>.
- MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEDEARIS, John. “Lost or Obscured: how V. I. Lenin, Joseph Schumpeter, and Hannah Arendt misunderstood the council movement”. Em: **Polity** 26.3 (abr. de 2004), pp. 447–476. URL: <http://www.jstor.org/stable/3235386>.
- MOMMSEN, Wolfgang. **Das Zeitalter des Imperialismus**. Vol. 28. Fischer Weltgeschichte. Frankfurt am Main: Fischer Verlag, 1985.
- MORGENTHAU, Hans. **Politics Among Nations**. New York: Alfred A. Nopf, 1948.
- NEUMANN, Franz L. “Dictatorship and Political Police, de Ernst Kohn–Bramstedt”. Em: **Political Science Quarterly** 61.3 (set. de 1946), pp. 451–453. URL: <http://www.jstor.org/stable/2144652>.
- “The Myth of the State, de Ernst Cassirer”. Em: **Political Science Quarterly** 62.3 (set. de 1947), pp. 433–36. URL: <http://www.jstor.org/stable/2144301>.

- **Estado Democrático e Estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- **Behemoth: structure and practice of National Socialism, 1933–1944**. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.
- PEDROSO, Gustavo J. T. “Entre o Capitalismo de Estado e o Behemoth: o Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo”. Em: **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 15 (fev. de 2009), pp. 151–179. URL: <http://www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp15/pedroso.pdf>.
- PITKIN, Hanna. **The Attack of the Blob: Hannah Arendt’s concept of the social**. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1998.
- PITTS, Jennifer. **A Turn to Empire: the rise of imperial liberalism in Britain and France**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2005.
- POHL, J. Otto. **Ethnic Cleansing in the USSR, 1937–1949**. Westport & London: Greenwood Press, 1999.
- POLLOCK, Friedrich. “State Capitalism: its possibilities and limitations”. Em: **Zeitschrift für Sozialforschung** IX (1941), pp. 200–225. URL: <http://archive.org/details/ZeitschriftFrSozialforschung9.Jg>.
- REES, Edward Arfon, ed. **The Nature of Stalin’s Dictatorship: the politburo, 1924–1953**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- SALZBORN, Samuel. **Kritische Theorie des Staates**. Baden: Nomos, 2009.
- SCHEUERMAN, William E. **Between the Norm and the Exception: the Frankfurt school and the rule of law**. Cambridge: MIT Press, 1994.
- SCHOLEM, Gershom Gerhard. **A Life in Letters, 1914–1982**. Harvard: Harvard University Press, 2002.
- SCHUMPETER, Joseph. **Sociology of Imperialism and Social Classes: two essays**. Cleveland e New York: Meridian Books, 1955.
- SIEGEL, Achim, ed. **The Totalitarian Paradigm after the End of Communism**. Amsterdam & Atlanta: Rodopi, 1998.
- SÖLLNER, Alfons. **Totalitarismus: eine Ideengeschichte des 20. Jahrhunderts**. Berlin: Akademie Verlag, 1997.
- “Hannah Arendt’s The Origins of Totalitarianism in its Original Context”. Em: **European Journal of Political Theory** 3.2 (abr. de 2004), pp. 219–238. URL: <http://ept.sagepub.com/content/3/2/219>.
- “Zwischen Europa und Amerika: Hannah Arendts Wanderungen durch die politische Ideengeschichte”. Em: **Leviathan** 36.2 (2008), pp. 292–310.

Referências

- SULLIVAN, Eileen. “Liberalism and Imperialism: J. S. Mill’s defense of the British Empire”. Em: **Journal of the History of Ideas** 44.4 (out. de 1983), pp. 599–617. URL: <http://www.jstor.org/stable/2709218>.
- SUNNY, Ronald. **The Soviet Experiment: Russia, the USSR, and the successor states**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- TSAO, Roy. “The Three Phases of Arendt’s Theory of Totalitarianism”. Em: **Social Research** 69.2 (2002), pp. 579–619. URL: <http://www.jstor.org/stable/40971563>.
- TUNICK, Mark. “Tolerant Imperialism: John Stuart Mill’s defense of British rule in India”. Em: **The Review of Politics** 68.4 (out. de 2006), pp. 586–611. URL: <http://dx.doi.org/10.1017/S0034670506000246>.
- UTECHIN, Sergej. **Russian Political Thought: a concise history**. New York: Praeger, 1964.
- VOEGELIN, Eric. “Review of The Origins of Totalitarianism”. Em: **The Review of Politics** 15.1 (1953), pp. 68–85.
- WESSEL, Julia Schulze. **Ideologie der Sachlichkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.
- WOOD, John Cunningham. “Hobson and British Imperialism”. Em: **The American Journal of Economics and Sociology** 42.4 (out. de 1983), pp. 483–500. URL: <http://www.jstor.org/stable/3486245>.
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Por Amor ao Mundo: a vida e a obra de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.